

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO - HISTÓRIA E CULTURA POLÍTICA
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA POLÍTICA**

JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA

**HISTÓRIA POLÍTICA E DOCUMENTÁRIO: A PRODUÇÃO FÍLMICA
BRASILEIRA DIANTE DA DESTITUIÇÃO DE DILMA ROUSSEFF EM 2016**

TESE DE DOUTORADO

**MARINGÁ
2025**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO - HISTÓRIA E CULTURA POLÍTICA
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA POLÍTICA**

JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA

**HISTÓRIA POLÍTICA E DOCUMENTÁRIO: A PRODUÇÃO FÍLMICA
BRASILEIRA DIANTE DA DESTITUIÇÃO DE DILMA ROUSSEFF EM 2016**

Tese apresentada como requisito parcial para aprovação em banca de defesa no Programa de Pós-Graduação em História (Doutorado) da Universidade Estadual de Maringá, sob orientação do Prof. Dr. Roger Domenech Colacios.

**MARINGÁ
2025**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

S586p

Silva, José Alexandre da

História política e documentário : A produção fílmica brasileira diante da destituição de Dilma Rousseff em 2016 / José Alexandre da Silva. -- Maringá, PR, 2025.
228 f. : il. color., figs.

Orientador: Prof. Dr. Roger Domenech Colacios.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2025.

1. História política. 2. História do tempo presente . 3. Cinema e História - Documentário - Impeachment 2016. I. Colacios, Roger Domenech , orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDD 23.ed. 981.06

Ademir Henrique dos Santos - CRB-9/1065

JOSÉ ALEXANDRE DA SILVA

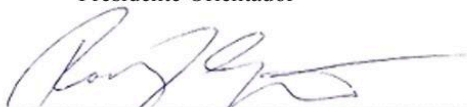
**HISTÓRIA POLÍTICA E DOCUMENTÁRIO: A PRODUÇÃO FÍLMICA
BRASILEIRA DIANTE DA DESTITUIÇÃO DE DILMA ROUSSEFF EM 2016**

Tese apresentada como requisito parcial para
aprovação em banca de defesa no Programa de
Pós-Graduação em História (Doutorado) da
Universidade Estadual de Maringá, sob
orientação do Prof. Dr. Roger Domenech
Colacios.

BANCA EXAMINADORA

 Documento assinado digitalmente
ROGER DOMENECH COLACIOS
Data: 03/07/2025 17:31:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^o. Dr. Roger Domenech Colacios (UEM)
Presidente Orientador



Prof^o. Dr. Rodrigo Correa Gontijo (UEM)
Membro Convidado

 Documento assinado digitalmente
DAVID ANTONIO DE CASTRO NETTO
Data: 01/07/2025 17:34:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^o. Dr. David Antonio De Castro Neto (UEM)
Membro Corpo Docente

 Documento assinado digitalmente
REGINALDO BENEDITO DIAS
Data: 01/07/2025 16:54:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^o. Dr. Reginaldo Benedito Dias (UEM)
Membro Corpo Docente

 Documento assinado digitalmente
GILMAR ARRUDA
Data: 03/07/2025 14:00:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^o. Dr. Gilmar Arruda (UEL)
Membro Corpo Docente

AGRADECIMENTOS

Ao Professor D. Roger Domenech Colacios pela orientação precisa desse trabalho, desde a ideia do pré-projeto até os presentes resultados. Roger contribuiu com interlocução generosa, rigor metodológico, recomendações bibliográficas e leituras críticas indispensáveis para sua realização. Também é o responsável pela criação de um ambiente fértil ambiente intelectual, no Laboratório de Pesquisa e Educação e História Ambiental, que muito contribuiu no decorrer do caminho dessa pesquisa nas nossas reuniões mensais. Por tudo isso, muito obrigado! Seria arriscado demais tentar elencar, um a um, os colegas do laboratório sob pena de injustiça. Fica também um agradecimento. Em alguma medida, cada professor elencado abaixo, da linha de pesquisa em história política do PPH UEM, também deixou marca nesse trabalho. Agradecimentos a Reginaldo Benedito Dias, Sidnei José Munhoz, João Fábio Bertonha, Angelo Priori e Luiz Felipe Viel Moreira.

Durante esses anos, foi imprescindível o suporte familiar proporcionado por José Rodrigues da Silva, Florinda Júlia de Oliveira e Silva, Alexandre Regina da Silva e Anielli Cristina da Silva, que perto ou longe, tornaram mais possível essa caminhada. Muita Gratidão! Também foi muito importante nessa trajetória uma rede muito especial de amizades/aderências que, em pequenos grandes gestos, tornaram essa caminhada menos árdua. Leandro e Heloísa Pius, Rosangela Petuba, Angela Ribeiro e Paulo Melo.

RESUMO:

A questão inicial a que esse trabalho procura responder é como o cinema documentário representou a destituição de Dilma Rousseff da presidência da República em 2016. Para tal, selecionamos três filmes de cineastas profissionais alinhados à esquerda democrática: “O Processo”, de Maria Augusta Ramos (2018); “Excelentíssimos” de Douglas Duarte (2019) “Democracia em Vertigem”, dirigido por Petra Costa (2019) e mais dois filmes ligados à uma direita ideológica: Impeachment do apogeu à queda, Brasil Paralelo (2017) e Não Vai Ter Golpe, Santos e Rauh (2020). Também selecionamos matérias e entrevistas com os cineastas. Nossa perspectiva teórico metodológica é de que os filmes são fontes, Ferro (1992), representações, Chartier (1991), Lagny (2000), e agentes da história. Nesse sentido, o cinema é fonte importante da história política e instrumento de incidência do político, Rosanvallon (2010), na história do tempo presente, Rouso (2016), Lagny (2012). Nossa hipótese inicial é de que os filmes alinhados à esquerda, interpretaram o Impeachment como “golpe”, alimentados por ideias oriundas da academia e de setores ativistas. Já os filmes alinhados à direita, interpretaram o evento como “impeachment” amparados por ideias que podiam confluír desde a imprensa liberal até os setores de extrema direita ideológica. Ambas as interpretações foram realizadas tendo por baliza o Golpe de 1964. Pela esquerda, este marco funciona devido à ausência de justiça com relação às violações de direitos humanos, do período da ditadura de 1964, na Nova República. Pela direita, seu funcionamento também se dá pela leniência com que a justiça brasileira tratou os torturadores e continuou tratando os apologetas da tortura. Nossos resultados se encaminham na direção de que, a interpretação e nomeação do evento, da retirada de Dilma Rousseff da presidência da República em 2016, foi amparada na memória em prejuízo das possibilidades de interpretação da história.

Palavras-Chave: História Política; História do Tempo Presente; Cinema e História; Documentário; Impeachment 2016.

ABSTRACT

The initial question that this work seeks to answer is how documentary cinema represented the removal of Dilma Rousseff from the presidency of the Republic in 2016. To this end, we selected three films by professional filmmakers aligned with the democratic left: "The Process", by Maria Augusta Ramos (2018); "Excelentíssimos" by Douglas Duarte (2019) "Democracy in Vertigo", directed by Petra Costa (2019) and two more films linked to an ideological right: Impeachment from the apogee to the fall, Brasil Paralelo (2017) and Não Vai Ter Golpe, Santos e Rauh (2020). We also selected articles and interviews with the filmmakers. Our theoretical and methodological perspective is that films are sources, Ferro (1992), representations, Chartier (1991), Lagny (2000), and agents of history. In this sense, cinema is an important source of political history and an instrument for the influence of the political, Rosanvallon (2010), in the history of the present time, Rousso (2016), Lagny (2012). Our initial hypothesis is that the films aligned with the left, interpreted the Impeachment as a "coup", fed by ideas coming from academia and activist sectors. Films aligned with the right, on the other hand, interpreted the event as "impeachment" supported by ideas that could converge from the liberal press to the sectors of the ideological extreme right. Both interpretations were carried out based on the 1964 coup. On the left, this framework works due to the absence of justice in relation to human rights violations, from the period of the 1964 dictatorship, in the New Republic. On the right, its functioning is also due to the leniency with which the Brazilian justice system treated the torturers and continued to treat the apologists of torture. Our results are in the direction that the interpretation and naming of the event, of the withdrawal of Dilma Rousseff from the presidency of the Republic in 2016, was supported in the memory to the detriment of the possibilities of interpreting history.

Keywords: Political History; History of the Present; Cinema and History; Documentary; Impeachment 2016.

LISTA DE SIGLAS

AIB: Ação Integralista Brasileira

ARENA: Aliança Renovadora Nacional

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BF: Bolsa Família

CEP: Comissão de Ética da Presidência

CEPAL: Comissão para Assuntos Econômicos da América Latina

CLACSO: Conselho Latino Americano de Ciências Sociais

CLT: Consolidação das Leis do Trabalho

CPMI: Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

DOI-Codi: Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna

FHC: Fernando Henrique Cardoso

Fiesp: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

IPÊS: Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

LGBT+: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros...

MEC: Ministério da Educação

MBL: Movimento Brasil Livre

OAB: Ordem dos Advogados do Brasil

PAC: Programa de Aceleração do Crescimento

PDT: Partido Democrático Trabalhista

PFL: Partido da Frente Liberal

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PSD: Partido Social Democrático

PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira

PT: Partido dos Trabalhadores

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

STF: Supremo Tribunal Federal

TSE: Tribunal Superior Eleitoral

UFBA: Universidade Federal da Bahia

UnB: Universidade Nacional de Brasília

VPR: Vanguarda Popular Revolucionária

VAR-Palmares: Vanguarda Popular Revolucionária Palmares

UBES: União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UNE: União Nacional dos Estudantes

URV: Unidade Real de Valor

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1.....	24
OS ACONTECIMENTOS DA POLÍTICA RECENTE.....	24
A FORÇA DA MEMÓRIA.....	29
O TEMPO PRESENTE.....	34
CINEMA DOCUMENTÁRIO E HISTÓRIA.....	36
REPRESENTAÇÃO.....	39
ANALISANDO FILMES.....	42
A HISTORIOGRAFIA E A SÉTIMA ARTE.....	45
 CAPÍTULO 2.....	 48
OS FILMES E SEUS CIRCUITOS.....	52
DEMOCRACIA EM VERTIGEM.....	54
COMO “DEMOCRACIA...” REPRESENTA A HISTÓRIA.....	62
O PROCESSO.....	64
COMO “O PROCESSO” REPRESENTA A HISTÓRIA.....	71
EXCELENTÍSSIMOS.....	73
COMO EXCELENTÍSSIMOS REPRESENTA A HISTÓRIA.....	79
IMPEACHMENT - DO APOGEU À QUEDA.....	80
COMO A BRASIL PARALELO REPRESENTA A HISTÓRIA.....	82
NÃO VAI TER GOLPE.....	93
COMO O MBL REPRESENTA A HISTÓRIA.....	96
CONCLUSÃO.....	99
 CAPÍTULO 3.....	 100
DILMA ROUSSEFF.....	101
O PARTIDO DOS TRABALHADORES.....	102
A DITADURA MILITAR.....	105
O NEOLIBERALISMO.....	107
NEOLIBERALISMO NO BRASIL.....	110
O PERÍODO DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL.....	113

O GOVERNO COLLOR E O MECANISMO DO IMPEACHMENT.....	114
O GOVERNO FERNANDO HENRIQUE E O PLANO REAL.....	116
O LULISMO.....	117
OS GOVERNOS PETISTAS.....	117
JUNHO DE 2013.....	122
A OPERAÇÃO LAVA JATO.....	125
AS INTERPRETAÇÕES DO SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO.....	128
A BIBLIOGRAFIA DO GOLPE.....	132
A BIBLIOGRAFIA DO IMPEACHMENT.....	138
O CONCEITO DE GOLPE DE ESTADO.....	141
GOLPES E TENTATIVAS DE GOLPE NO PERÍODO REPUBLICANO.....	143
 CAPÍTULO 4.....	 154
LULA, DENTRO E FORA DO PODER.....	154
DILMA, DENTRO E FORA DO PODER.....	166
A ECONOMIA NO PRIMEIRO MANDATO DE DILMA.....	171
A POLÍTICA NO PRIMEIRO MANDATO DE DILMA.....	177
JUNHO DE 2013 NAS TELAS.....	182
A OPERAÇÃO LAVA JATO.....	191
AS CAUSAS DO IMPEACHMENT.....	198
O PT MONTA E DESFAZ SUA BASE DE SUSTENTAÇÃO.....	202
CONCLUSÃO	208
 BIBLIOGRAFIA.....	 213

INTRODUÇÃO

Nesse texto pretendemos circunscrever nosso objeto de estudo, o Impeachment de Dilma Rousseff interpretado pelo cinema documentário, aos enquadramentos da História do Tempo Presente e da História Política. Os filmes escolhidos podem ser classificados como em torno de dois eixos a saber: o primeiro composto por cineastas que poderíamos classificar, de um ponto de vista ideológico, como intelectuais de centro esquerda afeitos à democracia. Realizaram filmes como “Excelentíssimos” de Douglas Duarte (2018), “O Processo” dirigido por Maria Ramos (2018), “Democracia em Vertigem” de Petra costa (2019). O segundo eixo nos traz um filme que transmite o ponto de vista e as aspirações de direita, da produtora Brasil Paralelo (2017): “Impeachment - do Apogeu à Queda” Brasil Paralelo.

Nossa hipótese é de que os documentários acima, selecionados de um conjunto maior de filmes, se alimentaram de impetrações, da destituição de Dilma Rousseff, mediadas pelo espectro ideológico das quais são provenientes em relação a um evento chave que foi o Golpe de 1964. Os filmes do cinema profissional com diretores alinhados à esquerda democrática adotaram a tese de que a retirada de Dilma foi um golpe. “Golpe Parlamentar” como interpretou Wanderley Guilherme dos Santos (2018), ou com outros adjetivos. O material produzido pela direita ideológica participa de uma interpretação também balizada por 1964, porém defendendo a ideia de que não houve golpe, mas um impeachment legal. Um processo que retirou do poder o grupo que o ocupou durante o maior período da Nova República. Tucanos e petistas, herdeiros da resistência aos governos militares, nessa visão, fazem parte do mesmo condomínio que chegou ao poder e aparelhou o Estado para sua manutenção neste mesmo.

Quando caracterizamos o “Impeachment”, ou o “Golpe”, sofrido por Dilma Rousseff, referendado pelo Senado em 31 de agosto de 2016, pode ser útil a definição de “acontecimento histórico”, utilizada por Nora (1984), a qual o conceito é profundamente marcado pelas transformações da mídia, antes das quais haviam atores, transmissores e receptores, cuja divulgação de imagens alteram a experiência de quem acompanha as transmissões sucessivas. Alteram também a ação dos políticos diante dos acontecimentos que performam diante das câmeras se tornando, conforme Nora (1984, p. 47) “[...] actores, que não se comportam do mesmo modo, porque sabem que estão a ser vistos pelo mundo inteiro”. Assim, já nasce acontecimento aquilo que antes precisava ser referendado por historiadores, porém, esse acontecimento moderno, ainda conforme Nora (1984, p. 48): “É, provavelmente,

a via de acesso real à História do presente. [...] deve ser clarificado pelo historiador, que lhe tem de fornecer uma explicação provisória e plausível, e esta explicação só pode enraizar-se no passado”. De maneira que, o evento do Impeachment de Dilma Rousseff da presidência da República pode ser melhor compreendido se o observador tiver uma noção clara da sua inserção nesse passado num momento de formação política bem delimitado. O período o qual se convencionou chamar de Nova República se trata justamente do tempo em que vão ser geradas as memórias que de alguma maneira se amalgamam à nossa formação profissional posterior. Para tanto, a memória parece boa ferramenta, na medida em que nutre boas relações com a história, o convívio entre as duas também tem encontrado algumas boas formulações, como a de Richard Evans segundo a qual: “[...] a memória – para perdurar e resistir ao tempo – precisa ser submetida ao minucioso escrutínio da história” [...] (Evans, 2018, online).

Em 1994, na segunda fase de implantação do Plano Real, estava no Colégio cursando Ensino Médio. Era uma espécie de diversão fazer com colegas a conversão dos cruzados para as (Unidades Reais de Valor) URVs. São frescas ainda as lembranças dos noticiários a respeito do naufrágio dos planos econômicos do governo Sarney, com as imagens das maquiuetas alterando os preços dos produtos nas prateleiras às vezes mais de uma vez por dia. Com a mudança para o Real, ficávamos absortos ao constatar que os preços não mais subiam, parecia mágica, de repente a inflação havia terminado. Sobre o governo Itamar Franco, o escândalo político como a visita da modelo Miriam Ramos ao camarote do presidente, no carnaval do mesmo 1994, conformam uma lembrança da adolescência. O escândalo pitoresco, que rendeu a Itamar Franco um pedido de impeachment, parece contrastar com a imagem presente do então chefe de estado do mandato 2019-2022, cuja lembrança é motivo de constrangimento. Era interessante em 2020, quando o projeto inicial desse texto começou a ser pensado, constatar que os graus de dano causado pelos ocupantes da presidência à instituição republicana, pareciam ter evoluído em progressão geométrica.

Outra imagem que permaneceu presente durante a formulação do projeto foi o período FHC. Na época a impressão transmitida por seus governos foi a de desmantelamento do que o país havia construído na sua fase desenvolvimentista e este declarou isso publicamente em ocasião que defendia a Lei de Concessões de 1995: “[...] FHC disse que está estabelecendo o fim da era Vargas, ‘que à sua época correspondeu um grande avanço, mas agora precisa ser reformulada para que o Estado possa atender aos anseios do mundo contemporâneo.’” (Folha de São Paulo, 1995, online). Singer (2018) apontou que o Fernando Henrique Cardoso (1978) havia proposto uma interpretação do funcionamento da relação do empresariado para com o Estado e considera isso como um dos elementos para a queda de

Dilma, a retirada de apoio do empresariado. Ao mesmo tempo em que exigem benefícios e isenções para a produção, quando o Estado se torna forte, os empresários se sentem temerosos desse protagonismo e então se insurgem.

O mérito em estabilizar o processo inflacionário é tido como um dos principais elementos que pavimentou o caminho de Fernando Henrique Cardoso à presidência da República. Marly Motta nos afirma que “[...] a inflação baixa girando a 1% por mês, garantiu a vitória da chapa FHC-Marco Maciel, ao derrotar Luiz Inácio Lula da Silva do PT logo no primeiro turno, com mais do dobro de votos: 34.350.217 (54,28%) contra 17.112.255 (27,04%)” (Motta, 2018, online). Alguns setores da esquerda consideraram sua política econômica como uma espécie de traição, repetindo de maneira por vezes cansativa, a frase “esqueçam tudo que escrevi” A lógica da utilização da expressão como ataque a FHC era à qual: como alguém que esteve nas nossas fileiras, na luta pelo retorno à democracia no período da Ditadura, chega ao poder agora e implementa políticas de cunho neoliberal? A formulação que gerou bastante polêmica não foi assumida pelo seu suposto autor, teria sido tirada de contexto de uma fala numa reunião com empresários, enquanto Fernando Henrique ainda era ministro da fazenda de Itamar Franco, no afã de acalmá-los com relação a pacotes ou confiscos, conforme a Folha de São Paulo (1996). Em entrevista ao programa Roda Viva (2022), no ano de 1994, FHC se mostrou bastante irritado ao ser inquirido sobre a autoria da frase, desafiando os entrevistadores, que não estavam municiados de nenhum registro, a comprovarem que tal havia sido proferida por ele.

Também era bastante comum a atribuição a Florestan Fernandes, que havia sido orientador de Fernando Henrique na Universidade de São Paulo, da expressão a qual havia criado um “monstro”. Menezes (2012) mostrou que o sociólogo era bastante cuidadoso ao falar sobre suas expectativas políticas com relação ao ex-pupilo. Fernandes, em entrevista, afirmou que escolhia seus orientandos de doutorado e foi um dos responsáveis pelo incentivo ao jovem Fernando Henrique a se dedicar à sociologia, como FHC mencionou em texto para a FGV (2011). Os caminhos que ambos trilharam no período da transição democrática foram bastante diferentes, Fernandes fora eleito deputado federal duas vezes pelo PT, enquanto Fernando Henrique foi membro fundador do PSDB. Entretanto, antes, o sociólogo que viria a ser presidente tivera, ainda conforme Florestan Fernandes “[...] ligações com Ulysses Guimarães que davam a ele certeza de que poderia realizar uma carreira política no que se define como tancredismo. Quando o tancredismo ou mudancismo surge como uma resposta à eleição indireta, Fernando Henrique era a cabeça que estava por trás” (Menezes, 2012, online). O que explica o flerte que Cardoso tivera com o PT sem nunca assinar a ficha de

filiação.

Uma reportagem de 11 de julho de 2012, no Jornal Nacional, foi dedicada à concessão do prêmio John W. Kluge, uma comenda a intelectuais destacados nas ciências humanas, a FHC, no valor de 1 milhão de dólares. Os espectadores puderam ouvir: “Os organizadores do prêmio lembraram que, há 50 anos, Fernando Henrique já dizia que países em desenvolvimento deveriam se abrir ao capital externo e se integrar ao modelo econômico mundial. A teoria nem tinha nome na época. Hoje, é conhecida como globalização.” Essa referência faz pensar se o sociólogo que se tornou presidente, aureolado pela grande imprensa brasileira, recebia uma espécie de pagamento por serviços prestados, vinda do centro do sistema capitalista, por integrar o Brasil ao mercado internacional de forma brusca ou simplesmente um intelectual recebeu um prêmio pelo conjunto de sua obra? Difícil não escolher a primeira opção, embora ambas sejam congruentes.

A maneira como as notícias esparsas de telejornal povoam a memória podem fazer refletir hoje sobre a qualidade da democracia no período após ter se livrado do regime ditatorial. Eleitoralmente, o que é muito importante, fazemos boa figura, temos eleições periódicas e o fantasma da compra de votos parece ter sido expulso pelas urnas eletrônicas, a despeito das tentativas da extrema direita em minar a credibilidade do nosso sistema de votação. Mas ficamos para trás em resolver nosso principal problema que se trata da desigualdade social, apesar das conquistas deste “ciclo democratizante”, termo caro a Domingues (2017), ciclo que parece ter chegado ao fim na visão do autor, dado os retrocessos dos últimos anos. Ciclo democratizante ainda que legou a Constituição de 1988 e a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), mas que também não conseguiu se livrar dos traços herdados da ditadura no período da Nova República, como a militarização das polícias e o desrespeito aos direitos humanos.

Nesse sentido, para os que acompanharam atônitos o desenrolar do segundo mandato de Dilma Rousseff, vivenciando os noticiários a cada dia, a cada movimento dos agentes envolvidos, empresários, políticos, a própria imprensa, movimentos de rua, o poder judiciário, resta uma sensação de perplexidade. Uma espera pelo surgimento de novas informações que tirem da penumbra as facetas do acontecimento que as câmeras não puderam ou não quiseram captar. Para superar esse sentimento, é que macerar as imagens e retornar aos principais fatos, numa tentativa de prover de mais significados o acontecimento que interrompeu o mandato político de Dilma Rousseff, decidimos nos debruçar sobre o tema desta pesquisa, aquilo que os/as documentaristas produziram como mediação sobre o impeachment, suas diversas leituras e encenação deste episódio da história política do Brasil.

No que diz respeito a impedimentos de presidentes no Brasil, as memórias de 1992 vêm facilmente à tona. Os noticiários mostravam as manifestações dos caras-pintadas, na sua maioria jovens protestando contra Fernando Collor de Mello. Hoje concordamos com Domingues quando afirmou que “O processo contra Collor de Mello em parte legitimou sua repetição mais recente” (Domingues, 2017, p. 20), com clara referência aos acontecimentos de 2016. Ironicamente, parte da mesma geração que participou das manifestações de 1992 contra Collor de Mello, os chamados caras-pintadas, quando se tornaram adultos voltaram às ruas, movidos em ambas as ocasiões por uma forte bandeira, o “combate à corrupção”, porém em lados diferentes do espectro político. Naquele ano de 1992, nos meses de agosto e setembro, houveram manifestações em Curitiba, em São Paulo, em Maceió e em Brasília, em Campo Grande e em Cuiabá, com forte participação dos movimentos estudantis UNE e UBS. Em 2014 e 2015 a classe média voltou às ruas ostentando a mesma bandeira. Talvez as duas ocasiões possam fazer pensar sobre quais fenômenos são capazes de mobilizar multidões no Brasil.

Pensando no impeachment de Fernando Collor de Mello, não consegui tirar da cabeça a questão, na qual, por que um país que passou tantos anos em jejum de exercer o voto para eleições presidenciais, impediu um presidente por motivo que depois foi considerado fútil? A resposta à questão pode ser de várias naturezas e durante bastante tempo me figurou a ideia do pouco apreço à democracia, nutrida pela elite e reverberada pela classe média. O festival de idiosincrasias o qual Collor jogou a política nacional, a degradação das instituições naquele período, vez por outra ainda é lembrado, também pelo fato de que o instituto do impeachment foi também utilizado alguns anos mais tarde em 2016 na presidência de Dilma Rousseff. A desvalorização do que é nacional, o congelamento das cadernetas de poupança, além dos escândalos delatados pelo próprio irmão, Pedro Collor. É difícil olhar para aquele período sem pensar o quanto a direita se mostrou politicamente inviável, a ponto de parte das suas pautas serem levadas à realização depois por quem se dizia social-democrata, como FHC.

Depois das eleições de 1998, me lembro de ter havido um debate sobre as perspectivas para o Partido dos Trabalhadores imediatamente após a reeleição de Fernando Henrique Cardoso, falava-se principalmente sobre as possibilidades de Lula após tantas derrotas seguidas. Esse período me voltou à lembrança em 2002, ainda na graduação em História, quando acompanhava estupefato uma adesão, que não imaginava que aconteceria, de alguns colegas à candidatura de Lula pelo PT. O sentimento do “Agora vai!” também parecia comum em militantes mais experientes e lembro de ter interpretado, à época, a adesão ao PT e

ao Lula como uma saturação da política implementada pelos tucanos.

Sobre o primeiro governo de Lula, constatei com pesar que todas as críticas que eram tecidas às suas políticas me eram arrefecidas por uma espécie de conforto pelo fato de o PT ter alcançado o governo. Assim como, lembro de companheiros de militância que lamentavam numa mesa de bar, por ocasião dos escândalos do mensalão, a perda do trabalho de uma vida. Minha reação foi aludir à espera: “Vamos esperar para ver o que sobra!” E de fato, por mais terrível que parecesse os escândalos, no olho do furacão, Lula atravessou seus dois mandatos com sucesso o suficiente para apontar e eleger sua sucessora, Dilma Rousseff. Entretanto não com as mesmas bases eleitorais, conforme André Singer constatou:

[...] o tripé formado pelo Bolsa Família, pelo salário mínimo e pela expansão do crédito, [...] com o pano de fundo da diminuição dos preços da cesta básica, resultou da diminuição da pobreza a partir de 2004, quando a economia voltou a crescer e o emprego a aumentar. [...] Em particular, no ano de 2005 quando eclodiu o escândalo do “mensalão”, ocorreu, segundo classificação de Waldir quadros, a primeira redução significativa da miséria desde o Plano Real [...] (Singer, 2012, p. 68).

Em 2010, a escolha de Dilma como candidata à sucessão não me figurou entre as piores ideias, embora já me gerasse uma ponta de preocupação a respeito da falta de alternância política, um elemento que depois também vi apontado em Singer (2019).

O historiador Luiz Felipe de Alencastro (2009), na época, apontou para “Os riscos do vice-presidencialismo” e em especial da aliança com do PT com o PMDB numa chapa encabeçada por alguém que não tinha a trajetória forjada no campo político como Dilma. Sua ponderação se inicia com a ideia de que o sistema de dois turnos, que vigorou a partir de 1989, e a emenda da reeleição, implementada no segundo mandato de FHC, ajudaram a estabilizar o sistema político. O primeiro ajudou a considerar incontestes a vitória dos presidentes eleitos a partir de então, lembrando que no período anterior à ditadura os vice-presidentes também eram portadores de votos, sua existência podia ser um risco aos presidentes eleitos. Já a emenda da reeleição no seu entender, se mostrou viável apesar do defeito de origem, acusação de compra de votos, porém tornou a escolha do vice-presidente um tanto delicada, de maneira que o este poderia atrair votos no primeiro turno, mas atrapalhar acordos, com adversários derrotados, no segundo. Nas palavras do historiador:

[...] a escolha do candidato a vice-presidente transformou-se numa operação delicada para os presidentiáveis. Parte do sucesso dos dois mandatos de FHC e de Lula repousa, aliás, na escolha de vice-presidentes que cumpriram

suas funções com relativa discrição e total fidelidade aos dois presidentes, antes e depois das eleições. Por caminhos tortuosos, desenhou-se uma prática política e constitucional que vem assegurando a democracia e o crescimento econômico.

A aliança entre o PT e o PMDB apresenta outra relação de forças. Caso o deputado Michel Temer venha a ser o candidato a vice-presidente na chapa da ministra Dilma Rousseff, configura-se uma situação paradoxal.

Uma presidenciável desprovida de voo próprio na esfera nacional, sem nunca ter tido um voto na vida, estará coligada a um vice que maneja todas as alavancas do Congresso e da máquina partidária peemedebista. Deputado federal há 22 anos seguidos, constituinte, presidente da Câmara por duas vezes (1997-2000 e 2009-2010), presidente do PMDB há oito anos, Michel Temer vivenciou os episódios que marcaram as grandezas e as misérias da política brasileira (Alencastro, 2009, online).

Essa análise foi negligenciada no período, mas Temer não foi problema no primeiro mandato de Dilma, entre 2011 e 2014, no segundo é que foram se concretizar as reservas de Alencastro. Veio a se tornar problema com as mudanças na conjuntura econômica e política às quais ainda vamos examinar. Mas é importante observar que Dilma teve coragem em enfrentar o capital financeiro, forçando as taxas de juros para baixo por meio dos bancos públicos, setor. Resta saber se o fez por um alinhamento excessivo ao capital rentista ou por ter uma melhor noção da relação de forças. Ao que tudo indica a segunda opção tenha mais sentido.

Quanto a vitória de Dilma nas eleições de 2014 me pareceu mais devida ao grau de virulência da campanha de Aécio Neves e me pareceu na época uma vitória com gosto amargo. Os debates tinham muito pouco conteúdo programático e foram muito centrados em ataques e defesas, o que parecia no mínimo preocupante. No ano anterior, em 2013, as ruas haviam sido tomadas, à esquerda e depois à direita, e a oposição a Dilma no segundo mandato continuou forte, o país estava num turbilhão. A operação Lava-Jato transmitia no seu início uma nítida impressão, talvez na época por mera suspeita mais que por análise assentada nos fatos, de que tinha o objetivo de atingir Lula. O segundo mandato de Dilma também mostrou uma ascensão de movimentos de direita, alguns centrados no campo das manifestações de rua, como o MBL, outros com objetivo declarado de formação política, por meio audiovisual, como o Brasil Paralelo. Dilma Rousseff terminou impedida, numa sucessão de lances políticos capazes de afligir a quem os acompanhava com relativo grau de atenção, e é disso que se trata nosso objeto de estudo.

Os documentários escolhidos fazem parte de uma ampla lista de produções filmicas que foram produzidas durante e após o processo de impeachment de Dilma Rousseff. Segundo Daniel Leão, aproximadamente 49 produções foram lançadas desde 2013, que

trazem em seu conteúdo a questão da destituição de Dilma da presidência (Leão, 2022). Diante deste montante, decidimos trabalhar com quatro produções, consideradas por nós, como representativas das várias possibilidades interpretativas que o cinema poderia trazer sobre o tema.

Em “O Processo”, Maria Augusta Ramos (2017), utiliza um título que remete ao romance homônimo de Franz Kafka onde o personagem central sofre um processo que não sabe de onde vem. Na estrutura do documentário não existem depoimentos de entrevistados, nem a “voz off”, o estilo empregado pela diretora é o do “documentário direto”, modalidade também empregada pela documentarista em seus outros filmes. Apenas a montagem das filmagens realizadas no Senado, de como a destituição de Dilma tramitou e como era articulada a defesa encabeçada pelo jurista Luiz Eduardo Cardozo. A película pode levar o público ao questionamento de como os políticos se comportariam sem a presença da câmera, que às vezes parece tão próxima. Em outros termos: como se não tivessem que interpretar. Em algumas ocasiões surgem reflexões muito pertinentes acerca do impeachment, que é descrito como dado durante o processo. Uma tônica enfatizada é a alegação da defesa, da aceleração do processo de modo a constituir “golpe parlamentar”. O passado de Dilma, vítima de tortura na Ditadura, é mencionado pela própria e pelo advogado de defesa José Eduardo Cardozo¹, o Golpe de 64 é lembrado por Roberto Requião evocando a fala de Tancredo Neves quando Auro de Moura Andrade declara vaga a Presidência da República: “Canalha, canalha, canalha!”. A interpretação fílmica procura dar voz equilibrada às diferentes visões a respeito da destituição de Dilma Rousseff da presidência, embora a documentarista não se exima de um posicionamento pessoal forte.

“Excelentíssimos”, de Duarte (2018), tem por base filmagens realizadas durante o processo de Impeachment na Câmara Federal, mas cujo objetivo principal, inicialmente, era mostrar a um público mais amplo o funcionamento do parlamento. O filme também é dividido em capítulos. O diretor busca compreender os acontecimentos de 2016 a partir dos posicionamentos e medidas tomadas pelo então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, e dos desdobramentos da eleição de 2014, quando Aécio Neves, num primeiro momento, aceitou sua derrota para Dilma Rousseff, mas em seguida contestou oficialmente o resultado e pela ação do judiciário. Bastante tempo é dedicado ao grampo que o, então, juiz Sergio Moro divulga de conversas entre Dilma e Lula da condução coercitiva realizada sobre o mesmo. A

¹ José Eduardo Martins Cardozo exerceu dois mandatos como vereador, mais dois como deputado federal, foi Ministro da Justiça no período entre 2011 e 2016. Em maio deste ano, se afastou da advocacia-Geral da União para atuar como advogado particular de Dilma Rousseff no processo de Impeachment no Senado.

votação da Câmara é exibida fartamente com os deputados favoráveis ao Impeachment explicitando motivos de ordem pessoal para seus votos, e os parlamentares contrários, embalados pelo jargão “Não vai ter golpe!”, utilizando motivos contrapostos, como a defesa da democracia e a imoralidade do presidente da Câmara.

Já “Democracia em Vertigem”, Petra Costa (2019), parte de um opção estética onde a diretora tece uma espécie de “ego/narrativa” a partir de sua trajetória pessoal e familiar, narrando o filme com sua própria voz. O recurso estético e metodológico da utilização da memória fala alto a quem viveu o período de ascensão e chegada ao poder do Partido dos Trabalhadores. Existe diversificação dos depoentes, o filme dá voz também a pessoas longe das instâncias decisórias da política embora com uma visão bastante próxima do poder, a documentarista entrevista faxineiras do Palácio do Alvorada. Existe uma análise acurada da conjuntura política e ao mesmo tempo o “passado que não passa”, a presença da Ditadura Militar, é maior em qualquer outro dos filmes selecionados. No título, a noção de vertigem associada à democracia pode remeter ao que se esperava do país e das instituições, no momento do lançamento do filme diante do presidente eleito em 2018 e empossado no início de 2019.

A peça da produtora Brasil Paralelo, (2017) “Impeachment: do apogeu à queda”, também concorre com o posto de interpretação mais impregnada de passado. Aderi à visão de mundo olavista, segundo a qual durante a ditadura os militares reprimiram as guerrilhas armadas, mas ficaram de mãos atadas enquanto a esquerda ocupava postos nas universidades e na mídia onde pudessem difundir com facilidade sua visão de mundo. Tecnicamente segue o padrão dos demais filmes da produtora de vídeos Brasil Paralelo, com forte uso de elementos edição, através da trilha sonora e destaques gráficos que funcionam como marcador negativo para o público. Nota-se também excesso de entrevistados, cujos pequenos trechos dos depoimentos selecionados obedecem exclusivamente ao roteiro lido pela “voz off”. Este emprega uma interpretação alternativa dos fatos históricos, proporcionada pelo olavismo, de maneira a moldar a realidade de acordo com a visão esta visão de mundo assumida pela empresa. Tal interpretação é vendida como conteúdo histórico produzido de maneira isenta, na qual os governos petistas, numa falsa rivalidade com tucanos, aparelharam o estado para perdurar no poder e organizaram o maior escândalo de corrupção já realizado no país. Ainda que as memórias estejam em algum lugar que possa afetar o trabalho que segue, ao seu cabo esperamos que não passe de um ponto de partida para a montagem de um quebra cabeças complicado.

No primeiro capítulo, tentamos circunscrever nosso objeto de estudo, a história

política do tempo presente, e explicitar nossas escolhas teórico metodológicas que vão na direção de considerar o cinema como agente, fonte e representação da história (Barros, 2007), e considerar também as implicações das opções estéticas dos diretores para as interpretações que seus filmes fazem do período. Também tentamos construir um panorama de como o cinema vem sendo tratado pelos historiadores desde a influências da segunda geração dos Annales, com (Ferro, 2011), sumariando também algumas obras que indicam para que caminhos vão as pesquisas sobre história e cinema no Brasil.

No segundo capítulo, a proposta é uma análise mais detida nos filmes e das referidas declarações dos cineastas. Descrevemos suas opções estéticas e as implicações destas no tratamento de temas referentes à história e a política. Também nos dedicamos a escrutinar os momentos em que se referiram a seus objetivos, suas referências e pretensões ao tratar de um tema tão candente como os acontecimentos políticos recentes da história do tempo presente. Nossa conclusão é a de que os cineastas dialogaram com o conhecimento que circulava e era debatido, pelos demais intelectuais que tratavam do tema em suas áreas de conhecimento. Sobressai o objetivo dos diretores militantes da direita ideológica em, de alguma maneira, intervir na sociedade do período, predominando a noção do cinema como agente politizador e de difusão de ideias.

No terceiro capítulo nos debruçamos sobre a bibliografia produzida em torno da destituição de Dilma Rousseff. A dividimos entre os auto denominados “livros de batalha”, tentativas de interferir no processo no calor dos acontecimentos, centrados na defesa à qual a retirada de Dilma se configurou como “golpe”, ora parlamentar, ora midiático. Constatamos que um segundo conjunto de textos partiu de um ponto de vista mais distanciado. Alguns autores aderiram também à noção de golpe para os acontecimentos de 2016 e outros a problematizaram optando pelo conceito de impeachment. Consideramos que essa divisão não possa ser vista como rígida, de maneira que muitos estudiosos intercambiaram suas intervenções nos dois tipos de material, mas ainda assim pode ser útil. No que diz respeito aos principais veículos de imprensa, esses apostaram no termo impeachment e recrutaram intelectuais que corroboraram essa perspectiva para lhe dar suporte.

Entre as interpretações mais robustas estão André Singer (2013; 2018), Marcos Nobre (2013; 2022) e Fernando Limongi (2023). Singer, com seus volumes, “Os Sentidos do Lulismo: Reforma Gradual e Pacto Conservador” e “O Lulismo em Crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2020)”, sintetizando anos de pesquisas, cunhou o conceito de lulismo como chave interpretativa para os dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva e também se debruçou a sua crise iniciada ainda no primeiro mandato de Dilma Rousseff e que resultou no

impeachment da presidente em 2016. Partindo de uma inspiração gramsciana, o cientista político da Universidade de São Paulo, utiliza em suas análises dados econômicos, pesquisas de opinião e eleitorais e também está amparado em vasta literatura. O diferencial de sua análise é conseguir tratar das várias dimensões que envolveram o processo do impeachment de Dilma Rousseff, a histórica, a política e a sociológica, dando o devido peso às questões econômicas. Singer produz uma análise de classe, onde um dos principais méritos, principalmente para o primeiro mandato de Dilma, seja tentar responder o questionamento de por que o empresariado, que havia solicitado medidas que favorecessem a produção num pacto capital/trabalho, retirou seu apoio do governo, num curto prazo, passando a reivindicar políticas na direção de corte dos direitos trabalhistas.

Marcos Nobre, filósofo da Universidade de Campinas, também com bastante reflexão acumulada sobre o tema, operando com um arsenal da teoria crítica, “Imobilismo em Movimento: da Abertura Democrática ao Governo Dilma” e “Limites da Democracia: de Junho de 2013 ao Governo Bolsonaro”, inaugurou a noção de pemedebismo. Essa, diz respeito à uma cultura política nascida no PMDB, partido que encarnou a resistência democrática à Ditadura, e logo se espalhou para os partidos de viés fisiológico que viriam a ser denominados como Centrão. Partidos que não conseguiram eleger o governo, porém, no jogo da política, conseguiram impor ao Executivo um conjunto de vetos que fariam o sistema político caminhar, no rumo das conquistas sociais, a passo de tartaruga. Para Marcos Nobre, o arranjo político da Nova República foi guiado por essa cultura e suas análises trazem a vantagem de proporcionar uma visão clara dos agentes cujas ações predominam nesse ciclo político. Quando o sistema político foi pressionado, a partir das manifestações de 2013, se encastelou criando mecanismos de blindagem que permitiram a continuidade do pemedebismo. Ao secundarizar a perspectiva de classe, suas ferramentas para interpretar a realidade trazem a desvantagem de diluir as relações sociais determinantes num sistema um tanto quanto abstrato. Seu diagnóstico é o do esgotamento das energias de um ciclo desenvolvimentista e da ausência de imaginação política para criação e implementação de ideias novas.

Já Fernando Limongi, que tem também um conjunto de reflexões acadêmicas amparadas na noção de “presidencialismo de coalizão”, constrói, em seu último livro “Operação Impeachment”, uma interpretação muito detalhada da queda de Dilma Rousseff, amparada na cobertura da imprensa especializada. Sua análise parte do princípio que uma coalizão funcional, a que havia sido construída por Lula, foi desmontada e tem o mérito de explicitar como seu deu o desmonte, implementado desde o primeiro governo Dilma. Na sua

perspectiva o sistema político brasileiro é detentor de uma autonomia muito grande em relação às outras esferas sociais e a análise cronológica dos fatos traz a vantagem de restituir a Dilma Rousseff o uso das possibilidades que lhe cabiam para que seu governo sobrevivesse, mesmo que com a coalizão abalada. Na sua visão isso talvez fosse possível sem que um agente social tivesse se exacerbado, como veremos adiante. Uma vantagem de Limongi ao debruçar sobre o processo de destituição de Dilma Rousseff numa perspectiva temporal mais afastada pode distanciar sua análise um pouco mais que dos elementos de estilo e personalidade dos agentes envolvidos, o que pode valer para Dilma e Eduardo Cunha. Isso ajuda a afastar as tentações de se interpretar o processo político com base nos enredos de bandido e mocinho, elemento presente em algumas análises e nos filmes que selecionamos.

No capítulo 4, tentamos aferir como os nossos filmes interpretaram com suas opções éticas e estéticas a história política brasileira no tempo presente e acabaram contribuindo para a expansão dos significados dessa história. Como o cinema documentário aborda a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder e a construção de um arranjo político, sobrevivendo a uma crise duríssima, a do Mensalão, o seu enfraquecimento a partir de 2013 e, quando mesmo vindo a conseguir vencer as eleições de 2014, não conseguiu manter o poder havendo Dilma Rousseff sendo retirada da presidência. Todo um conjunto de ações, que foram circunstanciadas pelas situações acima, ganharam as telas dos cinemas, em diferentes recortes, e nossa análise recai em como tais histórias foram contadas, ou tais interpretações foram realizadas.

Como em outros momentos da história, do Brasil e de outros países, esse momento ao qual nos debruçamos foi interpretado por profissionais de uma prática relativamente recente, a de contar histórias por meio de imagens em movimento, os cineastas. Se utilizando de imagens de arquivo, realização de entrevistas, tomadas diretas do parlamento, num momento tão grave quanto a decisão sobre tirar ou não uma presidente do poder, montagem desses materiais nas mesas de edição, tais profissionais nos proporcionam reconstituições da história. São estas reconstituições a que a história, como ciência, também se dedica a escrutinar os meandros e consequências de sua produção e circulação.

Esse é nosso objetivo aqui. Consideramos o conjunto de filmes selecionados como representações da história recente cuja necessidade de estudo se dá pela importância do processo a que se debruçam. Para interpretar esses filmes nos valem da noção de representação de Roger Chartier (1992) relativa à seleção dos fatos que cada grupo julga importante contar, e das formas a partir das quais cada grupo representante utilizam. O cinema se trata então de uma instância com poder de seleção e recorte da “história política”, nos

termos de Rémond (2003), e do que é “político” Rosanvallon (2003). Mais especificamente para as histórias mostradas nas telas, estamos amparados em Lagny (2000) para a qual a representação está não na história contada, mas na forma como esta é contada.

Quando nos debruçamos sobre os filmes relativos à retirada de Dilma Rousseff do poder, então, estamos utilizando as representações da história. Representações que foram amparadas numa memória específica de interpretação da Nova República. Uma fase da República que tem de lidar com algumas permanências da Ditadura Militar (1964-1985). Talvez uma das principais tenha sido a decisão, tomada pelo STF em 2010, de manutenção do caráter da Lei de Anistia de 1979² em não punir os torturadores que violaram os direitos humanos de várias formas possíveis, na repressão das guerrilhas a partir de 1968.

Depois da fase inicial dessa Nova República, em que a prioridade foi eliminar outra efeito da política econômica dos militares, a inflação dos preços, e os presidentes foram os foram José Sarney e o malfadado Fernando Collor, os presidentes eleitos foram Fernando Henrique Cardoso, um intelectual reconhecido, Luis Inácio Lula da Silva, um líder sindical representante de trabalhadores, e Dilma Rousseff uma ex-guerrilheira da resistência à ditadura. Nenhum desses governos conseguiu, efetivamente, realizar justiça contra os responsáveis pela tortura na ditadura, embora os três governantes tenham sentido em graus diferentes o arbítrio ditatorial. FHC teve de ir para o exílio, Lula foi preso no exercício de sua atividade sindical e Dilma foi capturada e barbaramente torturada. A mesma Dilma Rousseff a qual o destino se encarregou de ocupar a presidência do Brasil, que foi festejada por ser a primeira mulher a ocupar o cargo, depois do primeiro operário. Ambos do Partido dos Trabalhadores.

No momento em que os intelectuais passaram a perceber o aumento da tensão política a partir de 2013, um dos sintomas reconhecidos foi a reativação muito forte da memória dos defensores de 1964. Já não era possível se realizar a formulação de que os militares venceram militarmente, mas foram derrotados no campo da memória. Essa memória fortalecida parece ter carregado energias para uma figura que fez carreira política como parlamentar do baixo clero e se tornou popular frequentando programas de auditório defendendo ideias de extrema direita. Logo, o impedimento de Dilma Rousseff, num ambiente político em que o nome de Jair Bolsonaro, entre outras coisas apologeta do torturador

² De acordo com o “Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares” (Lei n. 6.683, 1979).

Brilhante Ustra, se fortalecia e a Força Tarefa da Lava Jato se mostrava no encalço de Lula, o impeachment se tornou um golpe. Talvez tenhamos nos sentido autorizados a utilizar uma formulação empregada por Marx, que alguns diziam já ter se tornado gasta pelo uso, no que diz respeito à repetição de grandes fatos e personagens históricos: “[...] em alguma passagem de suas obras, Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira como tragédia, a segunda como farsa” [em algumas traduções lê-se comédia] (Marx, 2011, p. 25).

Os acontecimentos da política dos últimos anos parecem tornar a citação acima ainda mais profética do que já parecia ser, embora saibamos que tenha sido cunhada em análise rigorosa. Talvez inspire uma revisão nossa de como vislumbrar o que podemos chamar, pela ausência de um termo melhor, de repetições da história. Koselleck (2013) também pode ser um guia quando propõe que:

“[...] combinar de diferentes maneras repetición e innovación, permite registrar retardamientos y aceleramientos en función de la frecuencia con que se conjugan repetición y unicidad. Habría así un aceleramiento cuando, en una serie comparativa, los elementos que se repiten lo hacen cada vez menos que antes y aparecen en cambio elementos novedosos que van despachando las premisas anteriores (Koselleck, 2013, p. 129).

Nesse sentido, talvez possamos também nos debruçarmos sobre o processo da destituição de Dilma Rousseff do poder pensando no que há de novo em relação a outras situações em que um governante foi retirado do poder.

CAPÍTULO 1

Os acontecimentos da política recente

Na fase da nossa história recente em que o Partido dos Trabalhadores emplacou presidentes de suas fileiras, Lula e Dilma, se inventou um estilo de fazer política batizado como lulismo. No afã de conseguir governar com um vasto ecossistema partidário, desde 2005, ainda no primeiro mandato de Lula, estourou o escândalo conhecido como “mensalão” em que altos dirigentes governistas foram acusados de comprar o apoio de parlamentares de modo que facilitassem a aprovação de projetos do governo. Para Sá Motta (2018):

Da perspectiva privilegiada de quem sabe o desdobramento futuro dos eventos, podemos compreender melhor hoje que o caso “mensalão” foi impulsionado pelo desejo de desestabilizar o projeto de poder petista. Pode-se dizer que foi o primeiro round da “luta contra a corrupção” e também a primeira tentativa de destruir o projeto petista (Sá Motta, 2018, p. 542).

O episódio retirou alguns nomes de alto escalão do PT, José Dirceu e José Genoíno do ambiente político, mesmo assim no ano de 2006 Lula conseguiu sua reeleição com relativa tranquilidade, fato que foi interpretado pelo funcionamento do lulismo como estilo político que beneficiou segmentos populacionais negligenciados até então e que votavam com a direita, interpretação dada por Singer (2012). Tal interpretação encontra confluência na formulação de Almeida e Garrido (2023) segundo a qual “[...] é comum que o bem-estar econômico das famílias tenha um peso maior do que a corrupção tanto na avaliação de um governo quanto no voto para lhe dar ou não continuidade” (Almeida; Garrido 2023, p. 119).

A indicação de Dilma Rousseff como sucessora de Lula, ao final de seu segundo mandato, sofreu pouca resistência. Talvez com exceção de Tarso Genro, quando ministro da educação, conforme Carvalho o político, à época do lançamento do nome de Dilma Rousseff para a sucessão presidencial, considerava “[...] ser ‘precipitado [ainda que tenha se retificado:] ‘[...]Sempre que achei que o presidente tenha dito uma coisa arriscada, eu estava errado e ele, certo’. Lula não disse nada ao ministro da Educação, mas falou a outros que Tarso não deveria ter dito aquilo” (Carvalho, 2010, p. 166). Também haviam poucas vozes dissonantes fazendo eco ao argumento da perda de democracia interna no Partido dos Trabalhadores, por não ter realizado convenções para a sucessão presidencial. O mesmo Tarso Genro, depois da publicização da escolha de Lula, que evitou uma disputa interna pela sucessão, acabou justificando a opção por Rousseff a despeito de suas antigas pretensões:

Ocorre que o partido estava fragilizado em função daqueles acontecimentos [mensalão]: Tinha de ter alguém que tivesse um mandato subjetivo do partido para isso. E foi isso que o Lula fez, num vazio de vida partidária, apresentou a candidatura da Dilma como de composição, que não permitisse que os grupos políticos passassem a disputar a indicação. Acho que o Lula agiu corretamente porque havia um vazio de capacidade decisória sobre o assunto (Folha de São Paulo, 2010, online).

Ainda no plano político partidário, Lincoln Secco³ afirma que: “Embora a escolha da candidata não tenha passado previamente pelas instâncias partidárias, o que denotava uma fortíssima dependência do PT ao Governo, não havia possibilidade da candidatura ser escolhida fora dos quadros do partido” (Secco, 2011, p. 240). O fato é que, atravessada a crise do “mensalão”, o PT sobreviveu, porém com alguns quadros importantes inviabilizados na corrida como presidenciáveis. Ainda assim, como partido do chefe do executivo, o PT não apenas resistiu à crise com Lula sendo reeleito em 2006, mas teve força o bastante para ganhar as eleições de 2010. Interpretar estes fatos apenas pela transferência de votos propiciada pelo sucesso do lulismo pode não ser esclarecedor o bastante, realçando apenas a dimensão carismática da noção de lulismo desenvolvida por Singer (2012). Para além de um líder popular ter conquistado a fidelidade eleitoral de parte significativa da população, a ponto de conseguir transferir seus eleitores para outro político, é necessário entender melhor o significado da implementação de políticas públicas para os mais pobres que antes eram desassistidos.

Na dimensão socioeconômica, trazida por Almeida e Garrido (2023), leva-se em conta os avanços sociais em termos de consumo das famílias nos dois primeiros mandatos petistas. O voto no PT passou a ser considerado como investimento por franjas da população que antes estavam à margem do acesso ao consumo: cerca de 30 milhões de brasileiros abandonaram a pobreza tendo o consumo superado a taxa de 6%; aumento do consumo de eletrodomésticos, pois se em 2007 o número de domicílios com este item era 77, 9% em 2007, em 2011 subiu para 90, 9; entre 2006 e 2010 aumentou também os acessos à rede móvel de 53 para 105 acessos por 100 habitantes; os consumo de carne, entre 2003 e 2011, também aumentara 37%, de 80 para 110 quilos anuais; o consumo de cerveja também subiu de 8,5 bilhões para 13 bilhões de litros; para o mesmo período acima também aumentou, na região Nordeste, a frota

³ Talvez seja importante salientar que as duas histórias do PT que utilizamos neste trabalho, são de autores, Secco (2011) e Rocha de Barros (2022), que tiveram ligação com o partido no passado, conforme depoimento dos próprios autores em Secco (2012) e Barros (2023), mas não têm nenhum vínculo atual. Esse elemento não confere maior ou menor credibilidade para suas pesquisas, mas nos informa que seus livros possam estar menos sujeitos a um enquadramento da memória do PT, nos termos Pollak (1989).

de motocicletas, de 1,869.676 unidades para 3.823. 637 e no caso dos automóveis os número aumentou de 2.867.292 para 4.104.100 (Almeida; Garrido, 2023, p. 143).

Dilma Rousseff, por seu turno, foi muito exitosa nos dois primeiros anos de seu mandato, conforme Singer (2017), mas enfrentou a retração no preço dos commodities no exterior o que gerou grave crise econômica, se reelegeu em 2014, porém, num contexto muito desfavorável. O clima de tensão nas eleições de 2014 foi tão grande que Aécio Neves, apesar de tê-lo feito oficialmente, não reconheceu a derrota a posteriori e deu impulso a um movimento que visava boicotar o governo com Dilma. Assim, o PSDB se abriu às possibilidades de chegar ao poder sem eleições, por impeachment ou condenação da chapa Dilma/Temer (Singer, 2017).

Os setores da sociedade que vivenciaram um período de bonança também sentiram a crise e expressaram seu descontentamento. Conforme pontuam Schwarcz e Starling (2016) no final de 2012 já haviam sinais de déficit fiscal, ainda que com pleno emprego. No mês de abril Dilma anunciou queda nos juros reais e aumento de crédito para consumidores nos bancos públicos, em maio baixou o preço da energia e anunciou um pacote de concessões visando aumentar investimentos e gerar empregos através da ampliação da estrutura logística. Porém, no contexto de uma crise internacional com epicentro na Europa, as medidas geraram efeitos graves que descontentaram o setor financeiro que teve sua margem de lucro diminuída com aumento de risco pela oferta aumentada de crédito (Schwarcz e Starling, 2018).

Até o final de 2014, continuam Schwarcz e Starling (2018), a Petrobras arcou com um prejuízo de 50 bilhões de dólares. Em 2015 a economia já estava em queda livre e os juros atingiram uma taxa de 14,25% ao ano. Em junho de 2013 aconteceram 470 manifestações, originadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), com alto teor de insatisfação. Em 13 de junho a violência da polícia paulista deixou 128 manifestantes feridos em uma manifestação. Os manifestantes eram bastante heterogêneos e com organização descentralizada, as manifestações, como reação a violência aumentaram muito em escala. Logo entraram em cena os black blocs com atitude padronizada e agressiva destruindo fachadas de bancos e prédios do governo. Uma terceira ala das manifestações de 2013 já anunciavam o germe de um ativismo individualista, pautado no ódio e pouco afeito ao diálogo, penetrou na interpretação dos eventos por boa parte das esquerdas, PT incluído (Schwarcz e Starling, 2018, online).

Vemos assim uma conjuntura desfavorável se desenrolando desde o primeiro mandato de Dilma, ainda assim, as manifestações se encontravam no espectro da esquerda e até os chamados black blocs não causaram nenhum dano às instituições públicas. Depois da acirrada vitória eleitoral de Dilma 2014 a insatisfação parece ter atingido outro polo das camadas

sociais. O segundo turno e a vitória do PT tiveram como elemento importante a virulência dos ataques do candidato do PSDB Aécio Neves. Em 2015 Dilma iniciou o governo levando à pasta da economia o ultraliberal Joaquim Levy com planos de austeridade que contrariavam as promessas de campanha. Esse movimento foi interpretado com a já conhecida noção de “estelionato eleitoral”, dessa vez empreendida no início do segundo governo Dilma Rousseff. Os defensores do governo argumentaram que era exagero associar a “estelionato eleitoral” o ajuste econômico que Dilma pretendia realizar uma vez que havia feito uma campanha centrada na defesa dos direitos dos trabalhadores, e isto não devia ser visto com tanto espanto, uma vez que tal manobra já fora realizada por José Sarney e Fernando Henrique.

É necessário recordar que em fevereiro de 1986 o governo José Sarney anunciou o Plano Cruzado que, em linhas gerais, criou uma nova moeda e congelou preços, salários e taxa de câmbio, resultando em queda da inflação, aumento de consumo, crédito e emprego, o que rendeu grande popularidade ao presidente. Na visão do ministro da economia da época, Dilson Funaro, o congelamento de preços deveria durar 90 dias, mas Sarney aguardou as eleições em novembro, o que tornou o PMDB um partido com 22 governadores, 38 senadores e 260 deputados. Depois das eleições, Sarney anunciou o Plano Cruzado II, que aumentava os combustíveis em 60,16% e tarifas de energia elétrica e telefonia em 120%, o que fez o Plano Cruzado ser caracterizado como “estelionato eleitoral” (Ferreira, 2018, p. 58).

Nas eleições presidenciais de 1994, cujo vitorioso foi FHC, a propaganda eleitoral gratuita fora iniciada no início de agosto, em simultâneo à divulgação da inflação de julho. Como as taxas de inflação baixaram naquele mês e a implementação do Plano Real foi considerado um dos fatores dessa baixa, os adversários do PSDB ecoaram a expressão já conhecida: “‘É evidente que para nós é estelionato, antecipa-se Marco Aurélio Garcia, coordenador do programa de governo do PT’ e também “‘É um conto-do-vigário e o criminoso não pode nem vai se beneficiar do crime’, ecoa Orestes Quércia” (Rossi, 1994, online). O fato é que, para fins políticos, Dilma foi acusada pela imprensa de esquerda de “governar com a banca e não com a rua”, (Sakamoto, 2015, online), e para os políticos de oposição a decisão serviu como justificativa para retirá-la do poder, como podemos ver no caso de Flexa Ribeiro, ao defender o termo impeachment, o então senador, afirma: “golpe ocorreu lá em 2014” (Agência Senado, 2016).

Nesse mesmo ano de 2014, vimos também o surgimento e ascensão de grupos como o Movimento Brasil Livre, o Movimento Vem pra Rua e o Revoltados on-line, nitidamente oriundos de uma classe média alta. Nas manifestações de 2015 e 2016 esses grupos deram o tom das reivindicações, constituindo como principal alvo a crítica à corrupção, associando-a a

Dilma, Lula e ao PT. A organização era difusa e a convocação ocorria pelas redes sociais. Estas manifestações aconteciam durante a semana depois das dezoito horas, enquanto os grupos favoráveis ao governo se manifestavam aos domingos pela manhã, o povo tomou as ruas com os ventos soprando para o lado da direita.

A “polarização” havia se instalado, e este termo tem sido utilizado na imprensa com frequência, dado que o regime político implantado na Nova República foi conceitualizado, inicialmente por Abranches (1988; 2018), como presidencialismo de coalizão, onde os presidentes cooptam a oposição para poder governar com baixa participação popular foi se modificando ao longo das décadas:

O presidencialismo de coalizão nasceu em 1945, durou 17 anos, descontando-se o interregno parlamentarista de setembro de 1961 a janeiro de 1963. Foi reinventado e praticado por trinta anos na Terceira República (1988-atual). Ele combina, em estreita associação, o presidencialismo, o federalismo e o governo por coalizão multipartidária. Evoluiu ao longo dessas três décadas, com mudanças de regras, em conjunturas bastante variadas e com resultados diferenciados. Houve um elemento de ensaio e erro no desenho das regras do jogo eleitoral. Há uma queda de braço permanente entre os que querem o modelo mais democrático, menos clientelista e menos vulnerável à corrupção, e aqueles que, ao contrário, lutam para preservar o statu quo oligárquico, clientelista e vulnerável à influência ilegal dos endinheirados (Abranches, 2018, p. 6).

Com o agravamento da crise, outro elemento importante foi a ascensão da Operação Lava Jato que, desde 2014, já transmitia a impressão de fixar Lula como alvo principal e tirá-lo da campanha presidencial de 2018. O movimento para alçá-lo à chefia da Casa Civil sofreu resistência do próprio ex-presidente que aceitou o cargo apenas, em março de 2016, quando considerou que não havia outra opção para contornar a crise. A nomeação foi suspensa pelo ministro Gilmar Mendes, em resposta a uma ação movida por dois partidos, PSDB e PPS, que também determinou a permanência da investigação de Lula com o então juiz federal Sérgio Moro, conforme Oliveira (2016). Comentando a situação, Napolitano (2016), tinha a opinião de que a posse de Lula na Casa Civil não bastaria para resolver a crise política. Olhando este episódio em retrospecto, Lincoln Secco afirmou em entrevista, na série documental “A Trama”, dirigida por Antunes e Andrade (2022), dedicada ao período, que não existe o direito apenas à História. Nesse sentido, independente de que a manutenção ou não de Lula na Casa Civil pudesse alterar o destino do governo Dilma, fica patente a imagem à qual o STF tomava e toma suas decisões na direção de onde sopram os ventos da política.

Se em 2014 para formar uma chapa viável o PT teve que fazer uma aliança com o PMDB, com sua natureza notadamente fisiológica, a chegada de Eduardo Cunha à presidência

da Câmara dos deputados, no início de 2015, não tornava essa situação melhor. As análises minuciosas dos eventos, de forma mais distanciada, efetuadas por Singer (2017), Avelar (2021) e Limongi (2023), corroboram que a exasperação era justificada. Tínhamos então, em 2016, grupos de direita dominando as ruas, o poder judiciário debruçado num ataque notório ao principal líder político da esquerda, e aqueles que tinham o poder político nas mãos apenas reagindo às investidas, talvez de maneira atônita.

Hoje, nos parece claro que a maioria das interpretações do evento provenientes da esquerda tentam emular o anjo benjaminiano da história de maneira que se busca no passado explicação e entendimento para o presente, porém se trata de um passado cujas tragédias são tão grandes e com tamanha ausência de justiça a ponto de nublar a interpretação dos fatos. O ponto culminante do engodo que sofremos talvez tenha sido acompanhar o voto do então deputado Jair Bolsonaro, no processo de impeachment de Rousseff, enaltecendo a memória de Carlos Alberto Brilhante Ustra e ficarmos estupefatos unicamente com a defesa da memória de um torturador deixando a imagem do apologeta da tortura encobrir outras nuances do deputado que viria a ser presidente.

A força da memória

Evidentemente a questão da imposição da memória não se dá sem motivos. Para os eventos de 2016, a defesa inconstitucional do torturador num voto para afastar a então presidente que no passado havia aderido à luta armada, traz uma memória amarga demais para um setor da sociedade. Se trata da memória daqueles que não enxergaram mais sentido na política e aderiram aos movimentos de guerrilha urbana, a geração de 1968 descrita por Zuenir Ventura (1988) no seu ensaio clássico “1968 - o ano que não terminou”. Uma geração de jovens que sofreu todo tipo de violação de direitos humanos por aparatos estatais, Oban e sistema DOI-Codi, criados especialmente para a repressão dos que optaram pela luta armada, dentre os quais Dilma Rousseff. Ainda que no argumento de Zuenir Ventura possa haver alguma idealização, não podemos negar que a opção da tomada do poder pela violência estava no horizonte das esquerdas no período, como afiança Rollemberg (2019):

A luta das esquerdas revolucionárias nos anos 1960 e 1970 pelo fim da ditadura não visava restaurar a realidade do período anterior a 1964. Embora buscasse se legitimar na defesa da democracia, estava comprometida com a construção de um futuro radicalmente novo, no qual o sentido da democracia era outro. A construção da memória [pelas esquerdas] deste passado tem sido feita menos à luz dos valores que nortearam as lutas de então e mais em

função do presente, dos anos 1980, quando a referência era a democracia - e não mais a revolução (Rollemberg, 2019, online).

De maneira que os militares devolveram o poder aos civis de forma concertada e salvaguardando seus quadros envolvidos diretamente na repressão pela Lei de Anistia, do governo Figueiredo. Já aqueles que sofreram o arbítrio da repressão estão à espera de uma justiça que não foi realizada.

Consideramos importante levar em conta a formulação de Napolitano (2015) segundo a qual o período entre 1974 e 1994 se trata de uma fase em que: “[...] a classe média escolarizada e os movimentos sociais se tornaram protagonistas na construção de uma memória crítica ao regime” [...] (Napolitano, 2015, p. 22). As motivações desse setor foram o fim da sensação de bonança gerada pelo consumismo do milagre econômico e um retorno inflacionário que acentuou a percepção do arrocho salarial. Com o fim do regime, passou a prevalecer então a memória da ditadura como uma lacuna histórica de usurpação autoritária e violência política. Passou a prevalecer ainda a condenação da opção das guerrilhas pela luta armada, por liberais e setores da esquerda pecebista, ações que teriam apenas retroalimentado a violência impetrada pelos militares. Elaborou-se então a perspectiva da política como “produção de consensos” e “negociação de conflitos”, porém com grande dificuldade para se livrar dos “legados institucionais” e “amarrações jurídicas do período” (Napolitano, 2015, p. 24).

Fazer a chamada justiça de transição da ditadura para a democracia, foi uma iniciativa observada nos governos de FHC e Lula, mas considerada excessivamente tímida, como nos mostra Schmidt (2007). No primeiro mandato de FHC, em 1995, o governo federal se responsabilizou pela morte dos desaparecidos garantindo às famílias o direito ao reconhecimento do óbito com posterior indenização. Porém, operando em conformidade com a Lei de Anistia. Já em 1997:

Um decreto do presidente Fernando Henrique Cardoso [...] estabeleceu os prazos de 5 anos de sigilo para os documentos reservados, 10 para os confidenciais, 20 para os secretos e 30 para os ultra-secretos. Todos poderiam ser renovados apenas uma vez. No final de seu segundo mandato, por pressão dos militares, o presidente prorrogou esses prazos, estabelecendo 10 anos para os documentos reservados, 20 para os confidenciais, 30 para os secretos e 50 para os ultra-secretos, podendo esse último ser renovado por tempo indefinido. Começava aí um novo lance da batalha de memórias: a luta pela abertura dos arquivos da ditadura (Schmidt, 2007, p. 138).

Havia expectativa, ainda conforme Schmidt (2007), em setores da esquerda que Lula

revogasse tal decreto, uma vez mesmo antes de ganhar a eleição para seu primeiro mandato, já havia se comprometido com a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a repressão. Mas a declaração da Presidência da República, na efeméride de 2004, afirmava que: “[...] devemos olhar para 1964 como um episódio histórico encerrado. O povo brasileiro soube superar o autoritarismo e restabelecer a democracia. Cabe agora aos historiadores fixar a justa memória dos acontecimentos” (Folha de São Paulo, online). Justa memória esta que pode ser lida como “[...] ‘verdade dos fatos’ [competindo aos historiadores mantê-los] no passado, bem distantes dos debates políticos do presente” (Schmidt, 2007, p. 142).

Uma polêmica resultante da divulgação de fotos do jornalista Vladimir Herzog ainda vivo, pelo Correio Braziliense, acirrou um debate social em torno da abertura dos arquivos repressivos. Um dos resultados foi a proposição, por parte do então deputado Luís Eduardo Greenhalgh, da criação de uma Comissão Nacional da Verdade com objetivo de investigar os arquivos dos órgãos de segurança, o que não se concretizou na época. Porém, o governo:

No final de 2004, editou um decreto reduzindo o prazo para a abertura dos documentos oficiais classificados como sigilosos. Porém, através de uma medida provisória abriu uma brecha para que, na prática, fosse mantido o “sigilo eterno” em certos casos imprescindíveis “à segurança da sociedade e do Estado”. O decreto também criou a Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas, responsável pela autorização final antes da divulgação dos acervos ao público. A Comissão reuniu-se pela primeira vez em dezembro de 2004, e requisitou os arquivos das Forças Armadas. A medida incluía todos os documentos produzidos nos 40 anos anteriores e atingia ainda a Agência Brasileira de Inteligência, a Polícia Federal, a Comissão Geral de Investigações e o Conselho de Segurança Nacional. Previu-se, também, a requisição de acervos em poder de particulares (Schmidt, 2007, p. 148).

No governo Dilma tentou-se dar um passo adiante com a implantação da referida Comissão da Verdade, o que foi considerado por militares como revanchismo, mesmo a comissão não tendo a competência para a condenação dos crimes descobertos, conforme Menjoulet (2015). A proposta da Comissão havia sido incluída na terceira edição do Programa Nacional de Direitos Humanos em 2009 e ao longo de 2010 foram realizadas dezenas de reuniões e muito debate na Imprensa, o que voltou a ocorrer em novembro de 2011 (Vannuchi, 2021). A aprovação da Comissão Nacional da Verdade contou com um Congresso que ainda não era refratário a Dilma Rousseff no seu primeiro mandato e não tão controlado pela direita como no momento em que escrevemos. O relatório da CNV publicado em novembro de 2014 ajuda a realçar a memória crítica sobre a Ditadura traz um saldo sobre o qual:

Foram recomendadas 29 medidas, sendo que algumas delas incidem diretamente sobre a questão da memória: a proibição de comemorações oficiais do golpe de 1964; o reconhecimento pelas Forças Armadas das violações cometidas contra os direitos humanos; a reformulação do conteúdo curricular das academias militares (sobretudo em relação ao ensino de história); o incremento de uma política de preservação da memória das violações dos direitos humanos durante o regime, devidamente articulada a políticas educacionais.

Foram reconhecidos, oficialmente, 434 mortos e desaparecidos políticos (dos quais 210 continuam desaparecidos), e responsabilizados 361 agentes de Estado por “graves violações aos direitos humanos” (Napolitano, 2015, p. 25).

Como o STF reafirmou em 2011 o conteúdo da referida Lei de Anistia que anistiou os crimes políticos e “conexos”, ou seja, tortura, assassinato, ocultação de cadáver, etc, se realçou o sentimento de injustiça aumentando e atualizando as ruínas e os escombros para os quais o anjo da história olha, porém sem conseguir se mexer. Mesmo a memória crítica da ditadura tendo sido nitidamente hegemônica por bastante tempo, não houve força política para se fazer justiça em relação aos mortos e desaparecidos e resolver problemas como o referente ao currículo das academias militares apontado acima.

Porém, ainda que a memória dos que foram vitimados pelo Estado durante a repressão da Ditadura Militar aos movimentos de guerrilha tenha prevalecido incólume durante período significativo da Nova República, devemos nos lembrar também que uma memória justificadora do arbítrio não havia desaparecido. Esta memória passou a circular na sociedade com mais força entre 2003 e 2014 alimentada por revisionismos ideológicos, reedições das “marchas da família” e clamores pela “volta dos militares” (Napolitano, 2015, p. 33). Para aqueles que carregam essa memória da extrema-direita é a quem faz eco o voto de Jair Bolsonaro em apologia a Brilhante Ustra, um contingente populacional nostálgico da Ditadura com outras características entrecruzadas:

A versão mais “puro sangue” da extrema direita dispensa o bom humor e se manifesta a partir de algumas vertentes: a) negacionismo que recusa a existência de tortura a presos políticos; b) nostalgia que representa a ditadura como época de prosperidade, honestidade pública e segurança aos trabalhadores; c) autoritarismo conservador como saída legítima para a crise política e moral brasileira, rejeitando valores liberais ou socialistas; d) elitismo como forma de explicar a crise moral da sociedade brasileira da era PT; e) moralismo que vê a política como reino da corrupção e prega uma cruzada moral para regenerar as instituições corrompidas pelo “lulopetismo” (Napolitano, 2015, p. 34).

Devemos retroceder um pouco e lembrar que tal memória não desapareceu no Brasil do período da transição para a democracia. A Lei de Anistia preservou os militares da responsabilização pelas violações de direitos humanos. Mesmo nos momentos em que a memória crítica era predominante na opinião pública, os militares não deixaram de cultivar a sua memória dos fatos, como nos mostrou João Cezar de Castro Rocha (2020; 2023). O historiador chamou atenção para o fato de que desde o governo Sarney militares da chamada linha dura tentaram trazer a público o livro chamado ORVIL. A publicação contava com uma versão alternativa das descobertas trazidas a lume pelo Projeto Brasil Nunca Mais que comprovou a prática da tortura como política de Estado durante a ditadura. A versão dos militares justificava o golpe de 1964 como uma necessidade, diante da organização das esquerdas, com o objetivo de manter o poder político longe dos “comunistas”. Essa memória militar ganhou força com a militância de Olavo de Carvalho, principalmente a partir da implantação da Comissão da Verdade, e também com a publicação de “A Verdade Sufocada”, do cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra (2006), notório torturador.

No ano de 2024, o que pode exceder nosso recorte de análise, tivemos nova efeméride de 1964. A decisão do atual governo Lula foi a de não realizar nenhuma comemoração oficial sobre o período. Na visão de Carolina Silveira Bauer (2024), o termo chave é conciliação: “O fato do governo federal se eximir das discussões sobre o passado e se abster da responsabilidade sobre a ditadura é uma opção política que se crê benéfica e necessária para assegurar a ‘conciliação’” (Bauer, 2024, online). A historiadora associa a atitude à mesma tomada na conjuntura do primeiro governo Lula, quando a questão da ditadura foi tratada como assunto encerrado e frisa estarmos diante do

[...] paradoxo de se conhecer os crimes cometidos pela ditadura militar e ao mesmo tempo sustentar a conciliação se mantém porque setores da sociedade brasileira, antigos apoiadores da ditadura, tentam, hoje, desvincular-se da imagem de colaboradores, representando-se como esmagados “por uma ditadura alheia a sua vontade, imposta, um corpo estranho [...]” (Idem). Este deslocamento de sentido permitiu a perpetuação da impunidade e, ainda, a indisponibilidade dos arquivos da ditadura (Bauer, 2024, online).

Se olharmos para 2016 podemos nos deparar com um evento, golpe ou impeachment, cuja batalha por significado gira em torno de agentes históricos que surgiram na esfera pública por ocasião do regime político implantado com o Golpe de 1964. Nas nossas fontes, os documentários, a presença do Golpe civil militar é inescapável, uma vez que muitos daqueles que defendiam a retirada de Dilma Rousseff estavam imbuídos dos valores de 1964,

mas sobretudo por que no momento da produção dos filmes tínhamos a ascensão de um candidato que chamava para si os valores dos vencedores de 64, Jair Bolsonaro. No lançamento dos filmes, este já havia vencido as eleições. Assim, estava-se entre a retirada da mulher guerrilheira, a “guerreira da pátria brasileira”, que foi barbaramente torturada durante a Ditadura e o empossamento do apologeta dos torturadores. Por um lado, a presença de 1964 na retirada de quem se opôs ao regime arriscando a própria vida, por outro, sua presença no retorno de quem honra a memória dos que massacraram os mesmos guerrilheiros. Pensando nestes termos, pode fazer sentido a formulação de Arantes (2014, p. 2010), “O mundo começou a cair no Brasil em 1964 e continuou ‘caindo para sempre’, salvo para quem se iludiu enquanto despencava”.

O tempo presente

Se circunscrevermos “o início dos tempos”, ou do tempo presente, a 1964, podemos aliar a formulação de Arantes (2014), do parágrafo anterior, à do historiador Henry Rousso (2016) para o qual o início do tempo presente é balizado pela “última catástrofe em data”, que em âmbito mundial se trata do holocausto: “[...] toda história contemporânea começa com ‘a última catástrofe em data’, e em todo caso a última que parece a mais loquaz, senão a mais próxima cronologicamente” (Rousso, 2016, p. 23). Já em escalas menores, em âmbitos regionais, para o mesmo autor, a grande catástrofe se repetiu coincidentemente em catástrofes menores, no nosso caso a Ditadura iniciada em 1964:

[...] é no exato momento em que a Europa empreende em grande escala uma nova onda de reparação judicial, moral ou financeira dos crimes cometidos pelos nazistas contra os judeus, que questões semelhantes surgem quase em todo lugar no mundo, colocando dilemas análogos àqueles, mal resolvidos, de 1945 (Rousso, 2016, p. 222).

Em outras palavras, ao passo que a memória do holocausto se espalhou em nível mundial dando ao extermínio de judeus o status de principal tragédia fundante do tempo presente, se desencadeou uma miríade de tragédias localizadas em regiões diferentes do globo. Tragédias das quais 1964, e mais especificamente 1968 por demarcar o período de recrudescimento da Ditadura com o AI-5, constitui o marco do nosso tempo presente. Da época em que Carlos Alberto Brilhante Ustra, enaltecido em 2016 no voto pró impeachment de Jair Bolsonaro, foi o chefe do DOI-Codi em São Paulo para os dias de hoje, tivemos o período de distensionamento que costumamos denominar como “abertura política”. Nesta

abertura, que seria realizada de forma segura, lenta e gradual, os militares brasileiros ainda lograram criar salvaguardas para seus quadros e agentes envolvidos com os crimes da repressão, com a Lei de Anistia. Com a realização das eleições indiretas em 1985, que elegeram Tancredo Neves, o governo de José Sarney, a eleição, esta sim direta, de Fernando Collor, em 1989, e os escândalos inerentes a seu governo, cujo mandato foi concluído por seu vice, Itamar Franco, não se questionou no Brasil a questão da justiça de transição da ditadura para a democracia. Estas questões foram tocadas apenas nos governos FHC, nos governos Lula, e mais incisivamente no primeiro mandato de Dilma Rousseff com a instauração da Comissão da Verdade, em novembro de 2011, mesmo que sem poder de punição aos violadores de direitos humanos, uma vez que em 2010 o STF provocado pela OAB, rejeita revisar a Lei de Anistia.

Dado o contexto, a Comissão pode ter contribuído para o conhecimento da verdade, porém não para a realização de justiça e certamente para se acirrar os ânimos dos militares e daqueles seus partidários que guardam a memória do “Golpe de 1964” como “Revolução” que livrou o Brasil do comunismo. Detentores de uma memória bastante ativada, os defensores de 1964, como apontou Motta (2013), passaram para a disputa aberta:

Se, de início, prevaleceram relatos das pessoas atingidas pela repressão, ou de seus familiares e amigos, agora começam a aparecer em maior número testemunhos provenientes do outro lado da trincheira, de antigos agentes do aparato repressor. Tal movimento é mais visível nos casos de Brasil e Argentina, em que grupos de militares da reserva engajam-se em nova batalha, desta feita no terreno da Memória. Percebendo sua desvantagem nesse campo de luta, em contraste com sua vitória no conflito armado, mobilizam-se para evitar a derrota no plano das representações. Seu ponto de vista é que a Memória da esquerda falseia a realidade e, por isso, propõem-se a prestar serviço à verdade ao falar do passado. E este é o único ponto de contato entre as memórias em disputa: todas reivindicam a sua versão dos acontecimentos como a verdadeira, conferindo-lhe caráter sagrado e inquestionável (Motta, 2013, p. 60).

Pelo menos três documentários já eram filmados durante as votações e articulações do impeachment de Dilma Rousseff, no calor dos acontecimentos, “Democracia...”, “O Processo” e “Excelentíssimos”. Já “Impeachment ...” da Brasil Paralelo foi lançado em 2017, contendo via de regra a memória positiva de 1964. Já Petra Costa (2019), Douglas Duarte (2018) e Maria Augusta Ramos (2019) dirigiram filmes críticos à memória da ditadura.

O dilema trazido pela ausência de justiça, corrente na Nova República, coloca as esquerdas numa espécie de cilada. Em toda a efeméride de 1964 há de necessariamente se reafirmar a memória dos vencidos, exigir a revelação da localidade dos cadáveres

desaparecidos e a punição dos perpetradores de direitos humanos por um imperativo ético. Porém, quando se tentou realizar uma Comissão da Verdade, tolhida pelo STF, os militares e seus partidários acusaram de sofrer revanchismo.

Análises de historiadores, e demais intelectuais das humanidades e Ciências Sociais, também incorporaram a noção de “golpe” para interpretar como Dilma Rousseff foi retirada do poder Executivo. O cinema documentário pode ter, num primeiro momento, se alimentado e difundindo tais análises e, posteriormente, alimentado outras que vieram. Nossa hipótese, desde a elaboração do projeto para esta pesquisa, é a de que os filmes do cinema documentário profissional, “O Processo” de Ramos (2017), “Excelentíssimos” Duarte (2018) e “Democracia em Vertigem” Costa (2019), incorporaram a noção de Golpe em 2016 com referência ao Golpe de 1964, a despeito dos elementos conjunturais que as mesmas obras trazem reconstituindo alguns fatos importantes deste início de século XXI. O que acreditamos que tenha acontecido nesse caso foi a interpretação do presente imediato com base na imagem sedimentada de um “passado que não passa”, a saber: 1964 como período a partir do qual o tempo foi suspenso, nos termos de Arantes (2010).

A peça do Brasil Paralelo, “Impeachment do apogeu à queda”, que constitui uma versão alternativa à cinematografia mencionada acima, participa de uma visão oposta na qual a sociedade se organizou para mandar um recado aos políticos, não queremos mais esse “governo corrupto de esquerda” que estabeleceu um projeto de dominação durante a Nova República. Na visão dessa produtora, o impeachment de Dilma Rousseff fazia parte de um despertar pelo qual a sociedade brasileira atravessava, uma utopia ultra-liberal conservadora, um “Brasil Paralelo”.

Cinema documentário e história

Tendo em vista que o principal corpo de fontes é oriundo do cinema, consideramos importante delimitar a natureza destas fontes. Para Marcos Napolitano, o cinema:

[...] ocupa um estatuto intermediário entre as duas ilusões [...], a "objetivista" e a "subjetivista". Seu caráter ficcional e sua linguagem explicitamente artística, por um lado, lhe conferem uma identidade de documento estético, portanto, à primeira vista, subjetivo. Sua natureza técnica, sua capacidade de registrar e, hoje em dia, de criar realidades objetivas, encenadas num outro tempo e espaço, remetem, por outro lado, a certo fetiche da objetividade e realismo, reiterado no pacto que os espectadores efetuam quando entram numa sala de cinema ou ligam um aparelho de televisão. (Napolitano, 2008, p. 236).

A ideia do cinema como dispendo de estatuto intermediário é crucial. As histórias contadas trazem concepções, visões de mundo, com o objetivo de influenciar no debate público. Simultaneamente a forma como o que é mostrado na tela chega ao público necessita ser levada em conta, na medida em que um filme pode ser assistido em um cinema, exigindo deslocamento, ou no âmbito doméstico em um aparelho de TV ou um dispositivo móvel. O aspecto objetivo remete às transformações que a maneira de produzir imagens cinematográficas passou desde o final do século XIX ao início do XXI, das projeções dos irmãos Lumière às telas dos smartphones. Essa transformação do aparato técnico sintetiza, em grande medida, transformações do capitalismo.

Podemos depreender do cinema três grandes estruturas, agora acompanhando os termos de Ferreira (2018), a ficcional, a documentária e a educativa. A que diretamente interessa para nossa proposição de pesquisa é a documentária, que é marcada pela produção de uma memória, uma intenção político educativa e por ostentar uma espécie de lastro com a realidade, embora documentário e ficção possam não estar tão distantes. Vejamos: “O documentário é “[...] a representação sobre alguém ou algum acontecimento sob o ponto de vista de uma determinada pessoa ou instituição. Nesse sentido, ele está imbuído de significados, aparentes ou não, embora muitas vezes se pretenda imparcial” (Ferreira, 2018, p. 64.)

Sabemos sobre o documentário ser diferente de maneira significativa dos outros gêneros cinematográficos, por estarem, conforme Nichols (2005):

[...] baseados em suposições diferentes sobre seus objetivos, [envolverem] um tipo de relação diferente entre o cineasta e seu tema e [inspirarem] expectativas diversas no público [Mas] alguns [...] utilizam muitas práticas ou convenções que frequentemente associamos à ficção, como, por exemplo, roteirização, encenação, reconstituição, ensaio e interpretação (Nichols, 2005, p. 17).

Assim, consideramos importante trabalhar com a perspectiva de que o documentário, apesar de carregar uma “impressão de realidade”, ainda é um filme que carrega as marcas de seus realizadores. Por sua estruturação, há quem aproxime o trabalho do cineasta documentarista ao do historiador e acreditamos que a comparação não seja vã. Uma concepção de documentário, que o aproxima ao trabalho do historiador, é a de Barros (2007) que define este gênero fílmico como

trabalhos de representação historiográfica através de filmes, diferenciando-se dos atrás mencionados filmes históricos seja pelo rigor documental em que se apoiam, seja pelo facto de que neles o factor estético é deslocado para segundo plano e não é quem conduz os rumos da narrativa ou da construção fílmica. Desta maneira, enquanto o filme ⁷ criativamente um evento ou processo histórico, tomando-o para enredo, o documentário historiográfico analisa os acontecimentos à maneira dos historiadores, comparando depoimentos e fontes, sobrepondo imagens da época, analisando situações através da lógica historiográfica e do raciocínio hipotético-dedutivo, e encaminhando uma série de operações que são algo similares àquelas das quais os historiadores lançam mão ao examinar um processo histórico em obra historiográfica em forma de livro. Assim, o fio condutor do documentário historiográfico é essencialmente a análise de eventos e processos históricos, e não a mera narração destes processos mediada pelo mesmo tipo de estetização que aparece nos filmes ficcionais. Vale ainda lembrar que, enquanto o filme histórico oculta as fontes em que se apoiou, o documentário histórico desenvolve-se habitualmente explicitando as suas fontes aos espectadores e marcando uma distância clara entre o discurso do cineasta-historiador e estas mesmas fontes (o discurso dos outros, as imagens e documentos de época, e assim por diante). Em suma, ressalvadas as especificidades de cada linguagem e as características pessoais de cada autor, o cineasta-historiador age analogamente ao que faria um historiador tradicional que escreve um livro de História nos dias de hoje (Barros, 2007, online).

O documentário é o gênero que causa maior sensação de legitimidade, na medida em que, desde Boleslaw Matuszewski no século XIX, perdura a associação “documentário-verdade”. Historicamente, a linguagem documental sofreu mudanças significativas pelo advento do som e de novas possibilidades de montagem. Entre suas características principais está uma narração conduzida por uma voz fora do campo da filmagem, conhecida como “voz de Deus”, “voz oculta” ou “voz off”. Característica essa contribuiu para associação do gênero à perspectiva educativa. A partir dos anos 1960 a gravação do som direto contribuiu para uma renovação da linguagem documental, facilitando a utilização de entrevistas. No século XXI, a popularização das câmeras digitais e a difusão de programas de edição para computadores ampliou exponencialmente as possibilidades de produção e difusão de vídeos pela rede mundial de computadores (Ferreira, 2018). Este último aspecto, referente à evolução da tecnologia digital, suscita reflexões inerentes inclusive ao âmbito teórico deste trabalho.

Assim, na imbricação Cinema-História, o documentário é um gênero, e simultaneamente estrutura fílmica. Sua feitura pode se dar de forma muito aproximada com o trabalho do historiador. A comparação entre depoimentos e fontes, a utilização de raciocínio lógico e hipotético dedutivo e determinada distância do cineasta com suas fontes são de fato elementos que aproximam o fazer do documentarista ao fazer histórico. Mas acreditamos que

o primeiro ainda pode ter uma margem maior de liberdade na confecção de seu trabalho, considerando que o documentário está circunscrito ao campo da arte e tal distinção é fundamental. Ainda que um filme documentário seja uma estrutura portadora da “impressão de realidade” ou de um status de verdade, o documentarista, gozando da liberdade artística, talvez possa ligar de maneira distinta com o poder de veto da fonte que se refere Koselleck (2008):

Uma fonte não pode nos dizer nada daquilo que cabe a nós dizer. No entanto, ela nos impede de fazer afirmações que não poderíamos fazer. As fontes têm poder de veto. Elas nos proíbem de arriscar ou de admitir interpretações as quais, sob a perspectiva da investigação de fontes, podem ser consideradas simplesmente falsas ou inadmissíveis. Datas e cifras erradas, falsas justificativas, análises de consciência equivocadas: tudo isso pode ser descoberto por meio da crítica de fontes. As fontes nos impedem de cometer erros, mas não nos revelam o que devemos dizer (Koselleck, 2008, p. 188).

Nos interessa também a definição de documentário como trabalho de “representação histórica” o que nos leva a atentar para o conceito de representação.

Representação

O conceito de representação é polissêmico e de largo uso, principalmente na filosofia, nos termos de Lefebvre (1983). A transição historiográfica de uma história das mentalidades, que a considerava como estrutura para uma “história das representações”, termo que se difundiu no Brasil no seio da “história cultural”, se deu em algumas perspectivas diferentes, embora para Cardoso (2000) ainda estivesse se falando de uma “história do mental”.

Uma noção de representação bastante influente é a do historiador francês Roger Chartier. Este faz uma crítica à história das mentalidades baseado em Foucault: “[...] os objetos que a história das mentalidades escolhia estudar apareciam, nela, como categorias universais válidas por si mesmas, quando, na realidade, não passam de objetos construídos no e pelo discurso”. Também se ampara no conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu, “[...] estrutura estruturante que organiza as práticas e a percepção das mesmas [e] estrutura estruturada: o princípio da divisão em classes lógicas que organiza a percepção do mundo social [...]”. Outra influência foi a de Norbert Elias que considera como unidade básica do social os indivíduos. A obra do sociólogo alemão lhe permitiu articular o conceito de cultura como cultura intelectual e práticas culturais cotidianas. Nas palavras de Chartier,

[...] a noção de "representação coletiva" autoriza a articular [...] três modalidades de relação com o mundo social: [...] o trabalho de classificação e de recorte que produz configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais "representantes" [...] marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe. (Chartier, 1991, p. 183).

O autor propõe, então, uma apropriação da “representação coletiva” de Mauss e Durkheim pelas quais pode: estabelecer uma seleção produtora de configurações intelectuais construtoras da realidade; práticas referentes a determinada identidade social; e formas a partir das quais representantes ou agentes demarcam a existência de seus grupos. Assim, podemos pensar nas identidades sociais construídas pelo tensionamento entre as representações determinadas pelos que detêm o poder da seleção e do recorte e a definição que cada grupo produz de si, o que eleva a importância do conceito de representação na esfera do que é político, nos termos de Rémond (2003) e Rosanvallon (2003).

Pois pensando com René Rémond, precursor de uma história política renovada no caso francês que, para além de perscrutar o passado com categorias da ciência política, constata um estado de coisas que talvez possam fazer ainda mais sentido nos dias que atravessamos:

Os cidadãos se sentem mais membros de um corpo político, e consentem mais que nunca em participar de decisões que afetam a coletividade. [...] Talvez até ocorra que esse interesse pela política às vezes passe da medida e não esteja livre de algum excesso. Algumas pessoas passaram assim alegremente da constatação de que o político está em toda a parte à ideia de que tudo é político. A contestação torna então a política responsável por tudo o que deixa a desejar a crer que é também a política que detém a solução de todos os problemas, inclusive os das vidas pessoais: bastaria modificar o regime para que todas as dificuldades se resolvessem; mudemos a maioria e a vida mudará, (Rémond 2003, p. 25).

Embora a ressalva de Rémond estivesse levando em conta a conjuntura do “1968” francês, nos dias atuais a politização tenha se exacerbado pelo protesto parecer ser elemento chave. Para a conjuntura que vale para este trabalho, no espectro da esquerda, o protesto por direitos se desacoplou do sistema político, ou da política, o que pode valer para de junho de 2013. Nesse sentido, protesto é encarado como participação política, e como recado ao sistema político, que visa transmitir-lhe a insatisfação dos cidadãos. O que veio depois, a

partir de 2014, foi a captura do protesto por outros grupos e com outros interesses, que visavam, como pôde se ver em 2015 e 2016, não necessariamente na troca do regime, mas na substituição do espectro político do incumbente. O que não se deu por meio de eleições em 2014, mas por retirada via parlamento em 2016.

Todos os eventos ocorridos entre 2013 e 2016, das jornadas de junho à retirada de Dilma Rousseff, podem ser lidos no registro apontado acima por Rémond, de que “tudo é político”, entretanto, “tudo” e “nada”, como vagos campos opostos, também podem ser interpretados como sinônimos. Assim, o descontentamento com elementos como preço das passagens do transporte coletivo, qualidade da saúde pública, combate à corrupção, somas astronômicas empregadas na construção de estádios para super eventos, perda de poder aquisitivo da classe média é político. Mas a forma de canalizar tal descontentamento para que este se torne energia capaz de pressionar os dirigentes do sistema político a equacionar as necessidades e anseios sociais se daria por meio de uma representação política eficaz cujo funcionamento poderia se dar de forma mais ou menos satisfatória a depender de outras variantes para além do regime político. Assim, para uma concepção ampla de política, na qual o político está em toda a parte, talvez se deva levar em consideração as inter relações entre o modo de vida da democracia e modo de organizar as sociedades, o capitalismo, mais especificamente o capitalismo na sua fase neoliberal que começa a vigorar a partir da década de 1970.

Assim, ao valorizar não apenas a política “strictu sensu”, dos pleitos eleitorais, da vida dos homens e mulheres de estado, essa perspectiva leva em conta situações onde o pensar e o agir político extrapolam a dimensão da política tradicional uma vez que também está presente em outras instâncias da vida.

Também vai por esse caminho Pierre Rosanvallon (2003) ao defender uma história que leva em conta do que se trata uma história “do político”, em detrimento também de uma história política em sentido estrito. Considera as representações, nessa perspectiva, como matéria constituinte da experiência social. O conceito proporciona riqueza e complexidade à noção de determinação, uma vez que pode orientar para o agir, trazendo o pensável e o possível, de maneira que as representações e relatos podem antecipar e legitimar ações efetivas. Nos seus termos

Pensar lo político y hacer la historia viviente de las representaciones de la vida en común se superponen en este enfoque. Pues es a un nivel ‘bastardo’ que hay que aprehender siempre lo político, en los entrelazamientos de las prácticas y las representaciones (Rosanvallon, 2003, p. 48).

Podemos pensar, com os autores acima elencados, o documentário como uma construção técnica e artística que produz significados sendo também representações. Nesse sentido, uma representação marca a ausência do real, referente, ao mesmo tempo que produz significados e articulam memórias sobre a realidade. Tais significados não são necessariamente livres de interesses, ao mesmo tempo que o processo vivido não tem um rumo estabelecido e direcionado. Consideramos então os documentários uma estrutura fílmica onde a história e a política, tem um lugar privilegiado de representação, levando em conta a formulação de Mattos (2018) na qual enfatiza que “[...] a partir de 2013 houve uma repolitização do cinema documentário brasileiro, trata-se de um novo documentário político que circula massivamente pela internet e é produzido à margem dos sistemas tradicionais” (Mattos, 2018, p. 506). Parece produtivo também considerar fontes desta natureza de forma acoplada com a história política.

Analisando filmes

Para análise de nosso material é impossível deixar de levar em conta que os elementos narrativos básicos do filme, documentário ou ficcional, são os planos e as sequências, conforme Napolitano (2008): “O plano é o quadro, o enquadramento contínuo da câmera, situado entre um corte e outro. A sequência é a junção de vários planos que se articulam, por meio da montagem/edição, por alguma contiguidade cênica ou narrativa [...]” (Napolitano, 2008, online). Num primeiro momento vamos proceder uma espécie de varredura, uma “descrição densa” nesses mesmos elementos com o objetivo de mapear seus significados e manter a atenção nas “[...] estratégias de ligação dos planos e das sequências: os personagens, o figurino, o cenário, a textura e os tons predominantes nas imagens, o ângulo da câmera, os diálogos, a trilha sonora [...]” (Napolitano, 2008, online).

Também devemos levar em conta o que implica uma filmagem. O diretor decide, numa determinada cena, se realiza a captura da imagem dos personagens, de corpo inteiro de peito ou da cabeça para cima. Pode ocultar elementos ou pessoas. Além da filmagem também existe a montagem, nos termos de Bernardet e Ramos (2013), o momento quando “[...] as imagens filmadas serão selecionadas e colocadas numa determinada ordem.” (Bernardet e Ramos, 2013, online). Estes elementos fazem cair por terra a noção de que o documentário reproduz a realidade, pois na verdade se trata de uma construção onde o cineasta tem amplas

possibilidades de impor sua visão dos fatos.

Existem outros elementos, específicos do gênero documentário, aos quais devemos estar atentos. Sobre utilização de imagens de arquivos ou filmicas de segunda mão. Também se o estilo da narração, a “voz over”, ou “voz de Deus”, tenciona de alguma forma as imagens mostradas ou depoimentos criando alguma contradição. Sobre a utilização das entrevistas, quanto tempo do filme é dedicado a estas? Qual o papel dos entrevistados, corrobora a tese do filme, meramente uma cabeça falante, ou fornece algum matiz contraditório ou que possibilite questionamento ou alguma reflexão mais complexa? (Morettin et. al., 2016); (Napolitano, 2008, p. 151-178). Entretanto, meramente decompor os componentes de um filmes documentários não é suficiente para dar-lhes significado palpável, a respeito da realidade, para além dos objetivos do cineasta.

Acreditamos que uma boa metáfora para o trabalho do historiador cujas fontes são filmes, seja a do caçador, utilizada por Ginzburg (1988):

Por milênios o homem foi caçador. Durante inúmeras perseguições, ele aprendeu a reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufo de pêlos, pílulas entranhadas, odores estagnados. Aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barba. Aprendeu a fazer operações mentais complexas com rapidez fulminante, no interior de um denso bosque ou numa clareira cheia de ciladas (Ginzburg, 1988, p. 151).

O historiador italiano investigou as origens de um modelo de conhecimento emergente no século XIX, porém com raízes que remontam à antiguidade. Tal modelo de conhecimento possibilita não se abandonar uma perspectiva de totalidade: “[...] a existência de uma profunda conexão que explica os fenômenos superficiais é reforçada no próprio momento em que se afirma que um conhecimento direto de tal conexão não é possível. Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas - sinais, indícios - que permitem decifrá-la” (Ginzburg, 1988, p. 177). Pensamos que os sinais ou indícios mencionados por Ginzburg possam estar também nos filmes. Seguindo essa pista, vale trazer uma formulação de Michele Lagny (2000), segundo a qual:

[...] as possibilidades de conceituação no cinema se encontram nas malhas da representação; não na imagem, mas na forma como esta é construída; não naquilo que é narrado, mas na maneira de estruturar a narrativa. A escrita sintética da História pelo cinema se deve, ao mesmo tempo, à densidade das representações possíveis e aos procedimentos de articulação destas imagens ou dos sons [...] (Lagny, 2000, p. 26).

Diante da premência da realidade os cineastas agiram como verdadeiros “caçadores de imagens”, termo que Ferro (1992) utilizou para se referir aos cineastas do início do século XX, sem o reconhecimento do estatuto de autor. Costa (2019) diante das manifestações foi colher o máximo de material que pode nas ruas, Ramos (2021) e Duarte (2018) procuraram situar suas câmeras diretamente de onde o poder era exercido. O resultado de seu trabalho é uma combinação das imagens, com material de arquivo conforme a opção da(o)s diretor(e)as, porém uma combinação guiada por suas concepções de mundo e lugares sociais aos quais pertencem. As formas como estruturaram a história que queriam mostrar na tela, como representaram determinada situação, como dispuseram as imagens e os sons, se trata de parte fundamental desse estudo, porém por si só, insuficientes não apenas para uma compreensão mais apurada dos filmes e também da sociedade em que foram engendrados. Nesse sentido também vamos dar atenção às entrevistas concedidas pelos diretores e materiais de divulgação.

Não poderíamos de forma alguma também ignorar os elementos externos aos filmes, que escolhemos, seus contextos e suas épocas. Ambos dialogam com seu tempo, por sua natureza de intervenção no processo político dada a intenção de seus autores. Foram várias as entrevistas realizadas por veículos de imprensa, debates realizados após exhibições de lançamento em que diretores e produtores reiteram suas intenções e muitas vezes são forçados a redefinir e recriar significados sobre suas obras. No caso da crítica jornalística, com recepção positiva gerando material de análise quanto a má recepção, gerando silêncio, podem apontar caminhos para a reflexão sobre o material. Assim, os significados produzidos pelos próprios realizadores e a mediação feita na imprensa, com finalidade de divulgação bem como a avaliação do peso do alcance das mídias em que tais críticas são veiculadas, são elementos essenciais para a pesquisa histórica (Ramos, 2002).

Com relação a esse último aspecto, os momentos de divulgação em que os cineastas e demais realizadores produzem representações sobre seu trabalho, pretendemos utilizar a técnica da análise da enunciação proposta por Bardin (2011). Essa técnica considera que no momento em que se produzem as palavras

[...] é feito um trabalho, é elaborado um sentido e são operadas transformações [o discurso é] um processo [...] onde se confrontam as motivações, os desejos e investimentos do sujeito com as imposições do código linguístico e com as condições de produção [...] (Bardin, 2011, p. 218).

É importante nos considerarmos agora como a historiografia brasileira tem lidado

com o cinema e o cinema documentário desde que a sétima arte se tornou um agente relevante na produção difusão de representações do país.

A historiografia e a sétima arte

Em 1969 José Honório Rodrigues, no seu livro *A pesquisa histórica no Brasil*, caracteriza o filme documentário como uma fonte nova e diferente das demais. O autor também enfatiza a necessidade de atenção às possíveis falsificações, mas na sua análise fica marcada a noção de objetividade da câmera cinematográfica. A câmera que registra, então, captura imagens em movimento, porém, prescindindo de quem a opera. Assim, não se leva em conta, ainda, o processo de filmagem, mas em se saber se o que está sendo filmado é verídico ou falso (Bernardett e Ramos, 2013). Essa noção ainda demoraria algumas décadas para ser alterada.

Bernardet e Ramos (1988) lançam o livro “Cinema e história do Brasil”. A primeira parte trata mais especificamente de como a Inconfidência Mineira e Tiradentes são tratados no cinema. Uma segunda parte do livro é dedicada às relações entre a história e o filme documentário, fazendo um breve histórico de como essa estrutura tem seu início no Brasil e sua utilização no Estado Novo de Vargas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). A terceira parte, por sua vez, trata do período democrático, entre 1946-1964, analisando Três filmes importantes no período, e ainda hoje, “Os anos JK uma trajetória política”, “Jango” e “Jânio a 24 quadros”. O livro foi por bastante tempo obra de referência entre professores universitários e da educação básica interessados em cinema e mais especificamente cinema documentário.

A utilização de filmes como objeto de estudo na historiografia brasileira se iniciou a partir da segunda metade da década de 1990. A partir desse momento tornara-se tendência considerar um filme como documento e ao mesmo tempo como representação do passado. No mesmo período, o Núcleo de Produção e Pesquisas das Relações Imagem-História da UFBA lançou a revista “O olho da história” que trouxe discussões importantes sobre esse campo. Já na esteira dos anos 2000 começaram a surgir coletâneas de pesquisadores brasileiros. Talvez inspirada na obra *Passado Imperfeito* organizada por Michael Karnes (1997), Ferreira e Soares (2001) organizaram a coletânea “A história vai ao cinema” em que historiadores brasileiros foram convidados a escrever sobre um filme histórico. Nesse livro vale destacar a análise que Antônio Torres Montenegro (2001) realizou do documentário de Eduardo Coutinho “Cabra marcado para morrer”, obra icônica do documentário brasileiro, que mostra

em dois momentos, antes e depois da Ditadura de 1964, a trajetória de uma família atravessada por assassinato e perseguição política.

Nos anos 2000 o eixo, filme como documento e representação, vai se alargar com a publicação de duas coletâneas importantes: “História e cinema: dimensões históricas do audiovisual”, organizada por Capelato et. al. (2011) e “Cinematógrafo: um olhar sobre a história”, Nóvoa, Fressato Feigelson (2009). Ambas trazem análises sobre temas recorrentes, nazismo, Segunda Guerra e outras revoluções. Entretanto, o mais importante é que trabalham com a noção do cinema como objeto já estabelecido na historiografia e os pesquisadores começam a ampliar suas questões pensando já num campo cinematográfico com variadas práticas sociais, políticas de cinema e aportes teóricos, na medida em que já haviam surgido no período pesquisas muito consistentes sobre história do cinema.

Outra coletânea, organizada por Nóvoa e Barros (2008), que marca o período é “Cinema-história: teoria e representações sociais no cinema”. Partindo do princípio, explicitado no termo de cunhado por Marc Ferro (1992), do “cinema-história” como campos interpenetrados a ponto de formar um novo campo, a obra traz uma gama de textos. Trata-se de reflexões teóricas, análises sobre o movimento do cinema novo, cultura popular, nos filmes de Mazzaropi, transformações que o cinema sofreu nas últimas décadas de “mundialização neoliberal”, filmes sobre esporte e representações de grupos sociais em documentários e representações sobre a relação cinema-história pensada pelo próprio cinema. É digno de menção o esforço empreendido por Barros (2008) na aproximação entre o trabalho do documentarista e do historiador.

Os documentários também ganharam em específico uma coletânea de trabalhos, com objetivo de estudar as “relações entre documentário e história”, o livro “História e Documentário”, organizado por Napolitano, Morettin e Kornis (2012). As temáticas trazidas no volume envolvem a história do documentário brasileiro, a utilização de imagens no cinema documentário, representações de grupos sociais como indígenas e operários, imagens políticas de Vargas e Adhemar de Barros, além do cinema político de outros países. Entretanto, o tema mais recorrente gira em torno da Ditadura-Civil-Militar, com estudos sobre os filmes do IPES, personalidades políticas como Jango. Sobre o presidente João Goulart é digno de nota a análise de Napolitano (2018) sobre o filme de Tandler, “Jango”, clássico do documentário político, em que o historiador realiza sua análise através da contextualização do filme, validação das testemunhas e cotejamento da película com entrevistas do diretor.

Mais recente, a coletânea “Cinema e pensamento” organizada por Kaminski e Pinto (2021), tem seu foco em autores, internacionais, cinema latino americano e análise da

sociedade brasileira. Refletindo sobre temas da atualidade, como sistema de justiça, representações da violência, a saída da política, com revoluções, e o retorno a esta com transições democráticas. Vale ressaltar a presença de análises do cinema experimental, não tão explorado nas coletâneas anteriores. A presença forte de coletâneas na historiografia brasileira dedicada à relação “cinema-história” nas suas mais diversas matizes é indicativo da pujança dos trabalhos monográficos, não apenas teses e dissertações, mas também material fruto da pesquisa de autores mais experientes, sobre a temática.

Nesse sentido, frisamos “O Triunfo da persuasão”, de Valim (2017), é exemplo de como os Estados Unidos utilizaram o cinema como uma ferramenta para fomentar relações diplomáticas. Não apenas com a força do cinema industrial de Hollywood, mas um aparato estatal para a utilização da sétima arte com objetivo de estimular as relações de boa vizinhança no contexto da Segunda Guerra Mundial. A pesquisa de Valim reforça o fato que não apenas os regimes ditatoriais utilizaram o cinema para conformar consciências, mas os Estados Unidos também apostaram na sétima arte como instrumento diplomático de aproximação do continente latino-americano e no caso do Brasil em especial.

Esse panorama não visou ser exaustivo, mas demonstrar que a relação cinema-história continua rendendo bons frutos desde que Marc Ferro (1992) defendeu a inclusão do cinema como fonte para os historiadores. Sua proposição inicial de que um filme testemunha e que, mesmo a despeito de seus realizadores, pudesse guardar informações que se bem escrutinadas por um olhar atento, proporcionar uma contra análise da sociedade já foi matizada e até rechaçada mas é inegável que abriu o filão para aqueles que desejam pesquisar e entender melhor suas sociedades, inclusive os historiadores.

CAPÍTULO 2

Os acontecimentos políticos nos últimos anos, mais especificamente a partir de 2008 com a chamada Crise do subprime nos EUA e os movimentos de rebeldia que se alastraram globalmente (como o Occupy Wall Street, a Primavera Árabe e as manifestações de Junho de 2013 no Brasil), têm sido geradores de estupefação. As teorias estabelecidas parecem não mais dar conta da interpretação dos fatos, o que acentua a percepção de crise que atravessamos. Parcelas, classes e suas frações ou grupos sociais das populações de países do mundo inteiro mudaram seu comportamento e suas expectativas em relação à política e a seus governos. Além de pesquisadores que se debruçam no desenvolvimento de explicações convincentes sobre o atual estado de coisas, também cineastas profissionais e organizações politizadas se dedicaram a produzir interpretações sobre tal realidade fugidia. Uma vez que neste trabalho, estes filmes são nossa fonte principal, este capítulo tem por objetivo descrever e analisar 5 filmes com temática sobre o impeachment de Dilma Rousseff.

O corpo de filmes que selecionamos para a análise pode ser classificado na tipologia adotada por Bill Nichols como “Modelos de Não Ficção” e “Modos do Documentário”. Nos seus termos:

O documentário pertence a uma longa e multifacetada tradição do discurso da não ficção, que continua a evoluir (ensaios, relatos, blogs etc). [Os documentários inauguram também modos cinematográficos distintos:] como o expositivo e o observativo [...] selecionam e organizam sons e imagens de maneira diferente usando técnicas e convenções especificamente cinematográficas. Essas formas não existiam antes do cinema (Nichols, 2016, p. 158).

A tabela a seguir segue a classificação adotada por Nichols, com relação à distinção entre os “Modelos da Não Ficção” e “Modos do Documentário”, com relação aos filmes a serem analisados nesse trabalho. Como podemos perceber, nenhum deles está circunscrito no campo exclusivo do documentário, sendo “Democracia em Vertigem” aquele que traz mais elementos desse modo documentário e “Impeachment...” aquele que contempla mais elementos dos modelos da não-ficção. Vale ressaltar que o documentário está inserido na tradição da não ficção, não sendo algo necessariamente oposto, mas inaugura elementos exclusivos surgidos a partir da possibilidade de se capturar, armazenar e exibir imagens em movimento.

Entre os “Modelos de Não ficção”, conforme tipologia de Nichols (2016) que serviu

de base para a organização da tabela abaixo, o que está mais presente em nosso corpus documental é o “testemunho” que: “[...] reúne histórias orais ou testemunhas que recontem experiências pessoais” (Nichols, 2016, p. 160). Petra Costa (2019) em “Democracia...” é quem utiliza de forma mais consistente esse modelo, estando impregnado no seu estilo, embora também o possamos encontrá-lo em alguma medida em “Impeachment...” e “Excelentíssimos...”.

Em “Democracia...” também pode-se identificar de forma sistemática o modelo “ensaio na primeira pessoa” que Nichols (2016) define como: “relato pessoal de algum aspecto da experiência ou ponto de vista do autor; a autobiografia é semelhante, mas enfatiza o desenvolvimento individual” (Nichols, 2016, p. 162). Esse modelo não é utilizado nos outros filmes, com exceção de “Não vai ter Golpe”, Santos e Rauh (2019), quando podemos considerar que o relato é utilizado para se contar a história de um coletivo, o grupo MBL.

O modelo da não ficção “história” que, “[...] reconta o que realmente aconteceu, oferece uma interpretação ou perspectiva dos fatos” (Nichols, 2016, p. 160), pode ser encontrado em todos os filmes selecionados. De perspectivas diferentes, todos os filmes procuram contar a história de como se deu a retirada de Dilma Rousseff do poder Executivo. Petra Costa (2019) a partir da perspectiva pessoal e familiar, Maria Ramos (2019) e Douglas Duarte (2019), a partir do funcionamento e do ambiente em que a política é feita, e Santos e Rauh (2019) a partir da formação do MBL).

Um modelo que localizamos exclusivamente em “Impeachment...” é o de “Defesa/Promoção de causa”. Nesse, “[...] se enfatiza provas e eventos convincentes e comoventes; instiga a adoção de um ponto de vista específico” (Nichols, 1996, p. 160).

No que diz respeito aos “modos exclusivo do documentário” o “Democracia...” de Petra Costa (2019) é onde encontramos uso cuidadoso do “modo poético”, que “[...] enfatiza ritmos e padrões visuais e acústicos e a forma geral do filme” (Nichols, 1996, p. 160).

O modo participativo, é aquele que “[...] o cineasta interage com os atores sociais, [e] participa na modelagem do que acontece diante da câmera: as entrevistas são um exemplo primoroso” (Nichols, 1996, p. 160). O modo é adotado de maneira muito nítida por Petra Costa (2019) e também por Santos e Rauh (2019), diretores de “Não vai ter golpe” e com presença farta no que se vê na tela e se ouve com a “voz off”, ao menos Renan Santos. O que nos leva ao modo performático que se dá no filme onde existe a “[...] fala diretamente com o espectador em voz over” (Nichols, 1996, p. 159). É o que ocorre também em “Democracia...” e “Não vai ter golpe”.

O “modo reflexivo”, que aqui encontramos exclusivamente em Ramos (2019), é

aquele que “[...] Chama atenção para as convenções do cinema documentário e, às vezes, de metodologias como trabalho de campo ou entrevista” (Nichols, 1996, p. 161). Maria Augusta Ramos levou suas câmeras para os prédios do Senado, o habitat dos políticos por excelência, tentando mostrar o que acontecia com o mínimo possível de intervenção. O que nos leva para outro modo, utilizado apenas por Ramos (2019) nos filmes elencados, que é o observativo: “[...] observa como os atores sociais levam a vida, como se a câmera não estivesse presente” (Nichols, 1996, p. 160).

Tabela 1

Democracia em Vertigem		O Processo		Excelentíssimos		Impeachment - do apogeu à queda		Não Vai ter Golpe	
Modelos da não-ficção	Modos do documentário	Modelos da não-ficção	Modos do documentário	Modelos da não-ficção	Modos do documentário	Modelos da não-ficção	Modos do documentário	Modelos da não-ficção	Modos do documentário
Testemunho	Poético	História	Reflexivo	História	Expositivo	História	Expositivo	ensaio na primeira pessoa	
ensaio na primeira pessoa	Participativo		Observativo	Testemunho	Observativo	Testemunho		Testemunho	
História	Performático					Defesa/Promoção de causa		História	
	Expositivo							Defesa/Promoção de causa	

Os filmes e seus circuitos

Os filmes que selecionamos para nosso corpus documental estão inseridos em circuitos diferentes do audiovisual. O espaço por excelência dos filmes do cinema profissional são festivais de cinema, espaços criados para o lançamento, exibição e discussão de filmes que atraem, jornalistas, críticos, estudiosos e uma gama de profissionais envolvidos na produção e distribuição de filmes. Envolvem também um trabalho de uma curadoria responsável por selecionar os títulos que serão exibidos. Sendo lugar de revelação de cineastas, e da premiação de várias categorias profissionais do audiovisual. Se destacar nesses festivais é elemento de prestígio que vem coroar uma produção e ser determinante no seu sucesso de público (Ikeda, 2022). Em termos de documentário, é necessário frisar que existem festivais exclusivamente destinados ao gênero, a exemplo do “É Tudo Verdade”, criação de Amir Labaki, que desde 1996 contribui para a criação de uma cultura do cinema documentário no Brasil (Escorel, 2025).

Nos últimos anos a internet também tem sido lugar de circulação de uma gama de produções que podem estar fora deste circuito dos festivais. Plataformas como o YouTube são capazes de distribuir material de forma muito eficiente, a exemplo da Brasil Paralelo que no seu início passou a disponibilizar suas produções pela plataforma. Segue abaixo quadro com as premiações e festivais mais relevantes onde circularam os filmes selecionados para compor nosso corpus documental:

Tabela 2

Filmes	Festivais	Premiações	Indicações
Democracia em Vertigem		- Platino Award for Best Documentary; - Peabody Award - Documentary.	- CPH:DOX (Prêmio CPH:DOX); - Sheffield International Documentary Festival (Prêmio Tim Hetherington); - Sundance Film Festival (Cinema Mundial - Documentário); - Oscar (Melhor Documentário em Longa-metragem).
Excelentíssimos			- Festival de Brasília do Cinema Brasileiro; - Festival do Rio.
O Processo		- Festival de Berlim; - Festival Visions du Réel; - Festival IndieLisboa; - Festival Documenta Madri	
Impeachment do Apogeu à Queda			
Não Vai ter Golpe			

Democracia em Vertigem

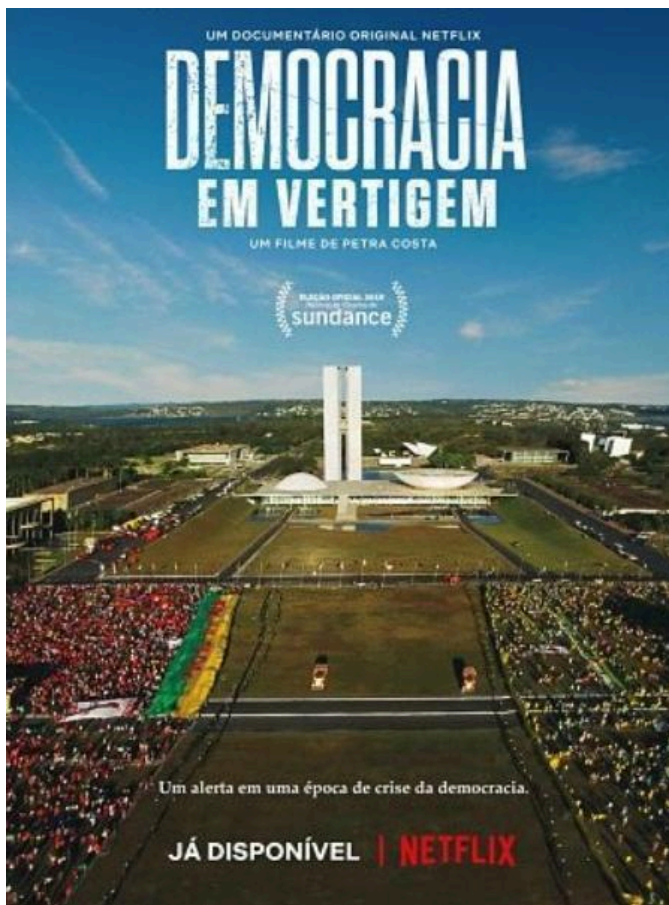


Imagem 1. Cartaz brasileiro de Democracia em Vertigem. Fonte: Wikipedia

“Documentário político de memórias pessoais se misturam nesta análise sobre a ascensão e queda de Lula e Dilma Rousseff” (Netflix).

Inegavelmente a principal voz em *Democracia em Vertigem* é a da diretora, pois Petra Costa narra o seu filme imbricando elementos da vida pessoal e da história política do país. Não é um recurso incomum no cinema documentário. A opção de Costa é explicitar muito bem de onde está falando, se colocando na temática, “A democracia brasileira e eu temos quase a mesma idade” (*Democracia em Vertigem*, 2019, 05: 10 - 05: 14). As imagens de arquivo pessoal mostram Petra se preparando para o voto nas eleições de 2002 e depois comemorando a vitória do Partido dos Trabalhadores na rua com a família. Com digressões do presente para o passado, explicita também a inserção de sua família nesse período da história brasileira, com avô sócio da construtora Andrade Gutierrez, pai e mãe adeptos da resistência armada à ditadura nos anos 1970. Na sua interpretação, Costa acreditava colher os resultados da mudança de um mundo pelo qual seus pais haviam lutado para mudar. Contraditoriamente, era um mundo no qual sua família, na geração dos avós, era muito bem estabelecida com as, agora bem conhecidas, relações governo/empreiteiras. A honestidade com a qual Costa narra a inserção de sua família na trama é crucial para a história que conta.

Quando foi inquirida sobre essa forma de manifestar sua perspectiva, a partir da primeira pessoa, a documentarista a explicitou:

Foi mais uma descoberta nessa jornada de como contar uma história. Por que eu venho da antropologia e na antropologia tem uma discussão longuíssima de como representar o outro e que hoje em dia no Brasil se popularizou como lugar de fala. Desde cedo, 2006... 2005, quando eu estava me formando, eu me sentia muito desconfortável de falar do outro sem falar de mim, sem mostrar a rachadura subjetiva pela qual eu estava enxergando a situação. Quando eu comecei a fazer documentários eu tentei, a princípio, fazer documentários mais objetivos, mas me sentia nessa encruzilhada de, sem querer, ser a tal antropóloga que pode ser vista de um lugar colonialista e falando de um outro. Então pra tentar decifrar esse problema a forma que eu encontrei é de me colocar e dizer bem claro de onde eu tô vindo, de onde eu tô enxergando a situação e quais são as minhas próprias contradições dentro dessa situação. Nos primeiros filmes, que eram muitos pessoais, isso vinha de uma forma natural, porque eu estava falando da minha própria intimidade. Nesse filme ficou claro pra mim [...] o que me interessava era a relação de um indivíduo, nesse caso eu, mas eu via que algo que estava acontecendo com indivíduos mundo afora, que começaram a sentir de repente que a relação que a gente tomou como certa, uma relação saudável com a democracia que ia simplesmente evoluir, talvez a passos mais devagares do que o esperado, mas continuar progredindo, não era tão certa quando a gente imaginava. E falar dessa incerteza, desse trauma (Kfourir, 2019, 08: 35 - 10: 34).

Uma influência assumida é a do cineasta francês Chris Marker. Além da “voz off”, o cinema de Marker influenciou a diretora no uso da linguagem corporal como esta admitiu em Kfourir (2019):

[...] Chris Marker nos filmes, [Le Tombeau d'] Alexandre, ele [Marker] faz a leitura do gestual [...] de um czar russo que passa [...] e faz um gestual com um chapéu e ele mal sabia ele que pouco tempo depois, ninguém poderia mais fazer esse gestual [gesto] aristocrático com o chapéu” (Kfourir, 2019, 44: 48 - 45: 11).

A leitura corporal que foi utilizada por Petra (2019) em “Democracia...” é referente a Michel Temer. Nas filmagens da posse presidencial de 2011, o então vice-presidente repetiu um cacoete em especial que já havia sido notado por Dieguez (2010):

Temer tem 69 anos, é magro e mede 1,70 metro. Ele tem o hábito de engatar a ponta dos dedos e puxar as mãos como se quisesse separá-las. Sua postura é sempre ereta, e parece não relaxar nem quando se senta numa poltrona. Quando o entrevistei, vestia terno preto e gravata de seda azul. A camisa não tinha uma ruga, apesar de ele ter passado a manhã em reuniões no Congresso. “Você sabe, sou uma pessoa formal”, avisou sem que eu perguntasse. [...] Indaguei se fora educado para se comportar dessa forma.

Disse que não. Enganchou as mãos novamente, puxou-as e arriscou uma explicação: “Você sabe, eu tinha um irmão que era muito formal e elegante no trato com as pessoas. Ele serviu um pouco de modelo (Dieguez, 2010, online, grifos nossos).

A tonalidade geral do que é mostrado na tela se trata de uma espécie de sentimento de terror no qual a democracia brasileira está arriscada. Não à toa as primeiras cenas giram em torno da prisão de Lula, depois de sua condenação por Sérgio Moro, que o impede de ser candidato à presidência em 2018. Não à toa, também existe ênfase no voto do então deputado federal Jair Bolsonaro pelo impeachment de Dilma Rousseff evocando a memória de Carlos Alberto Brilhante Ustra. (Ênfase também percebida com a mesma indignação em Ramos, (2019) e Duarte (2019)). Assim, a democracia brasileira está em risco, ou em vertigem, pelos motivos os quais a principal liderança das esquerdas foi tirada do pleito de 2018, num julgamento notadamente à época cheio de vicissitudes, e um candidato de extrema direita, antes considerado improvável, venceu as eleições para o executivo federal.

Do momento presente, que lhe gera esse terror, Petra Costa faz digressões ao passado para de alguma forma explicar como a democracia brasileira chegou tão perto do abismo. Estas digressões trazem aspectos do período ditatorial e também do período da abertura política, onde a voz-over explica os motivos de ter votado em Lula por exemplo: “Eu votei no Lula com a esperança que ele reformasse eticamente o sistema político” (Democracia em Vertigem, 2019, 13: 16 - 13: 18). A voz de Petra se coaduna com as imagens de arquivo, na campanha das eleições de 1989, quando Lula atacou os banqueiros, em 1993, quando defendeu o salários dos trabalhadores, em 1998, ao atacar a corrupção e finalmente em 2002, momento em que acena aos empresários com uma aliança. O governo cheio de inclusão social e que atravessou o período de turbulências do mensalão permitiu a Lula apontar sua sucessora, Dilma, porém a um custo, o de fazer aliança com o PMDB, de Temer.

No documentário “Democracia...”, os depoentes também têm voz expressiva na instância narrativa e a opção de Petra Costa parece ter sido utilizar o recurso das entrevistas de forma a trazer outros pontos de vista que não o necessariamente o seu, mas que podem complementá-lo ou até contrapô-lo. Existe o corte ideológico, a diretora entrevista políticos à direita e à esquerda, de Roberto Requião a Jair Bolsonaro. Entrevista também pessoas simples nas manifestações. Marília Andrade considera a corrupção como elemento endêmico na relação entre políticos e empreiteiros e pensou que a Lava Jato fosse ter uma ação efetiva, porém a operação se mostrou partidária demais. A funcionária do Alvorada se mostra desesperançada com relação à justiça no país, acreditando haver alguma culpa em Dilma pelo

acontecido. A fala de Dilma Rousseff remonta às memórias do anonimato. Requião e Wyllys, inquiridos sobre os motivos do impeachment, mencionam as causas econômicas. É sobretudo por outras vozes que a tese do golpe é posta, pelos políticos do PT e pela defesa de Dilma com José Eduardo Cardozo.

Muitas das vozes também são postas pelas filmagens de rua do próprio filme. Manifestantes de direita ou de esquerda favoráveis ou contrários a Dilma e ao PT. Petra se espanta com suas primeiras filmagens das manifestações de direita se sente absorta e tenta entender o que está acontecendo, mostra, frente à frente, manifestantes pedindo a intervenção militar e outros condenando a tortura. As imagens são montadas de maneira a transmitir a noção de polarização política e têm força por serem expressões populares genuínas, entretanto a característica mais marcante é a de que são vozes anônimas. Ainda que a nomeação de todos os entrevistados talvez não tenha sido possível, é notório que as principais vozes são os agentes diretamente envolvidos no processo político. Pois são destes, nos depoimentos ou nas gravações, que constam uma legenda com sua apresentação.

A opção por realizar uma narrativa em “voz off” eivada na própria história pessoal familiar, dos avós empreiteiros aos pais guerrilheiros, traz uma perspectiva absolutamente intimista. Também não omite na película sua interação com entrevistados e pessoas filmadas nas manifestações, em algumas ocasiões também aparece na tela enquanto uma participante, como na ocasião em que exhibe na narrativa um arquivo de família em que dança na Avenida Paulista com a mãe comemorando a eleição de Lula. Ou mesmo quando exhibe uma tentativa de agendar uma entrevista com Aécio Neves, que responde: “vamos marcar”.

A voz off faz um apelo muito significativo enquanto a câmera percorre com uma longa tomada o interior do Palácio da Alvorada:

Imagine um país que ganhou seu nome de uma árvore, Pau-brasil, que a sua tinta vermelha o levou à beira da extinção, só ficou o nome. Onde mais escravos morriam que nasciam, era mais barato importar outro da África. Onde todas as rebeliões foram brutalmente esmagadas e a República surgiu de um golpe militar. Um país que depois de 21 anos de ditadura restabeleceu sua democracia. Se tornou uma inspiração para muitas partes do mundo. Mas aqui estamos com uma presidente destituída, um presidente preso e o país avançando rapidamente rumo a seu passado autoritário. Hoje, enquanto sinto o chão se abrir diante de meus pés, temo que nossa democracia tenha sido apenas um sonho efêmero (Democracia em Vertigem, 2019, 02: 13 - 04: 18).

Podemos conferir, na transcrição acima, Petra Costa expor suas preocupações revolvendo o passado escravocrata. A trajetória autoritária brasileira é trazida à tona, como uma necessidade, num momento de retorno a esse passado autoritário. O país avança em

direção ao passado, ou não abandona seu sentido inicial. A cineasta inicia seu prelúdio pelas origens dos tempos, um tempo longo de uma estrutura injusta, para expor seu receio e sua tese à qual a democracia tenha sido um “sonho efêmero”. Mais do que remontar ao mito das origens, também recorrente em outros analistas, lembrando Souza (2017), com o subtítulo de seu livro “Da escravidão à LavaJato”, Petra é guiada por uma memória do próprio país, que recuperou sua democracia e se tornou inspiração em alguns aspectos. O seu assombro é guiado pela memória familiar, a dos pais guerrilheiros. Seu diagnóstico do presente é uma presidente impedida e um presidente preso. O evento do qual quer tratar é o da destituição de Dilma Rousseff.

No que se relaciona às causas do Impeachment de Dilma, Petra se refere a “erros econômicos”, mas as críticas são postas por outras vozes, notadamente de políticos. A fala de Requião remonta à questão econômica e a de Wyllys à coragem de Dilma por “cutucar onças com varas curtas”, uma referência a um artigo de Singer (2013), que também traz à tona a questão política. No caso de Requião, mesmo sua fala conferindo primazia à questão econômica, este faz questão de lembrar que Dilma brigou com todos, com os políticos, com o judiciário e até com os próprios eleitores, o que traz o argumento também para a questão da habilidade política ou da ausência dessa. Nesse sentido, a menção ao artigo de Singer por Wyllys, diz respeito à confrontação do sistema bancário realizada por Dilma ao forçar a diminuição do Spread bancário diminuindo a taxa de juros dos bancos públicos em 2011. Em 2015, depois da vitória sobre Aécio, Dilma implementou uma política de austeridade chamando para o Ministério da Fazenda o economista Joaquim Levy. Se Dilma teve coragem, no primeiro mandato, cabe uma questão: depois dessa confrontação ao sistema bancário, retroceder, no início do segundo mandato, com uma tentativa de ajuste no sentido da ortodoxia liberal, foi produtora. Pois o preço cobrado foi a perda da sua base social.

Em que se faça justiça, no terreno econômico o registro no qual a economia brasileira vem operando nas últimas décadas se iniciou no governo de Fernando Collor de Mello e se consolidou no governo de Fernando Henrique Cardoso tendo continuidade nos mandatos de Lula. O efeito imediato dessa política é o amparo da balança comercial na exportação de commodities, mais especificamente grãos carne e minério de ferro, produtos com baixo valor agregado, tornando a economia brasileira dependente de monocultura e atividade extrativa. A substituição da produção pelas importações, por seu turno, se deu na medida em que a política de câmbio, regulação do valor do real em relação ao dólar, favoreceu a exportação de commodities, uma vez que a manutenção do valor do real a um preço mais baixo beneficia o mercado exportador. Entretanto, para a atividade industrial que

também precisava adquirir insumos no exterior, essa política foi nociva tornando as indústrias inviáveis, na medida em que uma política cambial que beneficia exportações tem efeito inverso nas importações. Para que a atividade industrial também fosse viabilizada, a política cambial deveria encontrar um ponto de ajuste em que os lucros dos setores econômicos que operam na exportação e na importação fossem equilibrados (Bresser-Pereira, 2018).

Um elemento explorado por Petra são os eventos relativos a 2013. A forma como a temática é tratada, ignora que, no seu início, as manifestações de Junho 2013 não tinham a primazia da direita, pois se tratavam de manifestações organizadas pelo MPL, movimento cujas principais pautas giram em torno de reivindicações para melhoria do sistema de transporte público das grandes cidades. Nas palavras de Petra: “Na onda da Primavera Árabe, um pequeno protesto pelo aumento das tarifas de ônibus, acirrado pela repressão policial e com a ajuda das mídias e das redes sociais, logo se transformaria em uma das maiores manifestações da história do país” (Democracia em Vertigem, 2019, min, 27: 05 - 27: 28). São “manifestações difusas” que mudam o “tecido social” criando uma “fissura profunda” dividindo o país. A narrativa parece encontrar eco em análises de dirigentes do PT, como Fernando Haddad, mostradas em Galvon (2018), que já enxergavam 2013 como movimento já com um germe antidemocrático. Talvez pelo fato de as manifestações de 2013 terem sido de organização descentralizada e pautas diversas, pouco afeitas ao tradicional dirigismo de partidos e sindicatos de esquerda, suas lideranças carregam essa impressão. Mas as passeatas de 2013 ainda não apresentavam uma tonalidade de direita, que sim foi aparecer em 2014 e agindo em sinergia com o Judiciário.

A atuação da Operação Lava Jato é descrita de maneira justaposta com o rompimento de Dilma com a conciliação lulista, tirando cargos do PMDB e forçando os bancos a baixar os juros. Diante da crise financeira e da queda de popularidade, Dilma aprovou e regulamentou leis que viriam a favorecer o “combate à corrupção”, como a Lei 12846/2013, muito bem explorada pela Lava Jato. “Em pouco tempo os investigadores revelam uma teia de corrupção que interliga a Petrobrás, empreiteiras e os principais partidos políticos” (Democracia em Vertigem, 2019, min, 29: 50 - 30: 21), narra Petra, enquanto a tela exibe imagens aéreas de uma plataforma da empresa. O então juiz federal Sérgio Moro é descrito como treinado nos Estados Unidos e inspirado na Operação Mãos Limpas, desenvolvida na Itália nos anos 1990. Com os principais veículos de mídia assumindo a narrativa da Lava Jato, os noticiários se transformam num “thriller policial brasileiro”, (min 31: 06), conforme Petra, numa formulação que lembrando novamente as análises de Souza (2017), se referindo à novelização da cobertura política que teria durado anos realizada pelo

Jornal Nacional. Dilma não interferiu nas investigações e Petra considera que tal atitude levaria à sua queda, que teria tido como peça chave a condução coercitiva de Lula, investigado pela Lava Jato no esquema de corrupção na Petrobras.

Os principais fatos políticos do período são mostrados entremeados com filmagens, nas quais também são realizadas entrevistas, imagens de arquivo, referentes a um passado recente e também a fatos mais remotos, e tomadas aéreas. Nas sequências se seguem idas e vindas, sobre temas como a construção de Brasília, exibição em câmera lenta mostram os centros dos centros do poder político e dos monumentos, intercaladas com entrevistas e reflexões sobre o patrimonialismo no Brasil. Os fatos marcantes do processo político do período também são tratados de maneira intercalada com materiais de arquivo: As manifestações de junho de 2013; a Operação Lava Jato com sua sanha persecutória a Lula; a condução coercitiva e, posteriormente, sua condenação por Sérgio Moro; o papel exercido pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha, e pelo vice Michel Temer; a vitória do Impeachment na Câmara e posteriormente no Senado; o escândalo da gravação de Romero Jucá e Sérgio Machado; e a comoção popular com a prisão de Lula.

Alguns agentes da política também têm registro privilegiado: Aécio Neves que não concede entrevista à documentarista; Jair Bolsonaro, que é mostrado na intimidade de seu gabinete, mencionado pela voz off com temor pelo perigo, já notado, de sua ascensão política; os juízes do STF que haviam proibido a nomeação de Lula para a Casa Civil e depois permitiram sua prisão antes do trânsito em julgado.

Um elemento importante a se notar na perspectiva de Petra Costa diz respeito à uma idealização da luta armada. Petra compartilha a visão de que os jovens que aderiram à luta armada tinham como horizonte, apenas, a luta contra a ditadura. Mas existe um elemento da geração dos guerrilheiros que parece ter ficado esmaecido na memória que se construiu após a abertura política, como nos mostra Reis Filho (2014).

Foram [...] elaborados audaciosos projetos, implementados por guerrilhas urbanas e focos guerrilheiros rurais. [...] Entretanto, para surpresa dos revolucionários, a sociedade não acompanhou aquela gesta, massacrada pela polícia política sob os olhares complacentes ou indiferentes das grandes maiorias. [...] Houve então, desde 1974, uma dolorosa e penosa revisão crítica. Na sequência, no contexto da luta pela Anistia, na segunda metade dos anos 1970, efetuou-se uma grande metamorfose: os projetos revolucionários derrotados transformaram-se na ala extrema da “resistência democrática”. Já ninguém quisera participar, ou empreender, uma revolução social, apenas aperfeiçoar a democracia, e muitos não se privariam de dizer inclusive que lutavam apenas por um país melhor (Reis Filho, 2014, p. 238).

A violência era um elemento da luta revolucionária. Petra adulterou digitalmente em “Democracia...” uma foto referente ao assassinato de Pedro Pomar e Ângelo Arroyo, ocorrido em 1976. A documentarista confirmou a adulteração na imprensa. Conforme consta na Folha de São Paulo (2019):

Segundo investigações posteriores, as armas foram plantadas por agentes do regime ao dado de Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar e Ângelo Arroyo, que eram dirigentes do Partido Comunista do Brasil (PC do B), para justificar suposto confronto armado. [...] a documentarista confirmou a alteração na imagem [...] à revista piauí [...]” (Folha de São Paulo, 2019, online).

Imagens 2 e 3 (Folha de São Paulo, reprodução do Memorial da Democracia)



Cena do assassinato de Pedro Pomar e Ângelo Arroyo disponível no site Memorial da Democracia; imagem apareceu adulterada no documentário 'Democracia em Vertigem', sem as armas que existem na foto original - Memorial da Democracia/Reprodução



Intervenção sobre cena do assassinato de Pedro Pomar e Ângelo Arroyo; nos detalhes, em branco, as duas armas apagadas em documentário de Petra Costa - Memorial da Democracia/Reprodução

Em que haja razão na opção da direção, esta se dá em função da construção de uma memória dos guerrilheiros que talvez não seja condizente com os motivos pelos quais fizeram

suas opções. A nós, resta apenas o questionamento se poderiam haver outras opções na linguagem fílmica em que se preservasse a memória dos que foram assassinados pela repressão e ao mesmo tempo informasse ao público que o cenário da foto foi adulterado.

Da idealização da luta armada pode decorrer também a idealização das figuras de Lula e Dilma. Ainda que haja alguma tonalidade crítica, quanto ao primeiro por ter conciliado demais, em relação a segunda por ter desmontado as alianças da conciliação. Mas, com relação a Dilma, as sequências de seu discurso no Senado, (*Democracia...*, 2019, min 1: 18 - 1: 22), reforçam esse argumento. “*Democracia...*”, além de recuperar a imagem da guerrilheira que se doou para a pátria na juventude, tenta mostrar uma Dilma Rousseff que não renunciou às suas convicções e foi retirada do poder justamente em nome destas. Um mérito do filme é o da voz off não pronunciar em nenhum momento a palavra golpe, ainda que seja nítido que Petra é adepta da tese de que Dilma sofreu um. A preocupação com os caminhos trilhados pela democracia brasileira foi maior que a preocupação com a nominação do evento.

Como “Democracia...” representa a história

Petra Costa tem uma preocupação em deixar claro qual a topologia de seu discurso, ou o aquilo que mencionou como “lugar de fala” em Kfoury (2019). Metodologicamente, é uma maneira de lidar com a relação sujeito objeto, o sujeito do documentarista inserido na realidade que representa. Seu filme lida com uma ampla delimitação temporal, desde um período imemorial de injustiças, o tempo da geração de seus avós, contemporâneos da construção de Brasília, o tempo dos pais guerrilheiros que aderiram à luta armada e o tempo da abertura política que é o seu próprio tempo.

Também podem haver eventuais desvantagens no estilo adotado por Petra Costa de interpretar a história. Elas podem estar no que Dosse (2012) chamou de escrever a descoberto, se referindo à perspectiva da ego-história. Os historiadores, ao menos desde os anos 1980, passaram a levar em consideração sua perspectiva pessoal em relação aos fatos e fenômenos que investigam. Ou, em que medida estão imiscuídos em seu próprio objeto de pesquisa. Nas palavras de François Dosse (2012):

Essa escritura do historiador, tendo em vista uma subjetividade publicamente assumida, encontrou muita resistência em um meio pouco habituado a escrever “a descoberto”. Mas consideramos que esse desvio é indispensável para a história do presente, ou seja, de conhecer o lugar de enunciação do

historiador, a instituição necessária em função da qual ele conduz sua investigação e o momento preciso durante o qual ele escreve sua prática (Dosse, 2012, p. 10).

Lembrando de um cineasta caro à diretora, a formulação de Marker (1977), “Nunca se sabe o que se está filmando”, parece ser útil aqui. Ao se inserir de modo tão pessoal na tela de seu filme, levando a própria mãe, Marília Andrade, para conhecer Dilma, aquela demonstrou uma espécie de devoção à guerrilheira que se dedicou à luta armada por ter sido muito mais sofridora. O gesto de homenagear a mãe levando-a para conhecer a presidente em processo de impeachment, mas que também tem a imagem de ícone da guerrilha, faz Petra mostrar na tela um poderoso leitmotiv da geração que aderiu à guerrilha, a doação sacrificial ao país e à causa da revolução. A documentarista dedica a essa geração, que é a de seus pais, um sentimento quase de devoção.

A postura de se explicitar diante da própria câmera, tentando deixar nítido o quão está inserida na história, também desnuda o que já seria perceptível mesmo se a perspectiva fosse a ocultação. A decepção com a postura de Lula e do PT é por este ter passado a fazer a política que sempre se fez no país. A insatisfação popular, representada pelas imagens referentes a Junho de 2013, não tem uma interpretação que não seja a eclosão do inexplicável. Não existe a cogitação de que as políticas petistas, baseadas na conciliação lulista, tivessem passado a ser consideradas insuficientes para os trabalhadores, que estavam exigindo mais avanços. Seguidos depois pela classe média, protestando contra a corrupção, entre outros motivos, a partir de 2014.

Um dos poucos momentos em que a voz off toca nas questões econômicas, que a conciliação lulista não interferiu, foi para citar o bilionário americano Warren Buffett, segundo o qual a luta de classes existe e somos nós que estamos vencendo. A frase foi proferida quando este defendeu a taxação de super ricos no governo Obama em 2011, conforme noticiado em O Globo (2011). O modelo petista que auferiu conquistas aos pobres e ganhos vultosos à classe dominante foi exequível durante apenas o boom das commodities. Com a China diminuindo seu ritmo de crescimento, ocasionando diminuição da entrada de dólares, e o programa implementado por Dilma em seu primeiro mandato não atingindo os resultados esperados, o empresariado preferiu retirar o apoio dado ao PT a redimensionar seus ganhos. Ao mesmo passo que a coalizão política, montada nos mandatos de Lula, era atacada por Dilma e que o judiciário atacava a base empresarial em investigações de corrupção. O mesmo motivo de decepção de Petra em relação a Lula.

No plano da memória, Petra levou sua mãe para conhecer Dilma, naquele momento a

líder de um modelo político que não se mantivera, mas que no passado aderiu à luta armada. A governante que fez uma Comissão da Verdade foi Dilma Rousseff, elemento que conferia à presidente uma deferência notável por parte de Petra. Nesse sentido, sua memória familiar pode ter sido componente importante na negligência de aspectos fundamentais da história que se desenrolava. Mas se este foi o caso, Petra não estava sozinha, a considerar a ressonância social de “Democracia...”. Nesse filme, temos uma ego-história com forte influência da memória dos derrotados de 1964.

O Processo

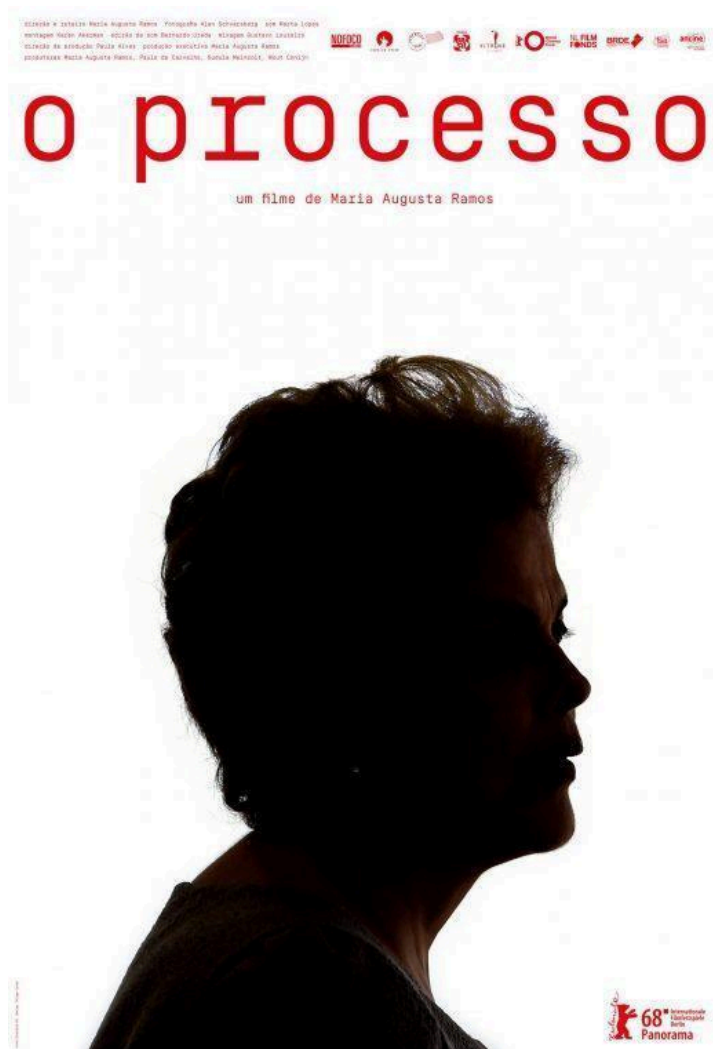


Imagem 4. Capa oficial. Fonte: Vitrine Filmes

Nos últimos anos a sociedade brasileira enfrenta um rol de turbulências de natureza política, social e cultural que também são de natureza global. O Neoliberalismo como desdobramento do sistema capitalista, ao menos desde os anos 1970, gerou uma série de

distorções possibilitadas pela propalação de um imaginário individualista cuja expressão mais emblemática é atribuída a Margaret Thatcher: “[...]a sociedade não existe, apenas homens e mulheres individuais [...]” (Harvey, 2005, p. 32). A partir então desse momento histórico, e guardadas as peculiaridades de cada região: efetivou-se uma reestruturação produtiva, com deslocamento de setores das empresas para localidades mais convenientes (a produção para países com mão de obra e matérias primas mais baratas, os departamentos de contabilidade para países onde o fisco é menos efetivo, etc); enfraquecimento dos sindicatos; primazia do setor das finanças, afetando principalmente os países cujos parques industriais perderam pujança, beneficiando os setores rentistas. Tais elementos da esfera econômica se fizeram acompanhar de mudanças no arcabouço legal que foram criadas pelos dirigentes políticos. Colocando suas câmeras no habitat onde estes fazem as leis e exercitam suas demais atribuições legais, Maria Ramos (2019) nos mostrou sua visão do funcionamento da esfera e política num momento crucial da história recente.

Na sequência, vamos nos dedicar a responder à questão de como o documentário de Maria Augusta Ramos, “O Processo”, interpretou o Impeachment de Dilma Rousseff. Os materiais de análise são o próprio filme de Ramos (2018) e duas entrevistas que a própria documentarista concedeu por ocasião do lançamento de seu filme, Kfoury (2018) à TVT e (Brasil 247, 2018).

Um filme, para Maria Augusta Ramos, é o produto de um “processo subjetivo”. Sua motivação inicial é um questionamento sobre dada realidade e a resposta à tal inquietação se trata do que vai ser proporcionado pelo filme. Sua perspectiva ideológica está presente, mas esta não deve interferir em seu cinema a ponto de limitar a reflexão, todos os argumentos são contemplados de maneira a proporcionar sua compreensão e estimular o assistente à reflexão. Nos seus termos:

Meu filme é [...] a minha visão subjetiva de tudo o que eu vivi naquele processo. Então eu digo que um filme, um documentário, [...] é um produto de um processo de filmagem [...] e uma descoberta, [...] eu vou fazer um filme porque me interessa, por que me comove, me inspira [...] um determinado assunto, um determinado tema, o caso do impeachment certamente [...], e aí eu vou descobrir [...] essa realidade nas suas diversas dimensões [...] e contemplando as diversas narrativas [...]. Não é uma visão imparcial, porque não existe documentário imparcial [...] é a minha visão subjetiva do que eu vivi, desse processo (Kfoury, 2018, online).

A diretora de “O Processo” afirma que seu trabalho segue princípios éticos e estéticos, todos os “personagens” filmados são tratados com dignidade, “sem

sensacionalismo”, e cada cena mantida no filme tem sua finalidade, em última instância, é perpassada por aqueles princípios. Maria Augusta Ramos se preocupa em manter a câmera à distância, com a intenção de que o assistente não se sinta invadindo o ambiente filmado. Suas referências são diretores formalistas, principalmente do cinema de ficção, Yasujiro Ozu e Robert Bresson, com os quais afirma que podemos usufruir de um cinema mais reflexivo. O estilo do documentário direto permite que a história seja contada sem a utilização de um narrador ou do próprio cineasta de maneira que a “instância narrativa” seja menos convencional. O espectador é contextualizado com letreiros a respeito dos momentos do rito do Impeachment, mas afora este recurso, quem aparece na tela contando a história são essencialmente alguns agentes políticos que se tornaram personagens de fato, sua participação no processo político acaba se confundindo com papéis desempenhados.

A cineasta participa do pressuposto segundo o qual a presença da câmera não interfere na prática cotidiana daqueles que são filmados, uma vez que, no caso do impeachment, estavam mais preocupados em “sobreviver politicamente” (Kfourir, 2018, online). A sua própria formulação é feita em oposição às correntes teóricas que afirmam que a presença câmera afeta sua ação. Seu estilo de documentário direto tem a sofisticação de fazer com que os próprios políticos tenham se convertido em personagens. Nesse caso, como não acreditar que os personagens também tenham atuado de alguma maneira? A questão é que esse tipo de atuação para a documentarista parece equivaler a agir naturalmente e esse agir natural talvez não comporte a prevenção de fazer uma ligação com uma mão tapando a boca, em nítido cuidado de evitar qualquer possibilidade de leitura labial, como a câmera flagra Gleisi Hoffmann. Mesmo sendo verdade que o hábito provavelmente seja condicionado pela presença de câmeras mais antigas, as de jornalistas ou da própria TV Senado, o que significa agir com naturalidade diante de câmeras? Considerando que nas ocasiões em que os jornalistas conseguiram fazer leitura labial ou capturar imagens de dispositivos móveis, isso foi motivo para grande alvoroço. Ainda que um grampo seja muito diferente de uma câmera sabidamente presente, exemplo bastante proeminente desse “agir naturalmente” se trata da conversa gravada, entre Romero Jucá e Sérgio Machado (O Globo, 2016), em março de 2016, antes da votação da câmara que abriu o processo de impeachment, imagens também utilizadas por Maria Augusta Ramos em seu filme. Talvez possamos aplicar a formulação de Chris Marker, também, à postura adotada por Maria Augusta Ramos: “Nunca se sabe o que se está filmando”.

As entrevistas que a cineasta concedeu foram ótimas ocasiões para elucidar a seu público sua concepção de cinema. A documentarista não se priva de um posicionamento

político, porém este não condiciona tão diretamente seu trabalho. Quando inquirida pelo jornalista Juca Kfoury a respeito da natureza do processo político, Ramos não titubeia:

[...] eu pessoalmente, como ser social e político, é que sim, a minha opinião foi um golpe, não houve crime de responsabilidade. Mas o filme tem que ir além da minha visão simples de ser político e social [...] e o cinema faz isso. Então a minha visão são 02: 15 minutos de filme. [...] A proposta do meu cinema, dos meus documentários é gerar uma reflexão, [...] retratar a realidade na sua complexidade, suas diversas dimensões e proporcionar que o público possa concluir por si só, possa refletir e questionar [...] É possível explicar a realidade e não é o meu interesse explicar a realidade. O meu interesse é, nos meus filmes, questionar a realidade [...] ir um pouco à essência das relações humanas e das relações sociais (Kfoury, 2018, online).

Sobressai na fala da diretora a ideia de questionamento da realidade das relações humanas e sociais. No ambiente das filmagens se encontram, especificamente, os representantes políticos do povo, aqueles que agem ou deveriam agir chancelados pelo voto periódicos os quais são depositários. O resultado das filmagens, então, de um “processo” que viria a resultar na retirada do poder daquela que também fora escolhida como líder do Poder Executivo podem dizer muito sobre as relações que se estabeleceram naquele espaço decisório. Um dos grandes questionamentos que os resultados do trabalho de Ramos nos possibilitam refletir, se trata de o quanto o espaço da política é autônomo em relação a outras esferas da sociedade. Será preciso saber fazer distinções, na imagem criada pelos cineastas, entre as percepções dos políticos, sobre o próprio processo político, e as incidências que este sofre de outros setores.

O próprio título do filme é fruto de um jogo semântico. Quando inquirida por Kfoury (2018) a cineasta aprova o uso do termo tanto como processo político, quanto como sua concepção de filme como resultado de um processo e sem descartar a referência ao famoso romance homônimo de Franz Kafka (1925). A própria Dilma Rousseff faz menção jocosa ao personagem do escritor tcheco, em filmagem de Petra Costa (2019) no seu “Democracia...”, imediatamente depois da primeira votação na Câmara que autorizou seu afastamento da presidência: “[...] estou me sentindo o próprio Joseph K.” No enredo do livro, este personagem é vítima de um processo que o assombra durante toda a trama não se sabendo exatamente de onde vem e nem qual o seu conteúdo ou motivação. A crítica do escritor recai sobre uma casta jurídica capaz de exercer seu poder de controle sobre as pessoas pelos meandros da Justiça.

A apropriação da obra de Kafka na política brasileira não é novidade, como observa Eduardo Manoel de Brito. Ainda que na imprensa brasileira já circulasse críticas sobre a obra

do escritor tcheco desde o início da década de 1940, as primeiras traduções de Kafka datam da década de 1960, O Processo especificamente em 1964, com tradução de segunda mão da língua francesa, uma vez que a obra de Kafka é toda escrita em alemão. O período era de controle da produção jornalística e controle da atividades política com intervenção nas decisões do Congresso, culminando com o AI-5, quando passou haver cassação de mandato, tortura e exílio de intelectuais e políticos. A popularização do termo “kafkiano” ou “situação kafkiana” passa a ser utilizada como forma a remeter a situação política do país em jornais e revistas como A Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Veja e Istoé (Brito, 2007, online).

O Mesmo Eduardo Manoel de Brito ainda afirma que: “No começo da década de setenta, em paralelo com o embrutecimento progressivo das forças repressoras do governo ditatorial brasileiro surge uma série seguida de artigos na imprensa sobre a censura às obras de Franz Kafka nos países do bloco soviético” (Brito, 2007, online). Em 1975, a Folha de São Paulo homenageou a filósofa Hannah Arendt, ocasião em que foi tecida uma “relação entre o universo literário descrito por Franz Kafka em “O processo”, em especial o capítulo intitulado *Na catedral*, e a “glosa científica” praticada pela filósofa, que buscou demonstrar como a política da mentira dos sistemas autoritários teria sido elevada a uma regra no século XX” (BRITO, 2007, online). Em 1977 por ocasião da montagem da peça “O Processo”, adaptação do livro homônimo do autor tcheco, a revista Veja traz: “[...] a opinião de Paulo Betti, o ator principal, que acaba por fazer a ponte entre a realidade do teatro e a vida, ao declarar que, na peça, trata-se de “incorporar o mundo kafkiano à nossa realidade, num espetáculo contundente e oportuno” (BRITO, 2007, online, grifo nosso).

A apropriação da obra de Franz Kafka funciona então como alusão para uma situação insólita na própria política desde a tomada do poder em 1964, passando pelo período mais violento da década de 1970 e continuando quando já se haviam sinais de que os militares saíam do poder. Eduardo Manoel de Brito encontrou alusões tanto para o conjunto da obra, quanto específicas ao livro “O Processo”, permitindo constatar que a ficção de Kafka forneceu uma chave interpretativa eficiente para a política do período. A polissemia do termo “processo”, quanto a situação do personagem Josef K, que permitiu a Dilma fazer alusão à situação deste para tratar da sua própria. Possibilitou também a Maria Augusta Ramos um título forte, que talvez tenha essa característica por ser vago. De maneira que o léxico de Kafka é bastante enraizado na cultura e na análise política da imprensa a alusão se torna eficiente, mas em termos analíticos será boa a metáfora?

A parte inicial do filme já traz a oposição de interpretações dos eventos que tiraram

Dilma Rousseff do poder, “golpe” ou “impeachment”. A sessão de votação na Câmara que autorizou a abertura do processo trouxe uma amostra significativa de parlamentares pertencentes a uma e outra posição: Jandira Feghali, Jean Wyllys, Jair Bolsonaro, Eduardo Bolsonaro. Os argumentos à direita são: a derrubada do PT, partido corrupto que financia ditaduras sanguinárias e não respeita a inocência das crianças nas escolas, seguidos da recuperação apologética do Exército de Caxias, ao qual pertencia Ustra, “o pavor de Dilma Rousseff”. À esquerda não resta nada além de se criticar a defesa da tortura, enaltecer a luta contra a ditadura e atacar a presidência da Câmara, na pessoa de Eduardo Cunha, 1964 continua presente. A linha interpretativa do filme está dada: para os partidários de Dilma Rousseff se trata de golpe pelo motivo de que em 1964 foi um golpe e seus signatários agora evocam publicamente os ícones do período; se trata de impeachment para os que são capazes de fazer oposição ao Partido dos Trabalhadores, mesmo que com elementos falsos ou fantasiosos. Tanto para esquerda quanto para direita não são utilizadas filmagens com elementos que escapam a essa linha de argumentação.

Os momentos de autorreflexão que Ramos tanto valoriza talvez sejam superestimados. Um dos principais é realizado por Gilberto de Carvalho quando afirma que o PT estava caindo mais por seus acertos que por seus erros, contrariando a lógica do capital dominante. Outra formulação se refere a como era difícil num governo do PT fazer um ministro receber os movimentos sociais, permanecendo a impressão de que estes “estavam ali para atrapalhar”. Embora o partido deva refletir sobre a conjuntura dos últimos anos, parece improvável que o cerne dessa reflexão tenha ocorrido em frente às câmeras de cinema. Os elementos mencionados por Carvalho são sérios, mas a questão que parece central se trata do fato que na arena política o reconhecimento público de uma falha grave, mais tempo menos tempo, provavelmente em uma campanha eleitoral, se converteria em arma para os opositores. Ao menos em “O Processo”, nenhuma palavra nessa auto reflexão a respeito do ajuste econômico, praticado por Dilma em 2015, quando trouxe Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda, que foi jocosamente chamado de “estelionato eleitoral”. Embora outros presidentes também já tenham ido no sentido contrário às promessas de campanha, no caso de Dilma isso foi interpretado como elemento desmobilizador das bases petistas.

Mais assuntos trazidos por Carvalho se tratam do conservadorismo com que o PT governou e dos ataques sofridos pela sigla nos anos anteriores a 2016. O parâmetro do dirigente é o governo Vargas, que criou um jornal, enquanto nos governos petistas as rádios comunitárias foram desmanteladas. É necessário lembrar que Lula sempre lidou com a Imprensa de forma ambígua, enquanto dizia para as bases que era perseguido pela Rede

Globo, o Ministro das Comunicações era Hélio Costa, próximo da Rede Globo. Será que uma diferenciação entre Getúlio e Lula seria demais para se realizar em frente às câmeras, embora este seja sucedâneo daquele em termos de base eleitoral, o primeiro como ditador e o segundo enquanto líder conciliador. Considerando principalmente que Lula se orgulha das conquistas de seu governo, entre outros elementos, por terem sido realizadas com democracia, ou sem revolução, como afirmou a Petra Costa (2019) em “Democracia”. O argumento Carvalho pode nos fazer pensar que, em seu íntimo, gostaria que Lula tivesse um estilo parecido com o de Getúlio, mas talvez o mais importante seja reconhecer que o PT pouco fomentou uma rede forte de veículos públicos de comunicação.

Tampouco o sindicalismo o qual é a marca do partido dos trabalhadores se pretendia como sindicalismo do período getulista, uma vez que os sindicatos naquele período eram controlados pelo Estado. A menção de Lindberg Farias sobre o legado de Vargas e de Lula e de Ulisses Guimarães precisa dessa distinção, uma vez que homogeneiza os estilos tanto de sindicalismo quanto de política. Embora os trabalhadores tenham sido beneficiados no período getulista, o sindicalismo do PT surge justamente para combater aquele estilo de sindicato. Quanto a Ulisses Guimarães, seu legado maior pode ser considerado a Constituição de 1988, cujo texto final o Partido dos Trabalhadores votou contra, mas assinou depois de aprovada. Os três nomes representam legados com elementos positivos, porém não são legados homogêneos, sendo necessário relembrar a observação de Chico de Oliveira (2013) “Vargas também foi ditador”.

A menção de Lindbergh à figura de Ulysses, parece ainda se justificar realmente pelo conteúdo programático do governo Temer a “Ponte para o Futuro”, com sua mini Reforma Trabalhista, mudança do regime de partilha de exploração do Pré-Sal, que fora implementado no primeiro governo Dilma para a livre concorrência com outras empresas. A intervenção de Lindbergh evoca décadas da política brasileira personificada nestas figuras representativas. A regulação das relações trabalhistas, no período do Estado Novo, a criação da Petrobrás no retorno democrático de Vargas, a importância de Ulysses Guimarães no período da transição democrática e a inovação que representou o Lula sindicalista, o dirigente partidário e depois o presidente com suas principais conquistas sociais.

O documentário direto, como o faz Maria Augusta Ramos, dá o limite do que é filmado, em relação a outros tipos de documentário que possibilitam a inserção de mais materiais. Remissões históricas são feitas na medida apenas em que são evocações dos “atores” filmados em reflexões ou elocubrações. As filmagens de Ramos são do processo político dado no Senado e mesmo que suas concepções possam ter sido forjadas em outras

instâncias, o produto final de suas filmagens tem como limite, neste caso, uma visão produzida na política em si. Como a própria cineasta afirma acima, seu filme é o resultado de um processo de filmagem, logo acaba que, de certa forma, ficando restrito uma vez que Ramos não adiciona materiais que não façam parte do processo de Impeachment de Dilma Rousseff. Tal opção está longe de prejudicar o filme, mas reduz suas possibilidades de interpretação do que está ocorrendo, o impeachment. Toda a interpretação está circunscrita à esfera da política.

Os congressistas de direita tentam imputar crime de responsabilidade à Dilma, evocar a memória dos ditadores de 1964 ou, justificar o fim dos programas sociais com o argumento da ruína econômica do governo Dilma. O PT, por sua vez, busca os motivos para a debacle, considerada líquida e certa, pelos acertos do governo ou pelo deslumbramento com o poder, em seus governos. Toda ordem de interpretações se insere no que poderíamos classificar no escopo de uma História do Tempo Presente com raras remissões a períodos mais recuados em nosso tempo histórico. Uma vantagem de Maria Augusta Ramos, em relação a Petra Costa, é não se furtar a contemplar e tentar compreender os argumentos desfilados pelos políticos da oposição sem sentir desaparecer o chão debaixo dos pés ou sentir vertigem.

Como “O Processo” representa a história

A postura de contemplar os argumentos da direita tem relação com a proposta de cinema de Maria Augusta Ramos. A documentarista faz cada agente mostrar a si próprio, o exemplo mais eloquente no qual a presença discreta de sua câmera desnuda uma personalidade é o da advogada Janaína Paschoal. Toda a gestualidade indica que a jurista parece se exibir diante da câmera, sabe que está sendo vista e demonstra com isso grande satisfação. Alonga lentamente o braço direito com o auxílio do esquerdo, enquanto gira o pescoço para a direção oposta encostando o queixo no ombro direito. Em seguida inverte o movimento. Durante estes segundos ostenta um sorriso de satisfação e se dedica a alongar o pescoço, enquanto a cena é cortada e uma câmera diagonal em relação à mesa mostra Gleisi Hoffmann e Cássio Cunha Lima de perfil. Janaina volta à tela muito à vontade, enquanto o presidente da sessão anuncia sua fala, eufórica até. Sua fala sobre a denúncia é recheada de pausas dramáticas e a cena é cortada para a exibição rápida das fisionomias circunspectas dos senadores governistas Gleisi Hoffmann e Lindbergh Faria. A fala se torna um discurso emocionado e inflamado com tonalidade de pregação religiosa, embora suas palavras refutem tal rótulo (O Processo, 2019, min. 19: 36 - 23: 48).

Nenhuma narração ou imagem de arquivo poderiam tornar mais compreensível uma personalidade. Ao converter a Constituição em livro sagrado Janaina Paschoal, professora de direito, torna o conjunto de leis do país em objeto de devoção e sua fisionomia é a representação perfeita de uma ira persecutória quando aponta o objeto sagrado para Gleisi Hoffmann, afirmando que o PT não o assinou. Não sendo signatário do livro sagrado, o partido é remetido para o polo religioso inverso ao qual o livro pertence.

Talvez esse seja um dos momentos sublimes de “O Processo”, a câmera mostra o personagem se desnudar tão afundo que faz indagar se Janaína Paschoal desempenharia a mesma performance numa sessão não filmada. O filme de Maria Augusta Ramos é centrado exclusivamente no habitat da política, ao contrário de Douglas Duarte que procurou contextualizar suas filmagens com material de arquivo em “Excelentíssimos”. Ramos trabalha com a ideia de que os rituais da política podem conter em si só as chaves para o entendimento do processo político.

De resto, o universo interpretativo de Maria Augusta Ramos é equivalente ao de Petra Costa (2019) e ao de Douglas Duarte, o de uma esquerda que teme a ascensão da extrema direita, mas não tem a resposta de por quais motivos essa ascensão ocorreu. Não cogita que pode ser o esgotamento, ou a destruição, política da conciliação o que põe a democracia em risco.

Excelentíssimos



Imagem 5. Capa Oficial. Fonte: Vitrine Filmes.

“EXCELENTÍSSIMOS é um registro a quente dos fatos, personagens e articulações por trás da maior crise política do país desde a redemocratização. Gravado dentro do Congresso ao longo dos meses em que corria o impeachment, o filme retrata quem, como e porque se derruba uma presidente” (Vitrine Filmes, 2019).

O termo utilizado por Douglas Duarte, em *Excelentíssimos*, para a retirada de Dilma Rousseff do poder é derrubada, oscilando entre a utilização de golpe ou impeachment. No momento de seu lançamento em 2019, seu filme foi festejado na divulgação como “o novo Democracia em Vertigem”, o que se trata de geração de grande expectativa, dada a boa recepção que recebeu o filme de Petra Costa. Duarte afirma ter recebido autorização para filmagens no Congresso em fevereiro de 2016, do que se depreende que desse início de trabalho até o momento do lançamento, em 2019, que os realizadores se viram premiados por uma grau crescente de “vertigem”. Sentimento esse, provavelmente compartilhado por um setor da sociedade que se via simultaneamente aterrorizado e absorto com a ascensão, e vitória nas eleições de 2018, de Jair Bolsonaro. A mesma parcela da população que foi tocada pelo filme de Petra Costa, de maneira que o filme dialoga com esse mesmo público.

O diretor em entrevista, Duarte (2019), afirma que sua intenção inicial era fornecer uma imagem do Congresso que votaria o processo de Impeachment e posteriormente ao início das filmagens o projeto foi se modificando com a inclusão de novos materiais que foram

importantes para a contextualização do material filmado. Isso pode ser claramente percebido se atentarmos para o fato de que, dos filmes que tratam do Impeachment, Excelentíssimos é o que mais vastamente se dedica à votação dos deputados. O foco do diretor nesse quesito se encaminha em mostrar como os deputados favoráveis à retirada de Dilma mobilizam a defesa dos interesses pessoais em contraste com os deputados da oposição que mobilizam desde motivos morais, a situação de Eduardo Cunha, até a argumentos históricos, (Glauber Braga chegou (Psol) chegou a evocar personalidades históricas da esquerda como Olga Benário e Luís Carlos Prestes.

Em linhas gerais, nas entrevistas, o discurso de Duarte sobre o filme é o mesmo: se trata de um início de conversa sobre o que está acontecendo no Brasil; no início a intenção era produzir uma imagem do Congresso, que poderia ser produzida em outro momento também, mas o impeachment soterrou este projeto inicial. Tais motivos se repetem, mas um aspecto que foge desse script foi formulado quando Duarte foi inquirido a respeito de suas expectativas para o governo Bolsonaro. Vale a pena recorrer à formulação do autor:

Acho que agora a questão é pensar se vai existir cinema nos próximos quatro anos da maneira como ele existiu nos últimos quinze. Eu não tenho dúvida que o Bolsonaro preferiria que ninguém fizesse um documentário sobre a vida dele que não fosse pra elogiar. Tanto que o livro sobre a vida dele foi escrito pelo filho, né? Um ponto de vista muito isento. Eu acho que a gente vai viver um tempo de muito retrocesso. Eu acho que a gente vai viver um tempo de poucos ganhos e progressos sociais e muito mais de resistência, de não perder o pouquíssimo que os governos do PT construíram (Duarte, 2018, online, grifo nosso).

Todo o discurso de Bolsonaro pró-ditadura, direciona as preocupações de Duarte a respeito de não se poder fazer um filme a respeito de Bolsonaro, cuja biografia escrita até então era a que tem autoria de seu filho Carlos. Trata-se de um temor referente à censura que o cinema sofreu durante a ditadura 1964-1985, com a percepção de que um contexto semelhante poderia ser instituído. O momento da entrevista talvez fosse um em que os mecanismos pelos quais o bolsonarismo ascendeu ainda não tivesse sido razoavelmente escrutinado e publicizado. Nesse sentido, a biografia de Jair Bolsonaro mencionada, “Jair Messias Bolsonaro: mito ou verdade”, Carlos Bolsonaro (2017), pode ser ilustrativa na medida em que se trata de uma peça da construção de uma memória fantasiosa de Bolsonaro. Memória esta, que não resistiu à investigação jornalística, de Luiz Maklouf de Carvalho (2019), “O cadete e o capitão”.

O jornalista identifica na biografia, da autoria de Flávio Bolsonaro, uma tentativa de:

“[...] criar, de trás para a frente, uma versão para o conservadorismo puro-sangue da família, como se Bolsonaro fosse um predestinado, o livro coloca dona Olinda e seus filhos na “Marcha da família com Deus pela liberdade” (carvalho, 2019, online). Outro episódio trazido na biografia diz respeito a uma passagem de Carlos Lamarca, capitão da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), por Eldorado Paulista, em que houve troca de tiros e um policial ficou ferido. Bolsonaro então teria 15 anos e se aproximara de oficiais do Exército para colaborar com informações. Foi nessa ocasião que um dos oficiais entregou a Bolsonaro, o pai, “[...] um prospecto conhecido como Icam — Instrução de Concurso de Admissão e Matrícula” (Carvalho, 2019, online).

Ainda sobre esse episódio Carvalho conclui:

Bolsonaro pai, em algum momento de sua fabulação, adicionou outro detalhe sobre o qual não há evidência alguma. “Não por acaso, a base de guerrilha de Lamarca foi escolhida próximo à fazenda da família Paiva. Eles tinham os mesmos ideais.” É uma referência à família de Rubens Paiva, o ex-deputado assassinado pela repressão, cujo corpo nunca foi encontrado. Seu irmão, Jaime Paiva, tinha realmente uma fazenda em Eldorado. O resto não procede.

Não é impossível que o garoto mateiro, assim como alguns moradores da região, tenha fornecido uma ou outra indicação aos oficiais do Exército. Mas, se foi assim, foram dicas inúteis, pois àquela altura Lamarca já furara o cerco; ele só seria capturado mais de um ano depois, na Bahia. Também nos documentos oficiais do Exército sobre o episódio — chamado de Operação Registro — não há indicação, muito menos nominal, de que os militares que caçavam Lamarca em Eldorado tenham recebido qualquer ajuda de populares (Carvalho, 2019, online).

Nessa construção bolsonarista da memória, a falsificação é um ingrediente notável. Existe a participação, por parte da mãe, nas marchas com Deus pela liberdade, menção gratuita à família do deputado Rubens Paiva e ajuda de um jovem Bolsonaro na captura de Carlos Lamarca. Flávio Bolsonaro constrói no livro mencionado a imagem do pai como a de um herdeiro de 1964, o que foi bastante reforçado no discurso do próprio Bolsonaro. A vinculação e essa memória é elemento que contribuiu para um temor, não apenas de Duarte, de retrocesso democrático. Devemos nos lembrar ainda de outro elemento contido na fala do cineasta, a respeito de tal temor pelo retrocesso democrático inviabilizar a existência de cinema como havia acontecido numa janela de 15 anos anteriores à entrevista.

A grande preocupação de Duarte no final de 2018, com a expectativa do governo Bolsonaro, era para com os rumos do país como um todo e, por extensão, com a situação do cinema em particular. É Importante lembrar que já havia um precedente no período

democrático do governo de Fernando Collor. O “caçador de marajás” havia fechado a Embrafilme, criada no período da Ditadura Militar. A produção cinematográfica só retornaria no final da década de 1990 no período que ficou conhecido como “cinema da retomada” e, no período dos governos petistas, a solução construída para o financiamento do cinema nacional foi o da Lei Rouanet. Mas o temor de Duarte ainda nos força a outra matização, relativa às peculiaridades da ditadura militar 1964-1985.

O temor referente ao que poderia acontecer com o cinema no governo Bolsonaro, que Douglas Duarte expressou em sua entrevista e que o fez mencionar a biografia do pai, feita pelo filho Flávio, remete à possível censura que poderiam sofrer os cineastas devido a um caráter não isento da família Bolsonaro e ao apreço manifesto desta pelos tempos da ditadura. Entretanto, devemos lembrar que, da mesma forma que aconteceu em outros campos, a regulamentação legal imposta ao cinema no período ditatorial também contemplou reivindicações, já antigas, vindas do próprio setor do cinema. Um setor que foi regulamentado pelo Estado desde o governo Vargas e no qual tais regulamentações constituíam também campos de disputa tanto em períodos ditatoriais quanto democráticos, como demonstrou Anita Simis (2008).

As opções estéticas de Douglas Duarte para *Excelentíssimos* foram: o uso da “voz off”, sua própria voz; também existe uso significativo de material de arquivo; filmagens; uso pontual de entrevistas; a divisão do filme por capítulos demarcados por letreiros (Capítulo I: a eleição desfeita; capítulo II: a aliança desfeita; capítulo III: o ministro desfeito; capítulo IV a queda); a cropagem de imagens dos rostos de Dilma e Temer; a transcrição em tela dos áudios da gravação dos grampos.

No 1º capítulo se retorna a 2014. As implicações da Operação Lava Jato no governo Dilma Rousseff, a fragilização do governo, porém sem a implicação direta de Dilma, que obrigou a uma aliança desvantajosa com o PMDB. A aceitação inicial da derrota por Aécio com a posterior guinada para a contestação eleitoral, discutida pela alta cúpula do PSDB. O apoio que a contestação da vitória eleitoral do PT teve a partir de movimentos sociais como o Vem Pra Rua e o MBL e a movimentação do PSDB por esta contestação judicial, amparada em Miguel Reale Jr. e Janáína Paschoal. E por fim entrega do pedido de Impeachment a Eduardo Cunha.

No segundo capítulo, temos um Cunha já rompido com o governo e afirmando “pregar” rompimento de seu partido com o governo, o PSDB. (Uma reflexão mais apurada sobre a abordagem Duarte proporcionou a Cunha será necessária, uma vez que a “voz off” reconhece a importância deste, mas nem de longe o filme consegue mostrar as motivações do

Presidente da Câmara). Temos também um Michel Temer defensor do diálogo e com a atribuição de fazer uma ponte entre o Congresso e o governo. Os líderes do PMDB em rede nacional, no mês de setembro de 2015, sugerindo acabar com “estrelismos” para resolver a crise política e econômica. O apoio da Fiesp, presidida por Paulo Skaf, ao Impeachment, é seguida de uma declaração de resistência de Dilma Rousseff na defesa de seu cargo.

No terceiro capítulo, temos os grampos realizados para capturar conversas entre Lula, seus familiares e até mesmo Dilma Rousseff, bem como a condução coercitiva deste para prestar depoimento ao então juiz Moro em Curitiba. A cerimônia de posse de Lula no ministério da Casa Civil, e a liminar no STF sustando a mesma posse.

No capítulo IV segue-se a exibição dos fatos em linha: a sessão que autoriza a abertura do processo de Impeachment. A câmera acompanha, pelas manifestações, os líderes do PSDB que se regozijam da conquista; um discurso inflamado de Lula para todos que são contra “o golpe”; imagens da sessão de abertura da comissão de impeachment com falas de deputados da oposição e da situação, os patos de borracha sendo dispostos na esplanada dos ministérios, com o slogan “Chega de pagar o pato”; entrevista com Paulo Skaf, presidente da Fiesp; a cobertura jornalística da reunião do PMDB em que o partido decide sair do governo; entrevista com Sílvio Costa, líder do governo, que vê como positiva a saída do PMDB e enfatiza ler a situação pela chave do “presidencialismo de coalizão”. Sílvio Costa também manifesta certeza de não haver chances de Impeachment (as lentes de Petra Costa o flagram enxugando as lágrimas, depois da aprovação na Câmara dos deputados, num momento indiscreto); as falas de Reale Jr e Janaina Paschoal; a tentativa de Dilma de se reaproximar dos movimentos populares, (assinando decretos para desapropriação de fazendas para o MST e discursando num encontro de mulheres em defesa da democracia); parlamentares da oposição comemorando a aprovação do relatório e em um culto evangélico da frente parlamentar evangélica declarando apoio ao Impeachment e uma reação ao discurso do líder da Contag na manifestação em apoio a Dilma, com a convocação do mesmo líder, em retaliação; fala do advogado geral da União José Eduardo Cardozo na Comissão, cujo objetivo é invalidar o argumento das “pedaladas fiscais”; entrevista com Carlos Marun, vice-líder do PMDB na Câmara, que ressalta as razões políticas do Impeachment; leitura do relator Jovair Arantes que acata a tese do crime de responsabilidade fiscal; a votação na Câmara que deu vitória ao processo de Impeachment entremeada com reações populares contrárias e favoráveis à deposição de Dilma; e Michel Temer assumindo interinamente o governo e o filme é finalizado com um letreiro informando que o processo segue para o Senado.

O último capítulo mostra que Duarte parece ter continuado refém de seu projeto inicial, o ápice do filme parece ser as longas cenas da votação que autorizou a ida do processo para o Senado. O diretor parecia partilhar do pressuposto que mostrar o funcionamento do parlamento poderia exercer algum efeito sobre o público sobre o quão baixa podia ser a política, numa visão de que existe uma cisão muito grande entre sociedade e parlamento. Vejamos:

O “Excelentíssimos” no começo era um filme, era um retrato do Congresso brasileiro e dos parlamentares. Eu acho que o filme não deixou de ser isso, mas na verdade o filme foi sequestrado, um pouco pelo impeachment. Eu fiquei com muito medo do filme deixar de ser o que ele era, por que eu acho a ideia, ainda acho a ideia importante de, se possível, ser feita todo santo ano de, se você se dispuser a ir no congresso, coisa que eu não recomendo pra muita gente, ir passar um tempo lá, eu acho que é possível fazer um filme. Só que o Impeachment, em vez de atrapalhar o filme sobre o Congresso, ele na verdade ajudou a expor, mais, a expor como aquilo ali funciona. Abrir a barriga daquele monstro ali e ver as coisas que ele sempre foi desde os anos 1970 (Duarte, 2018, online).

Um item importante para observarmos se trata da confiança tida por Sílvio Costa, líder do governo, de que a oposição não conseguiria os votos para a aprovação do processo. Indicativo da crença do governo de que a coalizão fosse funcionar, ou estava em funcionamento. Crença que foi corroborada também por palavras de Dilma, nas filmagens de Petra Costa, quando acusou traidores de última hora que haviam firmado estar com o governo.

Quando Duarte sentiu necessidade de buscar material de arquivo para contextualizar suas filmagens, esboçou o método historiográfico, de voltar ao passado para explicar determinada situação que era a tentativa de abertura do processo de impeachment. Logo, o responsável foi encontrado, Eduardo Cunha, entretanto, da forma como a história foi contada a abertura do processo se deu exclusivamente pela canalhice e pelo déficit moral do então presidente da Câmara. O Cunha mostrado por Duarte é o Cunha rompido com o governo. É olhando para esse que se explica o impeachment, uma abordagem demasiadamente focalizada em um agente da política o que, embora seja considerado um agente de peso, torna precária a versão da história contada por Duarte. Uma prevenção a respeito desse tipo de abordagem foi realizada por Limongi (2023), na tentativa de compreender por que Cunha rompeu com o governo. Também seguiu por esse Caminho Singer (2019), como será abordado adiante.

Como Excelentíssimos representa a história

O foco inicial de Douglas Duarte era mostrar o funcionamento do Congresso, o que por si só informa o perfil de uma história estritamente política. Dado o que ocorria na quadra histórica em que realizava suas filmagens, sentiu a necessidade da utilização de material de arquivo, “retornar ao passado”. Não a um passado imemorial, como Petra Costa não hesita em fazer, quando remonta às origens do país, mas a um passado mais imediato, até o ponto em que Eduardo Cunha assume a presidência da Câmara dos deputados. Involuntariamente, talvez, Duarte tenha reproduzido o vício da imprensa e críticos, inclusive da esquerda, que depositaram peso demais, na interpretação dos fatos, sobre a personalidade e o temperamento de Dilma. Com frequência caracterizada como que carecendo de simpatia e de uma relação mais próxima com parlamentares, impressão colhida também por Petra Costa (2019) em “Democracia...”.

Em “Excelentíssimos”, a única esperança do governo evitar o Impeachment é Lula, quando é convencido a assumir a Casa Civil, e o principal responsável pela situação ter chegado a tal ponto é Eduardo Cunha. Duarte reproduz material referente a entrevistas no momento do protocolo de um pedido de Impeachment, de parlamentares da oposição e Kim Kataguiri, pelo MBL. Em seguida a voz off anuncia: “O destino de Dilma agora está nas mãos do presidente da Câmara dos Deputados [Segue abertura do segundo capítulo “Aliança Desfeita”, um jingle de campanha e mais imagens de Cunha” (Excelentíssimos, 2019, min 12: 14 - 12: 35).

Vejamos, sobre Lula, segue a voz off:

O cerco se aperta e os parlamentares entram de férias, limitando as chances de articulação de Dilma. [A tela mostra imagens noturnas do Alvorada] Suas opções se reduzem a um nome. [A tela passeia uma foto de Lula em discurso, com trilha de suspense]. Durante 8 anos ele conseguiu domar quase 600 parlamentares de mais de 20 partidos diferentes. Nenhum político entrou e saiu do Planalto com tanta popularidade. Mas Dilma não era a única buscando por Luís Inácio Lula da Silva [uma menção à Operação Lava Jato] (Excelentíssimos, 2019, min 18: 24 - 19: 26).

A ruína do governo, abertura do processo de Impeachment, foi causada por um indivíduo e a salvação só teria sido possível pela intervenção de outro que, por seu turno, foi impossibilitado de realizá-la. “Excelentíssimos” traz um tipo de história que remonta à historiografia dedicada aos grandes homens. Aqueles em cujas mãos remontam os destinos de povos e nações. São vilões ou heróis. Extrapolado ao extremo, o modelo conduz a uma

história maniqueísta, visto que a ruína é identificada numa figura e a salvação em outra.

Excelentíssimos também efetiva o procedimento de retornar ao passado para explicar o presente. Mesmo se tratando de um passado recentíssimo, considerando o intervalo entre a vitória de Eduardo para a presidência da Câmara do Deputados, 01/02/2015, e o momento em que esse autorizou a abertura um dos pedidos de Impeachment de Dilma Rousseff em 02/12/2015. Esses 10 meses e um dia estão rigorosamente dentro do que os historiadores chamam de presente. O recuo parece estratégico no sentido de retroceder apenas até a um ponto confortável o suficiente para encontrar o “vilão” responsável pela abertura do processo de Impeachment. Negligencia-se aí que o mesmo Cunha havia sido um aliado do PT, inclusive tendo trabalhado para a vitória de Dilma Rousseff em seu primeiro mandato.

Impeachment - do apogeu à queda

Imagem 6.
Cartaz de divulgação.
Fonte: Brasil Paralelo

“Este blog convida gaúchos, gaúchas e quem mais estiver em Porto Alegre nesta terça-feira, 21, para a pré-estreia do episódio “Impeachment: do apogeu à queda”, na sala 6 do Cinemark Barra Shopping Sul, às 20 horas.[...] Os radialistas Guilherme

Macalossi (Sonora FM) e Diego Casagrande (Band News FM) e o colunista de VEJA Felipe Moura Brasil (eu mesmo) somos os convidados do painel “Resgate, inovação e justiça: a re-construção do Brasil”, um bate-papo que será realizado no próprio cinema logo após a exibição” (Veja, 2017, online).



Nos últimos anos a produtora gaúcha “Brasil Paralelo” se notabilizou na produção audiovisual com materiais cujo conteúdo é assumidamente de direita. Inicialmente, a empresa centrou fogo na produção de “documentários”, baseados em entrevistas, e disponibilizados gratuitamente na internet com o objetivo de angariar apoiadores. Os resultados atingidos há alguns anos atrás já eram notórios, chamando a atenção pela audiência que atingiu, ainda que levemos em consideração a perspectiva trazida por Escorel (2019) a qual a aferição de audiência em plataformas de streaming deve ser bastante nuançada. De acordo com Felipe

Valerim um dos sócios da produtora e que também atua como dono da voz off nos materiais produzidos: “Temos uma métrica que indica que a cada pessoa que adquire o conteúdo pago do Brasil Paralelo, mil novas pessoas assistem às séries gratuitas através do investimento que fazemos em anúncios de divulgação” (Boletim da Liberdade, 2018, online).

A maneira como a criação da empresa é rememorada parece uma mistura do slogan cinemanovista “Uma câmera na mão e uma ideia na cabeça” com a lógica do “self made man”:

Acredito que um dos fatores determinantes para o rápido crescimento da Brasil Paralelo, foi ter concebido o projeto como uma empresa desde sua origem. Neste sentido, um bom sistema de incentivos é fundamental para se obter o máximo de produtividade e entrega de valor dos envolvidos. Acredito que nenhum sistema é mais eficiente do que assumir o risco de abrir uma empresa com capital próprio, cuja sustentabilidade dependerá da percepção de valor do público.

Não tínhamos garantias nem alternativas a não ser gerar valor para as pessoas a ponto de elas quererem nos retribuir. Além disso, precisávamos de autonomia para produzir o conteúdo que acreditamos ser sustentável por meio de compra do próprio público alvo, nosso consumidor (Boletim da Liberdade, 2018, online).

A versão da empresa, cujo objetivo central era a “expansão de consciência” das pessoas, que teve sucesso devido ao fornecimento de conteúdo que se coadunava com uma demanda social reprimida por conservadorismo, soa como uma espécie de narrativa mítica. Algo que os fundadores da Brasil Paralelo precisam acreditar. Valerim prossegue:

No início, a ideia era entrevistar esses profissionais e disponibilizar as entrevistas em um evento ao vivo, online e gratuito. Para aqueles que quisessem assistir posteriormente, seria cobrada uma taxa que daria direito ao acesso às gravações: dessa forma que a empresa se financiaria. Tínhamos uma câmera emprestada – na verdade eram duas T5I Canon –, uma sala de seis metros quadrados e algum dinheiro, emprestado a juros, para pagar as viagens e o aluguel da pequena sala.

Nesse momento, o projeto mudava de nome toda semana, passando por Brado, (palavra presente no hino do Brasil), Paralelo 15 (paralelo que passa por cima de Brasília), e outros que não me recordo. A inspiração para o nome “Brasil Paralelo” veio de um filme do cineasta Christopher Nolan, ídolo dos sócios, chamado “Interestelar” (Boletim da Liberdade, 2018, online).

No lugar do cinema, que no Brasil precisa ser financiado pela iniciativa pública, a Brasil Paralelo apostou na livre iniciativa. No lugar de um modelo cheio de amarras teriam então a “liberdade” para produzir o conteúdo que seu público almejava. A escolha do nome

do projeto não deixa de ser interessante, mais de um entrevistado, entre eles, Helio Beltrão evoca o nome da produtora como um ideal para o futuro do país, uma meta a atingir, um “Brasil Paralelo”. É curioso notar como os empresários não atentaram, ou não se importaram, para um significado corrente do termo “paralelo”, como foi observado em um programa humorístico:

Existem muitos eufemismos para chamar um produto de pirata no Brasil. O léxico é vasto. Tem gente que chama um produto não original de similar, tem gente que prefere chamar de réplica, ou genérico, mas eu gosto de um termo que é muito usado para games ou peça de carro que é paralelo (HBO Brasil, 2021).

O roteiro ainda aponta para o dado irrefutável de que na geometria duas linhas, uma original e outra paralela, jamais se encontrarão.

Como a Brasil Paralelo representa a história

A respeito de “Interstellar” dirigido por Nolan (2014), a quem “os sócios” da Brasil Paralelo têm na conta de ídolo, consta inclusive, conforme Escorel (2019), que o logo da empresa é inspirado na imagem do buraco de minhoca trazido pelo filme. O enredo se dá num futuro distópico em que a vida nos EUA está se tornando inviável mediante condições climáticas que impossibilitam inclusive a produção de alimentos. Assim, um antigo piloto, de uma NASA clandestina, recebe a missão de investigar sinais recebidos, talvez de outra civilização. Outro objetivo é investigar uma lista de outros planetas a respeito da possibilidade de suportarem vida humana. No desenrolar da trama, nosso piloto passa por uma série de percalços, descobrindo que a viagem, o que havia sido ocultado por seu principal idealizador, é sem retorno. Seu objetivo é apenas tirar uma parcela da humanidade de um mundo em extinção. Porém, o piloto encontra formas de romper o tecido do espaço, conseguindo retornar ao passado, tentando transmitir alertas em forma de mensagens cifradas. Mensagens estas que foram encontradas e decodificadas por sua própria filha, dando a possibilidade de a humanidade sobreviver. O enredo de Interstellar pode fornecer uma chave de interpretação para o trabalho audiovisual dos fãs confessos de Nolan, que possibilite entender sua pretensão, explicitada em Brasil Paralelo (2019), de produzirem “peças historiográficas”.

A começar pelo título do episódio, estamos diante de uma tentativa de abordagem de um fenômeno político, o impeachment de Dilma Rousseff, desde suas causas primeiras. Mais

do que o título diz, não se remonta apenas ao auge dos governos petistas quando Lula transfere o poder a Dilma Rousseff com cerca de 80% de aprovação e esta também surfa em popularidade nos dois primeiros anos de seu primeiro mandato. O material inicia sua versão da história brasileira pela conjuntura da Guerra Fria e retrocede à Revolução Russa, avança para as revoltas militares da primeira metade do século XX, à Revolução de 1930, ao Golpe de 1964 e ao período ditatorial, à Nova República e aos governos petistas. O faz como uma necessidade, a de contar uma história por princípio com origem longínqua.

Entre os historiadores a crítica a essa forma de historicizar um fenômeno já é bastante antiga e se consolidou no clássico póstumo do medievalista francês Marc Bloch (2002) “Apologia da História: ou Ofício do Historiador”. Considerando que o objetivo confesso dos sócios da produtora Brasil Paralelo é produzir “peças historiográficas”, talvez convenha trazer aqui um trecho do próprio Marc Bloch: “[...] a explicação do mais próximo pelo mais distante dominou nossos estudos às vezes até à hipnose. Sob sua forma mais característica, esse ídolo da tribo dos historiadores tem um nome: é a obsessão das origens” (Bloch, 2002, online).

A respeito dos aspectos formais do episódio “Impeachment - do apogeu à queda” da Série “Brasil a última cruzada”, fórmula da Brasil Paralelo para documentários nasceu pela experimentação, com entrevistas, conforme Valerim: “Quando fizemos as primeiras gravações, nos demos conta de que o formato não funcionaria, já que os entrevistados abordavam diferentes pautas que não necessariamente se conectavam” (Boletim da Liberdade, 2018, online). Daí veio a ideia então de fazer “documentários” talvez numa lógica inversa da qual agem os documentaristas atualmente por dois motivos. Primeiro, as entrevistas são um recurso ainda bastante utilizado no âmbito do documentário, porém documentaristas não idealizam seus projetos partindo delas. Segundo, já é longa a crítica ao excesso de entrevistas em documentários, tal recurso tem sido considerado como, meramente, mais econômico para se conferir autoridade ao argumento do cineasta, como aponta Jean Claude Bernardet:

Além de privilegiar exageradamente o nível do verbal, a hegemonia da entrevista me parece provocar algumas limitações ao trabalho do documentarista. Uma delas é que, concentrado sobre o verbal, o cineasta deixa de focalizar outros aspectos, o que pode se explicar por facilidade de produção. É de fato [...] econômico produzir entrevistas [...] (Bernardet, 2003, p. 24-25).

No caso do Brasil paralelo, tal recurso é utilizado em excesso, dado o número de entrevistados. Elemento que nos leva a um aspecto apontado por Luis Eduardo Escorel,

comentando outro vídeo desta empresa mas que a este também se aplica, segundo o qual parte significativa dos entrevistados têm a única finalidade de conferir autoridade ao material por meio da presença, uma vez que aquilo que dizem não faria falta alguma. Isso também pode ser explicado pelo fato de as entrevistas serem a base do projeto e se parte desse material de base não se articulou tão bem com um certo conjunto de ideias predominantes, não cairia tão bem simplesmente extirpar algumas presenças nos filmes. Daí a opção por excesso de cabeças falantes.

Outro recurso utilizado em excesso é a chamada voz off. Seu dono Filipe Valerim, considerado o rosto da empresa, também empresta a voz para seus vídeos. Em “Impeachment do apogeu à queda” a concatenação dos elementos da instância narrativa é baixa, ou por demais mecânica. A voz de Valerim não divide espaço tão bem com a dos entrevistados de maneira a tornar o que dizem aqueles como mais integrado ao que dizem as imagens. Determinados materiais de arquivo são editados com filtros tilintantes, a função é indicar ao assistente ficar atento a possíveis perigos. Chama a atenção trechos de “I giorni del carcere”, dirigido por Lino Del Fra (1977), filme biográfico sobre Antonio Gramsci. Mas a função do material é bem restrita, servir de apoio, junto a um turbilhão de outras imagens, ao conteúdo central do vídeo, as ideias difundidas por Olavo de Carvalho a respeito do chamado “marxismo cultural” em correlação com a visão dos militares para história brasileira no século XX contidas no ORVIL.

Olavo de Carvalho é, assumidamente, o “teórico” que inspira a empresa. Tratado como o “professor Olavo”, pelos sócios da produtora, suas principais teses expressas neste material dizem respeito a como as esquerdas cientes de terem sido derrotadas pelas armas, quando os militares tomaram o poder em 1964, empreenderam um trabalho de reflexão. O resultado foi a criação da estratégia de controlar os espaços de produção e difusão de conhecimento, enquanto o poder político permanecia nas mãos dos militares. Estes então, permitiram que escolas, universidades e imprensa tenham se tornado instituições povoadas e controladas por comunistas. Tendo controlado tais espaços, ainda no período da ditadura, os comunistas teriam ainda caminho facilitado no período da abertura política para chegar ao poder por meio de eleições. Caminho que o PT tentara fazer em 1989, 1994, 1998, tendo o conseguido apenas em 2002. Esse domínio hegemônico da opinião pública e das instituições pela esquerda recebe, no jargão olavista, o nome de “gramscismo”, numa referência ao teórico italiano Antonio Gramsci. Tal versão dos fatos, verbalizada como mantras pelo próprio Olavo neste audiovisual da Brasil Paralelo, foi interpretada, por Castro Rocha (2021), como inspirada em outra encontrada num livro produzido por militares do Centro de Inteligência do

Exército (CIE) no período da abertura política batizado como “ORVIL”, livro, lendo-se em sentido invertido.

O argumento central do ORVIL, que conflui com o olavismo, se trata do qual no Brasil houveram 4 tentativas de tomada do poder pelos comunistas: 1. entre 1922 e 1954; 2. entre 1955 e 1964; 3. entre 1970 e 1973; e 4. 1974.... Sendo 1922 o marco da criação da seção brasileira do Partido Comunista (PCB), as três primeiras datas são tentativas, do comunismo, de tomada de poder pela força. Vale destacar um trecho do livro:

Vencidas na forma de luta que escolheram - a luta armada - as organizações da esquerda revolucionária têm buscado transformar a derrota militar que lhes foi imposta, em todos os quadrantes do território nacional, em vitória política.

Após a autocritica, uma a uma das diferentes organizações envolvidas na luta armada concluíram que foi um erro lançarem-se na aventura militarista, sem antes terem conseguido o apoio de boa parte da população. A partir desse momento, reiniciaram a luta para a tomada do poder, mudando a estratégia - a prioridade agora seria dada ao trabalho de massa (Orvil, p. 839; 817).

Ainda conforme Castro Rocha (2021), o gramscismo olavista e a infiltração comunista que os militares temiam talvez não sejam apenas uma coincidente convergência. Considerando que o ideólogo agradeceu publicamente por um volume do ORVIL que lhe fora enviado de presente pelos irmãos Bolsonaro, Olavo de Carvalho encampa a versão da história criada por militares no período da abertura política. Criação esta que foi realizada para se contrapor ao material comprobatório da tortura contida no texto do projeto “Brasil Nunca Mais”. Este por seu turno, se trata de livro icônico, que para além de descrever como eram torturados os guerrilheiros capturados pelas forças da ditadura. A partir de sua feitura e difusão, se tornou impossível para os militares negar que o combate à oposição armada contava com uso sistemático da tortura. O Orvil teria sido, assim, idealizado como forma de justificativa ao significado maior do “Brasil Nunca Mais” (Castro Rocha, 2021).

Nessa direção, talvez não seja casual que o nome de Olavo de Carvalho tenha sido referência garantida em vários trabalhos de conclusão do curso da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (Eceme), no período que coincidiu com o governo Bolsonaro, como levantou o jornalista Lucas Neiva. Num dos trabalhos:

[...] o PT seguiu desde a década de 1990 um roteiro elaborado por Vladimir Lenin para construir uma ditadura. O suposto roteiro, de nome “O decálogo de Lenin”, foi um documento forjado por conspiracionistas estadunidenses da década de 1970, e divulgado em circuitos olavistas durante as manifestações de 2013. [Noutro:] o enfrentamento da suposta ameaça

globalista é “também, papel do Exército, influenciando outras instituições e a Pátria como um todo”. Seu autor, um major de cavalaria que referenciou livros e entrevistas de Olavo de Carvalho, afirmou que a suposta elite globalista governava o Brasil até ser derrotada com o impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e a vitória eleitoral de Bolsonaro em 2018 (Neiva, 2021, online).

Devemos lembrar que no início do governo Bolsonaro o prestígio do ideólogo se mostrou com a indicação de ministros para o Ministério da Educação e do Ministério das Relações Exteriores, este no qual o chanceler Ernesto Araújo, este último, entusiasta do termo globalismo, no sentido de uma globalização econômica dirigida por um marxismo cultural (Oliveira 2019). Nessa perspectiva, os governos petistas faziam parte dessa elite globalista, encabeçada por financistas como George Soros, e haviam chegado ao poder com um plano traçado no começo do século XX por Lênin, o líder dos bolcheviques.

No que diz respeito à sua participação no audiovisual analisado, Olavo de Carvalho se apropria de mais veios interpretativos. A tese de Raymundo Faoro também é utilizada em seu esquema:

Raymundo Faoro foi um dos fundadores do PT. Ele tinha a teoria de que no Brasil a luta de classes não é entre proletários e burgueses. É entre o povo e o que ele chamava de estamento burocrático, os donos do Estado, os caras que se apropriam da máquina estatal e a usam para sua família, para o seu partido, os seus amigos e etc, etc. E precisava quebrar o estamento burocrático. E o PT... olha boa ideia, nós vamos fazer isso. E ao mesmo tempo eles estavam intoxicados de Antonio Gramsci. E Antonio Gramsci ensinava o seguinte: nós vamos tomar o poder mediante infiltração, ocupação de espaço e revolução cultural. Então infiltra daqui, controla ali, eles ocuparam o estado inteiro e viraram o estamento burocrático, cê tá entendendo? E, portanto, viraram o telhado de vidro (Brasil Paralelo, 2017).

Não consta na biografia de Faoro, jurista da Universidade de São Paulo e autor de “Os donos do poder”, ser um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT). A proximidade da Faoro com lideranças políticas e da esquerda se deu como militância intelectual contra a ditadura no clima da abertura política, que congregou lideranças de esquerda como Lula e do PMDB, o então MDB, que foi a oposição consentida durante o regime militar. Nas palavras de outro jurista, Fábio Konder Comparato, em “Raymundo Faoro historiador”, necrológio por ocasião da morte de Faoro, sua interpretação “[...] da História do Brasil irritou profundamente a crítica marxista, pois tornava dispensável o recurso metodológico ao esquema da luta de classes” (Comparato 2003). Por indicação do próprio Olavo de Carvalho (2015), “[...] Faoro redefinia a índole e os objetivos da Revolução

Brasileira em termos mais adequados à realidade do que qualquer marxista teria podido fazer no lugar dele. E eu não conseguiria resumir sua tese com mais exatidão do que o fez Fábio Konder Comparato”. Talvez seja interessante nos determos um pouco mais sobre esta homenagem a Faoro e sobre o texto, de Comparato (2003), que Olavo de Carvalho faz a apropriação de seus conceitos.

Na interpretação de Comparato, Raymundo Faoro procurou “[...] interpretar a História sob o aspecto estrutural [ao contrário de uma explicação marxista, centrou sua interpretação] na superestrutura, isto é, no Estado [entendendo como regra a] independência sobranceira do Estado sobre a nação [...]” (Comparato, 2003, p. 330). Uma interpretação baseada na obra de Max Weber, Comparato ainda frisa que à data da primeira publicação de “Os donos do poder” no Brasil, o sociólogo alemão ainda era desconhecido por aqui.

Prosseguindo com Comparato, Faoro empresta de Weber o conceito de estamento “Stand”, “A sociedade feudal europeia havia sido estruturada em três estamentos – o clero, a nobreza e o povo – cada qual com um estatuto jurídico próprio, e encarregado, permanentemente, de determinada função social” (Comparato, 2003, p. 331). Se na obra de Weber uma classificação de senhorio político seria a “estamental-patrimonial”, para Faoro, a sociedade brasileira, como havia ocorrido com a portuguesa, se moldou por um estamento patrimonialista criado por altos funcionários da Coroa, e posteriormente, por grupos em torno do “Chefe de Estado” no período da República. Se tratando aqui, no Brasil, de um grupo estamental que exerce o poder sempre na direção da apropriação privada e não de uma dominação política tradicional. Isso, considerando que a sociedade brasileira se formou ao inverso do que ocorreu na Europa:

O Brasil começou a existir, politicamente, quando Tomé de Sousa, nomeado governador-geral destas terras por D. João III, o Povoador, desembarcou na Bahia em 1549, trazendo o seu famoso Regimento de Governo, que foi, de fato, a primeira Constituição de nosso país. O Governador Geral veio flanqueado por um Ministro da Justiça (o Ouvidor-Mor), um Ministro da Fazenda (o Provedor-Mor), um poder espiritual, representado pelo clero, além de se apoiar, obviamente, na soldadesca. Nesse conjunto, faltou apenas um pormenor: não havia povo (Comparato, 2003, p. 333).

Tal interpretação de Faoro, como prossegue Comparato, causou profundo incômodo à crítica marxista, uma vez que: “[...] tornava dispensável o recurso metodológico ao esquema da luta de classes” (Comparato, 2003, p. 333). Mas este acredita que as teses classista e estamental podem funcionar no Brasil de forma conjugadas, apesar de parecerem antitéticas. Se Portugal foi um dos primeiros Estados a fazer uso de um capitalismo monárquico, à partir

da Revolução de Avis em 1385, “No Brasil, até recentemente, a elite funcional governante sempre dividiu o poder com membros da classe dominante, situados dentro do Estado [...]” (Comparato, 2003, p. 334). Para exemplificar seu ponto, Comparato faz uso da noção da dialética da ambiguidade de Guerreiro Ramos. Para este, nem as classes dominantes, grandes ruralistas e grandes comerciantes, conseguiam impor sua vontade ao Estado, nem o Estado conseguia agir com mão de ferro e contrariar os grandes interesses econômicos. Os primeiros se viram contrariados com a Lei do Ventre Livre que apontara o fim da escravidão, enquanto os segundos foram contrariados com a Lei de Terras de 1850.

Ainda conforme Comparato, no período republicano, o exercício do poder permaneceu inalterado, porém com o advento da globalização capitalista os grupos empresariais assumiram a primazia em detrimento do “estamento funcional”. Frisa o jurista que se tratam de empresas estrangeiras, deixando no ar as possibilidades de maior ingerência dos Estados Unidos na política nacional. (Elemento muito criticado pelas esquerdas durante o governo de FHC, que talvez tenha mudado um pouco depois da chegada dos governos petistas ao poder, uma vez que não mantiveram um alinhamento automático aos norte-americanos no que diz respeito à política externa).

Chama a atenção o fato de Olavo se valer do necrológio feito por Fábio Konder Comparato por ocasião da morte de Raymundo Faoro para criar uma visão do PT como partido que se encastelou na estrutura do Estado formando um estamento do poder. Porém, negligencia Comparato quando sua interpretação não beneficia sua visão do processo histórico, na medida em que para este a visão estamental de Faoro não dá conta da realidade brasileira no século XX. Ou pelo menos não sem o incremento de uma visão amparada na luta de classes. O mesmo João César de Castro Rocha (2021) nos lembra que durante a ditadura, no plano cultural, havia uma hegemonia intelectual da esquerda, que continuou a vigorar mesmo depois da implantação do AI-5 em dezembro de 1968. Ainda que a censura tenha recrudescido, continuou existindo uma preponderante cultura de esquerda como forma de resistência à ditadura. O professor de Literatura Comparada da UERJ pontua, ainda, que o mesmo fenômeno não se observou no campo da indústria cultural, onde prevaleceram ideias conservadoras e valores de direita. Argumento defendido com o crescimento acelerado da Rede Globo durante a ditadura, cujo Jornal Nacional, criado em 1969, forneceu base de divulgação do regime e, a partir do mesmo, o programa “Amaral Netto, o Repórter”, transmitido até 1985 que funcionava para a ditadura como uma espécie de porta-voz (Castro Rocha, 2021, online).

Entre os entrevistados, podemos encontrar portadores de um liberalismo caricato

ligado a “institutos liberais” como Hélió Beltrão. Luiz Philipe de Bragança e intelectuais com raio de ação mais circunscrito ao Rio Grande do Sul. Nomes como o cientista político Heni Ozi e o diplomata Paulo Roberto de Almeida cumprem bem a função de detratar a política realizada pelos governos petistas, de maneira que, em outra conjuntura, suas ideias se encaixariam muito bem na fala de políticos do PSDB. Não necessariamente ideias que se concatenam com o olavismo, levando em conta o constrangedor debate entre Olavo de Carvalho e Paulo Roberto de Almeida, (Brasil Paralelo, 2018, online), o qual este certamente não imaginava que seria contestado de forma tão virulenta, diversa à qual sempre esteve habituado em seu meio. Esse elemento também é indicativo de o quanto os intelectuais não haviam entendido que o olavismo considerava PT e PSDB como duas faces políticas da mesma dominação. O “marxismo cultural” dispõe no mesmo pacote as políticas implementadas desde 1994, o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, até 2014, quando Dilma Rousseff conquistou seu segundo mandato.

Também existe uma ala política: Fernando Holiday era, no período, vereador por São Paulo, ganhou visibilidade com a ascensão da extrema direita e ligado ao MBL; Onyx Lorenzoni, político gaúcho que conviveu na Câmara dos deputados com Jair Bolsonaro; Heni Ozi, cientista político foi eleito deputado federal em 2018 (antes da produção do material) pelo Partido Novo; Marcel van Hattem deputado federal pelo Rio Grande do Sul; e Ronaldo Caiado atualmente governador de Goiás, talvez o nome da política, mais antigo constando no rol de entrevistados tenha sido, em 2016, senador e atualmente governador de Goiás.

Se lembrarmos que da afirmação de Valerim à qual, a ideia de fazer documentários veio como solução para o problema de um conjunto de entrevistas sem conexão entre si, podemos chegar à conclusão que o modo de filmar da empresa é muito diferente das documentaristas também analisadas neste trabalho. Petra Costa, Maria Augusta Ramos e Douglas Duarte, conforme seus relatos, ao chegarem à conclusão que algo relevante estava acontecendo no país e tiveram como primeiro impulso levar suas câmeras para as manifestações de rua e para dentro do Congresso. Algumas entrevistas de Petra Costa foram realizadas a céu aberto, ou sem planejamento enquanto os filmes da Brasil Paralelo, inicialmente, nasceram de uma atividade que não dera o resultado previsto.

O Brasil está inserido na lógica da história mundial, com os soviéticos, cubanos e chineses tentando exportar seus modelos de socialismo. Essa era a conjuntura da Guerra Fria. Na ocasião do golpe de 1964, haviam movimentos de guerrilha e o Exército era contaminado por militares nacionalistas. Com o golpe de 1964, os militares resolveram permanecer no poder em vez de entregá-lo aos civis depois de uma intervenção. Enquanto estavam no poder

as instituições passaram a ser controladas pelos comunistas. Com a Lei de Anistia os exilados puderam retornar e pressionar mais os militares para o processo de abertura política. O Partido dos Trabalhadores foi criado em 1981 nesse contexto. O PSDB, fundado por socialistas fabianos, menos radicais, adeptos do controle das instituições, também fez parte do processo junto com o PMDB, partido da oposição consentida.

A “intenção”, termo utilizado por Olavo de Carvalho, destes dois partidos era dividir o poder com o auxílio do PMDB, partido mais assentado em antigas oligarquias. Ambos passaram depois da eleição de Fernando Collor a disputar o poder, porém não havendo diferença entre si. Fernando Henrique Cardoso estabilizou a inflação dos preços com o Plano Real. A política Tucana aparece defendida por Paulo Roberto de Almeida. Os dois governos Lula surfaram no enorme crescimento internacional, principalmente por conta do comércio com a China e se aproveitou dos recursos proporcionados por essa relação. O diplomata frisa: o governo “apenas não chutou o pau da barraca”. Dilma, tratada como “Madame Pasadena”, tem seu governo descrito como “desastroso”. No plano internacional, a política petista mandou uma “péssima imagem do Brasil para o mundo” quando se aproximou a governos não democráticos, como Cuba e Venezuela, argumento posto por Heni Ozi. Tal estado de coisas levou a um despertar da sociedade que poderia levar a um “Brasil Paralelo”.

Os próprios sócios da produtora já verbalizaram sua pretensão de produzir “peças historiográficas”. A presença dos entrevistados acaba recebendo então um caráter especial “professores especialistas”. Alguns acabaram inclusive se responsabilizando por instituições de Ensino Superior com o objetivo de formar profissionais de Ciências Humanas, principalmente de história. A própria produtora veiculou campanhas com o objetivo de angariar recursos para financiar bolsas de estudo. Transparece em tais elementos que a produtora considera a disciplina da história como uma ferramenta privilegiada para disseminar sua visão de mundo.

Tal preocupação com uma história não demonstra se tratar de uma história feita com seriedade, ou no mínimo alguma isonomia. Logo na introdução do material, quando é apresentada a pedra de toque de Olavo de Carvalho, a respeito do controle de instâncias culturais por meio do marxismo cultural é apresentado ao espectador Antonio Gramsci por meio do filme de Lino Del Fra (1977) “Os dias do Cárcere”. O trecho escolhido mostra um Gramsci presidiário trajado com as icônicas vestes listradas. Nenhuma matização sobre a biografia do intelectual italiano esclarece os motivos de sua prisão ou sobre quem estava no poder político na Itália no período. Gramsci, que fora prisioneiro político entre 1926 e 1937, acusado de disseminação do comunismo pelo governo fascista, tem conservada apenas a

imagem do prisioneiro com o trecho do material demarcado com bordas reluzentes, como que indicando um sinal de perigo, ou cuidado. O trecho do filme vem na sequência de uma explanação da voz off sobre um projeto de poder com base no “marxismo cultural”, marxismo esse que seu suposto formulador é mostrado como um mero presidiário.

Em outros momentos construções desse tipo são feitas pelos entrevistados. Onyx Lorenzoni, por exemplo, acerca do caso do assassinato de Celso Daniel, infere que o assassinato teria se dado pelo fato de que o então prefeito de Santo André, teria se descontentado com o fato de que o dinheiro de sua prefeitura não estaria sendo desviado para a “causa”, mas para finalidades particulares. Como comprovação para a hipótese, Lorenzoni utiliza uma conversa privada com o irmão de Celso Daniel. O assassinato de Celso Daniel se tornou um caso de uso típico em momentos em que se pretende atacar o Partido dos Trabalhadores. Porém, o ataque tem componentes de conspiracionismo, na medida em que nem se chegou a se descobrir quem foram os responsáveis pelo crime.

Situação semelhante é a afirmação de Olavo de Carvalho à qual os jornalistas comunistas teriam sido catalogados no período da ditadura pelo Partido Comunista com o argumento “Eu sei porque eu estava lá!”. De maneira que o partido seguia uma trama arquitetada de controle da sociedade através das instituições produtoras e difusoras de conhecimento, no caso a imprensa, entretanto escolas e universidades eram engrenagens do mesmo mecanismo. Tanto Lorenzoni quanto Carvalho utilizam como comprovação para o que afirmam seu próprio testemunho, materiais selecionados para confirmar teses caras ao filme: o domínio da imprensa pelos comunistas e a ligação Partido dos Trabalhadores em um escândalo de corrupção resultante do assassinato de um de seus prefeitos.

Outro elemento que requer igual, ou maior, atenção se trata da afirmação, por parte da voz off, de que as eleições de 2014 se deram num clima tão polarizado que se gerou suspeitas sobre a apuração dos votos. Esta não poderia ser auditada, uma vez que fora realizada pela empresa venezuelana Smartmatic. Vejamos:

[...] quando a Dilma disputou a reeleição em 2014, foi uma campanha marcada pela polarização política muito forte no país. A disputa foi muito acirrada e as pesquisas apontavam Aécio Neves, oposição de Dilma, como favorito. No decorrer da campanha o resultado se inverteu. O processo foi tão polarizado que no momento que a presidente foi eleita surgiram muitas desconfianças sobre o processo eleitoral, por ser conduzido por uma empresa venezuelana chamada Smartmatic, que manifestantes e formadores de opinião alegaram ser inaudível (Brasil Paralelo, 2017).

A formulação é rápida e jogada sem desenvolvimento ou algum desdobramento na

história contada na tela. Sua função parece ser apenas deixar no ar desconfianças sobre o processo eleitoral brasileiro. Nos dias que correm, a empresa voltou a ser mencionada nos círculos bolsonaristas como recebedora de US\$ 500 mil da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). A Smartmatic teria sido responsável por fornecer urnas eletrônicas nas eleições de 2022. Uma verificação do jornal O Estado de São Paulo constatou se tratar de falsidade, pois a empresa não forneceu urnas e nem desenvolveu nenhum software, que se trata de atribuição exclusiva da justiça eleitoral, e não atuou nas eleições de 2022. Tendo atuado nas eleições de 2014 é necessário frisar que a Smartmatic não podia exercer atribuições da justiça eleitoral brasileira, como afirmou (Belic, 2025). O filme da Brasil Paralelo, nesse quesito específico, visa apenas gerar desconfiança sobre a justiça eleitoral do Brasil.

A respeito do caso Celso Daniel, uma checagem do jornal O Estado de São Paulo retomou o que se sabe sobre o crime, constatando que, principalmente em tempo de eleições: “Mesmo encerrado, o assunto volta à tona, em especial nos períodos eleitorais, a fim de desgastar a imagem de Lula” (O Estado de São Paulo, 2022, online). Em 2022, uma corrente de WhatsApp tentou associar Lula ao assassinato como também a outros crimes de corrupção. Em 2017, ano de realização desse filme, a função do caso no filme da Brasil Paralelo é um ataque também ao próprio PT.

A respeito da tese difundida por Olavo de Carvalho, sobre o controle das instituições de comunicação e de ensino pelos comunistas, ela também aparece em outros filmes da empresa, como foi demonstrado por (Silva e Colacios, 2023), na análise de “1964- O Brasil entre Armas e Livros”. A principal tese contida nesse argumento, a de que os militares salvaram o Brasil de uma ditadura comunista, a despeito das violações de direitos humanos, faz os trabalhos da produtora incorrerem em revisionismo com orientação ideológica (Capelato, 2016) e fazerem uma história abusiva nos termos de (De Baets 2013).

Ocorre que a Ação Popular que a versão encampada pelo vídeo não tem o respaldo de nenhuma das investigações mais atuais sobre os temas de que trata. Assim, os militares salvaram o Brasil de um “ditadura comunista”, mas não haviam grupos armados de nenhuma variedade de comunismo ameaçando a democracia liberal do governo Goulart, a guerrilha armada surgiu no Brasil depois do fechamento do regime com o AI-5. A ideia de conluio de variedades de comunistas, socialistas fabianos ou maoístas, para disputar o poder na Nova República também é isenta de respaldo. O poder político foi herdado por aqueles que eram considerados oposição à ditadura, o MDB, que uma parcela fundou o PSDB e o Partido dos Trabalhadores, oriundo de sindicatos, Igreja Católica e outros movimentos sociais. A história

contada nos vídeos da Brasil Paralelo então:

[...] alteram, desonestamente, o valor probatório de sua teoria não científica com o objetivo de fazê-la passar no teste de refutabilidade – por exemplo, omitindo, distorcendo ou inventando dados, apresentando deliberadamente teorias não científicas como científicas, ou distorcendo teorias científicas –, eles cometem um abuso epistemológico (De Baets, 2013, p. 28).0000

Trata-se de uma história abusiva recheada de distorções que não encontram sustentação ética nem metodológica. A empresa difunde na realidade uma memória conservadora que tenta travestir de história isenta e uma vez que oblitera princípios e metodologia da produção de conhecimento histórico, seu trabalho acaba se inscrevendo também no terreno do revisionismo pautado por ideologia, produzindo então o que Capelato (2016) denominou como uma versão comprometida da história. Considerando a pretensão da Brasil Paralelo de se produzir “peças historiográficas”, explicitada em entrevista (Brasil Paralelo 2019), e a associação e fomento de instituições que visam proporcionar formação em história inscrevem o produtora na conduta que Antoon De Baets (2013) chamou de uso irresponsável da história. Inscrevem, portanto, o conteúdo da Brasil Paralelo (2019) como portador de uma história abusiva.

Não Vai ter Golpe



Imagem 8 (YouTube)

“‘É o documentário da história do impeachment da Dilma sob o olhar não apenas de documentaristas que resolveram fazer isso e sim de ativistas. De pessoas que fundaram o Movimento Brasil Livre, que estavam lá dentro do olho do furacão, podendo acompanhar e captar as imagens desde 2014’ [Alexandre Santos]” (Poder 360, 2019).

Um dos elementos da conjuntura entre 2013 e 2016 foram os movimentos de rua de rua. Na esteira das reivindicações do MPL, vimos o surgimento do Movimento Brasil Livre (MBL). Na sua própria definição era jovens de direita com uma visão bastante crítica às

políticas de esquerda. Nos protestos de rua entre os anos 2015 e 2016 trabalharam para o impeachment de Dilma Rousseff. Em 2019 os integrantes do grupo produziram o documentário “Não vai ter golpe”, dirigido por Santos e Rauh (2019), no qual explicitam sua visão do processo que destituiu Dilma Rousseff e do qual afirmam terem desempenhado participação imprescindível.

O filme é dividido em capítulos: Não vai ter golpe, Contágio, A Marcha, O ministro, Alea Jacta Est, O Acampamento, O troco, O Cume, Operação Minerva, O Parto. Reúne uma quantidade muito grande de imagens de arquivo feitas pelos participantes do próprio grupo. Também conta com uma quantidade muito grande de entrevistas, cujos entrevistados são figuras do espectro da direita, líderes de movimento, ativistas e políticos. O que aparece na tela é narrado com uma voz “voz off”, cujo dono é Alexandre Santos, um dos fundadores do MBL. A trilha sonora é outro recurso bem marcante que na maioria das vezes acompanha o “escracho” com que muitos assuntos são tratados ou se torna grandiloquente para levar o espectador ao drama. Fotogramas de manchetes de jornais e revistas são utilizados em abundância para ligar a interpretação dos entrevistados aos fatos. Aqui, ainda aparecem dois recursos que não são utilizados nos documentários que compõem nosso material, a dramatização e infográficos animados. Os dois recursos têm finalidade didatização na defesa dos argumentos favoráveis ao impeachment.

Com relação ao recurso das entrevistas, aqui também se pode aplicar a crítica de Bernardet (2011), segundo a qual se trata de um recurso utilizado em excesso nos documentários. Entrevistar pessoas se trata de um recurso relativamente barato, o que faz com que seja utilizado em larga escala o que foi observado pelo crítico como elemento de saturação em documentários. Também não existe matiz ideológico entre os entrevistados, todos sendo provenientes do campo da direita, com alguma ressalva talvez para Hélio Bicudo. Entretanto, é forçoso observar que o jurista, defensor dos direitos humanos e membro fundador do Partido dos Trabalhadores, naquela quadra histórica operava com a direita tendo sido autor de um dos pedidos de Impeachment que depois foi encampado por Janaína Paschoal e Miguel Reale Júnior. Não havendo nenhuma diferença significativa no perfil ideológico dos entrevistados, a função do recurso é meramente ratificar as teses dos diretores. Muitas das quais acabam sendo apenas uma função de elogio ao MBL, tonalidade que permeia grande toda a obra.

Imagem 9 (Não Vai Ter Golpe)



A comparação inevitável que “Não vai ter Golpe” sofreu é com “Democracia...”. Inevitável de maneira que o próprio título da peça é uma apropriação de um slogan dos grupos de esquerda que se manifestavam contra o afastamento de Dilma Rousseff do poder. Em entrevista ao Poder 360 (2019), um dos diretores afirmou:

“Eu acho que obviamente são 2 pontos de vista bem diferentes, eu acho que é até legal para o telespectador ver os 2 pontos de vista. Agora, acho que o da Petra omite vários pontos e mostram as manifestações simplesmente com aquele lado que a gente falou do pessoal que era a favor da intervenção militar. Eles omitem a parte democrática das manifestações omitem que foram as maiores manifestações da história do país. Aí fica muito fácil defender um roteiro onde diz que tudo foi um golpe’, afirmou Fred Rauh.” (Poder 360, 2019, online, grifos nossos).

O Preâmbulo da história que o filme realmente deseja contar é narrado pela voz off. O ritmo da fala é rápido, acompanhado de trilha sonora que visa estimular uma sensação de que algo grave está acontecendo. A concisão com que tais eventos são tratados contrasta “Impeachment...”, que dedica muito tempo de seu filme, retrocedendo a eventos como a Revolução Russa, mas a linha de argumentação é idêntica:

2002, Lula, líder do Partido dos Trabalhadores torna-se presidente da República. A esquerda sindical festeja. A tática do PT era calculista. Para alcançar a vitória, Lula assinou a “carta ao povo brasileiro” acalmando as formas do mercado. O sucesso do plano Real mantém os juros baixos e a moeda estável garantindo o crescimento. Mas por trás das cortinas, o PT subvertia a democracia. Em 2005, o mensalão petista comprava o Congresso para fazer suas vontades, com a conivência da oposição, Lula saiu ileso. Popular, poucos jornalistas ou um enfrentá-lo. Era então o momento de avançar a estratégia para América Latina. Em todo o continente, partidos de

extrema esquerda se organizavam para formar a chamada Pátria Grande. Assim nascia o Foro de São Paulo. Partidos e movimentos se aliavam com organizações criminosas como as Farc e o Mir chileno. O Hugo Chaves abria fogo contra manifestantes na Venezuela. Lula usava os cofres do BNDES para financiar seus amigos ditadores. Mas em 2010, Lula comete seu maior erro. Indica um fantoche para a presidência. Dilma Rousseff. Cabeça dura, pouco carismática, Dilma não era uma líder. Mas a gota d'água ainda estava por vir. Em 2012, Dilma resolveu fundar a tal da nova matriz econômica. O Estado estimulava o crédito sem redução do gasto público e sem ter um ganho de produtividade. Era inviável. A crise econômica, junto com os casos de corrupção, instauraram um caos no país. A República foi vendida, o Brasil ia para o buraco e as pessoas para as ruas. (min 01: 11 - 03: 04).

Vê-se a utilização das mesmas pedras de Toque da Brasil Paralelo: o “Foro de São Paulo” uma aliança entre ditaduras comunistas, financiada com verbas do BNDES. O elemento da personalidade de Dilma Rousseff, este às vezes compartilhado pela esquerda. Tudo regado pelo ultraliberalismo, redução de gastos públicos e aumento de produtividade, causas da falha do programa de Dilma, o que levou as pessoas para as ruas, momento onde o MBL entra em cena.

Também chamou a atenção da imprensa a tentativa de se desvencilhar do bolsonarismo, o que gerou necessidade de defesa na imprensa por parte dos diretores:

[Fred Rauh]: “No começo do processo, pelo menos como mostra lá no documentário, como a gente viu acontecer, muitas dessas pessoas que depois viraram bolsonaristas ferrenhos pediam intervenção militar. A gente sempre deixou bem claro que a gente não queria intervenção militar, que a gente queria o processo pelas instituições” [Alexandre Santos:] Hoje o bolsonarismo tem muitas pessoas que têm uma visão autoritária, muitos grupos de apoio, da base de apoio, fazem manifestações apoiando intervenção militar... mas existe uma pequena parte do governo Bolsonaro, não vamos aqui ser levianos, existe uma parte do governo que é democrática sim, que é republicana e que está lutando por reformas liberais e essa parte tem que ser, digamos assim, apoiada com certeza” (Poder 360, 2019, online).

Fazem também questão de frisar, inclusive no filme, que não apoiaram intervenção militar, estabelecendo com o bolsonarismo apenas uma espécie de aliança conjuntural no que diz respeito ao impeachment. A principal linha demarcatória talvez seja a opção da direção em não utilizar o recorrente voto de Jair Bolsonaro, utilizado nos outros filmes, enaltecendo a memória de Carlos Alberto Brilhante Ustra como “terror de Dilma Rousseff”.

Como o MBL representa a história

Se pudermos considerar que “Não Vai Ter Golpe” adere a uma forma específica de

contar a história do Impeachment, esta forma se trata de um grande auto elogio. A peça é atravessada, do início ao fim, pela ideia de que o ativismo político do MBL interferiu decisivamente nos rumos que o país tomou no período de 2013 a 2016. Contando a sua história, o MBL tem a pretensão de mostrar como um punhado de jovens libertários avessos a um sistema mudaram os rumos do país, mais do que apenas surfaram uma onda de politização pela direita.

Outro elemento que salta à percepção no audiovisual do MBL, e que é compartilhado pelos integrantes da Brasil Paralelo, se trata de um traço de personalidade dos integrantes do grupo que desborda no filme, a tendência anti sistema. Jovens que não se enquadraram nas próprias escolhas que fizeram e as abandonaram pelo meio do caminho. Acabaram encontrando no ativismo político uma forma de sublimar a debacle. No caso do MBL, isso é combinado com uma superestimação do seu ativismo. O pequeno relato é acompanhado de fotos e imagens de arquivo. Vejamos:

O Renan e eu passamos anos a fio trabalhando em coisas que não gostávamos. Eu, que fui aspirante a YouTuber em 2005, terminei cuidando do setor financeiro de empresas com dificuldade financeira. Não era exatamente para isso na Terra. Não completei minhas faculdades, não ganhei dinheiro. Eu também acumulei alguns processos, vários processos. E desisti. Chutei o balde. Resolvi abrir uma produtora de cinema e larguei meus pais e um irmão, que estava em uma situação ainda pior. Renan era aluno exemplar em todos os colégios que passou, entrou na faculdade de direito do largo da São Francisco, a melhor do país, era o orgulho da família. Mas ao invés de estudar, começou a se envolver na política estudantil. Matava a aula para organizar seu próprio partido acadêmico e tinha um prazer especial em derrotar o PT nos anos que ser petista era moda. Mas nem tudo eram flores. Quando pretendia ser presidente do Onze de Agosto, principal centro acadêmico do país, Renan tomou um golpe e outra pessoa se elegeu. Ele ficou bem mal, abandonou seu partido, abandonou sua faculdade e prometeu nunca mais se envolver com política. Tornou-se o empresário frustrado e passou anos, sem direção, administrando processos e empresas sem futuro. Não poderia dar certo. Até que vieram as jornadas de 2013 e com elas, seu reencontro com a política. Renan e mais alguns amigos roubaram. Isso mesmo. Roubaram a manifestação da esquerda e, juntos com Ministério Público de São Paulo, lideraram a luta pelo fim da PEC 37, que tirava o poder de investigação dos promotores e procuradores. O ato foi um sucesso e o Congresso rejeitou a proposta. E vamos deixar isso bem claro. Se a PEC 37 passasse, não tinha Lava Jato, não tinha fora Dilma, não tinha Lula na cadeia, não tinha nada, nem esse documentário existiria (Não Vai Ter Golpe, min 04: 10 - 06:15).

E no final algumas falas durante a exibição dos créditos convergem em alto grau de idealização grupo:

E a gente transformou essa população em alguém fanático, por política, em alguém que se interessa. Elas não ficam reféns apenas do Jornal X, do Jornal Y, não, elas têm capacidade de ir numa página do MBL e buscar alguma liderança do MBL na sua cidade, receber uma indicação de um livro, receber um vídeo no YouTube de algum pensador, de alguma pessoa que é formadora de opinião, estar nas ruas, estar nas universidades, estar nos bares, estar nas conversas, estar nos grupos de família, e isso é sensacional. Pô, tem um outro lado e a gente precisa mostrar esse lado de um jeito leve, de um jeito que funcione e de uma comunicação acessível para todos. O MBL foi a força motriz disso (Não Vai Ter Golpe, 2019, min 02:10: 34 - 02: 11: 13).

Parece algo incrível que os integrantes do MBL atribuam o alto grau de politização que a sociedade brasileira adquiriu a partir de 2013 à ação de pequenos grupos organizados e ao ativismo de seu próprio grupo. Tal imagem idealizada acaba ficando nua com os resultados da própria marcha, de São Paulo a Brasília, que organizaram com o objetivo de pressionar os políticos, mas que não teve o efeito desejado, conforme Limongi (2023).

Esse movimento social de rua tem uma grande manifestação em 15 de março [...] bate todos os recordes de manifestação. os novos movimentos que estão se organizando [...] um desses movimentos que é o MBL, que é de extrema direita, acredita que o clima é revolucionário [...] marcam uma manifestação imediatamente para abril e essa manifestação ao invés de crescer o número de participantes, cai. Então o movimento social, de manifestação de rua perde força. [O MBL muda a estratégia e decide] fazer uma marcha sobre Brasília. Eles saem, 20 cidadãos de São Paulo, no fim de abril para caminhar até Brasil com a expectativa que vai crescer, o estágio é pré-revolucionário, ninguém aguenta mais o PT, ninguém aguenta mais a Dilma. [...] A estratégia é, acho que eles leram Pérez Liñan, a gente leva o povo até Brasília e a gente vai convencer os parlamentares. [...] Eles chegam, os mesmos 20, e o Aécio [que havia prometido recebê-los em Brasília] pega um voo para Nova York. O [...] movimento de rua não deu em nada. [...] As ruas não conseguiram pressionar o governo. [...] É incrível porque é o Reale Jr. que vai explicar para os políticos, [...] vocês não tem esses votos [...] não adianta entrar com o pedido de Impeachment, nós vamos perder. a oposição não tem como fazer o Impeachment [...] sem a aliança com o PMDB não [...] (Limongi, 2023, min 41: 17 - 50: 34).

A marcha, cujos resultados são descritos acima, conta com capítulo especial no audiovisual, no qual são mostrados o planejamento, as adesões, os perigos enfrentados na beira das rodovias, os locais de pernoite e as preleções de Renan Santos para o grupo. Tudo de modo a parecer grandioso. As imagens são entremeadas com entrevistas de políticos que receberam o grupo em suas cidades, enaltecendo sua coragem e audácia de lutar por um país melhor. Para “Não Vai Ter Golpe”, é ainda mais válida a perspectiva da ego-história, formulada por Pierre Nora (1987, et al).

Desde que surgiu, em maior ou menor grau, é uma perspectiva que está presente no

conjunto de ferramentas metodológicas de historiadores. Talvez pudéssemos aproximar tal perspectiva ao trabalho realizado pelo MBL, se tivessem contado sua história tentando calibrar a influência do grupo como agente político em um processo mais amplo. Ao invés disso, Rauh e Santos, diretores do filme e irmãos, contaram uma história de como estavam insatisfeitos com suas atividades profissionais e fundaram um coletivo político, libertário de extrema direita, avesso a qualquer política do Partido dos Trabalhadores. Sobretudo, em “Não Vai Ter Golpe”, os diretores hiperdimensionaram sua participação no processo político, deixando de fazer o que poderia ser algo parecido com uma ego-história para fazer em sua peça uma história egocêntrica.

Conclusão

Todos os filmes tentaram com o estilo de seus realizadores contar a história do impeachment de Dilma Rousseff. Necessariamente trouxeram fatos e acontecimentos os quais cada diretor atribuiu valores diferentes, os quais tentaremos equacionar nos capítulos seguintes. Cinema, audiovisual e história operam em instâncias e com pressupostos diferentes, mas, estão circunscritos a uma realidade dada, e operam com condicionantes e determinações desta mesma realidade. É o que tentaremos distinguir adiante. Junho de 2013, a Operação Lava Jato, a crise econômica que atingiu o país são eventos os quais devemos mensurar seu peso no Impeachment de Dilma Rousseff. O presidente da Câmara dos deputados Eduardo, o vice presidente Michel Temer, o então ex-presidente Lula e Dilma Rousseff são agentes políticos cujas ações nossos filmes também utilizaram em suas reconstituições e igualmente devemos mensurar o peso que lhes foi atribuído.

CAPÍTULO 3

Em 31 de agosto de 2016 o Senado concluiu o julgamento do pedido de Impeachment Dilma Rousseff optando pela cassação de seu mandato numa votação com 61 votos favoráveis e 20 contrários. A data marcou o desfecho do processo de impedimento iniciado em 2 de dezembro de 2015 quando, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha aceitou o pedido dos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. A Câmara dos Deputados havia aprovado o relatório, numa sessão tensa e emblemática, com 367 votos favoráveis, 137 contrários e 7 abstenções em 17 de abril de 2016. A justificativa do pedido trazia a alegação de que a mandatária cometeu crime de responsabilidade, com a prática do que se convencionou chamar de “pedaladas fiscais”, e editou decretos de abertura de crédito sem aprovação do Congresso (Agência Senado, 2016).

A essa altura, a popularidade de Dilma já havia despencado devido à crise econômica, mas sua base no Congresso era ampla e o PT era dono da segunda maior bancada na Câmara. Sob a coordenação de Cunha o processo se deu de forma controversa. Em 8 de dezembro o Plenário da Câmara elegeu uma comissão apenas com nomes da oposição, por votação secreta, para analisar o pedido de Impeachment. Rodrigo Janot, à época procurador-geral da República, e Luís Inácio Adams, o então advogado-geral da União, defenderam a anulação do pleito e foram atendidos em 17 de dezembro quando o STF definiu como a Câmara deveria realizar o rito do Impeachment. As votações dos partidos teriam então que ser abertas e com seus integrantes indicados pelos líderes dos partidos.

Já em março, na comissão especial instalada nos moldes definidos pelo Supremo, Rogério Rosso PSD foi eleito presidente e Jovair Arantes PTB o relator. No mesmo mês em que o PMDB rompeu com o governo. Em 11 de abril foi aprovada por esta comissão especial a abertura do processo contra Dilma por 38 votos favoráveis contra 27 contrários. No dia 17 o Plenário autorizou, por 367 votos a favor, 137 contra e 7 abstenções, a abertura do Processo de Impeachment em sessão de votação nominal com duração de 6 horas.

No Senado criou-se uma comissão especial onde Raimundo Lira PMDB e Antonio Anastasia PSDB foram eleitos, respectivamente, presidente e relator. Foram ouvidos em 4 debates em sessões públicas 13 convidados. Para a acusação Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal e para a defesa José Eduardo Cardozo, à época advogado-geral da União, Nelson Barbosa e Kátia Abreu, ministros da Fazenda e da Agricultura, e Marcello Lavanère ex-presidente da Ordem dos advogados do Brasil (OAB). Em 6 de maio, o relatório de Anastasia, favorável à abertura do processo no Senado, foi aprovado por 15 votos

favoráveis e 5 contrários. No dia 12, Dilma foi afastada da presidência e Ricardo Lewandowski, na condição de presidente do STF, passou a conduzir o processo.

Em junho foram ouvidas 44 testemunhas, das quais 4 arroladas pelos senadores, 38 da defesa e 2 da acusação. Em julho foram debatidos laudos periciais, referentes aos termos da denúncia, elaborados por consultores do senado e peritos da acusação e da defesa. Em agosto, o relatório final⁴ do Senador Anastasia defendeu que a acusação se fazia procedente e o Senado decidiu, com 59 votos favoráveis e 21 contrários, que Dilma iria a julgamento por crime de responsabilidade contra a lei do orçamento e pela malversação de recursos públicos. Em sua defesa, Dilma Rousseff classificou o processo como golpe e acusou Michel Temer e Eduardo Cunha de conspiração.

Até aqui estamos centrados nos fatos, mas precisamos compreender como uma chefe de estado num regime em que a figura do presidente concentra uma grande quantidade de poder nas mãos é tirado do poder da forma como Dilma Rousseff o foi. O impeachment em si se trata de um evento drástico cujo desfecho exige uma sinergia de movimentos econômicos sociais, culturais e políticos. Na quadra temporal da Nova República tivemos dois, Collor de Mello em 1992 e Dilma Rousseff em 2016, o que gera um debate sobre o esgotamento do sistema presidencialista, na medida em que nesse regime a destituição de um presidente é muito mais traumática que num regime parlamentar. Neste o operador executivo da política não gozando de condições de governar deve dar lugar a outrem que consiga compor uma maioria. Mas quais foram as circunstâncias que possibilitaram a destruição de uma presidente com a legitimidade do voto.

Dilma Rousseff

Dilma Vana Rousseff é filha do advogado bulgaro Pétrar Russév, ex-filiado do Partido Comunista da Bulgária, radicado no Brasil. Teve vida abastada. Enquanto secundarista estudou numa instituição onde a politização era bastante forte. Aos 19 anos ingressou na Política Operária, Polop, grupo do qual derivaria o Comando de Libertação Nacional, Colina, que defendia a luta armada, como opção de combate à ditadura. Foi nessa organização onde conheceu Cláudio Galeno Linhares com quem viria a ter um curto casamento. Já vivendo com

⁴ Na matéria “Anastasia dá parecer favorável ao impeachment refuta tese do golpe” podemos ler: “Consideramos que os fatos infracionais estão devidamente descritos, com reivindicações suficientes de autoria e materialidade, há plausibilidade na denúncia e atendimento aos pressupostos formais, restando, portanto, atendidos os requisitos exigidos pela lei para a denunciada resposta ao processo de impeachment [...]. A matéria em apreço nesta comissão está umbilicalmente ligada a uma questão maior. Está em risco, neste momento, a preservação de um regime de responsabilidade fiscal conquistado a duras penas” [...]. (Reuters, 2016, online).

Carlos Araújo participou da fusão entre o Colina e a VPR, liderada por Carlos Lamarca, na VAR-Palmares. Foi capturada, em 15 de Janeiro de 1970 e solta em 1973. Foi torturada e cumpriu pena no Presídio Tiradentes. Nessa organização também esteve envolvida em 1969 na ação do roubo do cofre, contendo 2,5 milhões de dólares, de Ademar de Barros. No mesmo ano da ação a organização cindiu não havendo acordo entre uma ala militarista, inspirados em Lamarca, e outra que preconizava também um trabalho de base, junto aos quais Dilma se posicionou (Carvalho, 2010, p. 120).

Dilma fez carreira pública em Porto Alegre atuando no setor energético e militando no PDT, no qual se filiara em 1980, onde Carlos Araújo, então seu marido, foi candidato à prefeitura contra Olívio Dutra em 1988. Foi presidente da Fundação de Economia e Estatística e Secretária de Energia, Minas e Comunicações, em duas ocasiões, em 1990 e 1999. Na segunda ocasião já no PT. Na crise do apagão gerenciou os conflitos entre grandes empresas consumidoras de energia e o Governo Federal, neste período os gaúchos sofreram 31 cortes de energia. Conforme Avelar (2021), Dilma Rousseff chamou a atenção de Lula pela capacidade técnica e em 2003 foi escolhida para chefiar o Ministério de Minas e Energia. Durante o governo deu várias demonstrações de força prevalecendo em embates políticos sobre outros ministros, como Marina Silva por exemplo. Em 20 de junho de 2005 assumiu o Ministério da Casa Civil (Carvalho, 2010, p. 140).

O Partido dos Trabalhadores

Enquanto Dilma Rousseff levava sua vida em Porto Alegre militando no PDT, o partido político ao qual viria no futuro a disputar a presidência da República estava no seu nascedouro. O Partido dos Trabalhadores foi fundado em 1980. Suas primeiras reuniões foram realizadas no Colégio Sion em São Paulo, numa região de classe média. Os grupos que inicialmente a grosso modo compunham o Partido eram a esquerda católica oriunda da Ação Popular, trabalhadores industriais que não mais se sentiam representados no Partido Comunista e dissidentes da luta armada no combate à Ditadura Militar. O PT teve papel importante no movimento das Diretas Já cujo objetivo era a aprovação da emenda Dante de Oliveira que visava a eleição direta para a presidência da República. Ainda que o movimento tenha malogrado, se trata de um marco na retomada dos civis ao controle político do país. O PT também teve papel importante nas discussões da Constituição de 1988. Sua bancada assinou a Constituição de 1988, ainda que tenha votado de forma contrária, o partido foi signatário da mesma, o que sempre gerou confusão, conforme Lincoln Secco (2011).

Embora por vários anos os meios de comunicação tenham afirmado o oposto, não é verdade que o PT não tenha assinado a nova Constituição. A bancada petista votou contra, mas assinou. Assinaram: Benedita da Silva (RJ); Eduardo Jorge (SP); Florestan Fernandes (SP); Gumerindo Milhomem (SP); Irma Passoni (SP); João Paulo Pires (MG); José Genoíno (SP); Luiz Gushiken (SP); Luiz Inácio Lula da Silva (SP); Olívio Dutra (RS); Paulo Delgado (MG); Paulo Paim (RS); Plínio de Arruda Sampaio (SP); Virgílio Guimarães (MG); Vitor Buaiz (ES); e Vladimir Palmeira (RJ) (Secco, 2011, p. 128-129).

Conforme Barros (2023), três questões incomodavam o PT, com relação ao texto final:

[...] a intensa defesa do direito de propriedade, que dificultava a reforma agrária; a representação distorcida dos estados no Congresso, com sub-representação das unidades federativas maiores, onde o pt era mais forte (“o Lula era para ter chegado a presidente com duzentos deputados, chegou com cem”, diz Zé Dirceu); [...] e o direito das Forças Armadas de intervir em questões de ordem interna (Barros, 2023, p. 187-188).

Barros (2023) argumenta que sobre a maior representação dos estados menores se acentuou uma tendência pró direita no sistema político, o que pode ajudar a explicar os problemas com relação à formação de alianças que o PT encontrou ao chegar ao poder. Sobre o terceiro ponto, a negociação com os militares que resultou na formulação do artigo 142, que conferiu a estes a função da preservação da ordem interna, a preocupação do partido veio a se justificar em 2022. Considerando que, em 1988, parecia implausível que um chefe de poder sequer cogitasse a invocação do artigo 142 para uma intervenção militar. Com relação ao primeiro ponto, “o direito à propriedade”, parece ter apenas ganhado mais legitimidade na sociedade brasileira, independente da posição do PT na época.

A principal liderança do partido sempre foi Luís Inácio Lula da Silva que disputou as eleições de 1989, 1994 e 1998 sem êxito. Lula é oriundo do sindicalismo, ganhando vulto nas greves do ABC em 1978. Nascido em Garanhuns, no interior de Pernambuco em 1945, veio para São Paulo com a mãe em 1952, onde seu pai já morava. Se tornou metalúrgico e sindicalista, foi eleito deputado federal em 1986 pelo PT. Desde sua fundação o partido havia ganhado musculatura sendo vitorioso em algumas prefeituras de capitais, São Paulo com Luíza Erundina, Porto Alegre com Olívio Dutra. As principais bandeiras do período da fundação até os anos 1990 eram a questão da ética na política que se imbricavam com o jargão da desprivatização do Estado. A efervescência política e social da década de 1980, a saída da ditadura e a elaboração da Constituição de 1989, permitiu, de certa forma, que o PT

tenha tido no período um discurso mais acirrado naquele quadrante histórico (Secco, 2011, p. 77). O autor continua:

O ciclo que se inicia com a campanha das “Diretas Já!” em 1984, passa pela Assembleia nacional Constituinte (1988), pela Frente Brasil Popular em 1989 e tem um último suspiro na campanha pelo impeachment de 1992, é aquele que demonstrou maior participação popular (para além mesmo da classe operária e dos movimentos organizados) (Secco, 2011, p. 142).

Em que pese o fato de que a saída da ditadura em 1985 não tenha sido uma revolução, mas sim uma saída negociada dos militares, podemos considerar a esfera política como num clima de aceleração dos acontecimentos e otimismo. Apesar de os militares terem conseguido salvaguardar privilégios e proteger os responsáveis pelos crimes contra os direitos humanos e a tortura, a mobilização da sociedade civil para sua saída foi deveras importante e muito contribuiu para que a tutela da instituição fardada sobre a República não tenha sido maior. Terminada a década de 1980, os ventos neoliberais parecem terem conseguido romper o clima de euforia do início da Nova República e a eleição de Collor de Mello, em 1990, pode ter sido um indicativo disso no plano interno. Indicativo corroborado na conjuntura externa pela Queda do Muro de Berlim. Vejamos:

É verdade que o partido tendia a trilhar o caminho institucional. [...] O que uma parte dos marxistas achava era que o partido tinha que optar pela diluição ideológica ou pela identidade socialista. [...] Este debate assumia a forma socialista por uma razão óbvia: em 1990 todos estavam estupefatos com o fim do socialismo real. O Muro de Berlim caiu sobre o partido. Mas seria uma ilusão acreditar que somente a exigência de redefinições sobre o socialismo internacional causava novas cisões interiores. Como alternativa de poder e vitorioso em muitas prefeituras importantes, havia novos dilemas para o PT que conduziam líderes esquerdistas a trocar princípios por cargos e votos (Secco, 2011, p. 146).

O PT, que até então, tinha uma dimensão forte como partido de massas, fez uma transição para a profissionalização partidária, inclusive nas campanhas isso já vinha acontecendo, conforme Secco (2011), uma profissionalização da militância. A vitória para a Presidência da República veio em 2002 com a reeleição de Lula em 2005. No primeiro mandato enfrentou a crise do mensalão, mas a situação econômica favorável possibilitou a Lula forjar um estilo político, explicado com o conceito lulismo, formulado por Singer (2012), que possibilitou uma alteração na base eleitoral do partido, tema que trataremos adiante. Entretanto, a fase marcada pelo escândalo do mensalão aponta para um descolamento da imagem do PT e de sua principal liderança, Lula. Internamente falava-se em “reconstrução

do partido” (Genro, 2005, online). Em 2010 chegamos à eleição de Dilma Rousseff, indicação antecipada de Lula que sofreu pouca resistência no partido, dada a leitura a qual uma disputa interna pela sucessão não seria conveniente naquele contexto.

A ditadura militar

O clima político do Brasil da década de 1960, período em que Dilma era uma jovem estudante, contava com bastante efervescência social. Vários setores faziam reivindicações modernizantes ou reformas. A mais abrangente se tratava da Reforma Agrária, os trabalhadores rurais, negligenciados até então. Vejamos mais detalhadamente:

A reforma agrária, para distribuir a terra, com o objetivo de criar uma numerosa classe de pequenos proprietários no campo. A reforma urbana, para planejar e regular o crescimento das cidades. A reforma bancária, com o objetivo de criar um sistema voltado para o financiamento das prioridades nacionais. A reforma tributária, deslocando a ênfase da arrecadação para os impostos diretos, sobretudo o imposto de renda progressivo. A reforma eleitoral, liberando o voto para os analfabetos, que então constituíam quase metade da população adulta do país. A reforma do estatuto do capital estrangeiro, para disciplinar e regular os investimentos estrangeiros no país e as remessas de lucros para o exterior. A reforma universitária, para que o ensino e a pesquisa se voltassem para o atendimento das necessidades sociais e nacionais (Reis, 2000, online).

João Goulart não teve força política para implementar suas Reformas de Base e o Golpe de 1964 possibilitou aos militares implementarem as demandas por modernização por um viés conservador⁵. Os pilares do regime militar foram a Doutrina da Segurança Nacional e a caça ao inimigo interno, como prevenção de possíveis infiltrações comunistas seja por qual variedade fosse, cubana, soviética ou chinesa. Vejamos:

A partir de 1960, a ESG deu grande ênfase à Doutrina de Segurança Nacional: o inimigo não estava apenas ou necessariamente no exterior, mas principalmente dentro do próprio país. Para os estrategistas da ESG, os “inimigos internos” desenvolviam a Guerra Revolucionária ou Guerra Insurrecional. As atuações das Ligas Camponesas, do movimento sindical,

⁵ Conforme José Maurício Domingues, o conceito de “Modernização Conservadora” foi criado pelo sociólogo Barrington Moore Jr. (1966) e pode ser compreendido como: “[...] a recusa a mudanças fundamentais na propriedade da terra. Os grandes proprietários manteriam, destarte, controle também sobre a força de trabalho rural, que não seria capaz, portanto, de se libertar de relações de subordinação pessoal e de extração do “excedente” econômico por meios mais diretos. [...] Na modernização conservadora, as tradicionais elites agrárias forçaram uma burguesia relutante e avessa aos processos de democratização a um compromisso: a modernização fazia-se, sob a liderança e levando muito em conta os interesses dos proprietários agrários, conformando-se uma “subjetividade coletiva” centrada em um bloco transformista, cauteloso e autoritário em suas perspectivas e estratégias (Domingues, 2002, p. 460).

dos comunistas e das organizações de esquerda provavam que a Guerra Revolucionária já estava em curso. A partir de 1963, os estrategistas da ESG preocuparam-se com a sistemática quebra das regras que regiam a vida militar, como a hierarquia e a disciplina. Tratava-se, para eles, da Guerra Revolucionária chegando e tomando os quartéis. O enfraquecimento das Forças Armadas e da cadeia de comando fazia parte da estratégia insurrecional dessa guerra, desenvolvida, em especial, pelos comunistas (Ferreira e Gomes, 2014. online).

A tomada do poder promovida pelos militares, tinha do seu ponto de vista um caráter justificado, de maneira que o ataque dos inimigos já estava em curso. Com apoio das elites econômicas e até por alguns líderes políticos, como os governadores Magalhães Pinto, de Minas Gerais, e Carlos Lacerda, da Guanabara, os militares tiveram grande facilidade em tomar o poder pelo golpe de 1964. Em detrimento da promessa de eleições em 1968, acossados pelas manifestações de rua em 1968 por conta do assassinato do estudante Edson Luis⁶ e afrontados pelo Congresso que não havia autorizado a cassação do mandato do deputado Márcio Moreira Alves⁷, os militares fecharam ainda mais o regime em 1968 com o AI-5. a reação ao fechamento do regime foi o surgimento de grupos de guerrilha:

[...] entre 1969 e 1972, desdobraram-se ações espetaculares de guerrilha urbana: expropriações de armas e fundos, ataques a quartéis, cercos e fugas, seqüestros de embaixadores. Os revolucionários chegaram a ter momentos fulgurantes, mas, isolados, foram cedo aniquilados. Na seqüência, entre 1972 e 1975, seria identificado, caçado e também destruído um foco guerrilheiro na região do Araguaia, na fronteira do Pará, Maranhão e Goiás, reunindo algumas dezenas de guerrilheiros, na tentativa mais consistente da esquerda revolucionária (Reis, 2000, Online).

É necessário dizer que o surto desenvolvimentista se não foi feito a contragosto dos Estados Unidos, ao menos foi desaconselhado, ainda no governo Costa e Silva, por um de seus emissários, já velho conhecido, uma vez que havia ocupado a embaixada dos EUA no Brasil, Lincoln Gordon:

⁶ Estudante assassinado durante a invasão por policiais do restaurante Calabouço em 28 de março de 1968. Cerca de 300 estudantes faziam sua refeição no local. O corpo do estudante foi resgatado pelos manifestantes que o levaram para ser velado nas escadarias da Assembleia Legislativa. O cinema tratou do tema com documentário de Carlos Pronzato “Calabouço 1968 - um tiro no coração do Brasil”.

⁷ Conforme (O Globo, 2018): “Moreira Alves despertara a ira do governo no dia 2 de setembro daquele ano, quando subiu à tribuna da Câmara dos Deputados para criticar o fechamento da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a invasão da polícia à Universidade de Brasília (UnB), que resultou em agressão a alunos. No discurso inflamado, Moreira Alves questionava: “Quando o Exército não será um valhacouto de torturadores?”. O parlamentar ainda incentivou o boicote às comemorações do Dia da Independência e sugeriu até que as moças não saíssem mais com oficiais das Forças Armadas”. O cinema tratou do tema com o docudrama de Paulo Markun “AI-5 O dia que não existiu”.

[...] o general Costa e Silva percorreu vários países da Europa e, em fevereiro de 1967, esteve nos Estados Unidos, a fim de encontrar-se com Lyndon Johnson. Quando se encontrava em Washington, recebeu a visita de Lincoln Gordon, que, àquele tempo, ocupava o posto de subsecretário de Estado para a América Latina. E, durante a conversa, manifestou seu propósito de continuar o programa de combate à inflação, mas salientou que, paralelamente, daria “ênfase” à política de desenvolvimento. Gordon interrompeu várias vezes, a ironizar o tema e, em dado momento, aconselhou-o a manter o combate à inflação e a não cuidar do desenvolvimento, acrescentando que “de tanto falar nele um ex-presidente do Brasil acabou em Paris”. [...] Era uma referência clara a Kubitschek, que se exilara ao ter seu mandato de senador cassado e os direitos políticos suspensos. Costa e Silva não mais se conteve. Irritado e com o dedo em riste, retrucou: [...] Mister, vamos com muita calma. Com sua opinião ou sem ela, o desenvolvimento será a chave de meu governo. Precisamos de ajuda e cooperação do seu país, para colaborar com o nosso desenvolvimento e, muito justamente, auferir os lucros proporcionais aos seus investimentos. Mas em nenhum momento tolerarei ingerências. Até porque vai ser muito difícil concretizá-las. E passe bem. (Bandeira, 2013, Online).

O projeto desenvolvimentista se estendeu pelos governos Médici e Geisel. Envolveria indústria de química petroquímica e eletrônicos. O governo realizou obras de infraestrutura que acreditava serem necessárias para o crescimento do país, a ponte Rio Niterói, as usinas hidrelétricas de Itaipu e Tucuruí, o acordo nuclear com a Alemanha, o Proálcool lançaram o Brasil entrou na lista dos dez países mais industrializados. Entretanto, a política de concentração de renda, arrocho salarial e aprofundamento dos movimentos de guerrilha, com os sequestro de embaixadores ensejaram a edição da Lei de Segurança Nacional de 1969 que previa pena de morte e banimento para crimes políticos o que acabou adiando a abertura política (Teixeira, 2018, p. 424).

O chamado milagre brasileiro, com crescimento contínuo da ordem de taxas de 11% ao ano combinado com arrocho salarial e intervenção nos sindicatos geração de uma grande onda de inflação que tardou a ser resolvida, sendo de fato apenas nos anos 1990 com o Plano Real de Fernando Henrique Cardoso. Cumpre observar que enquanto os governos militares implementaram seu modelo de desenvolvimento excludente, a onda econômica dos Estados Unidos e da Europa e no Chile já era outra, tributária dos economistas da escola de Chicago, o que ficou conhecido como Neoliberalismo.

O Neoliberalismo

Naquela conjuntura do início da década de 1970, o que se convencionou a chamar neoliberalismo se constituiu também como reação a um inimigo comum, tanto em a doutrina

keynesiana e a elementos que seu formulador valorizava, tais como [...] economia dirigida, a planificação, o intervencionismo sobre as quantidades globais [...] Foucault (2008, p. 107). As raízes desse novo ideário podem remontar a origens diversas, conforme Andrade:

Ordoliberais de Freiburg, Escola Austríaca, Escola de Chicago e representantes da London School of Economics e da Manchester School compartilhavam a mesma utopia de livre mercado e a mesma posição contrária ao intervencionismo econômico e ao planejamento estatal centralizado (keynesiano, socialista ou desenvolvimentista), mas não tinham opinião comum sobre o papel legítimo do Estado, sobre as diretrizes de política econômica ou sobre a experiência fracassada do laissez-faire do século XIX (Andrade, 2019, 211).

Os marcos de gestação foram o Congresso de Walter Lippmann em 1937 e a formação da Sociedade de Mont Pélerin, em 1947, que incluía intelectuais como Friedrich Hayek, Milton Friedman e Karl Popper. No caso dos expoentes governamentais Margaret Thatcher, primeira ministra da Inglaterra entre 1979 e 1990, e Ronald Reagan presidente dos Estados Unidos, entre 1981 e 1988, os principais motes das políticas que implementaram seguiram o fio condutor de fazer pressão política contra os sindicatos dos trabalhadores, afrouxar a regulação dos mercados financeiros e espalhar os valores do mundo corporativo para o conjunto da sociedade. Estes governos estimulavam essa nova lógica capitalista redirecionando a participação do Estado no regramento da vida social e estímulo ao setor das finanças. Caberia ao Estado então agir sobre as jurisdições nacionais no sentido de retirar as amarras dos fluxos de capital e atacar sindicatos e organismos de representação do trabalho assalariado (Harvey, 2008).

A lógica econômica que ganhara primazia a partir da década de 1970, o Neoliberalismo se espalhou do centro do sistema, mais especificamente os Estados Unidos, governados por Ronald Reagan, e a Inglaterra de Margaret Thatcher. As políticas keynesianas que reestruturaram os Estados Unidos da Crise de 1929, tendo o Estado como indutor da criação de empregos, no governo de Franklin Roosevelt, deram lugar então a uma nova compreensão econômica e social que visava a continuidade do acúmulo capitalista, políticas que foram denominadas neoliberais. Como a política keynesiana havia se tornado inadequada na ótica do capital, uma vez que após a Segunda Guerra, período no qual foram criados os chamados “Estados de bem estar”, passou a se dar uma disputa ideológica no início da década de 1970. Nos termos de Eric Hobsbawm (1995):

A batalha entre keynesianos e neoliberais [...] Era uma guerra de ideologias

incompatíveis [...] os keynesianos afirmavam que altos salários, pleno emprego e o Estado de Bem-estar haviam criado a demanda de consumo que alimentara a expansão, e que bombear mais demanda na economia era a melhor maneira de lidar com as depressões econômicas. Os neoliberais afirmavam que a economia e a política da Era de Ouro impediam o controle da inflação e o corte de custos tanto no governo quanto nas empresas privadas, assim permitindo que os lucros, verdadeiro motor do crescimento econômico numa economia capitalista, aumentassem (Hobsbawm, 1995, p. 399).

O trecho é importante também pelo fato de em linhas gerais descrever as diretrizes em que os debates econômicos continuam se dando. Os neoliberais apregoando corte de custos e controle da inflação e keynesianos continuam acontecendo nestes termos, embora estes últimos tenham acabado recebendo apoio, ou mesmo substituídos por, desenvolvimentistas ou neo-desenvolvimentistas. Entretanto, como prossegue, Hobsbawm (1995), em que pese o discurso ideológico, a passagem mecânica de maneira que a maioria dos governos neoliberais era obrigada administrar suas economias de forma objetiva, sem necessariamente fazer os compromissos do Estado desaparecer do dia para a noite, enquanto realizavam sua apregoação ideológica. Um exemplo eloquente talvez seja que

O maior dos regimes neoliberais, os Estados Unidos do presidente Reagan, embora oficialmente dedicado ao conservadorismo fiscal (isto é, orçamentos equilibrados) e ao “monetarismo” de Milton Friedman, na verdade usou métodos keynesianos para sair da depressão de 1979-82, entrando num déficit gigantesco e empenhando-se de modo igualmente gigantesco a aumentar seus armamentos (Hobsbawm, 1995, p. 402).

Nesse sentido, a argumentação de Hobsbawm nos ajuda a entender que desempregados, trabalhadores autônomos e mesmo trabalhadores com carteira assinada continuam dependendo de alguns serviços do Estado, na medida em que a diminuição da participação deste na sociedade não significa sua retirada total. Por outro lado, o inverso também pode acontecer: governos tentando manter sua funcionalidade, operando num registro do neoliberalismo, ou tentando sair deste, podem tomar medidas às quais não pretendiam, que fujam de seu programa anunciado. Nesse caso, o melhor exemplo seria o de Dilma Rousseff, no início de seu segundo mandato, ao nomear Joaquim Levy para a Fazenda:

Dilma ignorou deliberadamente as diretivas anunciadas pela Executiva do PT. A escolha de Joaquim Levy para a Fazenda, apelidado de “mãos de tesoura” por petistas durante o primeiro governo Lula, gerou descontentamento generalizado entre dirigentes e intelectuais ligados ao partido (Limongi, 2023, p. 51).

Neoliberalismo No Brasil

Na América do Sul a perspectiva keynesiana desde a criação da Comissão Econômica para América Latina e Nações Unidas (CEPAL), encabeçada por Raúl Prebisch, deu o tom de combate contra o subdesenvolvimento. A visão utilizada era de modernização via intervenção estatal, favorecendo a transformação das estruturas oligárquicas e da industrialização, o que geraria a superação das relações de espoliação dos países do centro sobre os da periferia. As altas taxas de crescimento da década de 1960 favoreceram a criação de um clima nessa direção. Foi o economista W. W. Rostow quem forneceu as formulações etapistas que se acoplaram às políticas keynesianas: haveria uma etapa de decolagem econômica acompanhada de um período de poupança com altas taxas de investimento e tecnologias com baixo custo e rendimento elevado. Uma segunda etapa, baseada em massificação do consumo, faria a América Latina adentrar num processo de alto e auto sustentável desenvolvimento. Nesse ínterim, os Estados poderiam planificar os investimentos, optando pela mudança social encabeçada por burguesias nacionais, com disposição para integrar os povos latino americanos às demais sociedades do Ocidente (Rosenmann, 2006).

Enquanto isso no Brasil a Ditadura Militar se encontrava nos seus estertores construindo uma maneira de devolver o poder político aos civis de forma diferente de como ocorrera na Argentina⁸. Até o final da década de 1980 o Brasil se viu ocupado com a redemocratização e a elaboração de uma nova constituição em 1988, nem três anos antes do esfacelamento da URSS e pouco mais de um ano depois da queda do muro de Berlim. É lembrar que na medida em que nas economias mais potentes já estão em curso, nos termos de (Motta, 2018, p. 291), “[...] quebra de monopólios, redução de poder dos sindicatos e da intervenção do estado na economia [...]” enfim os ataques ao aparato criado no pós-guerra como os sistemas de previdência do estado de bem estar, no Brasil a onda neoliberal conseguiu fincar raízes no Brasil apenas com a eleição de Fernando Henrique Cardoso que considerava essencial “[...] liberar a economia e a política das amarras de um estado intervencionista que ditava o ritmo e o rumo do desenvolvimento nacional” (Motta, 2018, p. 293).

⁸ Na Argentina o regime ditatorial, implantado em 1976, não resistiu à derrota militar para a Grã-Bretanha na Guerra das Malvinas, que terminou em junho de 1982 tendo durando pouco mais de dois meses. Num contexto de crise econômica e política, os argentinos invadiram um território britânico que já reivindicavam de antemão. Diante da derrota, não foi possível para os militares argentinos realizarem uma transição política, para uma democracia, de maneira a se protegerem da lei por conta dos crimes e violações de direitos da Ditadura (Navarro e Palermo, 2007).

Essa nova fase do capitalismo também promoveu, como efeito de um novo regramento da intervenção do Estado na sociedade, uma grande aceleração do processo, iniciado com a modernidade, a individualização. O mundo que desapareceria era o do pós-guerra, após a tragédia do nazifascismo foram criados os estados de bem estar social, mas esse arranjo parecia não mais ser pertinente para a acumulação do capital. Se Margareth Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos, implementaram políticas econômicas derivadas das ditas teorias marginalistas⁹ que desconsideravam o trabalho como elemento mais importante na concepção do valor e no seu lugar, o valor das mercadorias seria regido pela demanda de mercado, a lei da oferta e procura. Essa nova fase também chegara ao Brasil, mas acreditamos que talvez com certo adiamento.

Acreditamos que no Brasil as políticas neoliberais podem ter demorado mais para penetrar devido ao contexto fechamento de um ciclo de longo prazo nos termos de Maurício Domingues, Vejamos:

Se de 1930 a 1970-80 realizou-se o que pode se denominar de “modernização conservadora” do Brasil - industrialização e urbanização com manutenção do latifúndio -, sua conclusão coincidiu com a irresistível ascensão do movimento democrático. Este, vindo de fato do período anterior, encontrou na luta contra o regime militar, que completava a modernização do país, seu momento de consolidação, ampliação e, por fim, triunfo. Evidentemente, esse não foi absoluto. Como em quase todas as transições de regimes ditatoriais para democrático-liberais - salvo as de cunho revolucionário, que se contam nos dedos, ou por conta de derrotas militares -, foi mediante negociação com o regime que se retirava que o processo de democratização institucional se concretizou (Domingues, 2017, p. 43).

Com o período de efervescência que tomou a sociedade Brasileira na saída do regime militar, confirmam a ideia a qual: esquerdas, classes médias e camadas populares eram agrupamentos imbuídos dos mesmos objetivos. Efervescência essa que foi

Da vitória do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em 1974, passando pelas manifestações estudantis e pelas grande greves operárias de fins dos anos 1970, pela eleição de governadores em 1982, pela campanha das Diretas Já e em 1984 e pela eleição indireta de Tancredo Neves em 1985, até à Constituição de 1988 (Domingues, 2017, p. 44).

O Brasil fez a transição para a democracia e todos estes elementos descritos por Domingues, movimentação estudantil, greves de trabalhadores e a campanha pelas eleições

⁹ A partir de 1870 teria surgido, conforme Maria Heloisa Lenz, um novo paradigma que contestava o pensamento econômico clássico. As bases desse paradigma são Jevons (1871), Menger (1871) e Walras (1874) (Lenz, 1995, p. 131).

diretas, podem ter colaborado e muito para que a tutela dos militares sobre a sociedade não tenha sido ainda maior. Entretanto, seguindo esse raciocínio, o ciclo democratizante de longo prazo se esgotou sem conseguir eliminar a permanência de características autoritárias que podem datar pelo menos dos anos 1930¹⁰.

Em 1930, conforme Schwarcz e Starling (2015),

As vigas mestras do sistema de repressão policial do Estado Novo foram instituídas antes do golpe de 1937, à medida que a Constituição de 1934 se desintegrava. A Lei de Segurança Nacional, de 1935, definia os crimes contra a ordem política e social, e o Tribunal de Segurança Nacional, instalado em 1936, servia para julgar sumariamente os atos políticos cometidos e mandar os condenados para a prisão. Antes disso, porém, em janeiro de 1933, Vargas criou, por decreto, na capital da República, sua polícia política. A Delegacia Especial de Segurança Política e Social (Desp) atuava exclusivamente na repressão política, e cuidava de receber denúncias, investigar, deter e encarcerar qualquer pessoa cuja atividade fosse considerada suspeita — sem necessidade de comprovar prática efetiva de crime (Schwarcz e Starling, 2018, online).

A criação do aparato legal descrito acima se efetivou na criminalização de manifestações políticas e sociais que se tornaram corriqueiras pelas décadas seguintes, adentrando no período da última Ditadura de 1964 e sobrevivendo à efervescência social dos anos 1970-1980 na redemocratização. Os pilares da ditadura brasileira de 1964 expressos na Doutrina da Segurança Nacional e na proteção contra um suposto “inimigo interno”, traços herdados da primeira metade do século XX parecem ter se acoplado bem às políticas neoliberais. Os impressionantes números da população carcerária no Brasil, comparados com a mesma população em outros países¹¹, pode ser uma evidência que a nossa democracia não funciona de maneira equitativa para negros e pobres e o tratamento destinado a estes, encarceramento em massa, se encaixa bem no registro da contenção social. Principalmente se levarmos em conta que

Quanto à natureza da prisão, 40,03% dos presos brasileiros permanecem segregados sem condenação; 24,65% são condenados em execução provisória; e apenas 35,05% está em execução definitiva. Ou seja, apenas

¹⁰ Getúlio Vargas havia tomado o poder com a Aliança Liberal e sofreu resistências a seu governo, os paulistas já haviam tentado tomar o poder com a Revolução de 1932. Também passou a haver um clima de disputas e conluios entre liberais, comunistas (ANL) e integralistas (AIB). Nesse contexto foi formulada por Olímpio Mourão Filho, uma conspiração, o Plano Cohen, segundo a qual, comunistas arquitetaram um plano para tomar o país. Isso foi motivo o bastante para Vargas criar o Estado Novo (Schwarcz e Starling, 2018, online).

¹¹ “[...] o país tem 322 pessoas presas para cada 100 mil habitantes. A taxa considera o número de presos dentro do sistema prisional (pouco mais de 680 mil) e o de habitantes (cerca de 213 milhões). Com esse dado, o Brasil fica na 26ª posição em um ranking de aprisionamento com outros 222 países e territórios (G1, 2021, online).

35,05% da população carcerária brasileira é tecnicamente culpada pela prática de crime nos termos da Constituição Federal. Entre 2000 e 2016, a taxa de aprisionamento passou de 137 brasileiros presos em cada grupo de 100 mil habitantes para 352,6 presos em 100 mil - aumento de 157% no período (Sayão e Accioly, p. 67).

Ou seja, se 40, 03% da população carcerária não foi condenada formalmente, qual outra função do sistema penal senão segregar os desviantes em um sistema econômico excludente? A questão parece mais equacionada se nos lembrar da frase atribuída a Washington Luís trazida por (Rosemberg, 2016, p. 5): “a questão social é um caso de polícia.”

Na questão econômica, o controle da inflação herdada da ditadura viria a se concretizar com o Plano Real implementado ainda enquanto Fernando Henrique Cardoso foi Ministro da Fazenda de Itamar Franco, durante seus dois mandatos como presidente que as políticas neoliberais fincaram raízes no país. A rigor, o controle da inflação foi realizado com a substituição de uma moeda contaminada, o “Cruzado Novo”, por uma saudável, o Real. O problema da inexistência de reservas internacionais para ancorar a estabilidade da nova moeda foi resolvido mediante a atração de capitais internacionais com as taxas de juros elevados. A política econômica prevalecente desde então tem por base o chamado “tripé macroeconômico”, controle da inflação, câmbio flutuante, superávit fiscal. A inflação dos preços foi contida, mas esses novos marcos econômicos não favoreceram a implementação de uma política industrial, uma vez que ao mínimo sinal de alta inflacionária opera-se alta de juros como uma espécie de remédio para se controlar o problema. O efeito colateral de juros elevados foi a criação de um ambiente econômico hostil aos setores exportadores de produtos industrializados, o que desde então vem concorrendo para o declínio do setor produtivo do capitalismo brasileiro (Bresser-Pereira, 2018).

O Período da Transição Democrática no Brasil

O novo direcionamento político do neoliberalismo não encontra terreno fértil para vicejar no Brasil de modo simultâneo ao que ocorreu nos países centrais do sistema. Se na Ditadura Militar ocorreu uma expansão econômica por viés liberal que resultou em crise inflacionária, a saída da crise com os civis acabou por atender a algumas demandas dos setores sociais no governo de José Sarney. O político maranhense se tornara presidente de forma improvável, pois era candidato vice-presidente na chapa encabeçada pelo mineiro Tancredo Neves, porém este faleceu em 21 de abril de 1985, antes de tomar posse por infecção generalizada derivada de problemas no abdômen. O governo Sarney teve que

enfrentar uma série de barreiras iniciais derivadas da expectativa a qual o presidente fosse Tancredo e do seu histórico partidário, pois era do (Partido Democrático Social) PDS e no sistema partidário criado por Castelo Branco estava alocado na (Aliança Renovadora Nacional) ARENA. Sarney ganhou altos níveis de popularidade com o Plano Cruzado, que congelou os preços e aumentou o poder de compra dos trabalhadores. Tais medidas deram certo num primeiro momento, porém eram insustentáveis a longo prazo. Entretanto, foram mantidas até as eleições para a Câmara e Senado com a estratégia de tornar o (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) PMDB vitorioso, em número de governadores, senadores e deputados (Ferreira, 2018, p, 55).

Foi a eleição que escolheu os políticos responsáveis pela Constituinte de 1988 e o grupo eleito era majoritariamente de conservadores o que fez ressaltar a importância de dois fatores: uma ala “progressista” do PMDB; e principalmente a mobilização popular. O presidente que havia alcançado grande popularidade com o Plano Cruzado, a ponto de ter ganho os “fiscais do Sarney”, conheceu o outro lado da moeda com o Plano Cruzado II, este com medidas restritivas com relação à expansão do salário. A Assembleia Constituinte de 1988 parecia ter tudo para formular um conjunto de leis bastante conservadoras, entretanto a ação de lideranças mais progressistas do PMDB, como Mário Covas e Ulysses Guimarães, e a utilização de mecanismos de participação popular foram cruciais para que a Constituinte tenha ganho um viés social. Entretanto, o controle da inflação, que corroía principalmente o salário dos trabalhadores, tendo em vista que a classe média podia se defender, ainda ficou para a década seguinte (Ferreira, 2018, p. 59).

O Governo Collor e o mecanismo do impeachment

Enquanto o Brasil lidava com as heranças do período ditatorial, como o controle da inflação e a afirmação do país como uma democracia, o ímpeto das ideias neoliberais não teve como se firmar, principalmente se considerarmos que o país se encontrava sob a influência de um ciclo democratizante, conforme Domingues (2017). Foi com a campanha de Fernando Collor de Mello, vencedor das eleições de 1989 que defendia a modernização do país, empunhando a bandeira de “caçador de marajás”, que o ideário neoliberal ganhou vigor. A corrupção dos agentes do Estado era considerada o principal dos problemas que impediam o país de avançar. Conforme Brasílio Sallum Jr. (2018), Collor montou seu ministério em menos de três meses numa conjuntura cuja sensação de crise era grande devido à inflação dos preços. Encarava a presidência como poder com alto grau de autonomia em relação ao

Legislativo e ao Judiciário e escolheu ministros politicamente inexpressivos e não se preocupou em compor uma maioria no Congresso, por meio de coalizão, para aprovar matérias de interesse do governo (Sallum Jr, 2018, p. 208).

Na economia, Collor antecipara que resolveria o problema da inflação dos preços com uma “bala de prata”, expressão que traduzia ou preparava o vindouro confisco das cadernetas de poupança implementado pela ministra da fazenda Zélia Cardoso de Mello. O Plano Collor previa: reforma monetária (incluindo reforma fiscal, reforma administrativa e privatizações); uma política de renda (que objetivava alterar preços e salários); e políticas de câmbio e de comércio exterior. Tais medidas descontentaram a todos que se faziam reféns do rentismo, desde empresários e profissionais liberais a trabalhadores assalariados, ainda que a massa destes últimos tenha tido suas economias preservadas por reajustes salariais e 90% de suas cadernetas de poupança não tenham sido bloqueadas. A inflação, que cedera de início, voltou a subir, o que resultou em pressão de partidos e sindicatos. Apesar disso, Collor conseguiu que o STF legalizasse o confisco provisório nas contas bancárias e o Congresso aprovou as medidas provisórias que materializaram o Plano Collor.

Mesmo com a inflação tendo arrefecido de início, ela voltou a dar sinais de vida e as notícias de corrupção do governo, confirmadas em entrevista bombástica à Revista Veja pelo irmão mais novo do presidente, Pedro Collor, tornaram a posição de Collor insustentável. Uma coalizão entre PT, PSDB e PMDB havia conseguido aprovar, em 4 de junho de 1992, uma CPMI criada para investigar PC Farias. As investigações da comissão levaram à costura do impeachment e a uma articulação pela neutralidade dos militares e pelo apoio de Itamar Franco. As ruas se encheram dos famosos “caras pintadas” quando o presidente pediu a taxistas que se manifestassem a seu favor. “A mobilização de massa ocorreu em dois ciclos, um iniciou em 16 de agosto e culminou no dia 26, quando a CPMI aprovou seu relatório final, por 11 votos a 5, afirmando haver fortes indícios de que o presidente cometera crime de responsabilidade” (Sallum Jr, 2018, p. 208).

Em resumo, um presidente sem base de sustentação política sofreu a abertura de um processo de impeachment, que não o enfrentou uma vez que renunciou ao cargo. Os escândalos de corrupção dentro do palácio do Planalto frustraram as expectativas de um governo eleito pela direita. O vice, Itamar Franco, concluiu o mandato com Fernando Henrique Cardoso no cargo de ministro da Fazenda.

O Governo Fernando Henrique e o Plano Real

Fernando Henrique Cardoso, reuniu uma equipe econômica¹² da cepa da Escola de Chicago, apelidados no Chile de “chicago boys”, que lograram controlar a inflação, porém com um remédio, cujo amargor ainda é sentido nos dias atuais (Ferreira, 2018). O Plano Real para o controle da inflação, manteve os juros altos estimularam um processo de desindustrialização acompanhado pela facilitação da entrada de produtos importados. O trauma das altas constantes de preços por anos a fio, que redundou invariavelmente em perda do poder aquisitivo, ainda que os salários estivessem indexados com o índice da inflação, podem ter colaborado para que tenha perdurado por tanto tempo o tripé macroeconômico (metas de inflação, rigor fiscal e câmbio flexível), introduzido com o Plano Real (Motta 2018).

Fernando Henrique, logo tratado pelas iniciais FHC, como presidente, agiu ao contrário do que era esperado e na direção da frase e na direção da frase que renega, "Esqueçam tudo o que escrevi!". As privatizações atestam isso. Nos seus dois mandatos um quinhão importante do legado varguista foi desfeito, lembrando que foi com Getúlio Vargas a partir de 1930 que a industrialização no Brasil ganhou grande impulso e que os trabalhadores conquistaram direitos. Contraditoriamente, como nos chamou a atenção Chico de Oliveira (2013), Vargas foi ditador. Um pouco mais tarde que no centro do sistema, ou no norte global, políticas oriundas do ideário neoliberal foram levadas a cabo, justamente por um dos formuladores da “teoria da dependência”, o que alguns também consideraram contraditório. Mas ao que tudo indica a análise mais acertada é a que atesta que Cardoso encarou a dependência brasileira como único caminho a ser trilhado. No seu governo além das privatizações contou também com um afrouxamento da regulação do mercado financeiro, o que tornou o Brasil uma espécie de paraíso fiscal dos rentistas. A bem da verdade o mesmo movimento também ocorreu em outros países e foi crucial para que a dimensão das finanças tenha se tornado o setor mais proeminente do capital. Mas talvez em nenhum outro país os juros fossem tão altos como no Brasil. A reeleição de FHC fez seu o PSDB sair do governo numa maré baixa, devido à crise econômica em que se encerrara seu segundo mandato e crise energética, o "apagão" marcaram essa legislatura (Motta, 2018; Arantes, 1998).

¹² “Liderados pelo então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (FHC), e pelo presidente do Banco Central, Pedro Malan, e com a participação de economistas como Edmar Bacha, André Lara Resende, Gustavo Franco e Pêrsio Arida” (Veja, 2019, online).

O Lulismo

Os tucanos nasceram como um partido de centro-esquerda com tendências à social-democracia, mas foram levados de roldão por herdar um eleitorado conservador de extração malufista, nos termos de Secco (2011). Representavam, no momento da sua criação em 1988, um perfil de eleitorado, mais marcado por um corte de classe média, adepto dos emedebistas progressistas como Mário Covas e Franco Montoro. Foi a composição de Fernando Henrique Cardoso que levou o partido mais à direita, uma vez que o antigo PFL controlava o “voto dos grotões” do Nordeste. Considerando que as camadas populacionais mais pobres tendem a votar nos setores políticos que garantem a manutenção da situação vigente, uma vez que estas sabem que são os primeiros a sofrer as consequências mais graves com reviravoltas políticas bruscas. Esse eleitorado mudou seu voto na segunda eleição de Lula, favorecido pela política de distribuição de renda do BS e a valorização do salário mínimo (Singer, 2017).

Os Governos Petistas

A chegada do Partido dos Trabalhadores à presidência da república com a vitória das eleições de 2002, foi bastante festejada. Para os militantes do partido significou uma grande vitória após uma longa caminhada e foi feita uma grande festa em Brasília. No seu discurso de posse, Lula lembrou emocionado o quão significativo é o fato de um operário chegar ao executivo num país como o Brasil. Mas na prática, desde esse primeiro mandato, a política do partido dos trabalhadores foi de conciliação. A chapa vitoriosa era composta por um sindicalista e um industrial e uma certa “Carta ao povo brasileiro”, assinada por Lula, já dava o tom de conciliatório que direcionaria a política. A relação com o parlamento é bom lembrar não seria fácil, os esquemas interpretativos criados pelo pensamento brasileiro “pemedebismo”, Nobre (2013) e “presidencialismo de coalizão” Abranches (2018), já são indicativos do funcionamento do sistema político e do poder do parlamento sobre qualquer executivo.

O “mensalão¹³”, em 2005, não afetou diretamente a Lula, sua responsabilidade foi

¹³ “Tudo começou quando o deputado federal e então presidente do PTB, Roberto Jefferson foi acusado de chefiar um esquema de corrupção nos Correios e no Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), em maio de 2005. Jefferson atribuiu à cúpula do PT a negociação de cargos e o repasse de dinheiro, como uma mensalidade – daí o termo “mensalão” – a deputados da base aliada como forma de comprar apoio de parlamentares do Congresso Nacional. Segundo ele, a operação ficava a cargo do publicitário Marcos Valério, sócio das agências de publicidade DNA e SMP & B, que mantinham contratos com órgãos públicos, e de Delúbio Soares, tesoureiro do

atribuída ao chefe da Casa Civil, José Dirceu. A oposição optou por esperar que o desgaste político se convertesse em eleitoral no pleito de 2006, o que não se concretizou. Entretanto, a composição eleitoral do PT se modificou, saindo os votos da classe média que havia votado no partido e entrando o chamado “voto dos rincões”, parcela outrora fiel aos conservadores, mas agora conquistada pelas políticas de redistribuição de renda e pelo aumento real do salário mínimo Singer (2017). Lula terminou o segundo mandato com grande popularidade mas com um problema sucessório, de maneira que seus possíveis herdeiros Palocci e Dirceu ficaram para trás imiscuídos nos escândalos. Nessa situação, a eficiência burocrática atestada por Dilma pode ter contado pontos, como atesta Carvalho (2010b). Mas a disputa não era nesse âmbito.

A conjuntura política da escolha sucessória de Lula, no ano de 2010, em que as figuras mais proeminentes dos Partido dos Trabalhadores, José Dirceu e Antônio Palocci, foram inviabilizados na “crise do mensalão”, mostra algumas vicissitudes do sistema político brasileiro do período. Se, de acordo com a história do Partido dos Trabalhadores, não podemos dizer que o partido é controlado por Lula, sua principal liderança, naquele momento a balança entre Lula e o PT favorecia mais a uma escolha isolada dada a situação do descrédito do partido perante à sociedade. Nos termos de Nobre (2006):

LULA DEVE agradecer todos os dias pela crise do mensalão. Nos primeiros meses, estive sob extrema tensão, com certeza. Mas, no final de 2005, já estava bastante seguro de que a crise não tinha afetado a sua imagem. Foi quando soube como ninguém tirar proveito do descrédito generalizado em relação a políticos e partidos. [...] A começar pelo descrédito do próprio PT. Lula conseguiu submeter como nunca antes o PT a toda e qualquer exigência que impôs para sua campanha à reeleição e para seu governo (as duas coisas são o mesmo). Passou de uma situação em que dependia do PT para governar à condição de tábua de salvação [do partido] (Nobre, 2006, online).

Se a análise de Nobre conta com uma estimativa mais pessimista com relação ao desempenho futuro do PT naquelas eleições de 2006¹⁴, podemos dizer que seu argumento pode ajudar a entender como se deu a escolha de quem sucederia Lula nas eleições do

PT. Eles agiriam sob comando da figura mais importante do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu (O Globo, 2021, online).

¹⁴ “[...] um partido que deverá se dar por muito satisfeito se conseguir eleger 60 deputados federais e três governadores de Estados de pouca influência na política nacional. O PT deixou de ser o partido do governo para se tornar aliado (Nobre, 2006, online). O que não se confirmou, na medida em que o partido perdeu votos, mas elegeu a segunda maior bancada da Câmara: “Entre 2002 e 2006, o PT perdeu 2,1 milhões de votos. Foram 13,990 milhões neste ano, contra 16,094 milhões há quatro anos. Como resultado, o partido que elegeu 91 deputados em 2002 obteve agora 83 cadeiras” (Toledo, 2006, online). No caso das eleições para governador de Estado, o PT elegeu: Jacques Wagner (BA); Binho Marques AC; Wellington Dias PI; Déda (SE) e Ana Júlia (PA) (CONJUR, 2006, online).

vindouro 2010. Vozes dissonantes, como a de Alencastro (2010), em que o historiador argumentara sobre os riscos da composição de uma chapa entre Michel Temer¹⁵, uma velha raposa do PMDB, e Dilma Rousseff, um quadro técnico sem experiência em nenhuma instância do poder executivo, foram raridade. Mesmo, dentro do partido, Tarso Genro (2010) tendo achado a indicação de início precipitada fez mea culpa instantâneo:

O PT foi pego de calças curtas e não combateu a escolha de Dilma. O único a esboçar um gesto de resistência foi Tarso Genro, mas já no final de 2008. Ele deu a entender, em uma entrevista à Folha de S.Paulo, que achava que o lançamento de Dilma poderia ter sido precipitado, mas logo em seguida ressaltou: “Sempre que achei que o presidente tinha dito uma coisa arriscada, eu estava errado e ele, certo”. Lula não disse nada ao ministro da Educação, mas falou a outros que Tarso não deveria ter dito aquilo (Carvalho, 2010, p. 64).

A apuração do jornalista sobre a frase de Tarso Genro se encaixa bem na interpretação de Nobre (2006) à qual naquela conjuntura política pós-mensalão Lula passou a conseguir impor sua vontade ao partido. Ainda que este tenha conseguido resistir à escolha de um líder fora de seus quadros, como apontara Secco (2010). O sociólogo Celso Rocha de Barros (2022) traz uma descrição mais detalhada do processo de quem lançar a sucessão:

De início, não estava claro nem se o sucessor de Lula seria do partido. Lula chegou a pensar em lançar um candidato de fora, talvez Ciro Gomes, do psb. Mas o PT resistiu fortemente a essa ideia por um motivo compreensível: o partido não queria se dissolver no lulismo. Queria sobreviver como alternativa de poder mesmo depois que seu líder principal saísse de cena. Era uma ambição legítima, mas difícil de ser realizada. Poucos anos antes, os grandes presidenciais petistas pós-Lula eram Dirceu e Palocci. Os dois haviam sido abatidos por denúncias de corrupção, como também era o caso de José Genoino. Marina Silva havia deixado o PT e iria concorrer pelo PV. Um eventual candidato da esquerda petista afastaria os aliados e transmitiria a mensagem de que o governo seguinte seria diferente do de Lula — tudo o que o partido queria evitar. Com isso tudo em mente, Lula escolheu sua sucessora: a chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. A opção deixou cicatrizes no partido. O PT não teve nenhum papel na indicação de Dilma, o que violava completamente sua tradição “basista”, que ademais já estava abalada. A sucessora não era uma petista orgânica: sua história política tinha duas décadas de brizolismo e só meia década de petismo. Mas, às vésperas da eleição de 2010, Lula era grande demais para que o PT lhe oferecesse grande resistência (Barros,

¹⁵ Temer iniciou sua carreira política como secretário de Segurança de Franco Montoro em São Paulo entre 1984 e 1986. Não conseguiu se eleger como deputado constituinte em 1986, porém ganhou uma suplência. Não foi reeleito em 1990, voltando à secretaria de Segurança de São Paulo em 1992. Em 1994 foi eleito deputado federal. Foi relator da reforma da Previdência implementada por Fernando Henrique e presidente da Câmara dos Deputados, 1997-2001, se ausentando para exercer a presidência do PMDB. Voltou a presidir a Câmara em 2009 em apoio de Lula (Diegues, 2010, online).

2022, p. 406).

Parece ficar nítido que as contingências da conjuntura política descritas acima tenham determinado a escolha de Lula por Dilma Rousseff. O nome da Ministra Casa civil ainda tinha um elemento que viria a ser bastante explorado desde o início, ainda que não fosse, num primeiro momento, um trunfo eleitoral, ser mulher. Durante o evento de lançamento da campanha em junho de 2010.

A petista falou do país como uma casa e tratou os brasileiros como filhos que não poderiam ser abandonados. [...] Durante todo o evento, vídeos no telão colocado atrás do palco mostravam histórias de superação de mulheres e da luta por igualdade de gêneros. [...] “Elas mudaram o Brasil com sensibilidade. Com a mesma sensibilidade ela vai continuar mudando o Brasil”, dizia uma narração. A campanha petista tenta reverter a tendência de preferência do eleitorado feminino pelo adversário José Serra (Uol, 2010, online).

A mesma matéria acima também frisa que o governo Dilma pretende dar continuidade, como seria de se esperar, às políticas do governo Lula nas áreas de segurança, infraestrutura e transporte público. De fato, o governo Dilma tinha um programa econômico e social para o país e este como veremos mais adiante, amparados em Singer (2017), Anderson (2020) e Avelar (2021), era desenvolvimentista, mas desde o lançamento da campanha o argumento identitário também foi forte. A matéria acima também noticiara uma pesquisa Datafolha, do mês de maio daquele 2010, na qual Dilma teria “[...] Dilma teria a preferência de 42% dos votos, contra 36% do adversário Serra. Já entre o eleitorado feminino, o tucano teria 38% da preferência, contra 33% da petista” (Uol, 2010, online). Naquele momento a estratégia de campanha era recuperar o voto feminino e nesse sentido nada melhor que imaginar o “[...] país como uma casa e [Dilma] tratou os brasileiros como filhos que não poderiam ser abandonados (Uol, 2010, online). Nesse sentido, o argumento do primeiro operário a ocupar o cargo de presidente sendo sucedido pela primeira mulher presidente, logo “presidenta”¹⁶, parece ocupar um lugar forte na retórica política petista.

O sucesso político auferido por Lula ao final de seu segundo mandato, apesar da crise do “mensalão”, teve origem em boa parte na conjuntura internacional favorável em que as commodities tinham preço elevado, foi suficiente para eleger a sucessora, ao final de seu segundo mandato. Pois o país foi de um “[...] período considerado como a pior estagnação do século - um crescimento médio anual de 1,8% na década de 1990, aproximando-se de não

¹⁶ Já exercendo o mandato Dilma justifica o uso do termo: “[...] Presidenta não é nenhuma barbaridade gramatical, e é importante do ponto de vista do significado. Devo isso a todas as mulheres do Brasil: ser presidenta” (Globo Play, 2011).

mais de 2,3% em 8 anos de governo FHC - o PIB cresceu a um ritmo médio de 4% de 2004 a 2006” (Anderson, 2020, p. 61). A “crise do subprime” de 2008, apelidada de “marolinha” por Lula, tardou a manifestar efeitos na economia brasileira, mas o fez no 1º mandato de Dilma e teve como reação política aumentar desonerações e estimular ainda mais o consumo. Nos termos de Anderson:

No último ano do governo Lula, quando a economia global ainda sofria as consequências do colapso financeiro de 2008, o Brasil cresceu 7,5%. Ao assumir o governo, Dilma fortaleceu a política de controle contra riscos de superaquecimento, [...] Mas, assim que o crescimento caiu vertiginosamente e o tempo fechou novamente no campo das finanças globais, o governo mudou de rumo e criou um pacote de medidas que visavam estimular o desenvolvimento em prol de um crescimento continuado (Anderson 2020, p. 92).

Elemento importantíssimo de sua política também foi o PAC 2¹⁷ (Programa de Aceleração do Crescimento), que indicava um rumo de superar a conciliação lulista com uma política ao sabor do desenvolvimentismo. A guerra empreendida contra o preço dos juros, obrigava todo o sistema bancário a seguir o mesmo devido às características da dinâmica da concorrência, levada a cabo pelo governo. Ao que tudo indica o empresariado não estava interessado em nenhuma política neodesenvolvimentista, uma vez que em teoria se trata do setor que mais deveria se beneficiar com juros baixos, conforme Singer (2018):

Ao reduzir os juros e forçar os spreads para baixo, rompeu a détente com o rentismo. Além de enfrentar o núcleo que organiza o capital, Dilma decidiu publicizar a queda de braço. Em fevereiro de 2012, o boletim do Ministério da Fazenda publicava que o spread¹⁸ no Brasil era “elevado na comparação com outras economias”. [...] Duas semanas mais tarde, [o presidente do BC Alexandre] Tombini [...] que a redução do spread era “prioridade do governo” e “determinação” da presidente da República. A diminuição dos

¹⁷ O PAC foi lançado em 2007 no primeiro governo Lula e visava resolver os problemas em infraestrutura do país com investimentos públicos. Conforme Lins (2017): “Os montantes de investimentos anunciados saltam aos olhos. Segundo o Ministério do Planejamento, a previsão de investimento na primeira fase do programa foi de R\$500 bilhões, para o período de 2007 a 2010. Em 2009, o governo federal anunciou um aporte de R\$140 bilhões como forma de minimizar os impactos da crise econômica de 2009. Foi nessa fase que o governo começou a construir as grandes hidrelétricas da Amazônia: a de Santo Antônio começou em 2008, a de Jirau em 2009 e a de Belo Monte em 2011. [A segunda etapa veio no governo Dilma em 2011: com o PAC 2] O foco seria investimentos no setor de transportes, de energia, de cidades (saneamento, prevenção em áreas de risco, mobilidade urbana e pavimentação), investimentos “cidadãos” (unidade básica de saúde, unidade de pronto atendimento, creches e pré-escolas e quadras esportivas) e investimentos em programas federais (o programa Minha Casa, Minha Vida e o Água e Luz para Todos). Segundo o Ministério do Planejamento, a quantidade a ser investida na segunda fase do projeto estava prevista em R\$ 955 bilhões até 2014 [...]” (Lins, 2017, online)

¹⁸ “O spread é a diferença entre a taxa de captação (o que pagam pelos recursos) e o valor cobrado dos clientes, em termos de taxas de juros. Além do lucro dos bancos, o spread também é composto pela taxa de inadimplência, por custos administrativos, pelos depósitos compulsórios e pelos tributos, entre outros” (G1, 2012, online).

ganhos por parte dos bancos tornava-se ordem emanada do topo do poder Executivo. (Singer, 2018, online).

A guerra com os bancos teve resultados positivos no ano 2012 na diminuição do spread bancário e, em maio, o ministro da Fazenda chegou a pressionar estas instituições para baixarem o juros dos cartões de crédito. Em janeiro de 2013 Dilma implementou uma redução na conta de luz com euforia, mas no mesmo mês, Alexandre Tombini anunciou preocupação com a inflação e iniciou uma alta de juros para descontentamento da Fazenda e do Executivo. Singer descreve a partir de então um bombardeio da imprensa nacional e estrangeira atacando o intervencionismo estatal do governo. O ataque inesperado foi desferido pelo “[...] empresariado industrial, à medida que a política a seu favor ia sendo aplicada, mostrava-se paradoxalmente refratário ao programa governamental. Como explicar o enigma?” (Singer, 2018, online).

Um observador externo, Anderson (2020), interpretou a questão dando peso ao peso do rentismo e a uma ideologia de classe média difundida pela imprensa que influenciou o setor produtivo:

Assim como no norte global, grandes empresas da economia real muitas vezes se envolveram em participações financeiras afetadas negativamente pela forte pressão sobre a política rentista (e que, por esta razão, não pode se dissociar imediatamente de bancos e fundos). Mas, enquanto grupo social, a maioria dos produtores passou a integrar uma classe média alta muito mais numerosa, com uma voz mais ativa e muito mais politizada do que a classe do empresário propriamente dita, com uma capacidade ideológica de comunicação muito maior na sociedade como um todo. A hostilidade furiosa desse grupo para com o PT foi inevitavelmente adotada pelo setor industrial. (Anderson, 2020, p. 95).

Junho de 2013

Também marcante no governo Dilma foi a questão social. Em 2013 as ruas das capitais brasileiras foram tomadas por manifestações populares desencadeadas em São Paulo por uma alta de preços nos transportes de 20 centavos. conforme Ângela Alonso “[...] junho começou com protestos em torno de mais e de menos controle moral dos corpos, na reprodução, na sexualidade, no uso de psicotrópicos. Liberdades para um lado, corrupção moral para o outro” (Alonso, 2023, p. 151). Logo as manifestações abarcam outras insatisfações e um número muito grande de manifestantes, porém prescindindo de partidos e outras organizações mais tradicionais. Estas manifestações foram violentamente reprimidas

pelo governo de São Paulo inclusive com incentivo da imprensa¹⁹, vide o editorial da Folha de São Paulo com o título “Retomar a Paulista”: “Os poucos manifestantes que parecem ter algo na cabeça além de capuzes justificam a violência como reação à suposta brutalidade da polícia” (Folha de São Paulo, 2013, online).

Em 17 de junho os protestos se espalharam pelo país com o MPL. No dia 19, as autoridades revogaram o aumento das passagens em São Paulo e no Rio de Janeiro. A partir dessa data, manifestantes do PT foram expulsos aos gritos: “Sem partido!” e “Sem bandeira!”. Em 21 de junho, Dilma se pronunciara na TV, prometendo melhora nos serviços públicos e advertindo os manifestantes contra violência. No dia 24 de junho a presidente se reuniu com governadores e propôs um plebiscito a respeito da realização de uma nova constituição, ideia muito mal recebida e abandonada. Em 29 de junho, uma pesquisa Datafolha aferiu perda de 27 pontos percentuais na popularidade de Dilma (DW, 2023).

As principais interpretações que foram utilizadas no debate público sobre as manifestações de junho foram mapeadas por Alonso (2023). São 4: “demandas redistributivas”; crise de representatividade; inovação política; sequestro da revolta pela direita.

As demandas redistributivas foram encarnadas, primeiramente, pelo presidente Lula, em Lula (2016). Na sua visão os protestos ocorreram por conta principalmente por conta de que seu governo contou com grande sucesso econômico, político e social, traduzido em pleno emprego e prosperidade. Lula também reiterou que os jovens não têm medo da política e defendeu a realização de plebiscito para as reformas apresentadas por Dilma Rousseff. O artigo repercutiu no Brasil em O Globo:

Mesmo o Partidos dos Trabalhadores, que eu ajudei a fundar, e que contribuiu muito para modernizar e democratizar a política no Brasil, precisa de uma profunda renovação. É preciso recuperar suas ligações diárias com os movimentos sociais e oferecer novas soluções para novos problemas, e fazer as duas coisas sem tratar os jovens de forma paternalista (O Globo, 2016).

Angela Alonso (2023) mostra a consonância da interpretação de Lula com a tese das

¹⁹ Conforme (Singer, 2018, online): “Cenas de violência e destruição de patrimônio por mascarados foram reportadas em jornais e televisões, que pediram mão dura. Como consequência, o governador paulista, Geraldo Alckmin (PSDB), anunciou o recrudescimento da repressão para o quarto evento, previsto para a quinta-feira, dia 13, quando um número de pessoas que a PM calculou em 5 mil, mas segundo os organizadores era de 20 mil, marchou do centro paulistano até a adjacente rua da Consolação, sendo impedido de prosseguir em direção à Paulista. A partir daí inicia-se a pancadaria, que se espalha pelas imediações, tendo a Polícia Militar (PM) atuado sem controle, atingindo transeuntes e jornalistas de maneira indiscriminada. Depoimentos de observadores relataram policiais “enlouquecidos” e “cenas de guerra”. Uma jornalista da Folha de S.Paulo foi atingida no olho, mas recuperou-se. Um repórter fotográfico perdeu o olho esquerdo”.

“expectativas crescentes”, desenvolvida por Inglehart (1970). Com as condições materiais de subsistência elevadas a um patamar satisfatório, as novas demandas seriam de ordem pós-material, qualidade de vida, auto expressão e identidade.

A tese concorrente, a da crise de representatividade, foi recentemente muito bem sintetizada por José Álvaro Moisés:

[...] aquilo foi um grande sintoma do que estava acontecendo com o sistema político brasileiro. Foi a expressão pública, visível, de uma insatisfação larvar que estava presente na sociedade, em segmentos importantes que não estavam sendo devidamente compreendidos, nem processados pelas lideranças políticas e pelos partidos. O ano de 2013 tem de ser entendido em suas três fases mais importantes. No primeiro momento, foi a reivindicação do MPL por causa do aumento da tarifa de transporte público. Já começou a aparecer aí algo que ganhou mais força depois: uma crítica às políticas públicas e aos serviços de educação, saúde, transporte e segurança. E teve uma terceira etapa que, em grande parte, começa com a crítica aos partidos políticos, de rejeição a eles e cada vez mais vai na direção de denunciar a corrupção do sistema. São três etapas interconectadas. Foi um grande sintoma do que estava acontecendo no sistema político, pois a explosão mostrou um grau de insatisfação enorme. Houve um caudal de participação muito heterogêneo, cujo primeiro ponto é a crise da representação. As pessoas não se sentiam representadas (Moisés, 2023, online).

Talvez a vantagem da tese da crise de representação em relação à sua concorrente mais direta, a das “expectativas crescentes” seja de que ela cobre uma ponta que não fica bem atada na explicação de Lula e que depois virá a ser reverberada pela alta cúpula petista como veremos em capítulo posterior. É importante frisar que Moisés elenca cada fase das manifestações com uma natureza de demandas: primeira, taxas de transportes; segunda, políticas públicas e serviços básicos do Estado; e terceira: crítica a partidos políticos e denuncia a corrupção do sistema.

A terceira interpretação tem a particularidade de ser compartilhada por dois extremos a rigor. Paulo Arantes, um filósofo de fato que não faz questão de ser chamado de filósofo, e Olavo de Carvalho, um publicista que se autointitulou professor de filosofia (constituindo até um séquito). Arantes formulou o termo “jornadas de junho”, em referência à Comuna de Paris e ao Maio de 68. Na sua formulação, o elemento novo do protesto foram aqueles que protestaram a “nova esquerda” do Movimento Passe Livre (MPL) (Alonso, 2023, p. 8).

Já Olavo de Carvalho associou junho à “Primavera Árabe”, responsabilizou o “Foro de São Paulo”, em conluio com uma elite globalista, pelo planejamento do movimento e vaticinou a direita como a primeira vítima:

Quaisquer que venham a ser os desenvolvimentos da onda de protestos no Brasil, sua primeira vítima está ali, caída no chão para não se levantar nunca mais, e ninguém sequer se deu conta da sua presença imóvel e fria: é a “direita” brasileira.

Durante décadas, desde os tempos do governo militar, os partidos e movimentos de esquerda vieram construindo sistemática e obstinadamente o seu monopólio das mobilizações de massa, enquanto o que restava da “direita”, atropelado e intimidado por acontecimentos que escapavam à sua compreensão, ia se contentando cada vez mais com uma concorrência puramente eleitoral, tentando ciscar nas urnas umas migalhas do que ia perdendo nas ruas (Carvalho, 2013, online).

A quarta interpretação é de Marilena Chauí, a filósofa advoga que a pauta de reivindicações do (MPL) foi sequestrada pela direita faz uma advertência:

[...]se não levarem em consideração a divisão social das classes, isto é, os conflitos de interesses e de poderes econômico-sociais na sociedade, os manifestantes não compreenderão o campo econômico-político no qual estão se movendo quando imaginam estar agindo fora da política e contra ela.

Entre os vários riscos dessa imaginação, convém lembrar aos manifestantes que se situam à esquerda que, se não tiverem autonomia política e se não a defenderem com muita garra, poderão, no Brasil, colocar água no moinho dos mesmos poderes econômicos e políticos que organizaram grandes manifestações de direita na Venezuela, na Bolívia, no Chile, no Peru, no Uruguai e na Argentina. E a mídia, penhorada, agradecerá pelos altos índices de audiência (Chauí, 2013, online).

As interpretações acima foram mobilizadas em nossos filmes, em alguns até se embaralhando, como veremos adiante.

A Operação Lava Jato

A operação de combate à corrupção foi sediada em Curitiba com uma equipe de procuradores federais e um juiz responsável, Sérgio Moro. Moro já havia participado no julgamento de outros casos como o Banestado e manifestava forte interesse pela “Operação Mani Pulite”, congênere italiana e referência assumida pela Lava Jato. O padrão de ação foi a utilização da mídia como ferramenta para cooptar a opinião pública através de vazamentos convenientes para a imprensa. Como aponta Perry Anderson:

Na Itália, a força-tarefa de Milão se valeu desse instrumento a torto e a direito. Em Curitiba, isso foi ainda mais frequente. Desde o início, os vazamentos pareciam seletivos: o PT era alvo contínuo e as informações mais relevantes eram dadas justamente aos veículos que mais achincalhavam o partido [...] Veja era uma das maiores beneficiadas. Após semanas de vazamentos que expunham o PT, a revista publicou uma reportagem de capa poucas horas antes da votação presidencial de 2014, estampando os rostos de

Lula e Dilma envoltos por uma penumbra macabra e em tons de preto e vermelho. Junto com a imagem vinham os dizeres: “Eles sabiam de tudo!” alertando os leitores de que aqueles eram os cabeças do esquema do Petrolão (Anderson, 2020, p. 104).

Singer (2018) trouxe mais informações sobre o depoimento de Paulo Roberto Costa e ainda sobre o vazamento do depoimento do doleiro Alberto Youssef:

[...] no segundo semestre de 2014 com o vazamento da delação premiada de Paulo Roberto Costa [...] ainda não homologada por Zavascki, às vésperas do primeiro turno. Nunca houve manifestação por parte de Curitiba no sentido de condenar ou explicar a tentativa de interferir no pleito. Ao contrário, em seu livro Dallagnol apenas afirma que “muitos dos supostos ‘vazamentos’ da Lava Jato jamais aconteceram, porque as informações já eram públicas” e dá o exemplo “da divulgação dos depoimentos de Paulo Roberto Costa e Alberto Youssef”. Segundo o procurador, ambos foram “ouvidos em audiência pública e seus depoimentos, gravados”. Na verdade, Dallagnol refere-se ao segundo depoimento de Costa, utilizado, novamente, para desgastar Dilma no turno final. Sobre o vazamento ilegal do primeiro turno, nenhuma palavra. O depoimento de Costa, prestado em 22 de agosto e divulgado, parcialmente, em setembro, não fazia parte do acervo de informações públicas. Por isso, a Folha de S.Paulo, em 5 de setembro, afirmou que não tinha tido “acesso à íntegra do depoimento, que é mantido em sigilo pelas autoridades”, [...] Mais tarde, em outubro, Moro tomou a iniciativa de divulgar declarações gravadas de Costa e Youssef sobre desvios na Petrobras, o que voltou a gerar destacada repercussão na mídia [...]. Moro declarou, na linha de Dallagnol, que os depoimentos tinham sido prestados “em audiência aberta e em ação penal pública, imperando, como consignado, os mandamentos constitucionais do contraditório e da publicidade”. Como se fosse normal isso acontecer no início de um segundo turno disputado pau a pau. Conforme declarou o professor Luiz Moreira, então membro do Conselho Nacional do Ministério Público, “todo mundo sabe que seria possível aguardar o fim das eleições. Isso não iria interferir de forma nenhuma na produção de provas nem nos testemunhos” (Singer, 2018, online).

Outro elemento foram as delações premiadas, onde executivos presos faziam acordos por seus depoimentos, como um dos delatores, Alexandrino Alencar indicou, os acordos eram sacramentadas na medida em que comprometesse a liderança máxima do Partido dos Trabalhadores.

Alexandrino disse que, pressionado, chegou “no limite da minha verdade”. E afirmou que muitos delatores mentiram para terem suas penas reduzidas.

— Se eu falasse mais, eu estaria inventando. Estaria contando uma mentira, como aconteceu com alguns (delatores) que você sabe, notórios, que mentiram para tentar escapar — disse.

— Eu contei a verdade. Eu cheguei no limite da minha verdade — completou (O Globo, 2022).

O depoimento de Alexandrino aparece também no documentário de Maria Augusta Ramos (2021) “Amigo Secreto”. As filmagens de Ramos foram realizadas, entre outros lugares, na redação do “El País”, jornal espanhol com uma redação no Brasil até dezembro de 2021, no momento em que o órgão apurava o material hackeado dos celulares dos membros da força-tarefa da Lava Jato por Walter Delgatti Neto. O fato, ficou conhecido como Vaza Jato e gerou grande repercussão por colocar em suspeição todo o trabalho da Lava Jato. O conteúdo das mensagens dos celulares dos membros da força-tarefa gerou material que foi publicizado em reportagens de grande órgão de imprensa do país como Folha de São Paulo, Veja, Uol e Band News (El País, 2020).

O tratamento da corrupção a partir da Lava Jato Petrobras, estatal com largo histórico de aparelhamento e corrupção²⁰ merece destaque. Singer (2018) aponta intervenções do governo Dilma em setores chave da República, movimento que nominou como “ensaio republicano”. A principal medida nesse sentido foi tentar sanear a Petrobrás:

[...] o coração do ensaio republicano se deu na Petrobras, uma das maiores companhias do mundo, cuja capacidade de investimento era maior do que o de toda a União. No começo de 2012, a presidente indicou Graça Foster para dirigir a Petrobras. Técnica de carreira e pessoa de confiança de Dilma, Graça substituiu os três diretores da estatal que, dois anos depois, apareceriam implicados no escândalo da Lava Jato: Paulo Roberto Costa, Jorge Zelada e Renato Duque (Singer, 2018, online).

Fernando Limongi entende que esse movimento de Dilma quase lhe custou a reeleição e sem se voltar a ele é difícil entender até a Lava Jato. O giro republicano, também chamado “faxina ética” ou “deslulização”, tinha boas intenções, mas à medida que Dilma se livrara das alianças compostas pelo antecessor ganhara inimigos poderosos. Nas palavras de André Singer: “O giro republicano desmontava o sistema de alianças construído por Lula e com isso, a base parlamentar do governo se esfacelava” (Singer, 2017, online). A chegada de Graça Foster significou também substituir diretores herdados da administração anterior, porém sem ouvir aliados para fazer novas nomeações: Renato Duque teria chegado ao posto apoiada por uma ala do PT influenciada por José Dirceu, seu substituto não teve indicação

²⁰ Campos 2014 autor de “Estranhas Catedrais – As Empreiteiras Brasileiras e a Ditadura Civil-Militar”, sobre o tema da corrupção na Petrobrás afirma que: “Existe um jogo de empurra para ver de quem é a culpa, e isso fica muito à mercê dos conflitos políticos atuais. O problema transcende as principais siglas partidárias, PSDB e PT. A prática de pagamento de propina na Petrobras vai além disso. Pode ser que tenha surgido no governo do FHC e do Lula um esquema para financiamento de campanha. Este tipo específico de procedimento talvez tenha sido criado nestes governos, com o envolvimento de diretores da estatal e repasse para partidos. Mas isso é apenas um indicativo de quão incrustadas na Petrobras estão estas construtoras. Muitas dessas empresas prestam serviço para a estatal desde 1953, e existem registros de que essas práticas ilegais já existiam nesta época” (EL País, 2015, online).

partidária; o afastamento de Paulo Roberto Costa, que chegara à diretoria indicado por PT, PMDB, PT, PP e PR e o novo diretor foi escolhido por “critérios técnicos” (Limongi, 2023, p. 24).

Assim, os antigos aliados do petismo com Eduardo Cunha à frente, este já havia sido tirado por Dilma em 2011 da direção de Furnas e substituído por um quadro técnico, formou um bloco independente de parlamentares:

Como resultado da agregação realizada na Câmara, Cunha consegue formalizar um bloco independente no início de 2014. Era uma coalizão de sete partidos (PMDB, PP, PROS, PR, PTB, PSC e Solidariedade) sob o seu comando. Na primeira votação após a formalização da bancada “cunhista”, a Câmara aprovou, por 267 votos a 28, uma comissão externa para apurar os desvios na Petrobras, em evidente afronta a Dilma, que seria, ironicamente, acusada de encobrir um esquema corrupto que ela havia desbaratado (Singer, 2018, online).

Com a tentativa de saneamento que visava livrar as instituições da corrupção, Dilma acabou ganhando inimigos dentro do próprio partido inclusive. Em que pese as boas intenções a ex-presidente perdeu as condições de governar. É bom lembrar que em fevereiro de 2015 Eduardo Cunha foi eleito presidente da Câmara dos Deputados.

As interpretações do sistema político brasileiro

No nosso corpo documental as interpretações da política brasileira giram principalmente em torno de 4 noções chave das ciências sociais e da filosofia que dão a tonalidade das discussões. A primeira é o “presidencialismo de coalizão” formulada inicialmente por Abranches (2018), mas melhor explicitada na quadratura a que nos dedicamos por Limongi (2023), a segunda se trata do lulismo de André Singer (2012), a terceira é o pemedebismo de Marcos Nobre (2013).

Observando o jogo político da saída da ditadura e a reemergência de um centro político, que viria a se tornar mais tarde o que chama-se hoje centrão, Abranches nota que o malogro do parlamentarismo no início da nova república só poderia levar a uma forma conhecida de presidencialismo. Este tinha sua raiz no início da República, período que embasa as observações do cientista político ao formular o conceito de presidencialismo de coalizão, levando em conta que na história brasileira nenhum presidente conseguiu ter apoio de mais que 18% do parlamento. Logo para governar havia a necessidade de realizar alianças para a formação de uma base parlamentar, de maneira que o presidencialismo brasileiro

sempre esteve de certo modo à mercê do congresso e não conseguindo se entender com este o resultado inevitavelmente era a saída do presidente ou o fechamento do parlamento. O modelo foi aperfeiçoado posteriormente por outros intelectuais, tal como Limongi e Figueiredo (1998), para o entendimento do sistema político pós 1985. Mesmo período em que foi formulado o conceito de pemedebismo.

Abranches (2018) também retornou ao conceito acreditando contar com base empírica para estender sua análise ao governo de Michel Temer, mas é Limongi (2023) quem explica como a coalizão de governo, montada nos dois primeiros mandatos petistas, começou a ser erodida no terceiro. Afirma ser elemento norteador de seu trabalho: “A coesão da coalizão, sua capacidade de se adaptar e resistir à pressões externas e internas, é premissa que estrutura e dá norte a esse trabalho. Presidentes detêm armas e recursos para manter a unidade da coalizão” (Limongi, 2023, p. 13). O título de seu livro “Operação Impeachment” já sinaliza que, na sua interpretação da retirada de Dilma Rousseff do poder, é conferida atenção especial ao impacto da Operação Lava Jato na política, nos seus dois eixos, o de Brasília e o de Curitiba. Em suas palavras:

Desde o início da operação, os investigadores sabiam que caminhavam na corda bamba, que era preciso calcular cada movimento para assegurar a continuidade da operação. Para dizer o óbvio desde seus primeiros passos a Lava Jato fez política. Não poderia ser de outra forma. A operação colocou a classe política no banco dos réus. De acordo com o diagnóstico que fundamentou a operação, a corrupção seria sistêmica, o que permitiria equiparar partidos a organizações criminosas que, se assim consideradas, obedeciam a um chefe. Preferências e inclinações políticas diversas, a que organizações burocráticas como o Ministério Público e o Poder Judiciário não estão imunes, influíram na definição dos verdadeiros culpados e, sobretudo, na identificação do bando e chefe a serem punidos (Limongi, 2023, p. 14).

O seu trabalho é baseado em fontes da imprensa: “O texto se ancora em uma reconstituição detalhada dos acontecimentos feita a partir da consulta sistemática à imprensa diária. A memória é traiçoeira e seletiva e qualquer interpretação digna do nome deve respeitar a cronologia e respeitar as evidências” (Limongi, 2023, p. 16). Elemento importantíssimo, e do qual partilhamos apreço, o escrutínio da memória. No texto também não está explicitado quais filtros são utilizados pelo autor para tratar as evidências coletadas na imprensa, em que pese ser livro confeccionado para um espectro mais alargado de leitores que os das ciências humanas e sociais, isso faz falta. É ressaltado, na sua perspectiva, a Lava Jato ter tido papel crucial no Impeachment e menos explícita a dobradinha que muitas vezes a

Operação fez com a imprensa. Também constitui marcador importante no trabalho de Limongi a perspectiva da autonomia, no Brasil, do campo político em relação a outros setores, mas fica patente que a política não conseguiu se defender do judiciário potencializado pela mídia.

O filósofo Marcos Nobre (2013), autor de “O Imobilismo em Movimento”, olhando também para a prevalência política do MDB do período da abertura política, observou que as forças mais inovadoras que emergiram no processo de redemocratização, incapazes da formação de maiorias parlamentares eram tragadas pelo sistema político conservador corporificado na dinâmica do PMDB, um partido incapaz de eleger um presidente, porém contando com quadros necessários para o governo de qualquer que fosse o presidente. Dessa forma, tais políticos estavam sempre controlando amplos setores da máquina administrativa e viabilizando, ou até inviabilizando, no caso de Temer, governos de matizes diferentes. Ou, bases que estão sempre à disposição para a formação de qualquer governo (Nobre, 2013).

Já seu livro “Limites da Democracia” deixa claro a perspectiva de falha das democracias liberais, de uma fase em que as promessas do Neoliberalismo não se concretizaram. “Limites da democracia foi a síntese que encontrei para as análises que proponho da queda, das crises e das regressões do momento atual”. Sua perspectiva teórica é a teoria crítica com um horizonte normativo.

No caso da Teoria Crítica, esse horizonte normativo é uma sociedade emancipada, livre de dominação. Uma normatividade que não pode e que não deve sair da cabeça de quem faz teoria, que não deve ser um exercício de imaginar mundos perfeitos. A normatividade própria da Teoria crítica resulta da crítica da ação. Crítica das teorias que ela considera “tradicionais” (porque não orientadas pela emancipação). Teorias que recalcam sua própria normatividade, já que não é possível produzir teoria e conhecimento que não estejam já em imbricação com a prática de alguma maneira (Nobre, 2022, p. 34).

Diante dos últimos acontecimentos de relevo do país, Nobre tem como ponto fulcral 2013, inserido em um ciclo de revoltas internacionais e esquecido tanto à esquerda quanto à direita. Nos seu entender:

As interpretações dos acontecimentos do período 2013-4 variaram conforme foram se sucedendo: a severa recessão de 2015-6, o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, a prisão de Lula, em abril de 2018, a eleição de Bolsonaro, em outubro do mesmo ano. Cada um desses eventos decisivos tornou as explicações retrospectivas, em um sentido preciso: Junho de 2013 e os eventos posteriores à eleição de 2014 não só passaram a supostamente ganhar seu verdadeiro sentido a partir de cada um desses acontecimentos

como passaram a poder ser explicados por esses resultados [E prossegue:] essa maneira específica de encaixar os acontecimentos anteriores para que resultem diretamente na imagem do presente — e que costuma receber o nome de teleologia — ignora que os acontecimentos poderiam ter seguido outros desenvolvimentos. Essa atitude toma o resultado como de alguma maneira inevitável, como se não houvesse alternativa, como se escolhas não tivessem sido feitas. Na prática e na teoria, essa atitude não só justifica as escolhas feitas como apaga as alternativas de ação disponíveis. Também no momento atual. (Nobre, 2022, p. 13-14).

Se a sucessão de eventos a partir de 2013 fez com que os acontecimentos posteriores a ele passassem a tê-lo como uma espécie de causa matricial, o evento que nos interessa mais diretamente, o impeachment de Dilma Rousseff, acaba remontando aos acontecimentos de 2013. Isso vale, principalmente para “Democracia...”. Na medida que Junho é uma espécie de ponto de fuga onde tudo se origina e os eventos posteriores são explicados a partir de deste, acaba não se compreendendo seu significado mais profundo. O que aconteceu para que os partidos e sindicatos tenham caído em tal descrédito? Na perspectiva de Nobre, Junho é o marco de esgotamento das energias do ciclo da nova república. A Lava Jato, nesta perspectiva, se escorou na insatisfação social tentando realizar o que não podia: “A Lava Jato conseguiu de fato impedir o sistema político de retomar o controle da política. Ao mesmo tempo [...] não conseguiu retomar o controle da política oficial [...] sua atuação não poderia ter outra consequência além de produzir instabilidade permanente” (Nobre, 2022, p. 17). Se para Limongi, a Lava Jato teve papel fundamental na destituição de Dilma, para Nobre, é Junho de 2013 que marca não apenas o impeachment, mas o momento a partir do qual o arranjo lulista não poderia mais ser realizado, reeditado ou aprofundado.

Outro elemento que parece promissor na perspectiva de Singer diz respeito a amálgamas, eventos compreendidos por sua imbricação, porém sem cada elo de ligação ser completamente: “É essencial [...] dissolver o amálgama de “Junho”, “Bolsonaro” e “novas direitas” (Nobre, 2013, p.19). Em nossos filmes, podemos notar que alguns eventos são condensados em amálgamas como “Junho de 2013” “Lava Jato”.

Já o conceito formulado por André Singer (2012), “lulismo”, leva em conta que o presidente, no caso sendo um líder carismático, necessita compor uma base. O conceito é inspirado na análise de Antônio Gramsci do caso italiano em que após a unificação da burguesia liberal e proprietários rurais do sul formou-se um bloco que conseguia cooptar a massa camponesa sulista e isolar a classe operária. Esta base se trata da mesma que sempre esteve à disposição do executivo, entretanto, o caso dos governos de Lula tiveram um diferencial que justifica a cunhagem do termo “lulismo”. Na definição do cientista político o

lulismo: “[...] é, sobretudo, representação de uma fração de classe que, embora majoritária, não consegue construir desde baixo as próprias formas de organização. Por isso, só podia aparecer na política depois da chegada de Lula ao poder” (Singer, 2012, p. 52).

A partir de 2006, bases sociais que eram controladas por caciques do “Partido da Frente Liberal” PFL, foram alvo de políticas como transferência de renda por meio de programas sociais, crédito consignado, o que aumentou o consumo, mas também conquistas efetivas como o aumento real do salário mínimo. A ascensão social do subproletariado foi palpável e as levadas populacionais, antes negligenciadas, foram atendidas pelo Estado. Nas eleições de 2006, o autor também observa que uma fatia do eleitorado, que havia votado no PT em 2002, manifesta determinada insatisfação com o governo petista. Vejamos: “os números [...] perto do primeiro e do segundo turno expressam uma disputa socialmente polarizada [...] a disposição da parcela mais pobre de sufragar Lula inverte-se de maneira linear à medida que aumenta o rendimento, [...] os mais ricos dão maioria a Alckmin (Singer, 2012, p. 54). As eleições de 2006 mostraram uma polarização que já havia aparecido nas eleições de 1989, a polarização por renda.

Outra noção sociológica que não deve ser perdida de vista é a que Francisco de Oliveira (1973) formulou no seu “Crítica à razão dualista”, revisitada em 2003 em “O ornitorrinco”. O sociólogo pernambucano teceu uma importante crítica ao pensamento cepalino segundo o qual a economia brasileira não funcionou de forma a tentar superar o arcaísmo de algumas regiões com o desenvolvimento de outras. Entretanto, o arcaico e o moderno coexistiram de maneira que este se alimentou daquele, na medida que o trabalho não incluído no sistema capitalista funcionou como repositório para maior expropriação dos incluídos no sistema. O trabalho mais precário funcionando para pressionar o trabalho formalizado a proporcionar menores remunerações aos trabalhadores, criando uma sociedade em que as duas facetas coabitam e fazendo do Brasil um país que não tira o pé do atraso. Pelo contrário, este funciona acoplado à modernização constituindo um “impasse de Darwin” um animal que não evolui (Oliveira, 2003).

A bibliografia do golpe

A análise do material descrito acima aponta para o manuseio essencialmente de dois conceitos no trato do fenômeno da destituição de Dilma Rousseff da presidência da República: Golpe e Impeachment. Ambos bastante conhecidos na história do Brasil e da América Latina. Notamos predominância no conceito de golpe, adjetivado por “parlamentar”,

“midiático” etc. Cabe ressaltar que o uso da terminologia não ficou restrito aos “livros de combate²¹”, termo utilizado por Freixo e Rodrigues (2016) para escritos de intervenção política, mas também análises de fôlego, abalizadas e bem fundamentadas foram construídas dentro dessa visão. A utilização do conceito de impeachment é mais rara dentro da academia e com mais recorrência na imprensa corporativa. Consideramos que as implicações políticas são evidentes, uma vez que a utilização do termo golpe põe em xeque a natureza e a qualidade da democracia e o impeachment resguarda nosso regime democrático de mácula uma vez que se trata de um mecanismo previsto na Constituição de 1988.

Nossa proposta é revisitar essa bibliografia com a perspectiva de uma “história dos conceitos” do historiador alemão Reinhart Koselleck (1992). Pretendemos, portanto, auferir os usos e transformações dos termos “golpe e impeachment” em tal literatura, particularmente a que se debruça sobre a destituição de Dilma Rousseff. É necessário dizer que essa produção mobiliza as fontes que o historiador alemão considera apropriadas para investigar as transformações pelas quais um conceito pode atravessar ao longo de determinado período da história. Os jornais como materiais que realizam uma interpretação instantânea, do processo em curso, mas também como agente desse mesmo processo na medida em que a imprensa tomou partido na disputa pela nomeação do evento como impeachment. Dessa maneira, foi muito requisitada a presença, em vários veículos da mídia corporativa do Brasil, de estudiosos do dispositivo preconcebido para remover presidentes. O mais destacado talvez tenha sido o cientista político argentino, radicado nos Estados Unidos, Aníbal Pérez Liñán, por se tratar de um dos estudiosos mais influentes dos processos de Impeachment na América Latina. Outra fonte, evocada nessa literatura para se observar os conceitos, são os clássicos, nos termos do historiador alemão, os autores que criaram e utilizaram em outros contextos históricos a noção de “golpe de estado” ou “impeachment”.

A terceira tipologia de fontes, os dicionários linguísticos, talvez não sejam tão úteis uma vez que podem ajudar bastante a aferir novos significados dos conceitos em longo prazo. Entretanto, um dicionário específico de ciência política e outros mais foram largamente utilizados como porta de entrada para teóricos do conceito de Golpe de Estado, como Malaparte, Naudé, e Karl Marx. A defesa de um conceito ou outro na luta semântica, Golpe ou Impeachment, requer um embasamento sólido. No caso dos partidários de que Dilma teria sofrido um golpe essa base foi buscada em clássicos da teoria política enfatizando que um

²¹ Vamos considerar “livros de combate”, terminologia dada pelos próprios autores, as coletâneas organizadas com o objetivo intervir através de reflexão intelectual sobre o processo que tirou Dilma Rousseff do poder. Elencamos: Freixo e Rodrigues (2016); Pablo Gentili (2016) “Golpe en Brasil”; Hebe Mattos, Tânia Bessone e Beatriz Mamigonian (2016); Ivana Jenkins, Kim Doria e Murilo Cleto (2016); Alves (2017);

golpe é sempre dado por agentes do Estado, argumento sacado de um verbete escrito por Carlos Barbé (1998) para o “Dicionário de Política” organizado por Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998). Entre aqueles que defendem que Dilma passou por um processo de impeachment traz-se como principal razão o fato de que a presidente participou do processo e gozou do direito de defesa. Ainda que a principal linha da defesa de José Eduardo Cardozo, como veremos mais detalhadamente, é que Dilma Rousseff sofreu um golpe na medida em que as “pedaladas fiscais²²” e a “concessão de créditos suplementares” não configurariam crimes de responsabilidade.

A tonalidade mais geral dos “textos de combate”, mesmos entre aqueles que figuram entre os principais quadros intelectuais do país, hora: é a do puro “golpe de 2016”, (Miguel, 2016, p. 39); hora é a do golpe adjetivado: “golpe parlamentar” (Singer 2016, p. 195), “golpe institucional” (Boito Jr 2016, p. 32) etc. A linha interpretativa que faz articulação principal entre instituições, agentes sociais, fatos a conjuntura interna e externa do período é a do complô. Um conluio levado a cabo pela mídia corporativa, judiciário, “classe política”, setores da burguesia, industrial ou rentista, “frações de classe”, para destituir um governo eleito democraticamente e implementar retirada de direitos trabalhistas e o afastamento das reivindicações de cunho identitário.

Freixo e Rodrigues (2016, p. 13, grifo nosso) esclarecem: “[...] livro de combate [combate no qual] o nosso lado é o da defesa da democracia para além dos labirintos de tecnicidades e da retórica vazia emitida por ‘especialistas.’” Na mesma direção Gentili (2016, p. 13) fala em “libro de batalla” como contribuição de forças políticas que se articulam para se entender e resistir a “una falsificación de la democracia”. Ou Alves (2017) que contrapõe o “Esclarecimento da razão histórica” às “Trevas do Golpe”. Esse recorte da literatura marca a posição da intelectualidade de esquerda com objetivo de intervir no processo político ainda que com um alcance limitado, na medida em que tiradas jocosas, oriundas da imprensa, como “pregação para convertidos” acabam por nos lembrar dos limites do alcance dos intelectuais e sua produção nos nossos dias. Para além do tom militante, figura nesse material a presença de estudiosos abalizados da realidade política e social em curso, muitas vezes reproduzindo material publicado antes na imprensa e em suas redes sociais.

A linha geral das interpretações sobre a retirada de Dilma é a dada pela alta intelectualidade do Partido dos Trabalhadores, com André Singer na ponta. O cientista

²² Em 2022 o inquérito movido contra o ex-ministro Guido Mantega, sobre supostas operações irregulares entre os bancos públicos e Tesouro Nacional, as “pedaladas fiscais”, foi arquivado pelo (Ministério Público Federal) MPF. As pedaladas foram utilizadas para justificar o impeachment de Dilma Rousseff (Conjur, 2022).

político da USP, Singer, e ex-porta voz do primeiro governo Lula, já havia cunhado o termo “lulismo” e publicou posteriormente artigos analisando o governo Dilma. Tal interpretação foi reverberada no exterior por intelectuais como Perry Anderson e Boaventura de Souza Santos, este figura muito próxima de setores da esquerda petista. Anderson (2016) entrevistou na temática com o artigo “Crisis in Brazil”, na *London Review of Books*, que depois integraria o livro “Brasil à parte”, Anderson (2021).

Publicado pela Editora Boitempo, com o primeiro título: “Por que gritamos golpe”, organizado por Ivana Jenkins, Kim Doria e Murilo Cleto (2016), com textos de intelectuais da Universidade no Brasil e no exterior, políticos, jornalistas independentes e militantes/ativistas. O conjunto de autores que nomeia o processo em curso, apesar do título da obra, não é unânime em acompanhar a posição da editora: “O Brasil vive um golpe de Estado” (Jenkins 2016).

Numa linha semelhante, Freixo e Rodrigues (2016) organizaram o volume “2016 o ano do golpe”. A adoção pela terminologia do título é justificada com as mudanças conjunturais do século XXI nas quais um golpe de estado “clássico” não é mais viável em nenhum país, sendo adotados modelos com predominância do judiciário ou do parlamento, “[...] o que traveste o fenômeno com uma aparência de normalidade institucional e de cumprimento dos trâmites burocráticos” (Freixo e Rodrigues 2016, p. 10). A interpretação das manifestações de 2013 é item que está no pacote das análises mais amplas, ora de maneira mais matizada, como apontou a historiadora Christiane Laidler, (2016), na mesma coletânea, levando em conta que nos grupos que tornaram a manifestação grande, havia “[...] ausência de vínculos de lealdade em relação ao governo federal [...]” (Laidler, 2016, p. 40-41). Deixando de lado análises internas ao petismo absortas diante da ausência daquela lealdade.

Hebe Mattos, Tânia Bessone e Beatriz Mamigonian (2016) também organizaram uma coletânea com título bastante sintomático: “Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e as forças do passado”. O livro é organizado em 4 partes, das quais, a primeira traz reflexões sobre o contexto político e econômico dos anos anteriores ao impeachment, a segunda trata dos fatos do momento em si em que Dilma tem puxado o tapete sob seus pés, a terceira parte é composta por textos articula textos cunhados no contexto do movimento Historiadores pela Democracia e quarta e última parte traz reflexões sobre os sentidos do “golpe”. O volume combina a presença de autores que se dedicam à conjuntura política do evento em questão com análises com outros imbuídos pela denúncia do processo político a que se convencionou chamar golpe.

O volume também remete ao passado ditatorial, não apenas pela capa com uma foto

de Dilma na sua mocidade, mas também com análises de Green (2016) e Fico (2016). Existe a composição de 2016 como farsa na medida em que se desenhava naquele momento um golpe em Dilma (aspecto que também nos debruçarmos quando estivermos analisando diretamente as fontes). As comparações entre crises políticas de conjunturas diferentes podem ser um recurso analítico interessante para o melhor entendimento das mesmas, mas nesse caso acreditamos que possa haver algo mais. Vejamos a formulação de Carlos Fico (2016):

Como em 1964, o ocupante do Poder Executivo é herdeiro de um grande líder anterior, figura carismática com grande capacidade de aglutinação; no entanto, infelizmente, não possui a mesma habilidade do seu mestre, detalhe que contribuiu para piorar a crise. (Fico, 2016, online).

Também merece destaque a coletânea “Golpe en Brasil”, organizada por Pablo Gentili e publicada pelo CLACSO. A obra congrega a visão de intelectuais estrangeiros, brasileiros e brasileiros radicados no exterior. Reproduz o texto de Anderson (2016) “Crisis en Brasil” que apareceu posteriormente traduzida para o português em Anderson (2019). A tonalidade de desagravo mantém a presença do termo golpe como fio condutor de todas as análises. A exemplo de Michael Löwy (2016, p. 97) “la tragedia de 1964 y la farsa de 2016 tienen en común es el odio contra la democracia”. O título de Löwy talvez seja demonstrativo de que nessa literatura de combate, o vínculo do ocaso de Dilma na presidência não se enquadra no requisito de uma repetição da história nos termos de Marx (2013), no seu “18 de Brumário”, uma vez que se trata de uma explicação reconfortante por demais. Pois se em 1964 os militares golpearam Goulart e mantiveram o poder pela força, massacrando as oposições que lhes fizeram frente, em 2016 o conglomerado de oportunistas políticos e saudosos da ditadura utilizaram de outras ferramentas a considerar, a política e as instituições numa conjuntura de grande rejeição das classes médias ao partido dos trabalhadores.

Em 2017 surgiu a “Enciclopédia do Golpe” com finalidade clara de “politização” e “esclarecimento”, uma vez que a fase da denúncia já passara. Consideramos o material emblemático no sentido de trazer algumas formulações às quais vamos nos debruçar mais detidamente no decorrer desse trabalho. O volume aborda temáticas variadas, instituições como o judiciário, a imprensa, as Igrejas, grupos sociais como as classes médias e eventos como 2013. Chama atenção a associação realizada por Alves desta obra junto à Enciclopédia dos pensadores iluministas do século XVIII:

Contra as Trevas do Golpe, o Esclarecimento da Razão histórica. Tirada as devidas proporções e alterando o sentido do signo histórico, a Enciclopédia

do Golpe cumpre o mesmo papel da L'Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers editada entre os anos 1751 e 1772 na França, sob a direção de Denis Diderot e Jean D'Alembert [...] (Alves, 2017, p. 7).

Embora o autor reconheça que a publicação dos pensadores iluministas estivesse embebida na concepção de estabelecer as bases para um novo futuro e em 2017 a luta dizia respeito a denunciar e tentar impedir os retrocessos políticos pelos quais o país passava, a comparação é relevante. Não à toa Eric Hobsbawm (2012) denomina de “Era das Revoluções” o período entre 1789 a 1848, uma época em que grandes turbulências políticas foram resultado de eventos que conceituamos de revoluções, mas também recheada por outros tantos que conceituamos de golpe, aparentado, porém muito distinto do anterior, conforme Bignotto (2019). Gera certo incômodo a formulação de Alves (2017) com a aproximação da sua “Enciclopédia do Golpe” com L'Encyclopédie de Diderot e D'Alambert, mesmo com o sociólogo tentando se situar temporalmente. Os iluministas se orientavam para o futuro e seu futuro se direcionou para um novo tempo dado pela Revolução de 1789. Ao chamar 2016 de golpe, o sociólogo remete para 1964 e acaba revelando que nosso horizonte está no passado.

O texto também situa a conjuntura econômica que atravessamos durante o governo Dilma:

Eleita em 2014 com um programa de governo, logo que assumiu, Dilma Rousseff (PT) adotou outro: foi obrigada a indicar como Ministro da Fazenda, Joaquim Levy [...], adotando um programa neoliberal de “combate” à crise da economia (mesmo sendo reeleita em 2014, como Presidenta da República, Dilma Rousseff nunca conseguiu governar) (Alves, 2017).

O que o Alves descreveu acima também já foi chamado de estelionato eleitoral, como mostramos no item anterior. Dilma se elegeu com um programa e tentou realizar outro, aliás prática bastante comum na Nova República. Entretanto, a formulação passa a mensagem de que a Presidente da República não tinha outras opções que não a de escolher Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda. Embora a situação fosse desfavorável, à presidência da República é o cargo no qual se exerce mais poder no país. Afirmar que Dilma foi obrigada a empossar um ocupante da Fazenda pode ser um indicativo indicativo de que os livros de combate fizeram muitas concessões no que tange a tomar partido.

Este viés da literatura produzida pela destituição de Dilma Rousseff tem uma posição bastante demarcada, a presidente sofreu um golpe. Na urdidura dessa produção de intervenção, porém, podemos nos defrontar com formulação cirúrgica de Paulo Arantes

(2016, p. 6): “A queda vertiginosa, que estamos chamando de golpe para espantar o medo e levantar a moral no [do] chão, ocorreu numa hora mundial de flagrante desagregação”. O ponto de vista do filósofo é emblemático e vai ser melhor explorado no decorrer do texto. Traz a perspectiva de que a compreensão do que de fato aconteceu em 2016 precisa ser melhor avaliado do que as análises feitas no calor do momento foram capazes de proporcionar, apenas o desagravo. Entretanto, reconhecemos que a intelectualidade não podia ficar parada e não estava, desde antes de Dilma cair do posto a conjuntura já vinha sendo muito bem escrutinada e a queda reforçou a necessidade de se continuar a fazê-lo. a disputa semântica entre golpe e impeachment para se nomear evento ainda está em curso.

A bibliografia do impeachment

O segundo conjunto de produção sobre a destituição de Dilma Rousseff veio a público anteriormente aos eventos de 2016 e não arrefeceu até os dias atuais. Foi empreendida por politólogos como Fernando Limongi (2023), e Idelber Avelar (2021) que se dedicaram a analisar os governos petistas. Consideramos que as mudanças implementadas no arcabouço legal, o teto de gastos, que afetaram a manutenção e implementação de políticas públicas, a partir do governo de Michel Temer e do sentimento gerado pelo resultado das eleições de 2018, mantiveram o tema da retirada de Dilma Rousseff do Palácio do Planalto como assunto dos mais aquecidos.

Entre os que acreditam que a noção de golpe não se aplica à retirada de Dilma Rousseff da presidência da República encontra-se Avelar (2021) com “Eles em nós: retórica do ódio e antagonismo político no Brasil do Século XXI”. O autor se debruça sobre um amplo período político da história do Brasil, da metade do século XX aos nossos dias, amparado em bibliografia pertinente ao tema, em termos de ciências sociais, política e história, material de imprensa e discursos políticos. Sua perspectiva teórica é a da análise de discurso. Nos traz uma perspectiva que, no mínimo, merece ser levado em conta:

O fato é que ao se deparar com uma bibliografia sobre o ‘golpe’ de 2016, por exemplo, notar-se á a premissa de que alguns sujeitos políticos são fundamentalmente virtuosos e podem, no máximo, cometer “erros”, enquanto outros sujeitos pressupõe-se de antemão um intento maligno tramado alhures. (Avelar, 2021, p. 15).

Como que pegando um gancho lançado por (Singer, 2017, online), “Alguma pesquisa futura deverá comparar o primeiro mandato de Dilma com o do General Ernesto Geisel

(1974-8)”, o autor constrói uma linha de continuidade entre o governo de Geisel e os governos do PT. Na sua visão os governos petistas realizaram governos que funcionaram numa lógica da busca do “Brasil grande”, porém a interpretação talvez tenha mais base nas categorias retóricas dos discursos políticos e menos no cotejamento dos discursos com a realidade. Nessa busca, do reencontro do Brasil consigo mesmo, o PT das origens foi deixado para trás. Avelar toca ainda em assuntos desconcertantes, como a política ambiental e o aumento do encarceramento em massa decorrente da política de segurança que ocorreram nos regimes petistas. Todo o processo da metade do primeiro mandato ao impedimento de Dilma teria sido a cereja do bolo para o surgimento de grupos políticos com a tônica de ataque à política, mas iniciado com a retórica petista. O maior mérito do livro talvez seja o questionamento incisivo da utilização do termo “golpe” para destituição de Dilma sem incorrência em antipetismo.

“Como remover um presidente: teoria, história e prática do impeachment no Brasil”, foi escrito pelo professor de direito Rafael Mafei (2021). O autor notou que no Brasil a bibliografia sobre o conceito de impeachment era escassa, mesmo após Fernando Collor de Mello ter sido impedido em 1992. Faz uma trajetória das origens do conceito na Inglaterra passando pelos Estados Unidos e se concentra mais na história republicana brasileira, se debruçando os os impeachments que ocorreram, Collor e Dilma, e àqueles que não se deram, Itamar Franco, FHC e Lula. O lançamento do livro teve mais um ingrediente de momento no fato o qual 2021 foi um ano de ataque acirrado do então presidente Bolsonaro às instituições, daí o título remeter à dubiedade de que o Brasil sabe como remover presidentes, mas o que faltava para isso no caso de Bolsonaro? Ou nos seus termos: “[...] como um presidente que agride a constituição tão abertamente sobrevive sem que a Câmara tenha sequer analisado uma das mais de cem denúncias já apresentadas contra ele”? A resposta parece referendar as conclusões da Ciência Política orientada pelo institucionalismo, o então presidente manteve uma base política sólida se blindando quanto à possibilidade de impedimento.

A respeito do “impeachment” de Dilma Rousseff, Mafei contribui com uma perspectiva interessante:

“Foi golpe” / “Não foi golpe” é útil na retórica da mobilização política, por que sintetiza de imediato a opinião de cada um sobre esse impeachment controverso, analiticamente ela é ruim, pois esconde mais do que revela. Convém substituí-la por outra? O impeachment de Dilma Rousseff foi legítimo? Formulada dessa maneira a questão impõe uma nova indagação: de onde vem a legitimidade de um impeachment (Mafei, 2021, p. 228)?

Mafei considera o impeachment de Dilma “[...] mais explicável por motivações políticas inconfessáveis de seus algozes do que pela robustez de seus fundamentos jurídicos” No seu entender, parece menos nocivo menos nocivo para o debate público a ideia do impeachment ilegítimo que a de golpe (Mafei, 2021, p. 242).

Fernando Limongi (2023) em “Operação Impeachment - Dilma Rousseff e Brasil da Lava Jato”, faz o exercício de escrutinar a cobertura da imprensa sobre Dilma Rousseff desde seu primeiro mandato, com o objetivo de entender por que a coalizão que governou o Brasil desde o primeiro mandato do PT se desfizera. O autor entende que:

A aliança entre o PT e o [...] (PMDB), O Partido Progressista (PP), O Partido da República (PR), o Partido Republicano Brasileiro (PRB), o (Partido Social Democrático) PSD não era episódica ou frágil. No frígir dos ovos, essa coalizão governou o país, com pequenas alterações, desde a chegada do PT à Presidência. A fissura da coalizão requer explicação. [...] Como dar conta da implosão da coalizão? Por que os cinco partidos resolveram abandonar a coalizão comandada pelo PT? (Limongi, 2023, p. 11).

Na sua perspectiva, os movimentos de rua e as revelações da Operação Lava Jato devem ser analisados de forma entrelaçada com a política: “Escândalos de corrupção são produzidos e explorados por políticos, e portanto, são parte da política. Dilma [...] resolveu mexer no vespeiro e, esse é o ponto fundamental, apoiou as investigações na Petrobrás” (Limongi, 2023, p. 13).

O resultado a que chega se encaminha na direção à qual:

O PT e os partidos de esquerda equipararam o impeachment a um golpe de Estado, uma reação às políticas públicas que o partido vinha adotando desde que chegara ao poder. [...] A tese não se sustenta. Os partidos que teriam perpetrado tal golpe apoiavam o PT desde 2003. Se não objetaram às reformas em seu momento áureo, por que o fariam em 2016? Mais do que isso, tiveram a chance de deixar Dilma em 2014 e depois da proclamação dos resultados. Não o fizeram. Aceitaram pastas ministeriais em 2015 e permaneceram fiéis ao governo mesmo quando as ruas se encheram (primeiro semestre de 2015) e quando o todo-poderoso presidente da Câmara, Eduardo Cunha, se voltou contra o governo (segundo semestre de 2015) (Limongi, 2023, p. 156).

Dilma se defendeu como pode no momento final, mas suas investidas no sentido de erradicar a corrupção do setor público e o apoio à Lava Jato desmantelaram a coalizão.

Considerando que após a retirada de Dilma Rousseff do poder tivemos o mandato tampão de Michel Temer com medidas políticas altamente impopulares, como o congelamento do investimento público por mais de 20 anos e aprovação de uma reforma do

ensino médio cheia de vicissitudes. As eleições de 2018 foram marcadas pelo julgamento e prisão de Luís Inácio Lula da Silva em tempo recorde. Os principais nomes do establishment político foram inviabilizados, envolvidos em denúncias por corrupção, como Aécio Neves, ou não gozando de intenções de voto, fazendo com que um deputado de extrema direita sem nenhuma proeminência política e adepto de um discurso com pautas morais e autoritárias, Jair Bolsonaro fosse cacifado à direita. O mandato de Temer seguido da eleição e do governo de Bolsonaro geraram interpretações como a do golpe no gerúndio, Bucci (2021), onde tudo o que vem ocorrendo na política acaba sendo.

[...] um golpe menos espetaculoso, um golpe em processo, um golpe por antecipação, um golpe de cada dia que nos dão hoje, assim como nos deram ontem e anteontem. Enquanto o golpe retumbante não chega, outro golpe vai se adensando, vai se alastrando, vai nos consumindo - em surdo gerúndio (Bucci, 2021, online).

O conceito de Golpe de Estado

A formulação de Eugênio Bucci talvez traduza um sentimento de que os acontecimentos a que se referem são como que golpes que nos atingem em cascata. Mesmo que de alguma forma tenhamos sido ou nos sentimos golpeados é importante que não percamos a precisão conceitual do termo golpe. Para tanto, vamos recorrer à definição de Newton Bignotto, autor para o qual o conceito de golpe tem camadas de significado os quais remetem inicialmente ao século XVI:

Ele indicava uma ação do príncipe soberano, levada a cabo, por vezes de maneira extrema, para preservar seu corpo político, mesmo se fosse necessário se servir de violência para atingir seus fins. Nesse contexto, tratava-se de um ato que não estava necessariamente em contradição com a lei. Ao contrário, o recurso à força servia para preservar o Estado de seus inimigos (Bignotto, 2021, p. 26, grifo nosso).

No século XVI, ainda prossegue Bignotto, na Europa a política era abordada por dois ângulos, o dos que se preocupavam, de uma maneira ética com as necessidades da população, a perspectiva de Giovanni Botero, e o dos que se importavam principalmente com a conquista e a manutenção do poder, que era a perspectiva de Maquiavel. Já a ideia de que a conservação do poder passava na frente e tudo, remetia a Gabriel Naudé. Durante o Antigo Regime o termo conserva o significado, mas a Revolução Francesa traz uma nova camada de significado:

Sua associação com o emprego da força na arena pública não desapareceu, mas perdeu a conotação positiva associada à manutenção do poder do soberano. O golpe passou a ser visto como uma interrupção forçada do ritmo da vida política em contraposição com outra forma de mudança radical das formas políticas que tinha, no entanto, um caráter positivo: a revolução (Bignotto, 2021, p. 27, grifo nosso).

O autor ainda ressalta que a distinção entre golpe e revolução prevalece desde o século XVI. O principal diferencial dos conceitos é que “revolução” conservou um aspecto positivo e o termo “golpe” sempre foi visto como negativo. Uma nova camada de significação viria a ser acrescentada em 1851 com o Golpe de Luís Napoleão:

Chegamos ao século XIX, que seria marcado por golpes e revoluções, sobretudo na França. Foi nesse país que um acontecimento, que se seguiu a uma revolução em 1848, iria ganhar um estatuto paradigmático: o golpe de Luís Napoleão de 1851. O acontecimento foi ironizado por Marx em um de seus textos mais conhecidos, O 18 de Brumário, mas teve uma importância ainda maior para mim, pois tornou visível o fato de que uma terceira camada de significado tinha se juntado às duas anteriores. Desde então, a análise dos golpes passou a ser comandada pelo arsenal teórico do direito e não mais exclusivamente da política. Golpe de Estado passou a ser olhado como um atentado às leis e à Constituição (Bignotto, 2021, p. 28, grifo nosso).

No século XX, uma quarta camada de significado foi agregada ao conceito de golpe com a contribuição dada por Curzio Malaparte:

O golpe existe na superfície das sociedades, como algo que surge numa circunstância específica de que se aproveitam os atores mais determinados e que compreendem que estão diante de uma brecha nas instituições da qual é possível se aproveitar para ocupar o poder. Por isso, é um ato tático e não estratégico, uma técnica e não um saber científico. Esta é a quarta camada: a associação entre os golpes de Estado e o mundo da técnica no qual vivemos (Bignotto, 2021, p. 31, grifo nosso).

Assim o conceito de golpe, como interpretado por Bignotto, ganha sedimentos, camadas de significação: era tido no século XVI como tomada do poder pela força, ao modo de Maquiavel, e também de um modo que significasse uma preocupação com as necessidades da população como queria Giovanni Botero; No século XVIII, o uso da força nos golpes, perde sua conotação positiva, em benefício do conceito de revolução, passando a ser visto como algo negativo, o que não mudou; no século XIX a ideia de golpe passou a ser vista como um rompimento violento das leis vigentes e no século XX ganha ares de tática para a tomada do poder. Resumindo ainda mais, a ideia de golpe passa de tomada do poder pela

força e tomada ética do poder, para tomada do poder de forma ilegal e violenta, e por último como tática de tomada do poder. Vamos visitar alguns episódios da história do Brasil pensando com essa tipologia esboçada por Bignotto.

Golpes e tentativas de golpe no período republicano

Vamos tomar como base o período republicano, evidentemente considerando que não faltaram no período colonial²³ e no Império não faltaram tramas conjurações e rebeliões contra a coroa portuguesa e contra o poder centralizador do Império, principalmente durante o primeiro império e o período regencial²⁴.

A República em si é inaugurada por um golpe clássico, com o regime dominante perdendo suas bases sociais e econômicas de sustentação. O Império iniciou seu declínio desde a Guerra do Paraguai, momento tido, paradoxalmente, como auge da monarquia, conforme Schwarcz (1998). Assim, o surgimento do movimento republicano, a causa abolicionista e o processo que desembocaria na abolição, gerando a insatisfação dos cafeicultores e o florescimento do positivismo dentro do Exército cobrou seu preço.

Os batalhões insurgentes e as forças militares que supostamente defenderiam o governo convergiram para o Quartel-General do Exército - que ficava aproximadamente onde hoje está o Palácio Duque de Caxias, no centro do Rio de Janeiro - no Campo de Santana. Deodoro estava muito doente, com dificuldade de respirar: sempre que se recolhia em casa, recorria a cataplasmas à base de mostarda. Apesar das dificuldades, o marechal foi para o Campo de Santana e assumiu a direção do movimento. Houve um momento de impasse, antes que Deodoro conseguisse transpor os portões do quartel, mas afinal, isso foi feito. Defensores do protagonismo de Benjamin Constant acusaram Deodoro de, nesse momento, ter bradado “viva sua majestade o imperador!” (Fico, 2025, p. 94)

A República foi implantada se golpeando o Império, com conspiração e quartelada.

²³ No que diz respeito aos movimentos revoltosos coloniais, Perlato afirma que “[...] as rebeliões e movimentos armados coletivos que sacudiram a América portuguesa e aterrorizaram as autoridades coloniais e metropolitanas. Entre os séculos XVI e XVIII, soldados, colonos, comerciantes, padres, escravos e índios lançaram-se na aventura rebelde para (re)conquistar direitos políticos, sociais ou econômicos, geralmente reunindo o conjunto de estratos sociais da comunidade descontente” [...] (Figueiredo, 2005, p. 6). O autor trata de revoltas escravas e indígenas, motins de soldados, insatisfações de colonos e reações ao fisco da coroa. Manifestações que não objetivam tomada e manutenção do poder.

²⁴ Talvez a tipologia identificada por Bignotto possa ser pensada também para esse período da nossa história, embora vamos nos abster de realizar a empreitada nessa ocasião. O final do século XVIII e início do XIX foi marcado no continente americano pelas lutas de Independência, a começar pelos Estados Unidos e a terminar com o Brasil. Essas lutas reuniram características que podemos atribuir ora ao conceito de golpe, ora ao de Revolução. No caso do Brasil a Independência em relação a Portugal é justificada por Pedro I com os argumentos do “bem do povo e felicidade geral da nação”. Formulação que talvez possamos atribuir parentesco com a motivação ética de Botero.

“Conspiração e complô faziam parte do vocabulário da política desde a Antiguidade e eram usados para indicar as tentativas de conquista e manutenção do poder” (Bignotto, 2021, p. 148). No caso brasileiro, da implantação do regime republicano, já temos o componente que se tornará elemento estruturante em todos os outros golpes e tentativas de nossa história a presença de militares. Uma presença não constitui novidade nesse tipo de evento, uma vez que os militares costumam ser sacados quando as outras forças sociais estão insatisfeitas com a ordem vigente. Mas o caso brasileiro é um daqueles em que os militares viriam a assumir a cabeça dos golpes. Setor que, conforme Fico (2025), já mostrava descontentamento na relação com os civis, de forma mais perceptível, ao menos desde a Guerra do Paraguai.

A primeira fase da República, os governos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, presidentes militares, pode-se dizer que não contava com um arranjo político coeso. Eventos como a Primeira Revolta da Armada e a Segunda Revolta da Armada²⁵ em que, tecnicamente, temos a ameaça de uma força do estado, a Marinha, bombardear a cidade do Rio de Janeiro e o cumprimento dessa ameaça significa nitidamente que a política não estava funcionando. A quantidade de escaramuças locais, confrontos entre grupos políticos e famílias²⁶ também é sintoma dessa ausência de um arranjo eficaz, que por seu turno, é o que veio a ser formulado com a eleição de Campos Sales a política dos governadores.

Em linhas gerais, essa formulação política envolvia a criação de partidos republicanos em cada estado e todos os estados apoiando o presidente eleito. As principais candidaturas presidenciais se davam pelo revezamento de candidatos das principais forças econômicas da federação, São Paulo e Minas Gerais, o que fez o modelo ser chamado de política do café com leite. Outros estados influentes do Nordeste, além do Rio Grande do Sul, também funcionavam como base de sustentação para essa política, conforme Viscardi (2011).

²⁵ “Em 1891 eclodiu a primeira Revolta da Armada, também conhecida como Revolta da Esquadra. O estopim estava ligado ao governo autoritário de Deodoro, que, em agrante violação da Constituição daquele ano, ordenou o fechamento do Congresso. A medida era resultado, em grande parte, da inabilidade do presidente em lidar com a oposição. Esta andava cada vez mais descontente com a crise econômica dos primeiros anos de República — especulação vertiginosa, fraudes, inação. Comandada pelo almirante Custódio de Mello, boa parte da frota fundeada na baía de Guanabara sublevou-se: a Armada — como a Marinha era chamada na época — exigia a reabertura do Congresso, do contrário bombardearia o Rio de Janeiro. Para não ter de enfrentar a provável derrota ou uma guerra civil, Deodoro renunciou em 23 de novembro. [Da segunda vez não funcionara:] (Schwarcz e Starling, 2018, online). A Marinha continuava, porém, indócil e, em setembro de 1893, um grupo de oficiais exigiu a convocação de novas eleições presidenciais: era a segunda Revolta da Armada. Com uma significativa folha de serviços prestados ao Império, a Marinha e seus oficiais sentiam-se negligenciados pela República. Já o almirante Custódio de Mello acreditava que rebelar a Armada contra o governo de Floriano era a melhor estratégia para recuperar o antigo prestígio da Força, e abriu grave crise política. Floriano, que andava enfrentando a Revolução Federalista no Sul do país, reprimiu a Armada, governou em estado de sítio, e ganhou a alcunha de Marechal de Ferro” (Schwarcz e Starling, 2018, online).

²⁶ Talvez o principal evento dessa natureza tenha sido “A Revolução Federalista resultou numa sangrenta guerra civil que começou em 1893, só terminou em 1895 e contrapôs o Partido Republicano RioGrandense, favorável à ditadura republicana dos positivistas gaúchos, ao Partido Federalista, defensor da Constituição de 1891, da autonomia municipal e do governo federal com poder centralizado” (Schwarcz e Starling, 2018, online).

No interior dos Estados, o apoio que a presidência precisava era garantido pelo poder que os líderes locais, os coronéis, tinham em controlar o voto de seus dependentes para eleger os políticos que defenderiam seus interesses. Revoltas populares no período foram tratadas com mão de ferro, os exemplos mais citados são a Guerra de Canudos no sertão da Bahia e a Guerra do Contestado na Fronteira entre Paraná e Santa Catarina²⁷.

O rompimento da política dos governadores formulada por Campos Sales se deu nas eleições de 1930 quando os paulistas decidiram manter um candidato do PRP, num momento que conforme o arranjo o candidato deveria ser do PRM, por Minas Gerais. As eleições foram vencidas por Júlio Prestes, decisão que acabou resultando com a chegada de Getúlio Vargas ao poder. Vargas fazia parte de uma chapa derrotada composta pelos Partidos Republicanos do Rio Grande do Sul e da Paraíba. O assassinato de seu candidato a vice, João Pessoa, por motivo passional, foi alçado pela opinião pública a crime político e Vargas empurrado marchar em direção ao Rio de Janeiro para tomar o poder. Antes de sua chegada, o Exército depôs Washington Luís e Vargas assumiu a presidência com a intenção firmada de realização de novas eleições.

Em que se note, por ser de suma importância, a politização crescente dos militares. Tendo voltado para a caserna depois da Primeira República. Havia realizado uma revolta de tenentes que resultara na coluna Prestes e também a Revolta do Forte de Copacabana, já uma ala influenciada pelo comunismo. Estes eventos foram convertidos discurso [...] oficial, na Intentona Comunista [...] e uma carga injuriosa de crimes foi imputada aos rebeldes: os oficiais comunistas seriam acusados de ter assassinado friamente os próprios companheiros legalistas do 3º Regimento de Infantaria enquanto estes dormiam [...]” (Schwarcz e Starling, 2018, online). Nesse período, outra das correntes que também influenciavam os militares era o nacionalismo.

Os primeiros anos de Vargas podem ser lidos pelo registro do que Bignotto descreveu como “tomada e manutenção do poder”:

Em 1932 Getúlio enfrentou uma tentativa de deposição pelos paulistas. Em julho de 1932, os paulistas mostram do que são capazes para defender uma Constituinte liberal: pegam em armas contra o governo. Por pouco – ou seja, em razão do recuo de gaúchos e mineiros –Vargas não é deposto. [...] A denominada Revolta Constitucionalista, embora derrotada, alcança parte importante de seus objetivos. Além da confirmação da convocação da

²⁷ As duas revoltas tem o elemento do messianismo, líderes populares de cunho religioso que exerceram forte influência sobre as populações que se revoltaram. Comum aos dois eventos é a mobilização de forças armadas para a repressão do povo. No sertão da Bahia, temendo-se uma contestação mais ampla da ordem republicana e no sertão da fronteira entre Paraná e Santa Catarina em benefício do capitalismo internacional.

Assembleia Constituinte, os paulistas influenciaram a escolha do interventor local, Armando de Salles Oliveira. O mérito de Getúlio foi o de ter conseguido permanecer no poder. Mas a situação o fragilizava. [...] O presidente teve de aceitar uma Constituição de cunho liberal, que em muito restringia a ação do Poder Executivo. De certa maneira, Getúlio pagava o preço por fazer uma revolução política, mas não econômica ou social. (Priore e Venâncio, 2010, p. 267, grifo nosso).

Diante das expectativas de que o governo não realizaria eleições, Vargas ainda buscava apoio no Exército. O chefe do Estado Maior, Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, próximo aos integralistas, foi a dupla de generais em que lhe deu suporte com interesse em um Exército moderno e bem equipado. O inusitado também parece ter conspirado em seu favor:

No dia 30 de setembro de 1937, o país foi sacudido pela denúncia, publicada pela imprensa, da existência de preparativos para um novo levante orientado por Moscou. O Exército havia capturado um minucioso programa secreto de tomada do poder — o Plano Cohen —, repleto de instruções atemorizantes: incêndio de prédios públicos, saques, fuzilamentos sumários de civis. O documento tinha nome judaico e era falso. Foi escrito pelo então coronel Olympio Mourão Filho, organizador da milícia paramilitar da AIB, responsável pelo serviço secreto integralista e lotado no setor de inteligência do Estado-Maior do Exército. O general Góes Monteiro recebeu a papelada produzida por Mourão, tratou-a como autêntica e a encaminhou a Vargas. Ato contínuo, o documento foi tornado público. [...] Cópias começaram a circular nos quartéis, os jornais reacenderam os debates contra o perigo comunista, programas de rádio trovejavam o tema do anticomunismo, e a população ficou alvoroçada. Em torno de dois meses depois, satisfeito com o resultado, Vargas avaliou que o sinal estava verde: no dia 10 de novembro, cercou o Congresso e mandou seus membros para casa, jogou a Polícia Militar na rua, impôs uma nova Constituição ao país e batizou o golpe de Estado. Mal foi disparado um tiro. Começavam os longos anos de ditadura do Estado Novo (Schwarcz e Starling, 2018, online, grifo nosso).

Talvez o episódio tenha algo de inusitado, no sentido de que a forja do “documento”, que facilitou a Vargas fechar o regime, seja algo muito próximo do que hoje se convencionou nominar como “fake news”. Se em 1932 a permanência no poder dependera de concessões, o documento forjado do Plano Cohen fora um belo presente para Getúlio que soubera muito bem o explorar em combinação com o clima de anticomunismo. Getúlio revogou a própria Constituição e afrontou fortes interesses políticos. Um elemento, ainda sobre o Plano Cohen, trazido por Priore e Venâncio é digno de nota:

O Plano Cohen [...] é definido como uma conspiração judaico-comunista, reproduzindo ideias comuns aos integralistas. Mais importante que a retórica racista são os objetivos práticos do golpe. Prevê-se, por exemplo, o

fechamento do Congresso, a extinção dos partidos políticos e a criação de um sistema centralizado de poder. Em outras palavras, é a ditadura contra as oligarquias, a ditadura contra os comunistas, a ditadura contra os democratas liberais. Contudo, a tentativa de aproximação do chefe integralista [Plínio Salgado] com o ditador não só falhou como também não impediu o fechamento da Ação Integralista Brasileira. Tal determinação levou os integralistas a implementar, em 1938, uma nova tentativa de golpe contra Getúlio. Seu fracasso permite ao ditador novos expurgos nas forças armadas, excluindo agora segmentos tenentistas que caminharam para o radicalismo de direita. Dessa forma, entre 1937 e 1945, Getúlio Vargas, com a capa institucional que lembra governos fascistas europeus, torna-se um chefe militar de escala nacional (Priore e Venâncio, 2010, p. 270, grifo nosso).

Se em 1932 os comunistas tentaram tomar o poder, em 1938 foram os integralistas em retaliação ao fechamento da AIB. Se iniciou então o Estado Novo, um período ditatorial com duração até 1945.

A oposição sofrida por Getúlio em seu retorno ao poder executivo foi duríssima. Uma das oposições, nesse retorno de Getúlio, era dos próprios militares, que se cristalizou com o manifesto dos coronéis,²⁸ setor onde o outrora ditador tinha aliados, mas agora diziam, através do manifesto, que havia no país risco de desordens e se posicionaram contra o aumento salarial. Seu principal opositor era o jornalista e governador da Guanabara Carlos Lacerda. O mesmo Lacerda que sofreu o chamado “Atentado da Rua Toneleiros”, em 5 de agosto de 1954, organizado pelo principal auxiliar de Getúlio, Gregório Fortunato. O atentado contra Lacerda recebeu ampla repercussão e como um oficial da Marinha foi atingido essa força iniciou uma investigação que logo fora apelidada emblematicamente de “República do Galeão”. Vargas se suicidou, tirou a própria vida com um tiro no peito, mobilizando o afeto dos trabalhadores que lhe tinham estima e frustrando os planos daqueles que queriam intervir em seu governo.

O mandato foi terminado por Nereu Ramos e as eleições seguintes foram vencidas pela chapa Juscelino Kubitschek João Goulart. Porém aconteceu uma campanha para que não tomassem posse, como descreve Boris Fausto:

No início de novembro de 1955, faleceu o presidente do Clube Militar - general Canrobert Pereira da Costa, um dos mais destacados conspiradores contra Getúlio. Em uma oração fúnebre, pronunciada no enterro de Canrobert, o coronel Bizarria Mamede, um dos signatários do memorial dos coronéis, fez o elogio do morto. Atacou os interessados em defender uma "pseudolegalidade imoral e corrompida" e chamou de "mentira democrática" um regime presidencial que concentrava nas mãos do Executivo uma vitória

²⁸ O estopim do descontentamento do clube militar foi o aumento do salário mínimo de 100% implementado por João Goulart no Ministério do Trabalho. Numa concessão aos militares, Vargas demitiu Goulart, mas manteve o aumento. O manifesto já era indicativo de mudança da mentalidade no Exército.

da minoria. A referência à eleição de Juscelino era óbvia. O ministro da Guerra - general Lott - pretendia punir o coronel, tratando de limitar a politização das Forças Armadas. Entretanto, por ser membro da direção da Escola Superior de Guerra, Mamede submetia-se diretamente à autoridade do presidente da República. O problema estava em suspenso quando Café Filho sofreu, a 3 de novembro, um ataque cardíaco, que o obrigou a abandonar provisoriamente o poder. Em seu lugar, como determinava a Constituição, assumiu o presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz. Como ele se recusasse a punir o coronel Mamede, Lott demitiu-se do Ministério da Guerra. A partir daí, ocorreu o chamado "golpe preventivo", ou seja, uma intervenção militar para garantir a posse do presidente eleito e não para impedi-la. A principal personagem da ação ocorrida a 11 de novembro de 1955 foi o general Lott, que mobilizou tropas do Exército no Rio de Janeiro. As tropas ocuparam edifícios governamentais, estações de rádio e jornais. Os comandos do Exército se colocaram ao lado de Lott, enquanto os ministros da Marinha e da Aeronáutica denunciavam a ação como "ilegal e subversiva". As forças do Exército cercaram as bases navais e da Aeronáutica, impedindo um confronto das Forças Armadas. Deposto da presidência, Carlos Luz refugiou-se no cruzador Tamandaré, acompanhado por seus ministros e outras figuras políticas, entre elas Carlos Lacerda. O Tamandaré conseguiu escapar ao fogo das baterias na Baía de Guanabara, dirigindo-se a Santos, na esperança inútil de organizar a resistência. Rapidamente, ainda a 11 de novembro, o Congresso Nacional reuniu-se para apreciar a situação. Contra os votos da UDN, os parlamentares decidiram considerar Carlos Luz impedido; a presidência da República passava ao presidente do Senado - Nereu Ramos -, na linha da sucessão constitucional. O presidente do Senado era o vice-presidente da República. O Congresso evitou jogar lenha na fogueira, permitindo, contraditoriamente, que Carlos Luz reassumisse a presidência da Câmara dos Deputados. Dez dias mais tarde, aparentemente recuperado, Café Filho pretendeu voltar a ser presidente da República. Ele foi considerado impedido pelo Congresso, que confirmou Nereu Ramos na chefia do Executivo. A pedido dos ministros militares, logo depois, o Congresso aprovou o estado de sítio por trinta dias, prorrogado por igual período. Essa série de medidas excepcionais garantiu a posse de Juscelino e Jango, a 31 de janeiro de 1956 (Fausto, p. 1994, p. 426-427).

Os mesmos coronéis que haviam se oposto a Getúlio em 1954, agora tentavam impedir a posse de Juscelino e Jango em 1955. O mesmo João Goulart (PTB) que viria a ser eleito também como vice de Jânio Quadros (UDN) em 1960. Jango, também estancieiro gaúcho, parecia, desde que concedeu aumento de 100% ao salário mínimo quando ministro do trabalho de Getúlio, parecia carregar a pecha de sindicalista e despertar o temor de ser influenciado pelos comunistas. Jânio Quadros, que havia feito uma trajetória meteórica na política, parecia querer trilhar um caminho em que não se alinhasse nem aos Estados Unidos e nem à União Soviética. Em um momento estratégico, em que seu vice cumpria missão diplomática na China comunista, Jânio Quadros renunciou à presidência da República. De acordo com a legislação deveria assumir seu vice João Goulart, ocorre que seu nome foi vetado pelos militares. Vejamos como Schwarcz e Starling descrevem a situação:

No fim do mês de julho de 1961, Jânio mandou convidar o vice-presidente João Goulart para chefiar a primeira missão comercial brasileira em viagem à República Popular da China. A relação entre os dois estava perto da ruptura — Jango foi um dos primeiros alvos das comissões de sindicância e viu o convite com desconfiança. Mas não tinha como recusar, e acabou embarcando. Enquanto Jango negociava acordos em Pequim, Jânio, em Brasília, provocava um escândalo político, ao conceder, em 19 de agosto, a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul, a mais alta condecoração do Brasil, a Ernesto Che Guevara, ministro da Economia de Cuba. A Revolução Cubana dividia as opiniões, o gesto do presidente inflava os temores norte-americanos com o rumo pró-Cuba da política externa brasileira, a UDN reagiu indignada, e os militares que já haviam recebido a condecoração ameaçaram devolver o colar. Jânio tinha motivos práticos para estreitar relações com o governo cubano: existia a possibilidade de empresas brasileiras estabelecerem comércio de bens e maquinaria com os países do bloco socialista, através de Cuba. Carlos Lacerda, porém, avaliou que, dessa vez, o governo fora longe demais e tomou um avião para Brasília, disposto a botar tudo em pratos limpos. São muitas as versões do seu encontro com o presidente²⁹. Mas, de volta ao Rio de Janeiro, Lacerda virou a mesa: atacou o governo em rede de rádio e televisão, chamou Jânio de irresponsável e acusou o ministro da Justiça, Oscar Pedroso Horta, de tramocar um golpe de Estado e convidá-lo a participar. A temperatura política do país ferveu. Em 25 de agosto, Dia do Soldado, uma sexta-feira, Jânio compareceu, pela manhã, ao desfile militar na Esplanada dos Ministérios, passou a tropa em revista, ouviu a leitura da ordem do dia, saudou a bandeira — tudo como manda o figurino. Voltou para o palácio, mandou chamar os ministros militares e comunicou oficialmente que estava abandonando o cargo. Diante dos militares atônitos, enfatizou: “Com este Congresso não posso governar. Organizem uma junta e dirijam o país”. Assinou a carta de renúncia, determinou ao ministro da Justiça que a encaminhasse ao Congresso apenas às quinze horas, e às onze embarcou no avião da Presidência rumo à Base Aérea de São Paulo, em Cumbica — na saída de Brasília instruiu o ajudante de ordens que o acompanhava a levar consigo a faixa presidencial (Schwarcz e Starling, 2018, online).

²⁹ Uma delas é dada por Flávio Tavares: “Lacerda chegou a Brasília ao anoitecer e saiu direto do aeroporto para a residência presidencial, lá deixando sua mala, no quarto de hóspedes do Palácio da Alvorada. A conversa com Jânio, porém, foi rápida e parca. Apressado, o presidente disse-lhe que já havia jantado e pediu que, antes de tudo, fosse ao apartamento do ministro da Justiça para “um contacto prévio e concreto”. Na volta, mais tarde, conversariam noite adentro. Por volta das 11 da noite, Lacerda retorna de táxi ao Alvorada mas, no portão, é informado de que sua mala foi devolvida à portaria e que não poderá hospedar-se mais no palácio, pois a reunião noturna com o presidente foi cancelada ou adiada. A Presidência da República lhe havia reservado aposentos num hotel. Não era sequer necessário apelar à exuberância de Lacerda como polemista para ver na devolução da mala um gesto inamistoso, “um desaforo e uma agressão”, de fato, uma ruptura política. Irritado, Lacerda vai dormir no apartamento de um deputado udenista e, na manhã seguinte, volta ao Rio no primeiro voo, praticamente à mesma hora em que Jânio está condecorando o comandante Che Guevara no Palácio do Planalto. Nessa mesma noite e nos dias seguintes outras vezes, pelo rádio e televisão, Lacerda bombardeia Jânio com aqueles discursos demolidores que sabe articular com arte. O alvo é outro, também os motivos, mas, nesse agosto de 1961, a rudeza do ataque é a mesma que Lacerda desferiu contra Getúlio em agosto de 1954. [...] o presidente não tinha tido nenhuma intenção expressa de enxotar ou romper com Lacerda. Apenas não quis que ele se hospedasse no Alvorada, e lá dormisse aquela noite, por um único motivo: simplesmente porque ele quis estar a sós para lá passar a noite com u’a mulher que não era a pacata dona Eloá, que estava em São Paulo (Tavares, 2014, online).

A explicação mais convincente para este ato de Jânio é a de que pretendia retornar pelos braços da população com plenos poderes. A questão sucessória causou complicações:

Ranieri Mazzilli, assumiu interinamente a Presidência da República até o regresso de Jango. No dia 28 de agosto, Jânio mandou devolver a faixa presidencial e, do porto de Santos, embarcou para a Europa. Sobraram, no tabuleiro, os ministros militares. Uma questão era a renúncia, ratificada por eles sem discussão. Outra, muito diferente, era a sucessão. E foi aí que os militares fizeram suas próprias contas e decidiram intervir. No mesmo 28 de agosto, três dias após a renúncia de Jânio, Mazzilli informou ao Congresso que os ministros militares não aceitavam o retorno de João Goulart ao país para ser empossado na Presidência. Diziam mais: se Jango desembarcasse no Brasil, seria preso. Os ministros não se comportavam como militares; jogavam uma cartada política. Apostavam numa espécie de golpe constitucional, de baixo custo para as Forças Armadas: estavam intimidando o Congresso para que os parlamentares declarassem o impedimento de Goulart (Schwarcz e Starling, 2018, online).

Enquanto os líderes políticos civis, Tancredo Neves à frente, tentavam resolver o imbróglio com os militares, João Goulart iniciou seu regresso pelo caminho mais longo. A política precisava de tempo, mas também a resistência e esta foi liderada por Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul que iniciou um movimento com grandes proporções, de resistência democrática, que mobilizou o país inteiro. A solução encontrada foi Goulart assumir o poder como primeiro-ministro, havendo uma mudança do regime presidencialista. É bom recordar que o terceiro Exército apoiou Goulart, muito em função da amplitude do movimento democrático de Brizola. Em 1963 foi realizado um plebiscito, cujo resultado fez o país voltar a ser presidencialista. Ocorre que Goulart enfrentou muita resistência, à direita por tentar implementar seu projeto das Reformas de Base, à esquerda por não ter conseguido aprovar tais projetos. Viajamos o que Bignotto diz à respeito:

Os meses que antecederam o 31 de março de 1964 no Brasil foram dominados por uma série de intervenções dos atores políticos que povoavam a cena pública brasileira e por muitos boatos. Durante toda a Segunda República, foram muitas as tentativas de interferir nos rumos da nação por meio de um golpe de Estado, de tal maneira que a prática parecia para muitos algo normal, que fazia parte do arsenal da disputa pelo poder. Naquele ano, no entanto, as coisas estavam mais explícitas. De um lado, o presidente João Goulart (Jango) apostava todas as suas fichas na realização de suas “reformas de base”, que deveriam promover mudanças na economia e na política capazes de colocar o Brasil na trilha da superação de suas tremendas desigualdades. Ele contava com o apoio de alguns sindicatos, principalmente de funcionários públicos, de metalúrgicos e de setores das Forças Armadas, sobretudo de cabos e sargentos. Do outro lado, a direita conspirava. Ela contava com a fala inspirada e radical de Carlos Lacerda, e se apoiava no descontentamento de amplos setores da hierarquia militar e de

parcelas da classe média urbana. No dia 19 de março daquele ano ocorreu em São Paulo uma gigantesca marcha contra o governo. Os manifestantes denunciavam Jango e seus supostos laços com o comunismo, defendiam os valores tradicionais do catolicismo mais conservador e contavam com o apoio decisivo do governo dos Estados Unidos. [...] O presidente não levou muito a sério o movimento de oposição que naquele dia parou a cidade com uma multidão estimada em 500 mil pessoas. Preferiu se fiar no apoio dos setores de esquerda da sociedade e no pretense apego à legalidade da hierarquia militar, que, na verdade, estava a cada dia mais revoltada com a quebra da ordem supostamente patrocinada pelo governo por meio de seu apoio aos marinheiros e sargentos rebelados. O fato é que, de maneira atabalhoada, no dia 31 de março, o general Olímpio Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar sediada em Juiz de Fora, colocou as tropas na estrada pensando em tomar o Ministério da Guerra no Rio de Janeiro e dar início à deposição de Jango. Sua ação não foi planejada com cuidado, atropelava os planos de outros conspiradores, mas o certo é que, ao colocar os tanques em movimento e contar com a hesitação de Jango, que preferiu ir para Brasília no lugar de enfrentar o general e suas tropas no Rio de Janeiro, acabou dando início a um golpe de Estado que instituiria uma ditadura que durou 21 anos. O golpe, de fato, só se consumou na madrugada do dia 2 de abril, quando o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, depois de uma sessão secreta das duas casas legislativas, declarou vaga a presidência da República. Como o presidente João Goulart estava no Brasil, o ato não tinha fundamento legal algum. Mas os dados estavam lançados e o país mergulhou num longo período de arbítrio e violência (Bignotto, 2018, p. 14, grifo nosso).

O desenlace dos eventos do final de março e início de abril de 1964 teve amplas consequências. Foi a síntese de um conjunto de situações que se armavam fazia décadas. A mudança de mentalidade dos militares registrada a partir das revoltas de tenentes, a conjuntura externa que exigia do presidente afastamento de quem quer que tivesse um mínimo indício de associação ao comunismo e operava inclusive tentando influenciar a política e a opinião pública nacional e o governo Goulart que não conseguiu realizar suas Reformas de Base. o presidente acabou buscando apoio dos setores mais radicalizados à esquerda e foi golpeado com respaldo externo e interno. Jango que fora aceito em 1962 havia aceitado ser introduzido no poder com pouca força. Conseguiu retornar ao regime presidencialista, mas não conseguiu realizar seu programa. Enquanto os militares conseguiram tomar o poder, com extrema facilidade, e mantê-lo por um longo tempo. Pagaram o preço de que o significado para o conceito “golpe” acumulou um sedimento negativo. Quiseram ser golpistas e conseguiram manter vários governos com essa chaga original, mas apenas enquanto também conseguiram gerar alguma prosperidade. Então sinalizaram a passagem do poder político aos civis, de forma “segura lenta e gradual”.

Olhando o panorama dos golpes e tentativas de golpe do período republicano, talvez possamos considerar que o caso brasileiro possa dialogar em alguma medida com as

concepções trazidas por Bignotto. Principalmente no que diz respeito ao caráter negativo incorporado na noção de golpe. O conhecimento produzido por instituições republicanas nominaram o evento majoritariamente como “Proclamação da República”. Mesmo que em algumas fases da República os monarcas do império tenham sido apropriados como heróis nacionais, como na comemoração do sesquicentenário da Independência em 1972 com o filme de Carlos Coimbra, *Independência ou Morte*. A apropriação visava o enaltecimento da pátria num momento em que o governo Médici ainda reprimia a luta armada. “Independência” foi usado de forma unanimemente positiva, talvez até o aparecimento recente de variedades de direita com ideias somilares à da produtora Brasil Paralelo.

O caso da “Revolução de 1930” é emblemático. Com o esfacelamento do arranjo político causado por Washington Luís que acabou resultando com Vargas envergando a farda e amparado no Exército da terceira região, o confronto não ocorreu por pouco. O Exército colocou Getúlio no poder de uma forma provisória, que se tornou uma longa permanência. Nesta, Getúlio deu exemplos cabais de manutenção do poder, inclusive com resistência armada (o caso da tentativa de golpe integralista) e uma boa dose de senso de oportunidade (na ocasião do Plano Cohen). Poder que lhe chegou às mãos por um golpe, mas o evento é conhecido como Revolução de 1930. A criação dos direitos trabalhistas, que no período foi considerada, pelos comunistas, como forma de controle dos trabalhadores urbanos, fez uma imagem extremamente positiva de Getúlio nas camadas populares. Getúlio, que também é lembrado ditador, ficou conhecido como “pai dos pobres” e o marco de sua chegada ao poder como “Revolução de 1930”. Mesmo que em seu governo as oligarquias agrárias da primeira República tenham se acomodado com vários benefícios do Estado, como a proteção de seus lucros na exportação de café na conjuntura internacional pós 1929.

Se existe uma constante nos golpes de Estado ou Revoluções, é a presença de militares. Mesmo, em casos recentes, se tratando de ingerências das Forças Armadas na política, devemos lembrar, que em alguns casos, os militares são trazidos à interferência pelos civis, o que vale para a Proclamação da República em 1889. Já a mobilização do general Lott em 1955 foi o que garantiu a posse da chapa eleita de João Goulart e Juscelino Kubitschek em 1956. Situação que não ocorreu na crise de 1961, ocasionada pela renúncia de Jânio Quadros, quando o mesmo João Goulart compunha chapa na mesma posição de vice-presidente, quando foi necessária negociação delicada e até alternância para o regime parlamentar para que o que era previsto na Constituição fosse resguardado.

Mais adiante em 1964 os militares eram uma das ilhas de conspiração que concorriam para que o poder de Goulart na presidência fosse minado. Entre políticos e

industriais, desta vez os militares não precisaram ser trazidos pelos civis. Se tratava de setor que já estava convencido de antemão, pelo menos desde o manifesto dos coronéis em oposição a Vargas, e mais do que intervir, desta vez estavam dispostos a exercer o poder, ou pelo menos o fizeram conforme as contingências do momento numa ditadura que durou 21 anos sendo responsáveis por perseguição, censura e violações de direitos humanos. Sua saída do poder foi pensada de modo que as mudanças implementadas durante a ditadura fossem institucionalizadas e conseguissem se resguardar de qualquer punição por seus crimes. Objetivo atingido com êxito, na medida em que em 2011 o STF manteve a interpretação da Lei de Anistia e os governos da chamada nova República tiveram ação tímida no que tange às violações de direitos humanos e até inócua no que diz respeito aos torturadores.

As perspectivas apontadas na bibliografia acima, acreditamos poder dizer, influenciaram os cineastas que se dedicaram ao tema da destituição de Dilma Rousseff ou, também parece plausível, os filmes foram influenciados pelos autores que se dedicaram ao tema. Nesse sentido, a história, as ciências humanas e sociais e o cinema talvez tenham se alimentado mutuamente na produção de significados ou na interpretação da realidade nessa quadra do tempo histórico. De maneira que, com esse quadro precário, tenhamos mais facilidade em nos debruçar sobre nossas fontes mais diretas, os filmes selecionados e como mobilizaram a história política brasileira nas suas interpretações sobre o impeachment de Dilma Rousseff.

CAPÍTULO IV

Os filmes que constituem nosso corpus documental abordam vários elementos relevantes da política nacional que possibilitam refletir sobre o impeachment de Dilma Rousseff. Falamos dos dois mandatos de Lula, de Junho de 2013, da Operação Lava Jato, e a cobertura da mídia como condicionantes e fatores exógenos, mas com alto grau de incidência na política. Também se tratam de fatores diretamente políticos, como as relações entre os poderes, Executivo e Legislativo, Dilma Rousseff e Eduardo Cunha e como agiu o judiciário no âmbito do STF. No capítulo que segue pretendemos analisar como estes temas foram abordados e apontar alguns limites de tais abordagens.

Lula, dentro e fora do poder

Em “Democracia...” o momento da primeira vitória do PT para o Executivo Nacional exhibe imagens da comemoração popular em Brasília, a instância narrativa é composta por uma trilha suave e trechos do discurso de posse de Lula e sua longa peregrinação cumprimentando os políticos. A imagem construída de Lula tem acento na sua dimensão carismática “um artesão”. Um trecho, selecionado pela edição, muito marcante de seu discurso de posse é: “[...] hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo” [...]. Uma demarcação de novo começo. Entre as idas e vindas do presente para o passado, “Democracia...” também traz o Lula sindicalista, que discursa para uma multidão de metalúrgicos na greve de 1979.

O escândalo do mensalão é tratado como uma grande decepção, o partido que havia sido eleito com o objetivo de romper com a política tradicional se imiscuindo nessa mesma política. Vejamos:

[...] em pouco tempo estoura o mensalão e seu partido é acusado de comprar votos para aprovar projetos. Cotados para sucessores de Lula, os ministros Dirceu e Palocci renunciam. Lula consegue se distanciar dos escândalos. Mas muito tempo depois, essa sombra ainda o perseguiria. Ele então recorre a uma aliança, agora com o partido mais numeroso do Congresso: o PMDB. Eleito com 61% dos votos sua coalizão não chega a ter a maioria no Congresso. Eu votei no Lula com a esperança de que ele reformasse eticamente o sistema político. Mas lá tava ele, repetindo práticas que ele mesmo criticou e formando alianças com a velha oligarquia brasileira (Democracia em Vertigem, 2019, min 12: 30 - 13: 20).

Petra também elenca uma série de elementos positivos referentes aos dois mandatos

de Lula, 20 milhões saindo da pobreza, o programa Bolsa Família, triplicação do número de negros na universidade, baixa taxa de desemprego e o Brasil se tornando a sétima economia do mundo. A descoberta da camada pré-sal é tratada como benção e maldição. A escolha da sucessora, Dilma Rousseff, “Ex-guerrilheira, aos 22 anos, ela foi presa pelo regime militar. [Nas imagens da comemoração da vitória sobre José Serra, Dilma abraça Lula e diz:] É presidente, o senhor inventou essa!” (Democracia..., 2019, min, 17: 03 - 17: 28). A escolha da sucessão é mostrada como um gesto de poder, sem o circunstanciamento da queima da concorrência pelo escândalo do mensalão dentro do PT. As imagens com Temer foram escolhidas evidentemente depois que já era sabido como este ajudara a puxar o tapete sob os pés de Dilma.

Em “Impeachment...”, peça da Brasil Paralelo, a chegada do PT ao poder é descrita com uma tonalidade dramática. A imagem que é construída de Lula tem uma tonalidade maquiavélica, no sentido mais popular do termo: “Que se assemelha, que é próprio de ou se refere ao maquiavelismo. Que é artiloso, astuto, velhaco [...] Que é falso, desleal e pérfido” (Michaelis, online) Ele é o chefe de uma bem planejada urdidura para a ocupação do Estado, seguindo o esquema difundido por Olavo de Carvalho. Os comunistas foram derrotados pelas armas, mas ocuparam as instituições, a mídia, as universidades e as escolas, paulatinamente de onde inocularam para o restante da sociedade o seu “marxismo cultural”. Conforme a voz over, havia o crescimento do consenso de que o modelo socialista era falho com sinais como a derrocada econômica da União Soviética e a expansão da Social Democracia, representada no Brasil pelo PSDB que junto com o PT se tornaram os dois principais partidos da nova República, ambos não podiam prescindir do PMDB. A derrota do PT em 1989, mesmo ano da queda do Muro de Berlim, é interpretada como descrédito das ideias socialistas. A derrota leva o PT para a estratégia de criar o “Foro de São Paulo”:

[...] organização latino americana que guiaria a tomada do poder pela esquerda por meio de alianças, financiamento e planejamento central. O plano do foro de São Paulo era audacioso: financiar a corrosão das instituições, fomentar a militância da esquerda, eleger presidentes em todos os países da América Latina e fundar a “Pátria Grande”, transformando todo o continente na nova força comunista do planeta (Brasil Paralelo, 2017, min, 12: 48 - 13: 11).

A defesa de Collor, que sofreu um processo de impeachment em 1992, é realizada com base na ideia de que a esquerda controla a “narrativa política” do país, que passou a ser controlado pelo PT e levantava para si a bandeira da ética e da moralidade na política. O

governo Fernando Henrique deu início à implementação da ideologia socialista fabiana, submetida à ONU³⁰ e favorecendo o fortalecimento de sindicatos e movimentos sociais. O controle da inflação é conseguido por meio do Plano Real e do tripé macroeconômico. Nessa visão, é importante frisar, PSDB e PT realizavam uma falsa oposição, a política como mero jogo entre posições iguais pela disputa de cargos. Até 2002 quando, na estratégia petista, já se entende que a “[...] população está finalmente preparada para receber o partido no poder [...]” (Brasil Paralelo, 2017, min, 17: 19 - 17: 23).

O escândalo do mensalão é descrito nos termos de um acordo entre PT e PTB no qual aquele não lançaria candidatos a prefeito em algumas capitais repasse de milhões. Investigado por um escândalo nos correios, o Presidente do PTB, Roberto Jefferson denunciou o escândalo que ficou conhecido como mensalão, o qual o PT repassava mensalmente a deputados uma quantia para garantir apoio nas votações. Os trechos de entrevistas selecionados para essa temática são de Ronaldo Caiado e Onyx Lorenzoni. Para Caiado, o mensalão se trata de uma herança do sindicalismo do ABC:

[...] essa sempre foi a origem do PT, a origem do sindicalismo, esse sindicalismo retrógrado do ABC paulista. Aquele processo de extorquir, de roubar, de matar [...] nós assistimos hoje também acontecendo com aqueles membros do PT que reagem às orientações... Enfim esse processo vem e chega até o mensalão. O mensalão nada mais era do que aquela prática que existe extorquir, pagar e ter o resultado no momento da votação. Isso foi um escândalo, mas a prevalência da popularidade do Lula em relação ao momento político que estava vivendo conseguiu superar todos aqueles fatos. Houve uma, eu diria a você, incapacidade da classe política, ou até uma limitação da classe política. Poucos tinham coragem de se arvorar contra o ex-presidente Lula e na maioria das vezes eles preferiam ali silenciar sobre o fato (Brasil Paralelo, 2017, min, 29: 09 - 30: 19).

Na questão econômica, o filme critica os anos de Lula e Dilma no poder pela voz do diplomata Paulo Roberto de Almeida: “Infelizmente a gente fez muita coisa errada e o que a gente consertou na estabilidade macroeconômica do real, com Fernando Henrique Cardoso, começou a ser erodido pelo governo Lula, sobretudo no final de seu segundo mandato” (Brasil Paralelo, 2017, min, 33: 46 - 34: 03).

O trecho demarcado do discurso da posse do primeiro mandato de Lula, “[...] hoje é

³⁰ Trata-se de uma organização multilateral criada por conta da tragédia da Segunda Guerra Mundial e que tinha por objetivo encontrar soluções pacíficas para potenciais conflitos. A agenda do órgão, ao longo das décadas, passou a envolver discussões sobre saúde pública, trabalho, e meio ambiente (TV Brasil, 2018). O ataque velado, talvez possa ser entendido como forma de atacar uma ordem mundial estabelecida com a derrota do nazismo, conseguida com a união de liberais e esquerda comunista. Uma conjuntura histórica em que a noção de direitos humanos entra para a pauta do dia.

o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo”, também selecionado em “Democracia...”, é interpretado como “narrativa excludente”. nessa ótica é uma cisão, um novo começo, onde tudo o que aconteceu antes não vale mais, interpretação do cientista político Fernando Schuller:

“[...] A partir daí você tem um outro fenômeno curioso que eu chamo de construção de uma narrativa excludente sobre o Brasil, essa ideia de que nunca antes nesse país, a ideia de antes e depois, como o país tivesse começado em 2003. Essa narrativa ideológica de que, bom nós somos os puros e a sociedade é impura” (Brasil Paralelo, 2017, min, 19: 29 - 19: 46).

Os dois filmes do nosso corpus documental, “Democracia...” e “Impeachment...”, que tratam da figura de Lula, trazem duas imagens fortes do líder petista, uma, mais próxima da realidade, a carismático/messiânica. Outra, carregada de ideologia, a maquiavélica.

A interpretação de “Democracia...” oferece um tom de expectativa combinada com decepção. Os números positivos, as imagens atestadoras de reconhecimento externo, com os elogios de Barack Obama³¹, e de gratidão popular são temperadas com a constatação amarga de que Lula também fez a política que sempre se faz no Brasil. Temos a decepção de Petra que talvez acreditasse, na juventude, que Lula podia fazer mais do que seu documentário mostra que podia. O próprio filme traz claramente a mudança discursiva das campanhas presidenciais de um Lula que se adapta ao rumo dos tempos. Esse Lula talvez não pudesse “mudar a política por dentro” e talvez ninguém o pudesse fazer. Convém observarmos que a forja que fez o torneiro, o sindicalista e o presidente foi a da

“[...] silenciosa disputa entre católicos e comunistas na região do ABC que começou a nascer lentamente a necessidade social e política da figura do líder operário, ainda anônimo, que personificasse a diversidade e a religiosidade da classe operária. O primeiro bispo da diocese, dom Jorge Marcos de Oliveira, veio em 1954, aberto para um diálogo com os comunistas, mas ao mesmo tempo disposto a suscitar uma liderança operária católica” (Martins, 2016, online).

³¹ A ocasião se deu numa reunião do G20 em Londres: “O presidente Luiz Inácio Lula da Silva ganhou um elogio do presidente dos EUA, Barack Obama, nesta quinta-feira (2). Ao encontrar o presidente brasileiro durante almoço que fez parte da reunião de líderes do G20 (grupo de países desenvolvidos e em desenvolvimento), em Londres, na Inglaterra, Obama afirmou que Lula “é o cara” e que o presidente brasileiro é o “político mais popular do mundo”. “É porque ele é boa pinta”, frisou o presidente norte-americano, ao lado do secretário do Tesouro dos EUA, Timothy Geithner” (G1, 2009, online).

A formulação de Martins nos recorda que a Igreja Católica foi durante o século XX no Brasil um dos bastiões do anticomunismo, num período em que o grande confronto, no que diz respeito a propostas de organização da sociedade, era nos termos de liberalismo versus socialismo/comunismo. O Partido dos Trabalhadores, com origens demarcadas nos seus estudos iniciais, como aponta Lincoln Secco, entre “[...] Igreja progressista, os remanescentes dos grupos de luta armada e o novo sindicalismo”, (Secco, 2011, p. 26) talvez tenha no sindicalismo e na vertente religiosa os aspectos mais influentes na formação de sua principal liderança³². Evidentemente, isso não implica que Lula não pudesse ter sido um reformador magistral, pelo contrário, são elementos que provavelmente o impulsionariam mais para um viés reformista. Mas talvez devamos nos manter atentos a respeito da distância entre um político conciliador e um saneador da moralidade política. Talvez, a expectativa de Petra tenha base em um elemento, que também pode ter potencializado o carisma exercido por Lula. Trata-se de uma característica que voltou a ser mencionada nos momentos de crise dos últimos anos, e que também já foi lembrada por José de Souza Martins, no início do primeiro mandato do petista, o messianismo.

Nos depoimentos colhidos por Petra Costa, em manifestações da esquerda, esse elemento é marcante, a gratidão a Lula é atribuída, ora às migalhas que ele e Dilma conseguiram deixar para o povo, ora ao Bolsa Família e aos programas de ações afirmativas que permitiram camadas desfavorecidas terem tido acesso a Ensino Superior.

Porque hoje eu tenho uma casa. Por que minha irmã hoje tá formada em enfermagem, minha filha tá se formando em nutrição. Porque a gente foi dependente do Bolsa Família e graças a ele hoje a gente tem... Melhoramos de vida. Deixamos de receber o Bolsa Família, mas melhoramos de vida por causa dele. Então eu amo esse homem de coração. [...] Esse governo que vai entrar aí é o governo da elite, da Globo né? Dos empresários, latifundiários, dos banqueiros, dos americanos, que vai querer a Amazônia, vai querer a Petrobras... Quer dizer... A Europa rica... o brasileiro é o seguinte... que tinha uma oportunidade mínima... O que acontece? A Dilma, o PT, deixava as migalhas pra nós. Agora não vai ter mais migalha (Democracia em Vertigem, 2019, min 14: 40 - 15: 00; 46: 40 - 47: 10, grifos nossos).

Depoimentos que podem ser compreendidos evocando as principais características do lulismo traçadas por Singer (2011), facilitação da concessão de crédito, aumento real do salário mínimo e o Bolsa Família. Elementos com potencial para melhorar, e muito, a vida dos

³² É necessário frisar que Lincoln Secco amplia essa base para seis fontes diferentes: o novo sindicalismo, o movimento influenciado pela Igreja Católica, políticos do MDB, intelectuais de origens diversas, militantes trotskistas e, por último, remanescentes da luta armada (Secco, 2011, p. 27).

trabalhadores pobres. Nesse caso, a adesão eleitoral ao PT, e ou o fenômeno do lulismo podem ser entendidos enquanto gratidão e investimento de um eleitorado que recebeu benefícios. Mas acreditamos que a expectativa que Petra Costa manifesta em seu filme tenha origem na mesma estrutura de sentimento que fazia com que os metalúrgicos carregassem Lula nos ombros depois de um discurso, como foi registrado nos documentários clássicos de Leon Hirszman³³, João Baptista de Andrade³⁴ e Renato Tapajós³⁵. Lembremos que em o ABC da Greve Lula é filmado em uma missa e em seguida falando aos grevistas e nos termos de Martins:

Foi a Igreja, e não as esquerdas, que criou a figura poderosamente simbólica que, na pessoa de Lula, cumpre a promessa do advento do ungido. Na verdade, um reavivamento do sebastianismo, a espera messiânica no retorno do rei d. Sebastião para libertar o reino (Martins, 2016, online).

Outro cineasta que também construiu imagens em que também é possível perceber tal sentimento foi Eduardo Coutinho (2002) no seu “Peões”. Ao localizar alguns dos sindicalistas que participaram das grandes greves, filmando o processo como é característico de seu cinema, Coutinho consegue imagens nas quais o sentimento nutrido de alguns coetâneos varia da admiração pelo “jogo de cintura”, para o sentimento de irmandade e da paternidade, chegando até uma devoção para a figura de Lula pelo sofrimento da perseguição e da prisão sofrida pelo sindicalista. No momento em que Coutinho filmava Lula estava prestes a ser eleito para seu primeiro mandato, já existia a dimensão de Lula como figura crística, que veio para ser amparo e que sofreu por todo um grupo, ou um povo. O estilo de Petra interpretar, se mostrando também a coloca no rol daqueles que são açambarcados pelas dimensões da personalidade de Lula, porém com expectativas diferentes. Enquanto os trabalhadores, momentos diferentes nutriam expectativas de conquistar melhores salários e

³³ Leon Hirszman (1937-1987) foi um dos expoentes do Cinema Novo. Natural do Rio de Janeiro, descendia de imigrantes judaico-poloneses tendo ingressado no Partido Comunista desde os seus 14 anos. Formou-se na Escola Nacional de Engenharia sem ter desenvolvido essa profissão. Foi um dos fundadores do Centro Popular de Cultura (CPC), onde realizou o curta Pedreira de São Diogo, um dos episódios de “Cinco Vezes Favela” (1962). Seus principais filmes são “[...] *A Falecida* (1965). Dirigiu ainda *Garota de Ipanema* (1967), *São Bernardo* (1972), *ABC da Greve* (1979) e *Eles Não Usam Black-Tie* (1981)” (Arquivo Edgard Leuenroth, 2022, online).

³⁴ Natural de Ituiutaba, nascido em 1939, e formado pela Escola Politécnica da USP. Criador do grupo Kuatro, doutor em Cinema pela Escola de Comunicações e Artes e identificado com o Cinema Marginal. Seus principais filmes são “Liberdade de Imprensa”, “Gamal, o delírio do sexo”, “[...] *Doramundo* (1977), ganhador dos prêmios de Melhor Filme e Melhor Diretor no Festival de Gramado; *O homem que virou suco* (1981); *A próxima vítima* (1982-83) e *O país dos Tenentes* (1987)” (FGV CPDOC, 2013).

³⁵ Nascido em Belém do Pará, seus primeiros documentários são Universidade em crise (1966), Um por cento (1967), e Vila da Barca (1968). Foi preso pela ditadura em dois momentos diferentes, em 1969 e novamente em 1974. Tapajós também é autor do romance “Em câmera lenta (1977) (Costa e Tapajós, 2008, online).

gratidão pelos filhos terem tido acesso ao Ensino Superior, Petra afirma: “Eu votei no Lula com a esperança de que ele reformasse eticamente o sistema político” (Democracia, 2019, min, 13: 18).

Em “Democracia...” também são selecionadas imagens do Lula que já havia sido presidente e que naquele momento sofria perseguição política, mas sua dimensão carismático/messiânica desempenha o mesmo efeito captado pelas imagens de Coutinho. O da liderança que mais do que ser pelo povo, ou por seu povo, se mistura a este mesmo, semeando um espectro da sua imagem no imaginário popular para um momento em que não mais poderia estar mais com seu povo, ou com seus eleitores. Convém nos determos no material:

Eles acham que tudo o que acontece nesse país acontece por minha causa. Se eu não acreditasse na justiça, eu não tinha feito um partido político. Eu tinha proposto uma revolução nesse país. [A fala é entremeada com imagens de quem acompanha o discurso, filmados muitas vezes de cima para baixo] Mas eu acredito na justiça. Numa justiça justa, numa justiça que vota um processo baseado nos autos do processo. Não adianta tentar evitar que eu ande por esse país, [Nesse momento a câmera enquadra Lula pelo nível do público que o vê do palanque.] por que tem milhões e milhões de Lulas, de Boulos, de Manuelas, de Dilma Rousseff pra andar por mim. Não adianta tentar acabar com as minhas ideias. Elas já estão pairando no ar, e não tem como prendê-las! [Sua imagem é intercalada com a do choro de uma mulher que acompanha o discurso.] Não adianta tentar parar o meu sonho, porque, quando eu parar de sonhar, eu sonharei pela cabeça de vocês e pelos sonhos de vocês. Não adianta achar que tudo vai parar o dia que o Lula tiver um infarte. É bobagem, porque o meu coração baterá pelo coração de vocês e são milhões de corações. [Além do som dos ouvintes, palmas e ovações, uma trilha sonora de suspense começa a despontar.] Os poderosos podem matar uma, duas ou três rosas, mas jamais conseguirão deter a chegada da primavera, e a nossa luta é em busca da primavera! [Ao final, Lula parece de novo nos ombros da multidão com câmeras, flores, bandeiras vermelhas e cartazes com uma foto sua. A multidão brada: cercar, cercar e não deixar prender! Lula é conduzido a um carro nos fundos do sindicato dos metalúrgicos. Sua prisão é registrada com materiais de arquivo da imprensa] (Democracia..., 2019, min 01: 46: 00 - 01: 50: 00).

No seu discurso, Lula sabe que está sendo injustiçado e manifesta esperança que alguém de fato vá ler os autos de seu processo. A decisão de se entregar é coerente com sua trajetória enquanto sindicalista no período da ditadura em se negar a participar das reuniões do Partido Comunista que seu irmão Frei Chico convidava. Embora as situações sejam diferentes, talvez possamos colocar em um precário paralelo a legitimidade da perseguição política no período ditatorial e as vicissitudes do julgamento a que Lula fora submetido. O que só viria a ficar claro com a exposição das mensagens trocadas, entre o juiz Sérgio Moro e os procuradores da Lava Jato, por uma parceria de vários veículos da imprensa, a partir de junho

de 2019.

No que diz respeito à montagem de Petra o aspecto emocional aflora. As lágrimas de quem acompanha o discurso de Lula ao pé do palanque e o posicionamento de câmeras e também a trilha sonora. A utilização de imagens do líder nos ombros do povo, tudo acentua a dimensão messiânica que já foi observada por José de Souza Martins a respeito de Lula no início de seu primeiro governo:

Já nas vésperas destas eleições, comecei a observar novas evidências de uma crença messiânica em torno de Lula: pessoas querendo tocá-lo. Mais recentemente, o episódio da visita ao menino Bruno, imobilizado numa cadeira de rodas por uma bala perdida, também vai nessa direção. Menos por uma explícita crença religiosa e mais pela concepção implícita de que Lula é o presidente dos desvalidos, dos injustiçados, dos fisicamente impossibilitados de serem eles próprios. Tudo isso é núcleo de uma crença messiânica. Esse fenômeno traz à mente os reis taumaturgos, da Idade Média, cuja legitimidade estava na capacidade de operar milagres, bastando tocá-los. Só o ungido podia curar ou redimir os pobres. O substrato medieval do nosso catolicismo popular subsiste e é muito forte. E a ação das Igrejas no sentido de construir essa imagem de Lula é mais do que evidente (Martins, 2016, online).

Embora Martins remeta tal característica messiânica a um período em que a Igreja Católica ainda tinha primazia na esfera religiosa, podemos perceber no discurso o quanto Lula encarna a concepção de presidente dos desvalidos e tenta fornecer esperança e quem sabe apontar outras figuras que possam vir a ocupar tal posto. Principalmente para aqueles que melhoraram sua vida enquanto Lula ocupou o poder, num país com um alto grau de manutenção das desigualdades, uma chance de ascensão mesmo que num ritmo lento, pode ser motivo de depósito de gratidão para quem encarnar tal projeto. O que André Singer poderia chamar de reformismo fraco e Chico de Oliveira de “truncamento da sociedade brasileira”, com melhorias e inclusão realizadas a passo de tartaruga, para aqueles são beneficiários das reformas ou da lenta ascensão, a transferência religiosa é uma possibilidade muito plausível em relação a quem é considerado como o vetor das mudanças.

O agradecimento de Dilma a Lula quando as urnas lhe deram a vitória em 2010, registrado por Petra Costa, também pode ser interpretado como uma responsabilização: “[...] isso é coisa sua!”. Talvez o mesmo valha para a pergunta de Petra a Dilma sobre se esta percebera quando estava sendo escolhida para a sucessão e a resposta é negativa: “Ele não fala. Ele faz política de fato consumado” (Democracia em Vertigem, 2019, min, 21: 30). Talvez a cineasta tentasse compreender, ou nos tenha dado a chance de tentar investigar, como Lula, um sindicalista católico, líder de um partido formado por sindicalistas, católicos,

intelectuais e ex-guerrilheiros tenha escolhido para sua sucessão alguém com um estilo tão diferente. Alguém que havia optado pela luta armada no mesmo período em que ele próprio ainda tinha esperança de que os militares estavam apenas trabalhando para o progresso do país. Vejamos como seu biógrafo Fernando Morais trata da questão:

Para Lula, o que acontecera tinha sido uma Revolução Democrática — assim mesmo, com as iniciais maiúsculas, como saía nos jornais — que livrara o país do comunismo e da corrupção. Nem ele nem nenhum de seus colegas da Metalúrgica Independência, onde trabalhava quando os militares tomaram o poder, tinha dúvidas a esse respeito. Ao contrário do irmão comunista, Lula sentia muito orgulho de ver as Forças Armadas empenhadas na tarefa de consertar o Brasil. Sua compreensão do que se passava no país não ia além dessas informações básicas — na verdade, frases que ele ouvia no trabalho e na hora da cerveja com os amigos:

— Quando veio o golpe, eu não tinha a menor noção do significado daquilo. Tinha dezoito, dezenove anos, e o que a gente ouvia, na meia hora de almoço da fábrica, era um pessoal muito otimista, porque “o Exército ia resolver o problema”, mesmo sem saber precisamente o que era “o problema”. O que eu sei é que a credibilidade das Forças Armadas entre os trabalhadores era impressionante (Morais, 2021, online).

Evidentemente o Lula do final da ditadura que liderou as greves do ABC já não era este mostrado por Morais e o elemento decisivo para sua politização certamente foi o sindicato. Tal politização não o encaminhou para nenhuma opção mais radicalizada ou nenhuma organização clandestina,³⁶ mas sim para um outro tipo de oposição em que a violência armada não estava prevista. O caminho diferente tomado por Dilma na juventude certamente não a desqualifica enquanto política e antes do escândalo do mensalão um dos cotados para a sucessão, José Dirceu, também havia aderido à luta armada.

A resposta dada por Marcos Nobre, a de que o escândalo do Mensalão inviabilizou os quadros naturais do Partido dos Trabalhadores que disputavam a sucessão pode estar muito próxima da verdade, mas talvez não a contenha por completo. O argumento de que o fenômeno do mensalão alijou o PT de interferir mais no processo decisório talvez tenha jogado Lula precocemente na solidão do poder. Vejamos como Celso Rocha de Barros vê aquela situação:

³⁶ Conforme depoimento de seu biógrafo mais recente, Fernando Morais: “O irmão mais velho de Lula, Frei Chico, tentou várias vezes fazer com que Lula entrasse para o Partido Comunista. Tinha também uma oferta para trabalhar numa organização marxista secreta. Mas ele nunca quis isso. Lula disse que quem o quisesse ouvir deveria ir ao sindicato, que ele não falaria em segredo nas esquinas das ruas, mas sim em frente de milhares nos estádios” (Pieper, 2023, online). Mesmo depois da abertura política, Lula evitou qualquer afiliação. O jornalista Reinaldo Azevedo lembrou episódio célebre: “[...] Lula já deu essa mesmíssima resposta em 1982. Indagado num debate da TV Bandeirantes pelo pedetista Roger Ferreira (já morto) sobre sua ideologia — “comunista, socialista, trabalhista?” —, o então candidato ao governo de São Paulo mandou bala: “Sou torneiro-mecânico”. Os petistas foram ao delírio na plateia; aplaudiram entusiasticamente” (Azevedo, 2006, online).

Lula agora tinha uma base popular que não o abandonaria até o fim do mandato, nem por muito tempo depois disso. A oposição havia destruído as carreiras dos petistas que tinham mais condições de se impor ao presidente: em vez de mandá-lo isolado para a derrota, lhe deram a chance de vencer sozinho. Um ministro de Lula ouviu, do presidente de um instituto de pesquisa, que, após a queda de Dirceu e Palocci, a percepção popular da força de Lula cresceu. Na eleição para liderança do pt de 2005, o governo praticamente assumiu a condução do partido (Barros, 2022, p. 378).

Embora a relação entre Lula e o PT antes tenha sido algo como que simbiótica, a partir do mensalão o PT entra em descrédito e tal situação impõe a Lula atribuições que antes não conseguiria ter nem que as quisesse. Uma imagem de arquivo sacada por Petra, um pouco mais longamente no Peões de Eduardo Coutinho (2004) e no ABC da Greve de Leon Hirszman (1990) talvez possa nos mostrar o *modus operandi* com que Lula talvez tivesse operado até então. Uma multidão de operários espera afoita pelo seu discurso. A câmera alterna para esta e volta para ele. O sindicalista tem o cenho franzido e no momento em que injeta em seu organismo, via pulmões, uma dose de nicotina antes do momento esperado, Lula ouve o que tem a dizer colegas do palanque e sua fisionomia grave indica que calcula o que vai dizer aos grevistas que esperam ansiosos. A questão parece ser, décadas depois, tendo realizado dois mandatos presidenciais, com os quadros sucessórios inviabilizados por um escândalo de proporções avassaladoras, a quem Lula costumava escutar?³⁷ Ou o quão bem poderia escolher a quem indicar para a sucessão presidencial? Nesse caso, uma fala de Dilma em “Democracia...” pode ajudar a reforçar essa ideia: “Ele não fala, ele faz política de fato consumado.” O que sabemos foi como de fato escolheu, e com o prestígio que gozava não foi questionado, exceto pela crítica de Luiz Felipe de Alencastro (2009), apontando os riscos de uma aliança encabeçada por, Dilma, uma neófito linha dura e, Temer, uma raposa matreira.

Se Petra imprimiu nos seus questionamentos uma decepção, também mostrou no seu filme a decepção de outro setor social, captada em depoimentos de manifestantes vestidos de verde amarelo, cujo conteúdo remetia ao ressentimento com relação às cotas raciais, tratadas como “cotas racistas”, ou vão por outra direção: “[...] foi a grande decepção, porque era era um operário que poderia ter tornado esse país muito melhor e, fez um bom governo no primeiro e depois se perdeu pela corrupção que é a tônica no nosso país” (Democracia em Vertigem, 2019, min, 14: 31).

Sendo sincero ou não, o manifestante traz uma percepção a respeito das expectativas

³⁷ Em matérias como economia ou política externa sabe-se que Lula já contou e conta com interlocutores, como Delfim Netto, Luiz Gonzaga Belluzzo e Celso Amorim.

frustradas da parcela da população que pendulou para a direita. Historicamente, a política de cotas no Brasil foi implementada para buscar igualdade de acesso a vagas nas universidades e se espalhou para concursos públicos. Em detrimento das resistências iniciais, foram realizadas uma série de avaliações indicando que tais políticas foram um sucesso, nos termos de (Graça e Alfano, 2021). Entretanto, ainda que com as vantagens de acelerar a integração dos negros ao ensino superior e contribuir com o rompimento com a ideia de que o desenvolvimento de uma atividade profissional mais complexa não podia ser realizado por aqueles que não tiveram uma educação básica de qualidade, essa política não é universalizante.

A inclusão de negros e pobres foi encarada por setores da classe média como a perda de um antigo privilégio, argumento que o depoimento da manifestante entrevistada por Petra pode corroborar. Se por um lado, o termo “cotas racistas” (min, 14: 22) causa espécie a todos que foram convencidos pelos bons resultados das políticas de ações afirmativas, talvez o argumento de Castro Rocha, (2021) de que “Democracia...” não contemplou, de fato, a direita pode fazer sentido. O cobertor do lulismo, embora as ações afirmativas não integrem o tripé da noção cunhada por André Singer, estas floresceram nos governos petistas, parece não ter sido grande o bastante para aquecer também a classe média.

Já o depoimento que manifesta decepção com o segundo mandato de Lula, em “Democracia...”, frisando o fato de este ter sido operário, se encaminha na mesma direção. Mas talvez, nesse caso, o argumento de Castro Rocha não se aplique, de maneira que se Petra ainda não contempla os argumentos ao menos olha de soslaio para uma formulação que vem da direita, meio que disfarçada de argumento de esquerda e talvez incongruente com a realidade. Se nos lembrarmos bem do primeiro mandato de Lula, vamos encontrar uma reforma da Previdência (a mesma que sofreu a rebeldia de alguns deputados, os quais foram defenestrados do PT e formaram o Psol) e o escândalo do mensalão. Nesse sentido, o primeiro mandato de Lula não foi bom necessariamente por se tratar de um presidente que foi um operário, mas por ter realizado a estabilização da inflação, que vinha alta do segundo governo FHC, e já ter contado com crescimento do PIB e aumento do salário mínimo.

Nesse sentido, o filme da Brasil Paralelo minimiza o sucesso econômico dos governos Lula e concentra seu foco em argumentos muito caros aos ouvidos da nova direita que já estava bastante ativada, como a questão geopolítica do Foro de São Paulo e o próprio mensalão. Em “Impeachment...” a decepção não é apenas com a chegada do PT ao poder, é também com o fato de Fernando Collor de Mello ter sido impedido por conta de um Fiat Elba, com a “narrativa política” controlada pelo PT. Com a vitória de Lula, com o aparelhamento dos órgãos de Estado e com a incapacidade da “classe política” resistir ao então ex-presidente.

Se em termos econômicos Lula é poupado em seu primeiro mandato, o segundo já é visto, na peça da Brasil Paralelo, em termos de ganância e abandono da austeridade do período de FHC. Com a base do material sendo, inicialmente, entrevistas com pessoas alinhadas à direita, um ponto de vista que antes remetia às políticas defendidas pelo PSDB, naturalmente poderia se esperar mais as críticas às políticas do PT com base num ponto de vista econômico da ortodoxia liberal. Mas é notória a crença da Brasil Paralelo em que PT e PSDB estão inseridos numa mesma tradição, o que não é de todo falso, considerando que os dois partidos surgiram num contexto de abertura política e combatendo a ditadura que chegava aos seus estertores.

De fato PT e PSDB surgiram como formas de reativação de política democrática na fase de resistência à ditadura já na sua fase final. Ocorre que eliminado o inimigo em comum, a ditadura, quando o PSDB chegou ao poder com FHC, fez aliança com o PFL, o que reposicionou os tucanos mais à direita. Enquanto o PT permaneceu onde estava, nesse sentido gozando do status de oposição e se beneficiando da derrocada econômica à qual os tucanos conduziram o país no segundo mandato FHC, embora em seu primeiro mandato tenha estabilizado a inflação crônica que o país sofria, o que é sobrevalorizado no filme. Se considerarmos que o manifestante de direita, entrevistado por Petra Costa, manifestava descontentamento com Lula no seu segundo governo, encontramos paralelo com a a entrevista de Paulo Roberto de Almeida para o qual o final do segundo mandato de Lula já é de ganância. Diante de tais perspectivas talvez seja interessante atentar para o que nos traz Barros, (2022):

No primeiro mandato tucano, a dívida pública explodiu. Uma parte importante desse aumento foi causada pelos juros altíssimos do período, necessários para a manutenção da âncora cambial. Os juros incidiram sobre a dívida do governo, que passou a ser muito mais cara de manter. Quando Lula assumiu a presidência, a relação dívida/pib era de quase 60%, o que era ruim, e continuava crescendo, o que era pior. Por isso, o superávit necessário para conter o aumento da dívida precisava ser alto. [...] Naquele momento, havia consenso razoável sobre isso. “Os credores não estavam querendo rolar nossa dívida”, lembra Guido Mantega, economista histórico do pt que assumiu o Ministério do Planejamento. O que heterodoxos como Mantega, Nelson Barbosa e Aloizio Mercadante propunham era manter a meta de superávit do governo fhc (3,75%). Palocci aumentou a meta para 4,25%. O número adotado era, como prometia a “Carta ao povo brasileiro”, o necessário para reduzir a relação dívida/pib. [...] Esse objetivo foi alcançado com grande sucesso: os dois governos Lula reduziram a relação dívida/pib do Brasil em um terço (de quase 60% do pib em 2002 para quase 40% em 2010). 20 A crise de confiança gerada pela eleição de Lula passou: no final de 2003, o risco Brasil era um terço do que era no começo do ano. Em agosto de 2004, os juros já haviam caído de 25% para 16%. O dólar caiu para R\$ 2,88, depois de ter chegado a R\$ 4,00 durante a campanha. (Barros,

2022, p. 325-326).

Se Barros estiver correto as conquistas do governo FHC não são tão viçosas assim e o trabalho da equipe montada por Lula é realmente digno de mérito, mérito não reconhecido em “Impeachment...”. Considerando que a produtora considera PT e PSDB como faces da mesma moeda, o único momento em que um intelectual simpático aos tucanos possa ser ouvido é apenas quando faz críticas rasas ao âmbito econômico dos governos petistas. Com relação ao governo Dilma, as críticas mais contundentes provêm da esquerda.

Dilma, dentro e fora do poder

Em “Democracia...” a vitória de Dilma em 2010 é comemorada em grande estilo com a exibição de imagens de arquivo pessoal. Petra Costa também utiliza muitas imagens de bastidores e oficiais atravessando a rampa ao lado de Lula, acompanhado de dona Marisa, e do vice Michel Temer. A documentarista chama atenção, em especial, para a maneira como o vice tenta não ficar mal posicionado nas fotos. As imagens selecionadas são muito eficazes em construir a sensação de que existe um desconforto no ar. A voz off do documentário é eloquente:

Hoje percebo que o entusiasmo de ter eleito nossa primeira presidente mulher me cegou para outra coisa que acontece nessa cena. O precipício entre Dilma e seu tenso vice-presidente. Temer à direita, tem seus gestos controlados como se estivesse dentro de uma caixa. Ele entrelaça os dedos e puxa as mãos, como se quisesse separá-las. Foi um casamento arranjado. Dilma, que nunca havia se candidatado, precisava ainda mais do que Lula da aliança com o PMDB pra governar. A condição do PMDB era que Temer, um político conservador e líder do partido, fosse o vice-presidente. Quando perguntado sobre a aliança, Lula disse que se Jesus viesse pro Brasil, teria que fazer aliança até com Judas. Quem mais imaginava que esse homem que deu toda essa volta pra aparecer na foto, cinco anos depois, ia querer sair na foto sem ela (Democracia em Vertigem, 2019, min, 23: 15 - 24: 52)?

A menção ao símbolo bíblico da traição, atribuída a Lula, à posteriori pode trazer o efeito de lhe atribuir dom profético, mas lembremos que a pergunta de Petra pode ser respondida de chofre com o nome de um historiador: Luiz Felipe de Alencastro.

Ainda acompanhando a narração de Petra, esta relembra que Dilma em seu primeiro mandato, ancorada em sua própria popularidade, arriscou romper com o estilo da conciliação lulista: “[...] ela tirou cargos importantes do PMDB e forçou os bancos a reduzir a taxa de juros.” Mas, com a perda de força da economia, os protestos desestabilizaram o apoio popular.

Em um nível muito pessoal, Petra leva sua mãe para conhecer Dilma Rousseff e pergunta a Marília Andrade:

Mãe, como que você se sentiu quando ela foi eleita, ou escolhida? [É uma filmagem dentro de um carro em movimento] Eu senti... uma identidade. Cada vez maior, porque... mulher, mineira, militante... Em épocas diferentes, estudamos nas mesmas escolas. E fomos presas, no mesmo presídio, Tiradentes. eu por menos tempo, claro. E, acima de tudo, ela, lá por mim, sem eu ter o ônus de aguentar tudo que ela ia aguentar (Democracia em Vertigem, 2019, min, 19: 00 - 19: 49).

Outra imagem, também maternal, de Dilma é encontrada num grampo, cujo áudio é trazido “Excelentíssimos” por Douglas Duarte: Tem problemas? Tem. Mas nós temos que ter em conta que a Dilma é a nossa presidenta. É que nem a mãe da gente: faz comida, a gente não gosta mas come, caralho [Deixar o caralho ou tirar o caralho?] (Excelentíssimos, 2019). Em “Excelentíssimos” Duarte também faz questão de enfatizar, com uma fala da própria Dilma, que esta não está resignada.

Outro momento tratado com muito cuidado por Petra Costa, é referente ao discurso de Dilma no Senado. Petra lança mão do uso de close-ups e de uma trilha sonora acentuam a coragem hombridade de Dilma, mesmo sabendo que jogava um jogo de cartas marcadas, fez questão de manter sua presença e não baixar a cabeça. O mesmo discurso também foi explorado por Maria Augusta Ramos, a tônica acentuada é a de Dilma já ter enfrentado situações como a tortura e a doença e que naquele momento enfrentava a mentira e a calúnia.

Em “Impeachment...” a crítica à política econômica implementada por Dilma vem amparada pelo viés da ortodoxia liberal:

[A] Madame Pasadena [...] que finalmente destruiu a economia do Brasil por uma série de políticas econômicas erradas que combinam esse stalinismo industrial, com fechamento do mercado, com keynesianismo de botequim, [...] conseguiram gastar mais e fazer menos investimento. Infelizmente o BNDES que importou 200 ou trezentos bilhões de reais do tesouro, muita coisa feita inclusive ilegalmente, com maquiagem contábil [...] ele conseguiu produzir uma queda na taxa de investimento e uma perda do dinamismo e da competitividade externa brasileira [...] (Brasil Paralelo, 2017, grifo nosso).

Também se organiza uma rodada com entrevistados batendo na tecla da maquiagem contábil, uma das pedras de toque dos partidários do impeachment.

Ora Dilma é considerada como mãe, uma mãe modelo para outras mães e uma mãe que pode causar indigestão. A mãe também se converte em guerreira que não se resigna

diante da injustiça e mantém o dedo em riste diante daqueles que cometem injustiças. Pela direita é a responsável pela tragédia que se abateu sobre o país, emitindo decretos de crédito suplementar e realizando pedaladas, e vai pagar o “pato”.

* * *

Sobre a afirmação de Petra a respeito de Dilma romper com a conciliação lulista, talvez seja necessário questionarmos o quanto e em quais momentos esta foi conciliadora. É inegável que os dois governos de Lula foram baseados em um modelo que talvez Dilma não conseguisse reproduzir. O Brasil atravessou relativamente protegido a crise do subprime de 2008, mas os efeitos de longo prazo que esta trouxera forçaram a equipe de Dilma a manter a economia aquecida, talvez até demais. Nesse sentido, temos as seguintes opções: o esgotamento do social desenvolvimentismo dos governos Lula, como apontou Nobre (2013); ou o conservadorismo do empresariado apontado por Singer (2019), tentando explicar como os empresários, mesmo estando recebendo incentivos, não apostaram na proposta do governo; e a explicação de Limongi (2023) a respeito dos motivos do presidencialismo de coalizão ter deixado de funcionar. Em cada uma dessas opções interpretativas do que aconteceu nos governos petistas, o estilo político e a personalidade atribuída a Dilma têm determinado peso.

No início do primeiro mandato, enquanto Dilma gozava de altíssima popularidade, as coisas caminharam bem. As diferenças de personalidade não foram problema. Mas na segunda metade deste e depois das eleições de 2014 este nível pode ter desempenhado influência sensível. André Singer tratou da situação nos seguintes termos:

Tendo rompido com a esquerda na economia, Dilma não tinha base para brigar com a direita na política. Sabe-se pela biografia da presidente que foi uma heroína da resistência à ditadura militar. Presa e torturada, nada falou. Talvez isso tenha reforçado a conduta “quebro, mas não dobro”, que caracterizou a sua recusa em compor com o pemedebismo. Lula se baseia no lema oposto: “dobro, mas não quebro”. São duas orientações antitéticas, ambas necessárias à ação política, mas que impulsionam tendências distintas em cada conjuntura. A primeira privilegia a efetividade. A segunda finca pé nos princípios, [...] (Singer, 2018, online).

Embora Singer tenha utilizado figuras de linguagem para se referir a diferenças de personalidade entre Lula e Dilma, talvez devamos sustentar que, principalmente para Dilma, talvez a figura não valha. Nesse sentido vale trazer uma informação dada por Luiz Makloun de Carvalho sobre o período em que Dilma esteve presa sob o poder dos militares:

Dilma tinha encontros regulares com Natael Custódio Barbosa, que participara das greves operárias de 1968 em Osasco. “Dilma era uma companheira muito séria e dedicada, que acreditava no que estava fazendo”, disse-me Barbosa na sua casa, em Londrina, onde é caminhoneiro e vive com a mulher e três filhos. No final de janeiro de 1970, Barbosa foi ao encontro que haviam marcado, às cinco da tarde, na movimentada rua 12 de Outubro, na Lapa. Ele vinha numa calçada, do lado oposto e em sentido contrário ao que ela deveria vir. Quando a viu, de braços cruzados, atravessou a rua, passou por ela sem dizer nada, andou uns vinte passos e, sem desconfiar de nada, voltou. “Voltei, encostei do lado dela e perguntei se estava tudo bem”, contou Barbosa, emocionadíssimo. “Ela fez aquela cara de desespero e eles caíram imediatamente em cima de mim, já me batendo, dando coronhadas e me levando para o camburão, e depois para a oban.” E prosseguiu: “Nunca mais a vi. Ela me entregou porque foi muito torturada, e eu entendo isso. Acho que me escolheu porque eu era da base operária, não conhecia liderança nenhuma da organização e não tinha como aumentar o prejuízo” (Carvalho, 2010, p. 136).

Evidentemente não se trata de questionar o caráter de alguém que sofreu tortura e sevícias como já ocorreu com Dilma aos 19 anos, como o fez o então senador Agripino Maia em 2008³⁸. Mas a questão é a de que o lema “quebro, mas não dobro” talvez não se aplique à Dilma guerrilheira nem à que presidiu o país, uma vez que, em prejuízo da fama de inflexível, Dilma também transigiu em negociações para tentar evitar o impeachment, como ainda veremos.

No nível psicanalítico, Tales Ab’Saber constrói uma imagem de Dilma Rousseff capaz de nos ajudar de amarrar algumas pontas:

A mãe do PAC , de Lula, deveria tornar-se, por seu próprio desejo, uma arcaizante mãe de todos , o que ela só conseguiu expressar frente a sua própria equipe, com muitos desencontros. E esta era uma fórmula política e psíquica muito primitiva, apenas inviável em uma democracia plena de forças contraditórias. O contraste absoluto com o mundo do tipo de controle da política por sedução , próprio de Lula, é realmente espantoso, nos levando

³⁸ Na ocasião, a então ministra da Casa Civil fora convocada no Senado para falar sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), mas parlamentares próximos ao PSDB tinham uma preocupação sobre um suposto documento sobre os gastos de Fernando Henrique Cardoso: “O senador José Agripino Maia (DEM-RN) citou que a ministra mentiu durante a ditadura e disse que teme, por conta da formação de um suposto dossiê contra o ex-presidente Fernando Henrique pelo governo, que o Brasil volte ao “regime de exceção”.

“(…) Me tocou muito uma entrevista que a senhora disse que mentia muito para sobreviver no regime de exceção. O que quero dizer com isso tudo é que tenho medo de voltarmos ao regime de exceção. O dossiê é a volta do estado de exceção. É o uso do estado para encostar pessoas na parede (...) Queremos saber se o dossiê existe, quem mandou fazer, e para que foi feito”, disse o senador democrata.

Ao responder ao senador, a ministra Dilma disse se orgulhar de ter mentido na época da ditadura. “Qualquer comparação entre ditadura e democracia, só pode partir de quem não dá valor à democracia brasileira. Eu tinha 19 anos e fiquei três anos na cadeia e qualquer pessoa que ousar dizer a verdade a seus torturadores pode colocar a vida de seus pares em risco (...) Eu me orgulho de ter mentido. Mentir na tortura não é fácil.” (G1, 2008, online).

a pergunta se alguma vez houve de fato algo em comum entre estes dois, homem e mulher, políticos de esquerda. Teria o impulso obsessivo e controlador de Dilma Rousseff, de tecnocrata e matriarca, um dia servido à organização psíquica da própria dispersão do homem político verdadeiro que foi Lula – em uma reedição da imago de Dona Lindu – e, deste modo, ele pensou que ela faria tão bem ao Brasil quanto fez a ele, pessoalmente? É difícil, até mesmo para um analista, acreditarmos que motivos psicanalíticos tão prosaicos e tradicionais possam ter tamanho impacto público e histórico (Ab’Saber, 2016, p.19).

A imagem da figura matriarcal que mantém a casa em ordem talvez se combine bem com a representação construída por Petra. A identificação nutrida por sua mãe é a de referência e até mais, de alguém que sofreu no seu lugar pelos tormentos que Marília não passou. A imagem utilizada em “Democracia...” da jovem Dilma com a cabeça erguida enquanto os militares que a torturaram escondem o rosto acaba por reforçar a imagem utilizada por Singer, “quebro, mas não dobro”. Dilma parece nutrir a imagem da matriarca controladora que mantém a casa em ordem, como foi mostrada por Duarte, “a mãe da gente”. Mas talvez a fama de mãe durona não tenha sido os únicos quesitos para ser considerada para uma função que viria a incidir na vida de tanta gente.

Os contrastes entre Lula e Dilma são gritantes e a utilização de explicações amparadas em motivo límbico para explicar a escolha de Dilma para a sua sucessão só podem ser incompletas. Desde a escolha anterior, para as Minas e Energia, o critério técnico estava presente. Dilma havia sido indicada por Olívio Dutra, segundo o qual, para Lula Dilma tinha uma visão articulada da área: “Ela com o laptop dela está tudo organizado ali. Tem inúmeros elementos quadros”. Da área do setor energético, não da casa. A personalidade forte foi outro elemento que pode ter ajudado, considerando que “Lula reforçou sua convicção” [...] na ocasião em que Dilma fez o senador José Agripino passar por uma descompostura pública, na Comissão de Infraestrutura (Carvalho, 2011, p. 156; 167).

Outro elemento apontado por Carvalho é que Dilma saiu na frente em alguns quesitos entre os nomes que estavam à sua disposição:

Os nomes de que Lula dispunha para jogar no tabuleiro sucessório cabiam nos dedos da sua mão. Todos eram ministros e do pt: Marta Suplicy, do Turismo, Tarso Genro, da Justiça, Fernando Haddad, da Educação, e Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social. Cada qual tinha sua cota de virtudes e problemas. Marta é mulher e é conhecida nacionalmente, mas foi derrotada por José Serra na eleição para a prefeitura de São Paulo. Tarso foi responsável pela implantação de um dos programas vitoriosos do governo, o ProUni, e assumiu a presidência do pt e pacificou o partido num momento de grande perigo, a crise do mensalão. Mas está à esquerda de Lula e lidera uma das tendências minoritárias do pt. Haddad é jovem, operoso e não tem

imagem de político. Mas nunca disputou eleição, não tem trânsito junto ao empresariado nem proximidade com o presidente, além de não dispor de apoio na base principal do pt, São Paulo. Patrus Ananias é sério, mas seu trabalho no governo não deslanchou e é desconhecido fora de Minas Gerais (Carvalho, 2011, p. 166).

E mais, ainda conforme Carvalho (2011) Dilma, nas Minas e Energia, também se aproximou de Dirceu e Palocci, este último chegou a ocupar a Fazenda no seu primeiro governo, tendo caído, sido acusado de enriquecimento ilícito³⁹. Além da postura de mãe durona que organiza a casa e aguenta o tranco, o pacote ainda se completava com a capacidade de fazer boas relações, colocando Dilma em vantagem em relação a Marta Suplicy, Tarso Genro, Fernando Haddad e Patrus Ananias.

A economia no primeiro mandato de Dilma

Petra Costa se referiu a erros econômicos e evidentemente não fazia parte da sua proposta explicitar quais foram tais erros embora algumas pistas apareçam no decorrer do filme. Vamos recorrer a André Singer (2018) para esboçar, em termos de economia, as questões mais prementes do primeiro mandato presidencial de Dilma Rousseff.

Em termos de economia, Singer caracteriza o programa do governo Dilma como desenvolvimentista. O programa foi chamado por Guido Mantega, Ministro da Fazenda, de “nova matriz econômica”. Singer considera que o programa seja desenvolvimentista por entendê-lo como uma aposta numa industrialização integral, planejada pelo Estado, no que compete à escolha dos setores a serem estimulados, nos instrumentos utilizados para tal estímulo e com aportes financeiros onde a iniciativa privada for incipiente. O desenvolvimentismo aqui é uma intervenção, o caminho oposto ao liberalismo (Singer, 2018, online).

Logo no início do governo a crise financeira, um desdobramento de 2008, atinge com força os países europeus. Aqui Singer sintetiza bem essa conjuntura:

[...] no inverno de 2011 a segunda fase da crise financeira planetária interrompeu a rotina de Dilma. Entre 4 e 5 de agosto, mercados ao redor do globo reviveram a turbulência de 2008. Fuga em massa para títulos norte-americanos e alemães, rebaixamento da dívida pública dos Estados

³⁹ Antonio Palocci, já havia sido deputado federal, prefeito de Ribeirão Preto e ministro da Fazenda do governo Lula. Cargo do qual caiu no governo Lula por acusações de corrupção e a quebra de sigilo bancário do caseiro Francenildo. Em 2010, ressurgiu como coordenador de campanha vitoriosa de Dilma Rousseff com perspectiva de ocupar a Casa Civil. Porém, Palocci não conseguiu explicar depósitos para lá de vultosos em sua conta bancária (Bronzatto e Coutinho, 2015, online).

Unidos pela Standard & Poor's, pânico nas principais bolsas e mesas de operação financeira. Dessa vez, contudo, o epicentro saiu de Wall Street, indo parar no continente europeu. Sucederam-se ataques às moedas da Itália, da Espanha e até da França, “alvo dos especuladores financeiros em função de indicadores pouco sólidos para o mercado”. [...] As nações europeias credoras, lideradas pela Alemanha, desenharam e impuseram conduta recessiva aos devedores, em particular Grécia, Portugal, Espanha, Itália e Irlanda, provocando redução geral e prolongada das atividades na zona do euro. Como resultado, em 2017 a região ainda tinha produto menor que o de 2008. A vaga contracionista acabou por contaminar o resto do mundo, e em 2012 a China também viu declinar as suas taxas de expansão. O crescimento mundial cai de 4,1% em média ao ano entre 2000-8 para 2,9%, em média, de 2009 a 2014.¹⁶ A exemplo do que havia feito em 2008, o Brasil procurou sustentar o ritmo local, apesar da retração generalizada. Cálculos mostravam que, para continuar o reformismo fraco vigente desde 2003, era preciso que o PIB crescesse cerca de 5% ao ano.¹⁷ Foi aí que se abriu a oportunidade para a nova matriz, que vinha sendo preparada desde a substituição de Henrique Meirelles por Alexandre Tombini à frente do Banco Central (BC) em novembro de 2010 (Singer, 2018, online).

O governo viu então ocasião para implantar a nova matriz econômica que já vinha sendo preparada. Se trata de um conjunto de medidas anticíclicas, as quais vamos apenas elencar: 1) Redução de juros; 2) uso intensivo do BNDES; 3) Política industrial (Plano Brasil Maior); 4) Desonerações; 5) Plano para Infraestrutura; 6) Reforma do Setor Elétrico; 7) Desvalorização do Real⁴⁰; 8) Controle de capitais; 9) Proteção ao produto nacional.

Em que se tenha havido algumas críticas bastante ponderáveis a respeito das medidas, continuando com Singer, estas colocaram o governo Dilma em linha de colisão com um adversário forte, o mercado financeiro: “[...] no contexto do pacto conservador lulista, a nova matriz implicava comprar brigas inéditas, uma vez que confrontava o poderoso setor financeiro para manter o crescimento e obter a reindustrialização” (Singer, 2018, online).

A queda de braço foi realizada publicamente. Considerando que confrontos diretos não eram o estilo do antecessor no Planalto, Lula, o estilo de Dilma era uma novidade. Em fevereiro de 2012 um o Ministério da Fazenda soltou um boletim que criticava os spreads bancários no Brasil em relação a outras economias. Duas semanas depois, o presidente do BC, Alexandre Tombini voltou a atacar os spreads no Senado. Mais 15 dias e foi a vez de Mantega caracterizar os spreads como absurdos e avisou que iria acionar os bancos públicos para diminuir seus spreads. Foi o que fez o Banco do Brasil e na semana seguinte a Caixa

⁴⁰ Luiz Carlos Bresser-Pereira é um dos economistas que identificou um fenômeno conhecido como doença holandesa: “[...] é uma sobrepreciação de longo prazo da taxa de câmbio causada pela exportação de commodities que, devido a rendas ricardianas ou diferenciais e/ou a um boom de preços das commodities, podem ser exportadas com lucro a uma taxa de câmbio substancialmente substancialmente mais apreciada do que aquela que torna competitivas as empresas industriais que utilizam tecnologia no estado da arte mundial (Bresser-Pereira, 2018, p. 47).

econômica. A própria Dilma entrou no combate em pronunciamento de rádio e TV (Singer, 2018, online).

A situação ficou tão favorável para o governo de maneira que este conseguiu até mexer na remuneração da poupança sem desgaste. Nos termos de Singer:

O ambiente geral se encontrava igualmente favorável. O bom desempenho petista nos pleitos municipais fazia crer que a travessia dirigida por Dilma ia de vento em popa. O Planalto preparou-se, então, para encerrar 2012 com chave de ouro: atender à indústria reduzindo o preço da eletricidade e, ao mesmo tempo, fazer um gesto aos setores populares, ao baixar a conta de luz. Parecia o fecho adequado para um ano de vitória da coalizão industrial-trabalhista (Singer, 2018, online).

Da mesma maneira que um ambiente favorável parece ter se instaurado para as políticas desenvolvimentistas, sua inviabilização veio rápido, conforme a descrição de Singer:

No mesmo momento em que se colocava na coroa a joia do setor elétrico reformado, rompia-se a base fundamental do experimento. Em resposta à subida de preços em janeiro, o presidente do BC, em conversa com a jornalista Miriam Leitão, em 7 de fevereiro, deixa escapar que a inflação estava “mostrando uma resiliência forte” e que a situação não era “confortável”. Foi o suficiente para que os investidores passassem a apostar na alta dos juros, o que significava demolir a viga mestra da construção desenvolvimentista. Usar a política monetária para segurar a inflação — senha da direção neoliberal —, justamente quando a redução de custos ao tomador se completava, significava desmontar o que fora recém-concluído (singer, 2018, online).

De imediato, 24 horas após a entrevista de Tombini, Mantega tentou tranquilizar o clima alegando que não havia motivo para preocupações. Dilma se posicionou a seu lado, manifestando, durante viagem à África do Sul, sua desaprovação a respeito de políticas de combate à inflação baseadas em controle do crescimento econômico. “Mas, diante da reação no Brasil do mercado financeiro, o qual entendeu [...] que a presidente queria manter baixa a Selic, Rousseff foi obrigada a se desmentir ainda no exterior. [...] correntes invisíveis tinham reordenado forças submersas, e [...] o ensaio começava a naufragar (Singer, 2018, online).

A alta de juros que o Banco Central iniciou no período só veio a cair em outubro de 2016. Em 2013 os níveis de emprego e salário foram mantidos, com o PIB tendo crescido 3%, mas uma onda recessiva se instalara. Nos termos de Singer:

A nova matriz tinha perdido momentum, e a estridência dos ataques ao ativismo estatal por parte de bancos estrangeiros, de agências de risco, de

instituições internacionais de controle econômico, de corporações multinacionais e de múltiplas vozes nos meios de comunicação de massa brasileiros criava o clima necessário para forçar um ajuste recessivo (Singer, 2018, online).

Um ataque muito significativo talvez tenha vindo pela pena de Henrique Meirelles, condenando o abandono do tripé macroeconômico, inflação controlada com juros elevados, superávit primário e câmbio flutuante. Mas: “A mais eficiente pressão em favor do choque neoliberal veio, contudo, de onde menos se esperava. O empresariado industrial, à medida que a política a seu favor ia sendo aplicada, mostrava-se paradoxalmente refratário ao programa governamental. Como explicar o enigma” (Singer, 2018, online)?

O questionamento é muito significativo para se entender o que aconteceu com o país. Como diante de um programa de reindustrialização o empresariado, também beneficiário, retira seu apoio do governo e salta do barco. Perseguindo a resposta, Singer retoma seu constructo, apresentado em (Singer, 2012), formulado para definir as políticas implementadas nos dois primeiros mandatos petistas, o lulismo:

Para dar conta das articulações de classe que caracterizariam o lulismo, formulei um esquema segundo o qual, ao longo dos mandatos de Lula, teriam atuado duas coalizões contrapostas, a “rentista” e a “produtivista”. A rentista reuniria o capital financeiro e a classe média tradicional, enquanto a produtivista seria composta dos empresários industriais associados à fração organizada da classe trabalhadora. Pairando sobre ambas, com suporte no subproletariado, o governo lulista arbitraria os conflitos de acordo com a correlação de forças, ora dando ganho de causa a uma, ora à coalizão concorrente (Singer, 2018, online, grifos nossos).

O autor ainda sublinha que, nesse arranjo, a coalizão rentista, com maior simpatia pelo PSDB, não permitiria a saída do neoliberalismo nem do espectro geopolítico de influência dos Estados Unidos. Já, a coalizão produtivista primária por aceleração da intervenção do Estado no caminho da reindustrialização e de uma veloz distribuição de renda. O PT permaneceu como partido do movimento sindical e do subproletariado (Singer, 2018, online).

No primeiro semestre de 2011 Singer assinala que fora assinado um acordo ratificando: “[...] o pacto entre industriais e trabalhadores [envolvendo] Fiesp, pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), pela Força Sindical, pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo” (Singer, 2018, online). Na ocasião, o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, o presidente da Cut, Arthur Henrique, e o presidente da Força Sindical, Paulinho da Força, publicaram artigo em conjunto na Folha de São Paulo:

O Brasil atravessa um grande momento econômico e social. Os bons indicadores da economia e o volume de investimentos públicos e privados previstos colocam o país em condições de aprofundar o seu processo de desenvolvimento.

Resultado de uma política que articulou estabilidade financeira, fortalecimento do mercado interno e compatibilização entre crescimento e distribuição de renda, o cenário atual aponta para uma curva mais estável de crescimento.

A acertada decisão de estimular o mercado interno criou um novo dinamismo econômico. Isso se deu, entre outros fatores, pela valorização do salário mínimo, pela universalização de programas como Bolsa Família e Pronaf (agricultura familiar) nas áreas mais pobres e pela ampliação da disponibilidade de crédito. Essas medidas, associadas a uma retomada dos investimentos públicos, renovaram o fôlego de nossa economia.

Entretanto, alguns indicadores recentes apontam para o precoce encolhimento da participação da indústria de transformação no nosso PIB: de 27% em meados dos anos 80 para 16% atualmente.

O déficit comercial do setor de manufaturados deverá atingir a cifra de US\$ 100 bilhões em 2011. À crescente reprimarização da pauta de exportação soma-se o processo de substituição da produção doméstica por produtos e insumos industriais importados e a expressiva queda do conteúdo nacional na produção. Ou seja, acendeu-se uma luz amarela para a indústria brasileira. As consequências desse processo são ainda imprevisíveis.

O Brasil, com sua legítima aspiração de assumir um papel de liderança global, não pode abrir mão de uma indústria forte (Folha de São Paulo, 2011, online, grifo nosso).

O texto mostra, inequivocamente, que havia confiança nas políticas adotadas pelo governo, apoio ao estímulo do mercado interno, preocupação com a desindustrialização crescente, combinada com a necessidade do fortalecimento da indústria. Isso num texto assinado pelo presidente da principal federação de empresas do país e de órgãos sindicais. Tinha-se um pacto.

Seguindo o relato de Singer, em conformidade com a implantação de políticas que beneficiassem uma coalizão capital/trabalho, os industriais se afastaram. Redução das taxas de juros, diminuição dos spreads bancários, crédito facilitado, aumento do IOF sobre entrada de capital estrangeiro, desonerações tributárias e adoção de conteúdo nacional, foram medidas que não geraram adesão do empresariado (Singer 2011, online).

Os sinais mandados pelos empresários a partir de 2012 iam no sentido contrário às políticas do governo:

- dezembro de 2012: no encontro anual da CNI se lança um documento pedindo a flexibilização da CLT;
- abril de 2013: a Fiesp divulgou estudo mostrando ser viável para o empresariado brasileiro instalarem linhas de montagem no Paraguai;

- junho de 2013: Paulo Skaf aproveitou a eclosão das manifestações para fazer coro a um “grito por renovação” (Singer, 2018, online) .

Em termos econômicos, o primeiro mandato de Dilma terminava:

Com a adesão dos industriais, do agronegócio, do comércio e dos serviços às propostas do setor financeiro, completou-se a unidade capitalista em torno do corte de gastos públicos, da queda no valor do trabalho e da diminuição da proteção aos trabalhadores [...] Enquanto Dilma realizava, por cima, o ideário desenvolvimentista, a burguesia industrial lhe tirava o chão por baixo (Singer, 2018, online).

Se na seara econômica, a qual Petra Costa se referiu em seu filme com a expressão “erros na economia” e a Brasil Paralelo utilizou o termo “keynesianismo de botequim”. Evidentemente não se trata de afirmar qual dos filmes têm mais ou menos razão, ou sequer razão alguma. O crucial no caso está em refletir sobre os motivos de a burguesia produtiva ter cedido aos motes da burguesia rentista. Singer elenca vários elementos que podem contribuir para a compreensão das atitudes dos industriais: 1) imbricação entre produção e rentismo; 2) Fator ideológico; 3) Luta de classes; e a 4) Dimensão externa (Singer, 2018, online).

Cada um destes elementos acima pode ter contribuído para o deslocamento dos industriais em prejuízo do governo. Nas suas conclusões Singer afirma que:

Se observarmos as quatro causas, veremos que são complementares. O fato de a camada industrial ter ao mesmo tempo um lado rentista a faz mais sensível à ideologia neoliberal, apesar de tal orientação objetivamente prejudicar as atividades produtivas. O mesmo se aplica ao aguçamento da luta de classes: torna mais sedutores aos industriais os argumentos do setor financeiro. A pluralidade de camadas empresariais prejudicadas — externas e internas, rentistas e produtivas — no período do ensaio desenvolvimentista explica a reação unificada contra ele. As mudanças na conjuntura internacional podem ter aguçado e consolidado a frente única antidesenvolvimentista. É possível que o estilo pessoal de Dilma tenha contribuído para consolidar a frente única antidesenvolvimentista. Por exemplo, ao longo de 2011 e 2012, a presidente em pessoa teria se dedicado ao microgerenciamento de projetos de ferrovias e rodovias envolvidos no Programa de Investimentos em Logística (PIL). Desejava garantir que as concessões a serem realizadas por meio de parcerias público-privadas não resultassem em privatização. Ao mesmo tempo, pretendia que houvesse limitação do lucro, por meio da chamada “modicidade tarifária”. Princípios semelhantes foram aplicados para impor tetos de ganho às empresas envolvidas na produção de energia elétrica, quando se decidiu reordenar o setor em 2012, conforme descrito anteriormente. Nos dois casos, a mandatária incomodou interesses produtivos, enquanto em outra frente a batalha do spread motivava crescente hostilidade do setor financeiro (Singer, 2018, online).

Devemos notar que em “Democracia...” encontramos num depoimento do então deputado Jean Wyllys uma menção a Singer (Singer, 2015) quando afirma que Dilma caiu por ter “cutucado onças com varas curtas”, formulação que o cientista político altera em (Singer 2018) para cutucando onças com bases curtas. No seu entender, o programa desenvolvimentista do governo foi gestado em consonância com os anseios dos empresários, mas o governo não teve bases para mantê-lo. A menção ao “estilo pessoal de Dilma” que entra no cômputo geral do naufrágio econômico talvez o valha menos na seara política.

A política no primeiro mandato de Dilma

No campo da política vamos seguir o caminho proposto por Fernando Limongi (2023) em “Operação Impeachment”. Nessa área, a primeira turbulência do governo Dilma levou à queda de Antônio Palocci. O chefe da Casa Civil de Dilma durou cerca de 6 meses no poder, tendo sido acusado de enriquecimento ilícito e não revelado a lista dos seus clientes pagadores de mais que polpudos honorários. Limongi vê na queda de Palocci fogo amigo. Os sinais parecem claros, considerando que o único que saiu em sua defesa foi o antecessor de Dilma: “Ao tomar conhecimento do escândalo, arrumou as malas e partiu para Brasília. Antes de embarcar declarou: ‘Estão testando o governo Dilma. Quiseram me intrigar com ela e não conseguiram. Agora se o governo entregar a cabeça do Palocci, vai cometer um grande erro’” (Limongi, 2023, p. 19).

Limongi ainda observa que o PT lavou suas mãos, o assunto Palocci era do governo. Para substituí-lo, Dilma escolheu Gleisi Hoffmann, não aceitando os indicados nem de Lula nem do PT. E foi apenas o começo:

Denúncias e escândalos levaram de roldão outros tantos ministros herdados da administração anterior. No início do segundo semestre, saíram Alfredo Nascimento (PR - AM), ministro dos Transportes, Nelson Jobim (PMDB-RS) da Defesa, Wagner Rossi (PMDB-SP), da Agricultura. Destes, apenas Jobim não saiu em razão de delações de corrupção. Em meados de setembro foi a vez do ministro do Turismo, Pedro Novais (PMDB-MA). Antes do término do ano, depois de uma pequena calmaria, a “faxina ministerial” fez novas vítimas: Orlando Silva, afiliado ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), ministro do Esporte, final de outubro, e Carlos Lupi, do Partido Democrático Trabalhista (PDT-RJ), ministro do Trabalho, no início de dezembro. A faxina não respeitou ideologias. Meter-se não era benefício dos partidos fisiológicos. Em todos os casos, chamou a atenção a intervenção rápida e decidida de Dilma, uma indicação de que não estava disposta a passar a mão na cabeça de quem criasse problemas (Limongi, 2023, p. 21).

A atitude transmitiu imagem positiva e Dilma fechou seu primeiro ano de mandato recebendo elogios da oposição e com alta popularidade. A faxina ministerial foi um indicativo de como Dilma viria a operar.

Prosseguindo com Limongi, Dilma também não consultou ninguém para a substituição, na presidência da Petrobras, de Sérgio Gabrielli por Graça Foster, ligada à presidente. Na sua gestão de Foster: “[...] os diretores herdados da administração anterior foram substituídos. “[...] ela não ouviu os partidos aliados ao fazer as nomeações (Limongi, 2023, p. 24).

Entre os defenestrados encontramos nomes como Paulo Roberto Costa, Renato Duque e Jorge Zelada. Entre os diretores que foram ameaçados, mas continuaram no cargo encontramos Sérgio Machado. As trocas são muito significativas:

Para entender os conflitos entre Dilma e o PMDB, vale dar nome aos bois. O diretor da área internacional, Jorge Zelada, representava o PMDB da Câmara e, em última instância, respondia a Eduardo Cunha. O presidente da Transpetro devia ser cargo ao PMDB do Senado, mais especificamente, a Renan Calheiros (PMDB-AL). As duas bancadas do partido, a da Câmara e a do Senado tinham uma longa história de desavenças e conflitos. Por ora, basta reter que Dilma não comprou briga com Renan e sim com Cunha, briga que, como se sabe, lhe renderia muitos problemas. [...] O PT, mais do que qualquer partido, foi o mais afetado, o que mais perdeu com a reformulação da estatal (Limongi, 2023, p. 25).

O caso da refinaria de Pasadena, referida em “Impeachment...” como “Madame Pasadena”, pela voz do diplomata Paulo Roberto de Almeida, se tornou ocasião emblemática em que Eduardo Cunha demonstrou seu *modus operandi*. Limongi sintetiza as circunstâncias em que a refinaria fora comprada:

Em 19 de março de 2014, a compra da refinaria de Pasadena, no Texas, foi manchete Brasil afora. Uma crise que, no limite, poderia abalar a República. O jornal O Estado de S. Paulo publicou documentos que atestavam que, em 2006, Dilma Rousseff, então presidente do Conselho de Administração da Petrobrás, havia autorizado a compra da refinaria, um negócio injustificável. [...] Em linhas gerais, o caso é o seguinte. Em 2006 a Petrobras pagou 360 milhões de dólares para ficar com a metade das ações da refinaria de Pasadena. O apelido da refinaria, a “ruiva”, dá a ideia de quão enferrujada ela estava. Sua compra era tecnicamente injustificável. [...] A empresa belga que a Petrobrás se associara havia adquirido a refinaria no ano anterior, desembolsando apenas 42,5 milhões de dólares. No ano seguinte, os belgas exerceram o direito contratual de vender os 50% de suas ações à Petrobrás, abrindo uma disputa judicial entre as duas empresas. A primeira decisão, favorável aos belgas, saiu em 2010. Com o tempo, as perdas da Petrobras cresceram e, em julho de 2012, com a decisão definitiva, a estatal foi

obrigada a desembolsar 1,2 bilhão de dólares aos velhos sócios. [...] Tudo era sabido e havia sido noticiado pela imprensa. Graça Foster foi quem primeiro deu relevo ao caso, quando, procurando se desfazer de ativos para pagar dívidas, colocou a refinaria à venda, o que levou à necessidade de contabilizar as perdas. [...] Os interessados em barrar o saneamento da empresa resolveram que era hora de incendiar o circo usando as informações privilegiadas de que dispunham. Era uma oportunidade que não podia ser desperdiçada. Dilma presidia o Conselho de Administração da Petrobras quando o negócio havia sido fechado. De uma forma ou de outra, teria que saber a história oculta e necessariamente escabrosa do negócio (Limongi, 2023, p. 28).

Primeira investida. Maurício Quintella, deputado federal pelo PR-AL, protocolou um requerimento para que José Orlando Melo de Azevedo, que presidia a Petrobras América, prestasse esclarecimentos à Comissão de Minas e Energia da Câmara, no que diz respeito à compra da refinaria de Pasadena. Uma semana depois, o mesmo deputado protocolou um requerimento no Tribunal de Contas da União “[...] solicitando um ato de fiscalização de controle na Petrobras [...]”, (Limongi, 2023, p. 29), também referente à compra de Pasadena. Quintella era ligado a Cunha e esse tipo de convocação tinha a marca do então presidente da Câmara.

No início de 2013 foi a vez de Eduardo da Fonte (PP-PE) tentou instaurar uma (CPI) a respeito da compra da refinaria. Os primeiros deputados a assinar foram Leonardo Quintão (PMDB-MG), Jovair Arantes, (PTR) de Goiás e André Moura (PSC), de Sergipe, todos ligados a Cunha. A (CPI) não vingou. Mas outro requerimento fez com que Graça Foster tivesse que comparecer à Câmara para esclarecimentos sobre Pasadena e qualificou a compra da refinaria como operação injustificada. Em agosto de 2013, Sérgio Gabrielli também, teve de prestar esclarecimentos no Congresso, enfatizando que a Petrobras teve um litígio com seus sócios belgas. Em fevereiro de 2014 uma empresa especializada no aluguel de sondas foi acusada de pagar propinas pela obtenção de contratos em diversos países. O grupo de Eduardo Cunha aproveitou a ocasião para aprovar uma comissão parlamentar de investigação externa para investigar na Holanda a SBM Offshore. O presidente da comissão foi Maurício Quintella (Limongi, 2023).

O caso é emblemático pelo fato de que mostra o grau de descontentamento que a faxina na Petrobras e a reforma ministerial estavam causando:

O governo tinha maioria para barrar a formação da Comissão, mas o líder do PT na Câmara, Cândido Vaccarezza (SP), deu uma mãozinha para que a iniciativa fosse aprovada. Como se vê Cunha e sua turma tinham aliados de peso dentro do PT. A bancada do Partido na Câmara, como informado pela imprensa, andava descontente com o governo. A lista dos

petistas insatisfeitos incluía, além de Cândido Vaccarezza, André Vargas (PR), Ricardo Berzoini (SP) e Henrique Fontana (RS). [...] a insatisfação que tomava a base do governo estava diretamente associada à reforma ministerial em curso, primeiro passo da remontagem do arco de alianças políticas com vistas à eleição presidencial de 2014 (Limongi, 2023. p. 31).

Eduardo Cunha, então, com um olho nas eleições de 2014, criou, em 19 de fevereiro de 2014, uma agremiação suprapartidária, o bloção, com parlamentares de 8 partidos da base do governo. PMDB, PP, PSD, PR, PDT, PTB, PSC, PROS, E SD. Mesma data que André Vargas reuniu em torno de 40 deputados da bancada do PT em seu apartamento, com a queixa de demora na liberação de emendas no orçamento. O grupo que viria a se formar e parte da bancada do PT tinham os mesmo interesses (Limongi, 2023).

Talvez valha lembrar a afirmação de Roberto Requião mantida em “Democracia...”. O filme mostra claramente que para o senador a economia é crucial, mas com o campo econômico indo mal, o temperamento de Dilma podia ter relevância:

“Ela não é boa de trato. Mas isso é secundário. Se a economia tivesse bem, isso não tinha importância. [Requião responde a Petra enquanto caminha para seu gabinete, acompanhado também pela câmera. Petra pergunta:] o principal motivo é a economia? [Requião:] Claro. [Depois de acomodado em sua cadeira continua:] Ela brigou com o parlamento, com o Judiciário, ela brigou com o Tribunal de Contas, ela brigou com o mercado, ela brigou com seus eleitores (Democracia em Vertigem, 2018, min 53: 20 - 53: 40).

Em 19 de março, novo desdobramento sobre a refinaria de Pasadena. O “Broadcast” teve acesso a documentos internos da Petrobras que indicavam a avaliação de Dilma sobre a compra da refinaria. A presidente enviou nota de esclarecimento ao jornal enfatizando que a decisão pela compra foi amparada pelo resumo executivo elaborado pelo diretor da Área Internacional, Nestor Cerveró. Ocorria que o relatório omitia as cláusulas Marlim e de Put Option. Quando a Petrobras adquiriu a refinaria de Pasadena por US\$ 7.200 por barril processado. O plano de negócios com o grupo Astra, da Bélgica, previa inclusive dobrar o investimento para dobrar o processamento de óleo. Entretanto houveram mudanças a partir de 2007: no Brasil foi descoberta a camada pré-sal e o consumo dos EUA caiu de 20, 8 milhões de barris em 2005 para 18,6 milhões dia em 2012. O preço do óleo aumentou em relação ao de derivados. As médias de refino fizeram a Astra e a Petrobras discordarem em relação aos investimentos previstos. A Astra entrou com uma petição para vender sua metade da refinaria e a Petrobras pediu a regulação de um árbitro externo⁴¹. Na avaliação de Limongi:

⁴¹ A cláusula Put Option “[...] define regras para um acionista adquirir a parte do outro. Trata-se de cláusula comum em processos de fusão e/ou incorporação com dois ou mais sócios fortes. Consiste no seguinte: 1. O

Dilma pagou o blefe. Não tinha responsabilidade direta sobre o negócio. Não devia explicações. As cláusulas responsáveis pelo grosso do prejuízo - as cláusulas Marlim e de Put Option - haviam sido deliberadamente omitidas do Conselho. O responsável pelo documento, pela omissão, fora o diretor da Área Internacional da Petrobras, Nestor Cerveró, o autor do resumo executivo de que o Conselho se valeu para aprovar o negócio (Limongi, 2023, p. 35).

A iniciativa de Dilma impossibilitou qualquer tentativa de se gerar uma crise, embora tenha sido criticada, por uma ala lulista do PT, por ser uma nota desnecessária que passava mensagem de desleixo administrativo, o que, para sua imagem, possa ter sido preferível ao rótulo de corrupta.

O panorama estava dado. Uma ala lulista do PT divergia do estilo Dilma de fazer política e iria estimular o volta Lula. O gabinete do ex-presidente se tornou destino de romaria com divã para os insatisfeitos. Lula tratou de refrear os apelos. O bloco de Eduardo Cunha, que queria investigar Pasadena, também queria, talvez ainda mais, o retorno de Lula. A aposta de Dilma foi fazer:

[...] do combate à corrupção sua bandeira política. [...] Resolveu seguir a linha proposta pelo coordenador de marketing de sua campanha, João Santana, cuja influência crescia à medida que ela se afastava do PT e de suas lideranças históricas, Lula incluído. [...] Santa acreditava que os eleitores decidiriam seu voto respondendo à pergunta: É honesta (Limongi, 2023, p. 41)?

Mesmo depois da eclosão das manifestações de Junho de 2013, o marketeiro apostava no favoritismo de Dilma, ainda que esta tivesse perdido 27 pontos de popularidade. Outro ingrediente que Santana acrescentou à campanha de Dilma foi a manutenção da distância de Lula, na sua visão Lula e o PT estavam contaminados pela imagem do mensalão, uma vez que acontecia o julgamento da AP 470. A morte de Eduardo Campos fez com que o nome de Marina se tornasse forte. O que, entretanto, atraiu a artilharia das campanhas de

sócio A oferece sua parte ao sócio B por determinado valor. 2. O sócio B não tem o direito de recusar. Mas tem a opção de comprar a parte do sócio A pelo mesmo valor que lhe foi oferecido [...] O grande problema surgiu do casamento dessa cláusula com a cláusula Marlin – pelo qual ficava assegurada à Astra 6,9% de rentabilidade, independentemente do resultado da refinaria” (Revista Fórum, 2014). Lopes e Rocha (2015) também trataram do tema: “O contrato pelo qual a Petrobras adquiriu 50% de Pasadena continha duas cláusulas controversas, a saber, a cláusula “Merlin”²⁵ e a cláusula “Put Option”. Ambas eram prejudiciais à Petrobras, mas a Put Option parece mais custosa, pois representa uma opção de venda em favor da Astra Oil, pela qual ela poderia forçar a Petrobras a adquirir sua parte no negócio, caso houvesse divergências entre as partes. [...] O cumprimento pela Petrobras da cláusula “Put Option” deu-se por meio de decisão arbitral, confirmada pelo Poder Judiciário norte-americano, e representou o início da fase final do caso” (Lopes e Rocha, 2015, p. 143-144).

Aécio e Dilma e Marina não resistiu ficando pelo caminho.

Avelar (2021) aponta que a campanha do PT contra Marina foi rasteira demais, a própria Marina declarou que naquela campanha pode se verificar a precursão das chamadas fake news. Petra Costa, em “Democracia...”, esboçou um elenco dos motivos pelos quais a candidatura de Marina não decolou sobre o qual tecemos algumas considerações. Compõem o elenco itens como: 1) ataques do PT e do PSDB; 2) tempo de TV; 3) disputas internas; 4) inconsistências do programa de governo; e 5) imagem frágil.

Sobre o item 1, Marina foi catapultada nas pesquisas depois da fatalidade de Eduardo Campos, abocanhando momentaneamente parcela das intenções de voto de eleitores do PT e do PSDB. Isso a fez alvo preferencial, no primeiro turno, das campanhas de Aécio e Dilma. O PT bateu forte na proposta de independência do Banco Central e na comparação de Marina a candidatos como Jânio Quadros e Fernando Collor. O PSDB chamou atenção para as raízes políticas de Marina insistindo no rótulo de continuísmo com a política petista. Marina ficou na defensiva, o que não lhe rendeu bons resultados. Sem tempo de tv, 2 minutos contra 4 de Aécio e 11 de Dilma, e não sendo unanimidade nem em seu partido, considerando que aceitou compor chapa com o PSB apenas quando não conseguiu a tempo a viabilização de sua legenda, a Rede Sustentabilidade, Marina ostentava características de candidata outsider. Também forneceu munição aos adversários divulgando com antecedência seu programa de governo, 242 páginas bem exploradas pelas campanhas do PSDB e do PT. Sua candidatura foi fortemente atacada e a candidata não demonstrou uma característica que a política exige, uma imagem de que “aguenta o tranco”. Em combinação com a postura de não se imiscuir na política corriqueira, o que podia implicar na sua capacidade de realizar alianças, a artificialidade de sua candidatura dentro do próprio PSB. Com esse conjunto de fatores, e nas circunstâncias em que se deu, a candidatura de Marina foi natimorta.

A marca que a candidatura Dilma quis criar, a da presidente honesta que não transige com corrupção e que Santana apostava que seria o farol pelo quais os eleitores iriam orientar seu voto, colocou a candidata à reeleição operando em favor de outro moínho que iria trazer severas consequências para seu próprio governo, como veremos adiante.

Junho de 2013

O evento histórico de Junho de 2013 tem sido alvo de vários estudos e reflexões nos últimos anos, desde pesquisas nas Ciências Sociais e humanas até no campo do cinema. Talvez possamos considerar que 2013 constitui um dos primeiros sinais de que os ventos

estavam para mudar de direção também aqui no Brasil. Em “Democracia...” 2013 é descrito pela voz over de Petra como “abalo sísmico”:

Na onda da primavera arabe um pequeno protesto contra o aumento da tarifa de ônibus acirrado pela repressão policial e com a ajuda da mídia e das redes sociais logo se transformaria em uma das maiores manifestações da história do país. À medida que as ruas acordavam, depois de 20 anos, com uma série de reivindicações difusas, alguma coisa no nosso tecido social começa a mudar dando lugar a uma fissura profunda que nos dividiria. Depois de uma década no poder, as bandeiras vermelhas do PT já não pareciam mais espelhar os desejos da população. Elas começaram a se tornar o alvo. Desse momento em diante nada mais seria igual (Democracia em Vertigem, 2019, min, 27: 05 - 28: 30, grifo nosso).

A fala de Petra é entremeada com imagens das filmagens das manifestações e uma trilha sonora extra diegética de suspense. As imagens mais marcantes trazem os gritos “O povo unido aqui sem partido!” A descrição insere 2013 numa conjuntura de grandes revoltas internacionais com o ingrediente de reivindicar um modelo de democracia sem um dos principais vetores que constam nas principais democracias ocidentais que se firmaram no século XX, os partidos políticos.

Em “Impeachment...” recebe outro tipo de abordagem, a instância narrativa é exercida por entrevistados e pela voz over. A trilha sonora também tem a função de gerar suspense e criar a percepção de uma atmosfera pesada. As manifestações são descritas como encabeçadas inicialmente por uma “extrema esquerda” barulhenta ligada ao Psol, mas a luta por “transporte de graça” e diminuição do preço das passagens fugiu ao controle. A voz over enfatiza a forte presença de “anarquismo” e “black blocs”. Um caso que recebe bastante ênfase é o do jornalista da Folha de São Paulo, atingida no olho por uma bala de borracha, Giuliana Vallone⁴². A função da descrição do episódio no material, pela voz de Luiz Felipe Pondé, é imputar a violência à esquerda “violência simbólica”, a polícia é descrita como que manobrada pela esquerda para auferir esse ganho: “[...] a polícia hoje, um pouco menos ruim,

⁴² A repórter da Folha de São Paulo foi atingida no dia 13 de junho de 2013, data que outras pessoas foram feridas e houve mais de 200 detenções. Considerando que Pondé sugeriu que a polícia foi instrumentalizada pelos movimentos de esquerda a agir com violência e que a polícia declarou oficialmente que a bala que atingiu a jornalista foi disparada para baixo e ricocheteou atingindo o olho da jornalista, talvez seja interessante reproduzirmos aqui um trecho do depoimento que a jornalista postou em suas redes sociais: “Sobre o aconteceu: já tinha saído da zona de conflito principal - na Consolação, em que já havia sido ameaçada por um policial por estar filmando a violência - quando fui atingida. Estava na Augusta com pouquíssimos manifestantes na rua. Tentei ajudar uma mulher perdida no meio do caos e coloquei ela dentro de um estacionamento. O Choque havia voltado ao caminhão que os transportava. Fui checar se tinham ido embora quando eles desceram de novo. Não vi nenhuma manifestação violenta ao meu redor, não me manifestei de nenhuma forma contra os policiais, estava usando a identificação da Folha e nem sequer estava gravando a cena. Vi o policial mirar em mim e no querido colega Leandro Machado e atirar. Tomei um tiro na cara. O médico disse que os meus olhos possivelmente salvaram meu olho (G1, 2013, online).

mas ainda sem entender que [...] grande parte desses movimentos de esquerda, eles fazem por que eles querem a violência, no sentido do ganho simbólico” (Brasil Paralelo, 2017).

A peça também é partícipe da interpretação da troca de espectro ideológico no decorrer das manifestações: a partir do momento que o slogan adotado foi “não só por 20 centavos”, o que foi considerado um passo adiante da esquerda, a interpretação do “povo” passou a ser a de que então é pela “corrupção”. Vejamos:

Quando cria volume [...] e o povo vai pra rua, o povo que eu digo são as pessoas de classe média já fora desse âmbito dos movimentos da esquerda, do Movimento Passe Livre, quando o povo se une [...] às manifestações de rua em 2013, a esquerda tenta dar um passo adiante [...] com uma frase que é célebre, ‘Não é só por vinte centavos!’ O imaginário das pessoas, isso tava reprimido nelas, não é por vinte centavos é pela corrupção” (Brasil Paralelo, 2017, min, 38: 00 - 38: 53).

O remate sobre o tema segue a linha de que o “combate à corrupção” nunca foi a pauta da esquerda, uma vez que o próprio Marx considerava a pauta anticorrupção era uma pauta de pequeno burguês, na formulação no filme vem pela voz de Luiz Felipe Pondé:

O que aconteceu com o movimento foi que ele saiu da mão do Movimento Passe Livre (MPL), perdeu a conotação de ser um movimento de esquerda, começou a aparecer pautas contra a corrupção e a pauta contra a corrupção nunca foi uma pauta da esquerda, nunca foi da esquerda. A esquerda sempre achou que a pauta da corrupção era coisa de pequeno burguês. Isso por uma razão simples, o próprio Marx achava isso” (Brasil Paralelo, 2017, grifo nosso, min, 38: 53 - 39: 18).

Em “O Processo”, Maria Augusta Ramos capta como o PT lidou, e talvez ainda lide, com 2013: jovens em que a legenda não tinha nenhuma influência. Quem expõe essa percepção é Gleisi Hoffmann:

O pessoal que foi às ruas em 2013, que tá continuando ir às ruas, não tá por que tá defendendo o nosso governo agora. Tá, o seguinte, tá se contrapondo a um outro movimento do establishment, do conservadorismo. É isso que tá acontecendo. Então quando vai a juventude pra rua, não é uma juventude que nós lideramos. Até pega a bandeira da Dilma, por que é uma bandeira que agora tá agregando né, de resistência, mas não é..., nós não temos entrada nesse movimento. Nas mulheres também nós não temos. A Dilma, por mais que tenha essa representação, ela não é a liderança dessas mulheres, por que não foi isso no governo dela. Nós tivemos um governo com perfil muito conservador em algumas lutas, que foi muito ruim. [...] Acho que a gente tinha que compreender um pouco esse movimento, que é um movimento de resistência a uma ofensiva conservadora na sociedade, pra gente não ficar separado disso aqui, fazendo uma resistência só do impeachment. [...] Assim,

vamos falar sério, aqui entre nós, se a gente voltar não tem condições de governar. Não tem condição de governar. Ela não tem apoio aqui, não tem condição, não tem estrutura de governo. É isso. Então tem que ter uma saída que a gente converse com a população. Então, o plebiscito⁴³ eu acho que é bom, mas se nós não tivermos clareza do que tá em risco e se a gente não assumir junto com a sociedade civil essas bandeiras, nós vamos perder o processo (O Processo, 2018, min, 01: 01: 45 - 01: 03: 29).

A visão de Gleisi sobre o movimento de Junho parece evidenciar que a cúpula petista tomou um cheque. Manifestações de um movimento de esquerda pulsante com reivindicações sociais mas que recusava o dirigismo de um partido político ou de um sindicato. As tentativas de interpretação desse clima social gerou nos documentários, principalmente em “Democracia...” e “O Processo”, algumas reflexões em tom de “mea culpa”, o que talvez não seja salutar para um partido político, ao menos diante das câmeras. Sobressaem a imagem de marco de mudança, em “Democracia...”, de um movimento violento de extrema esquerda, que foi cooptado pela direita, na peça da Brasil Paralelo e, em “O Processo”, da eclosão de um movimento autonomista, sem influência e liderança dos dirigentes.

Um aspecto não levado em conta nos filmes é a Crise econômica de 2008/2009, elemento que Castro Netto e Pereira (2023) vão considerar como marco da necessidade de se reorganizar a estrutura econômica. Estados Unidos e Europa tiveram que dispor de trilhões de dólares para salvar o sistema financeiro a fim de evitar uma tragédia como a global como a de 1930. A crise atual, iniciada nos Estados Unidos e que se estendeu para a Europa e países emergentes, com as seguintes consequências:

a) políticas duras de austeridade que agravaram as condições de vida de inúmeras classes; b) falências generalizadas, desemprego, redução de salários e precarização do trabalho, especialmente para os mais jovens; c) aumento expressivo das desigualdades sociais, desmonte dos serviços públicos e endividamento dos setores privados e governamental (Castro Netto; Pereira, 2023, p. 40).

Talvez por não vermos nos filmes esse elemento levado em conta, especificamente

⁴³ Conforme Alencastro (2016) “Em um pronunciamento de 13 minutos, no qual leu a íntegra da carta que enviará aos senadores, a presidente afastada Dilma Rousseff disse que mantém a esperança de voltar à Presidência, reafirmou que é inocente e defendeu um plebiscito para a convocação de novas eleições e de uma reforma política” (Alencastro et. al., 2016, online). Diante da análise de cenário feita por Gleisi, a ideia do plebiscito parece hoje uma tentativa solta no ar de reverter o processo no Senado. Enquanto o Processo a que Gleisi se refere é o social, o qual o PT voltou a disputar quando a conjuntura mudou no governo Bolsonaro.

sobre 2013, Petra Costa transmite a impressão de que com as manifestações de 2013 algo tenha se quebrado. Junho de 2013 está inserido em algo que é novo e não funciona mais em um quadro antigo, está inserido no conjunto de manifestações internacionais e se trata de um marco de insatisfação popular a partir do qual tudo se torna confuso no Brasil.

A Brasil paralelo por seu turno, não poderia ver problema nas necessidades de reestruturação da economia, uma vez que para a ideologia da empresa o receituário da ortodoxia liberal não se constitui em problema, muito pelo contrário, concilia bem ideias ultraliberais em âmbito econômico com um tipo de conservadorismo que, em outro tempos, não podia estar de mão dadas com os liberais.

Douglas Duarte e Maria Augusta Ramos centram suas análises, e utilizam materiais do campo da política, e as questões de fundo econômico quase não aparecem, ou pelo menos ficam bastante opacas, considerando que os agentes políticos podem transmitir a impressão de que esta seara funciona incólume às forças econômicas. O fato é que a Crise de 2008/2009 combinou injeção de recursos estatais para salvaguarda do sistema financeiro com acirramento do receituário da ortodoxia liberal que se traduzem em corte de gastos dos Estados com suas populações. Em economias mais frágeis, vide o caso da Grécia e da Espanha, esse movimento pode ter tido incidência muito negativa nos setores sociais mais precarizados.

No caso brasileiro, que conseguiu manter a economia aquecida até 2013, isso talvez não tenha ocorrido. Tendo acontecido sim um anseio por conquistas para além do consumo, como melhores condições de transporte público num momento que ainda transmitia sensação de bonança, como é defendido por Singer (2018). É certo que a crise também chegou ao Brasil.

A definição das causas de 2013 é então terminada com a argumentação de que um “sentimento de que as coisas não estão dando certo no país”, uma reação à construção dos estádios padrão Fifa gerando uma série de gastos com um estopim emocional e irracional (Brasil Paralelo, 2017). Mas notemos algo realmente importante, a tentativa de dissociação da esquerda com movimentos anticorrupção, sem levar em conta que o combate à corrupção foi uma das bandeiras do Partido dos Trabalhadores. Aqui isso é sintomático, uma vez que, no mínimo, torna a corrupção algo que nunca incomodou as esquerdas e vincula tal posição a Karl Marx.

Em “Democracia...” percebemos que Petra Costa está absorta na sua interpretação, principalmente quando o filme mostra imagens das manifestações da direita. No que diz respeito à sua abordagem talvez possamos encontrar aí um sinal de o motivo de seu espanto, apontado por João Cezar de Castro Rocha:

Na narrativa de Petra Costa, a direita simplesmente não existe. Isto é, enquanto movimento organizado de ideias, visão de mundo, ação política determinada, conjunto de valores e comportamentos, linguagem — não existe a direita entendida como movimento com dinâmica própria. Se não vejo mal, essa ausência é sintomática do impasse que o campo da esquerda não enfrentou de peito aberto, muito provavelmente porque nem sequer vislumbrou o fenômeno (Rocha, 2021, p. 27).

Seguindo essa pista fornecida por Castro Rocha, “Democracia...” não podia fornecer outra noção que não o espanto. A gramática dos protestos e manifestações de rua, pelo menos há bastante tempo, não era utilizada pela direita. A experiência e o conhecimento de Petra, no que diz respeito a manifestações, é protestos contra a ditadura ou de comemorações pelas vitórias dos Partido dos Trabalhadores como expressões de legítimas vitórias democráticas, como são mostradas no próprio filme suas imagens de arquivo pessoal. Os últimos protestos da direita com expressão pública foram as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, organizadas com objetivo de desestabilização do governo Goulart antes do golpe de 1964, num período com o sentimento de anticomunismo muito aquecido e com a polarização da Guerra Fria. Com a retirada de Goulart do poder, via golpe, a direita se sentiu reconfortada com o sentimento de que seus valores foram preservados com o afastamento da ameaça comunista⁴⁴ e não fazia mais sentido ocupar as ruas. Esse sentimento que Petra consegue tão

⁴⁴ Janaína Martins Cordeiro identificou 4 discursos mobilizados pelas direitas no período das marchas: o papel da mulher; articulação entre discurso e prática política cristã; defesa da democracia; e proteção da ordem constitucional. (Nesse último aspecto podemos notar uma ausência de congruência com a realidade, em se considerando que a presidência de Goulart estava em plena consonância com os preceitos da Constituição em vigor). Cordeiro ainda distingue as marchas havidas antes do golpe em relação às que aconteceram posteriormente: “As primeiras, em sua maioria concentradas no estado de São Paulo, seguindo a grande marcha do dia 19 na capital, tinham tom eminentemente reivindicatório: pediam aos militares que “salvassem” o país da ameaça comunista. Por outro lado, as marchas que ocorreram após o golpe abandonaram o tom reivindicatório das anteriores. Tratava-se, então, de comemorar a intervenção vitoriosa e de celebrar a “salvação” do país” (Cordeiro, 2021, p. 3). Talvez seja interessante distinguirmos também a natureza das reivindicações do início da década de 1960 das do início dos anos 10 do século XXI. No período das marchas, a natureza das reivindicações da direita envolviam anticomunismo, religião, defesa da ordem democrática e das leis. São elementos relativos ao que Ronald Inglehart (2012) considera como pós-material. Sua análise se debruça sobre os protestos europeus das décadas de 1960-70 levados a cabo pela geração do pós-guerra com suas demandas materiais satisfeitas, bons salários e habitação. Suas reivindicações, então, passam a girar em torno de questões como estilo de vida, feminismo e a causa ambiental. Olhando para a sociedade brasileira do mesmo período, tínhamos uma classe média, que não tinha necessidade imediata de manutenção da subsistência e grupos com reivindicações de cunho social: aumento de salários para trabalhadores e acesso a terras para camponeses. No século XXI, se Singer (2018) estiver certo, parte da esquerda também pode estar compartilhando das preocupações e anseios da classe média, tendo superado suas necessidades sociais mais imediatas. As camadas sociais que ascenderam

bem transmitir em seu filme não é algo sem lastro, talvez fosse compartilhado de forma muito generalizada sendo um dos elementos com forte ressonância nos espectadores de “Democracia...”. Entretanto, não foi a direita que saiu às ruas primeiro.

As imagens, referentes a Junho de 2013, de manifestantes encimados nos prédios da esplanada dos ministérios, as depredações, a destruição de bandeiras vermelhas e a rejeição às formas de organização política convencionais, ganharam apenas a interpretação vaga de que “alguma coisa no nosso tecido social começa a mudar”. O passo não dado, para além da potente experiência catártica proporcionada pelo filme, talvez tenha sido ter uma noção do que havia mudado, ou do que havia se rompido. Em que se faça justiça, não se trata apenas de uma venda comodamente posicionada sobre os olhos da diretora, se é que houvesse alguma venda, que nublou a contemplação das direitas, ela estava muito bem posta nos olhos dos principais dirigentes políticos de esquerda quando se olhava também para a esquerda. Os movimentos autonomistas que não estavam à procura de um líder, refutando o dirigismo político, constituíram causa de perplexidade. “Democracia...” inscreve sua interpretação de 2013 no registro da “inovação política”, concepção mapeada por Alonso (2023) no estudo das manifestações de Junho de 2013.

Enquanto em “Democracia...”, exibido em 2019, Petra Costa se mostrou absorta com o que aconteceu em Junho de 2013, em “Impeachment...”, disponibilizado em 2017, a produtora Brasil Paralelo produziu um panfleto ideológico com objetivo claro de atacar qualquer instituição ou partido de esquerda. Com esse propósito adredemente definido, não cabia lembrar nem conhecer o que já havia escrito Lincoln Secco:

[...] em 1994 o partido [PT] governava 53 prefeituras (quatro capitais: Goiânia, Porto Alegre, Rio Branco e Belo Horizonte), tinha 77 deputados estaduais, 33 deputados federais, 1 senador e 1400 vereadores. [...] O chamado modo petista de governar significava ética na política, descentralização administrativa, democracia participativa através de conselhos setoriais, mas nada parecido com as propostas de conselhos populares dos anos oitenta. Esse modo petista de governar conquistou pelo menos 54 prêmios a prefeituras petistas nos anos 1990 (Secco, 2011, p. 162).

Depois do escândalo do mensalão, que fez o PT perder essa bandeira da ética, de Junho de 2013, do acirramento do pleito de 2014, a militância de direita de 2015 e 2016, considerar que enquanto o partido se consolidava na década de 1990, as prefeituras do PT eram referência no campo da administração pública parece demais para a Brasil Paralelo.

socialmente, que não são aqueles que reivindicaram taxas mais justas no transporte coletivo, podem ter mudado de prioridades passando a valorizar aspectos como segurança, qualidade de vida e auto expressão. A ascensão social, nesse quesito, pode aproximar no plano do imaginário setores da esquerda à classe média dos anos 1960.

Sobretudo, se considerarmos o entusiasmo apologético com relação à Operação Lava Jato, escancarado no material. As investigações, de início centradas nos primeiros governos Lula, eram referentes a um mega escândalo de corrupção envolvendo o governo petista, a maior empresa estatal do país e as grandes empreiteiras.

Para a Brasil Paralelo, também, nada importou ser sem fundamentos a alegação de Pondé a respeito de Marx considerar a preocupação com corrupção ser uma questão da pequena burguesia. Oliveira analisa (2018) analisa a posição marxiana sobre a corrupção da seguinte maneira:

Marx aborda a ideia da corrupção em duas perspectivas distintas, sendo que uma complementa a outra: 1º) A primeira abordagem tem teor mais filosófico e propõe uma definição para a natureza humana. Ultrapassando a tese iluminista de que os seres humanos são naturalmente racionais, Marx afirma que a natureza humana é fabril. Ou seja, homens e mulheres são naturalmente vocacionados para o trabalho. [...] O trabalho que define a humanidade não é o trabalho meramente mecânico e repetitivo. É o trabalho livre, criativo, cujos resultados já estavam sendo imaginados pelo trabalhador antes de iniciado o processo de criação. Na medida em que é fundado na exploração de uma classe social pela outra, o capitalismo corrompe a natureza dos seres humanos, de todos eles. O capitalismo, diz Marx, corrompe tanto a burguesia como o operariado. A humanidade dos burgueses é corrompida porque sua posição de classe lhes permite o privilégio do ócio. O ser humano ocioso não trabalha e por isso tem a natureza da sua humanidade violentada, corrompida. A humanidade dos trabalhadores é corrompida porque o seu trabalho não é livre, mas sim alienado. No capitalismo, o trabalhador trabalha em função das necessidades e dos desejos de outros. O mundo novo, para Marx, alcançado após a Revolução, não seria o império do ócio, mas sim o reino do trabalho livre, onde todos pudessem desenvolver livremente todas as potencialidades de sua natureza fabril. [...] 2º) O segundo tratamento possível que Marx deu à ideia de “corrupção” tem dimensão política [...] no capitalismo, o jogo político está sempre regulado pelas forças que controlam o capital. A manutenção dessas forças como classe de poder demanda a manipulação do jogo político, que passa a atender aos interesses de uma classe específica, ao invés de atender ao “interesse público”. Essa é a “corrupção política” para Marx: o jogo político colaborando para a reprodução dos privilégios de um grupo (Oliveira, 2018b, online, grifos nossos).

Trata-se de manobra típica dos filmes da produtora. O entrevistado cuja função é conferir autoridade ao filme faz uma afirmação sem fundamento nenhum, porém se trata de uma asserção que vai no sentido dos interesses ideológicos da empresa. Naquele ano de 2017 devemos lembrar que estávamos em pleno governo Temer implementando a agenda de retirada de direitos que constituiu seu programa, “Ponte para o Futuro”, e a Operação Lava Jato desnudando as relações entre governo e capital privado que resultaram na descoberta de um grande esquema de corrupção alardeado em “Impeachment...” como o maior esquema de

corrupção do país, corroborando a tese da Operação Lava Jato.

“Impeachment...” inscreve sua interpretação de Junho de 2013 num registro que poderíamos chamar de “despertar da sociedade”. Os argumentos são de que a corrupção não importa para a esquerda e de que o deslocamento de interesses nas manifestações, da fase cujas demandas se concentravam na tarifa de transporte público para a fase em que o interesse predominante passou a ser o combate à corrupção. Esse “despertar” foi considerado, aliás, como um desabrochar da direita que viria a constituir um “Brasil Paralelo”. Essa interpretação pode ser considerada a correlata oposta à que foi formalizada por Marilena Chauí (2013), o “sequestro da pauta”, ocorrido na medida em que as motivações se deslocaram do preço das tarifas de transporte para o combate à corrupção.

Em “O Processo”, Maria Augusta Ramos nos dá a perceber o quanto o Partido dos Trabalhadores talvez não tenha conseguido lidar com o que foram as manifestações de Junho de 2013. A fala de Gleisi Hoffmann é bastante sintomática ao reconhecer que o PT não tinha entrada nos movimentos que ocorriam desde 2013 e não ter entrada sequer nos movimentos que ocorriam favoravelmente ao governo, inclusive os movimentos de mulheres. Gleisi se referia à parcela de manifestantes que ainda tinha ido às ruas defendendo o governo, mas que não havia conseguido sobrepujar as manifestações de direita. A visão da dirigente é arguta no sentido de entender a função política que o partido havia desempenhado em conjunto com uma característica chamada de conservadora do próprio governo que também foi apontada em “Democracia...”. A fala toca num dos principais dilemas que o partido enfrentou, o de ser um partido de esquerda que chegou ao poder e conseguiu promover algum avanço em questões sociais, porém os avanços se estagnaram no momento que a sociedade pediu mais, para além de poder de compra, crédito facilitado e programas de ações afirmativas. Transporte de qualidade eram os motivos do protesto inicialmente. Nesse sentido, “O Processo” se inscreve na interpretação das “expectativas crescentes”, formulada por Ronald Inglehart (2012) e que chegou a ser utilizada por Lula no início das manifestações de 2013, conforme Alonso (2023).

O sequestro da rebeldia pela classe média insatisfeita acaba sendo uma interpretação que acaba sendo utilizada tanto à esquerda quanto à direita, com ajustes pontuais. Lembremos que em “Impeachment...” existe um acento na formulação encontrada em muitos cartazes que diziam “Não é apenas por 20 centavos”, enquanto Barros (2022) nos informa que os líderes do Movimento Passe Livre (MPL) declaravam inicialmente que era realmente só por vinte centavos, entendendo que o foco central das manifestações eram pelo transporte público de qualidade. Mas na interpretação dos movimentos da classe média de direita, não sendo a motivação os 20 centavos, o motivo real se desloca para a corrupção, bandeira que viria

encontrar grande fonte de esperanças na Operação Lava Jato. Quando as manifestações saíram do escopo da esquerda talvez tenha ficado mais fácil homogeneizar 2013, 2014, 2015 e 2016 como o fez Fernando Haddad,⁴⁵ em entrevista de 2017.

Talvez Gleisi tenha dado um passo adiante em sua análise no reconhecimento do que o PT não tem entrada nos novos movimentos e o que o governo Dilma tenha sido conservador em muitas frentes. Mas na sua explanação não existe um horizonte, um futuro, só existe a necessidade de resistência na iminência do desmonte de um projeto. Existe apenas o reconhecimento da necessidade da reflexão sobre os rumos a serem tomados após o impeachment, que na sua fala já é dado como certo, e o aproveitamento desse momento, e das câmeras presentes, como lugar de denúncia.

A Operação Lava Jato

Em “Democracia...” Petra Costa entrevistou sua mãe, Marília Andrade, a respeito da questão da corrupção investigada pela Lava Jato. O depoimento é significativo, uma vez que Andrade é herdeira de uma das maiores empreiteiras do país, a Andrade & Gutierrez. O que a surpreendeu, de acordo com sua resposta, foi o fato de agentes do Estado não se importarem, nesse episódio, em sacrificar empresas corruptoras do Estado, no caso as empreiteiras. Trata-se de um ramo empresarial que sempre esteve ligado a governos sem importar o espectro ideológico destes, o que o filme de Petra mostra bem. Vejamos:

[Petra:] Mãe, o que você sentiu quando começaram a revelar os esquemas de corrupção entre o governo e as empreiteiras? [Marília Andrade:] Esquema de corrupção entre governo e empresa é regra geral na história do Brasil. A grande novidade é a Lava Jato prender e fazer delatar, empresário, político, inclusive executivos da empresa ligada à minha família foram presos. Isso é a grande novidade. Nunca aconteceu antes no país. E eu até achei que pudesse ter efeito. Mas foi ficando muito partidária e acima de tudo parece que é uma política de elite, do estado, de eliminar a ameaça da esquerda. Tirar o Lula, derrubar a Dilma, acabar com o PT. Nem que pra isso fosse necessário eliminar uma parte da elite que são os empreiteiros. Então,

⁴⁵ Em 2017 o atual ministro da Fazenda declarou que “[...] o povo foi pra rua protestar contra tarifa, mas o que houve de fato, de mais importante, não foi isso, [...] foi o sequestro pela direita da forma de organização daquele movimento original. Na verdade, a minha tese é de que a direita estava com muita dificuldade de se exprimir politicamente. Ela não estava conseguindo encontrar canais de expressão, dos seus desejos, das suas vontades, das suas angústias, do seu ressentimento. Não estava conseguindo encontrar um canal de expressão desses sentimentos. E 2013 deu a chave, do ponto de vista da forma. Portanto, o conteúdo do protesto contra a tarifa é o menos importante. Se a gente ficar olhando pra isso, nós não vamos reconhecer o que, na minha opinião, é o mais importante, o sequestro da forma pela direita criando um canal de comunicação novo. Veja que em uma semana houve uma reviravolta, completa, no curso dos acontecimentos, o que parecia um movimento bacana e tal, pelo transporte público se transformou num movimento de massa bastante reacionário em relação à história recente do país (Ruas Rebeldes, 2017).

corta esse braço e mantém o resto (Democracia em Vertigem, 2019, min, 01: 12: 00 - 01: 13: 12).

A opinião de Marília Andrade pode constituir uma espécie de síntese do sentimento daqueles que acompanhavam a política no período e compartilhavam uma visão de mundo de esquerda. Embora hoje possamos dizer que, em linhas gerais, o que de fato aconteceu. A voz over de Petra se refere à Operação Lava Jato como uma operação coordenada por um juiz “inspirado na Operação Mãos Limpas” e “treinado nos Estados Unidos”. No primeiro caso a informação concreta, mas no segundo apenas conjecturas sobre os convênios de cooperação internacional/transnacional de combate à corrupção. Convênios estes que, diga-se de passagem, tiveram uma colaboração, por parte de juiz e procuradores e órgãos internacionais, exercida no mínimo de modo pouco claro⁴⁶.

Petra Costa ainda toca numa questão crucial referente à Lava Jato: “Às vésperas da nova eleição muitos culpam Dilma por não interferir nas investigações. Uma atitude que levaria à sua queda” (Democracia em Vertigem, 2019). Essa fala da voz off é realizada em simultâneo a uma filmagem dentro de uma carro em movimento observando o Planalto e vem na sequência de um conjunto de imagens da imprensa que alternam políticos sendo presos e trechos das delações de empreiteiros.

Em “Impeachment...” a abordagem da Operação Lava Jato se dá com uma definição da voz over e os depoimentos do então senador Ronaldo Caiado e da jornalista Joice Hasselmann. A operação estava em seu início e os resultados que haviam atingido em 2017 eram bastante promissores para a direita. Vejamos:

As negociações com o povo, a cobertura midiática e as manifestações pegam um porte cada vez maior. Com novas reivindicações e alguns pontos levantados, começam a incentivar a mudança da forma do brasileiro pensar. Em paralelo às manifestações surge uma força que seria fundamental para todo o processo, a Polícia Federal começa a monitorar as conversas do doleiro Carlos Habib Chater. O monitoramento das comunicações revelou que o doleiro Alberto Youssef, mediante a pagamentos feitos por terceiros, doou um carro Land Rover [...] avaliado em mais de 200 mil Reais para o ex-diretor de abastecimento da Petrobrás Carlos Roberto Costa. Paulo Roberto Costa foi preso e foram cumpridos 6 mandatos de busca e apreensão no Rio de Janeiro. Nessas medidas iniciais, mais de 80 mil documentos foram apreendidos pela Polícia Federal, além de diversos equipamentos de informática e celulares. Para analisar todo o material apreendido, nas primeiras etapas da investigação, e propor acusações, o Procurador Geral da

⁴⁶ Vazamentos do The Intercept Brasil jogam suspeitas sobre a natureza da colaboração da Operação Lava Jato e principalmente órgãos dos Estados Unidos e da Suíça. Parlamentares dos Estados Unidos solicitaram em 2021 que a documentação envolvendo tais colaborações fosse tirada de sigilo, o que gerou reticência por parte do governo Biden (BBC, 2021). Sobre os convênios do qual o Brasil é signatário ver Notari (2017).

República Rodrigo Janot designou em abril um grupo de Procuradores da República. No mês que se seguiu, os integrantes dessa força tarefa chegaram às conclusões que culminaram no oferecimento das primeiras denúncias da Operação Lava Jato. A Operação Lava Jato já passa de 36 fases de investigação e foi a responsável por desvendar o maior esquema de corrupção organizado da história do país (Brasil Paralelo, 2017, grifos nossos, min, 40: 40 - 42: 01).

Caiado enaltece a figura do Juiz Sérgio Moro com as características da “capacidade” e “inteligência” para chegar aos fatos concretos. Hasselmann por seu turno diferencia a corrupção que havia antes no país da corrupção organizada pelo PT, como “crime organizado”, mesmos termos utilizados por Onyx Lorenzoni nos trechos selecionados de sua entrevista. O elenco de metas atingidas pela Lava Jato só tem a função no filme a função em “Impeachment...” de reforçar a pedra de toque do PT como partido mais corrupto da história do país. De maneira que um escândalo tão grande de corrupção envolvendo seus quadros só reforça a ideia de que a esquerda não se incomoda com a corrupção, ou melhor, é corrupta.

Em “Excelentíssimos” de Douglas Duarte temos uma amostra do poder da operação Lava Jato. Com a voz over e ao som de uma trilha de suspense:

Em fevereiro de 2016 os promotores da Lava Jato buscam provas de que uma empreiteira, a OAS, havia presenteado Lula com um apartamento triplex e a reforma de um sítio visitado por ele em troca de favores no governo. Em busca de evidências, o juiz da operação, Sérgio Moro, autoriza a instalação de uma escuta no celular usado por Lula. [Segue o conteúdo da conversa gravada entre Lula e Dilma e sobre o conteúdo do interrogatório em Curitiba:] as perguntas foram as mesmas que eu já respondi no Ministério Público e a dois delegados da Polícia Federal. Foi um espetáculo de pirotecnia. A tese deles é de que tudo o que tá acontecendo, foi uma quadrilha montada em 2003, e que portanto [...] ela perdura até hoje e dentro do palácio (Excelentíssimos, 2019, min, 19: 35 - 23: 39).

A impressão que Marília Andrade nutria em relação à Lava Jato, o Estado tentando se livrar de um grupo político, mesmo que para isso uma parte dos empresários, talvez fizesse mais sentido até Aécio Neves ser grampeado em conversa com Joesley Batista em maio de 2017⁴⁷. A impressão era alimentada por uma conduta de exposição pouco parcimoniosa, por

⁴⁷ “Joesley: Eu sei, aí é que tá Aécio , assim ó, toma... eu e você acabou... aí não tem, pronto. Primeira coisa. Eu consigo (...) que é pouco, mas é das minhas é das minhas lojinhas, que eu tenho, que caiu a venda pra c [...]”

Aécio: [risos] Como é que a gente combina?

Joesley: Tem que ver, você vai lá em casa ou...

Aécio: O Fred

Joesley: Se for o Fred, eu ponho um menino meu pra ir. Se for você, sou eu. Só para [risos]....

parte de Sergio Moro, por exemplo, deixando-se fotografar de modo bastante amistoso com o próprio Aécio⁴⁸. Uma possível preferência de Moro pelos tucanos viria chegar a público, pelo hackeamento de Walter Delgatti Jr., em conversa pelo Telegram com o procurador Deltan Dallagnol:

"Tem alguma coisa mesmo seria do FHC? O que vi na TV pareceu muito fraco?", diz Moro, segundo o site, em 2017. O procurador concorda que os indícios são débeis, mas argumenta que investigar todos reforçaria a "imparcialidade" da força-tarefa. O então juiz retruca: "Ah, não sei. Acho questionável pois melindra alguém cujo apoio é importante." (El País, 2019).

A divulgação da conversa veio ajudar a confirmar a imagem de um Moro mais faccioso, exercendo sua função em benefício de um espectro da política, e de Dallagnol mais como um cruzado, um caçador de corruptos sem se importar com quem viria a ser atingido por sua sanha persecutória.

Em "Impeachment...", por seu turno, tenta-se construir uma boa imagem de Sérgio Moro como inteligente e tenaz. Toda a sistematicidade da corrupção do PT mostrada pela Lava Jato caem por terra quando essa gravação, e outras mais, chegam a público. Aqueles a quem Moro tendencialmente teria interesse em proteger também estavam imiscuídos na corrupção. Em termos de corrupção, em "Impeachment...", ainda é necessário observar que o argumento do PT como partido mais corrupto da República parece estar em linha de continuidade com um discurso de Aécio Neves, que viria a ser utilizado em "Democracia...", no início de 2015. O candidato tucano contestava a legitimidade do pleito no qual fora derrotado em 2014. Indicativo da importância das ações do PSDB ao não reconhecer sua derrota.

Aécio: Pode ser desse jeito [risos]

Joesley: Entendeu? tem que ser entre dois, não dá pra ser...

Aécio: Tem que ser um que a gente mata ele antes dele fazer delação [risos]

Joesley: [Risos] Eu e você. Pronto.. ou o Fred e um cara desses... pronto.

Aécio: Vamos combinar o Fred com um cara desse. Porque ele sai de lá e vai no cara. Isso vai me dar uma ajuda do c [...]. Não tenho dinheiro pra pagar nada. Sabe porque eu tenho que segurar esse advogado? Queria indicar o Toron pra ele. A melhor imagem é a do meu avô, com a avaliação lá de 600 pra segurar o cara. Porque não tem mais, não tem ninguém que ajuda" (G1, 2017, online).

⁴⁸ Uma fotografia que gerou bastante polêmica foi realizada durante uma premiação da revista Istoé a Sérgio Moro na qual o magistrado foi flagrado conversando muito sorridentemente com Aécio Neves. Na foto também aparecem Henrique Meirelles, Geraldo Alckmin, então governador de São Paulo, e o presidente Michel Temer (Alessi, 2016).

Imagem 10 (El País)



A fala de Caiado a respeito da Operação Lava Jato e de Sérgio Moro, também nos faz lembrar o quanto de prestígio seus membros gozavam na sociedade. Franjas muito grandes da sociedade parecem ter se convencido de que os membros da operação, liderados pelo juiz, eram figuras demiurgas com a missão de purificar a política. Quando na prática tínhamos o efeito da legitimação do fortalecimento de um dos poderes, o judiciário, extrapolando sua função. Se a corrupção entre grandes empresas e parlamentares sempre foi um ingrediente da política, como afirma Marília Andrade em “Democracia...”, o avanço do judiciário para coibir tal prática não se mostrou capaz de resolver ou amenizar o problema. Porém o acirrou, minando a credibilidade dos políticos como um todo, abrindo caminho para a ascensão do bolsonarismo. Possivelmente a situação não chegaria a tal ponto se o juiz e procuradores da Lava Jato, respaldados por alguns juízes do Supremo Tribunal Federal (STF)⁴⁹, tivessem uma visão menos sectária da política.

No episódio do grampo, material selecionado em “Excelentíssimos”, o então juiz Moro foi duramente criticado por grampear a presidente e um ex-presidente da república. Ainda que com sua popularidade incólume, Moro teve que se justificar perante o STF, mas

⁴⁹ Com a morte de Teori Zavascki, o ministro Edson Fachin ficou com a relatoria dos casos da Lava Jato. Depois de conversa com o juiz em julho de 2015, Dallagnol compartilhou com os colegas: “Aha uhu o Fachin é nosso”. No caso de Luís Roberto Barroso, uma reportagem da Vaza Jato revelou um convite do magistrado para Moro e Dallagnol a um jantar discreto em sua residência: “Reuniram-se ali, portanto, o acusador, o juiz de primeira instância e um juiz de terceira instância”. Em abril de 2016, após reunião com Luiz Fux, Dallagnol teria compartilhado a mensagem com Moro relatando que o juiz do STF estaria alinhado à Lava Jato. A resposta de Moro foi “In Fux we Trust”. Todas as aspas são de (João Filho, 2019, online).

com a liberação do grampo se criou um estardalhaço que embasou mais uma intervenção do STF numa decisão que competia ao executivo, a nomeação de Lula como ministro da Casa Civil.

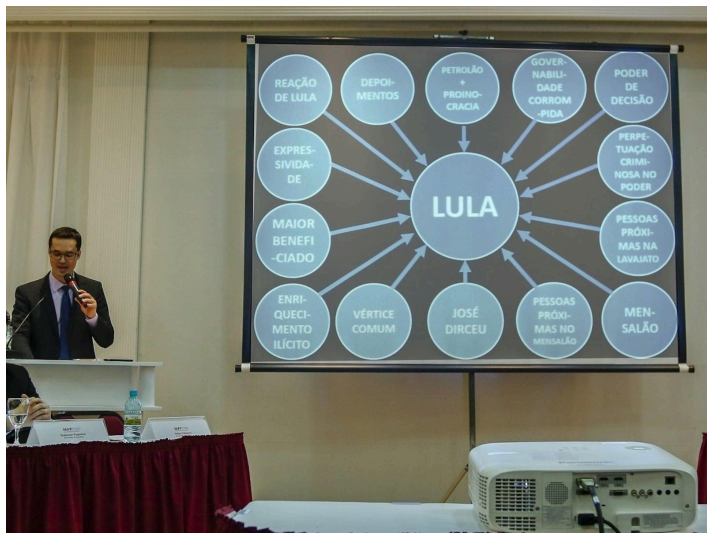


Imagem 11 (Isto É)

Imagem 12⁵⁰



Enquanto a Lava Jato manteve uma mínima aura de confiabilidade, Sergio Moro foi alçado a herói nacional. O filme da Brasil Paralelo, acreditamos poder dizer, é uma das peças que embasa a expectativa, dos setores à direita, em um “herói” que tinha por objetivo acabar com a corrupção. Não uma corrupção qualquer, mas o esquema de corrupção mais bem

⁵⁰ Um agradecimento ao professor Reginaldo Benedito Dias por ter apontado em 2020 a parecença das imagens. Conforme Singer (2018): “Filmada por documentaristas, a ex-presidente falava para a história. Dilma por Jango. Lula por Getúlio. A toga de 2016 pelos tanques de 1964. O PT pelo PTB, o PSDB pela UDN, o PMDB pelo PSD. O advogado Michel Miguel Elias Temer Lulia pelo marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Se tudo desse certo para os golpistas, o PT seria afastado do jogo por pelo menos uma década, como o golpe de 1964 freou o crescimento do PTB, fruto do realinhamento da época. O partido popular só retornaria à liça, sob a capa do MDB, em 1974”. Talvez também possamos incluir no rol de comparações acima Deltan por Lacerda. Dallagnol foi condenado a indenizar o presidente Lula em 75 mil reais por danos morais. A condenação foi mantida na Primeira Turma do (STF) (Agência Brasil, 2024).

engendrado em toda a história do país, a corrupção do Partido dos Trabalhadores. Ironicamente o caminho para a Operação Lava Jato havia sido pavimentado por Dilma Rousseff em seu primeiro mandato, com a aprovação da Lei da Delação Premiada⁵¹, o que já havia lhe trazido descrédito em até em alguns setores de seu próprio partido. Aliás, no início, Dilma via a Lava Jato com bons olhos, sendo a poda de políticos envolvidos em corrupção, o que a imprensa chamou de “faxina ética” e André Singer de “ensaio republicano”.

O ensaio republicano, foi realizado com objetivo de tornar mais eficiente a política desenvolvimentista com a erradicação das velhas práticas clientelistas encabeçadas pelos políticos do centrão. Essa ação já havia começado desde o período em que Dilma era ministra de Lula, este por sua vez que tinha de intervir diante de algum lobby significativo para a manutenção da governabilidade. Já no poder executivo, Dilma se concentrou em retirar de postos chave figuras envolvidas em esquemas ilícitos, de agências e empresas estatais, o que acabou também prejudicando a sua relação com alguns partidos da base aliada como PP e o PR.

Se Moro era um herói para a direita, para a esquerda parecia que o juiz operava um jogo de cartas marcadas, impressão que começou a se confirmar quando, no início do governo Bolsonaro, deixou a magistratura para assumir o Ministério da Justiça e da Segurança Pública. A impressão se confirmou completamente quando os celulares dos procuradores da Operação Lava Jato foram hackeados por Walter Delgatti Neto⁵², o “hacker de Araraquara”. As conversas entre o então Juiz Moro e os procuradores vieram a público por um consórcio de empresas jornalísticas encabeçadas pelo The Intercept⁵³.

Dado o histórico de interferência dos Estados Unidos na desestabilização do governo de João Goulart, nos primeiros anos da década de 1960, podemos dizer que a chave de leitura na qual instituições de estado, norte americanas, operam em prejuízo do interesse nacional brasileiro talvez seja a interpretação mais confortável, como podemos ver em “Democracia...”. De maneira que nossos analistas continuam ávidos para que provas cabais de

⁵¹ “Foi durante o primeiro mandato de Dilma, em 2013, que a colaboração premiada acabou sendo institucionalizada, por meio da sanção pela petista da Lei de Organizações Criminosas. Desde então, o instrumento tem sido uma ferramenta largamente utilizada pela força-tarefa da Operação Lava Jato, que sacudiu o mundo político e atingiu em cheio o PT, além do PMDB e do PP” [Dilma declarou que:] “Infelizmente assinei a lei que criou a delação premiada. Digo infelizmente porque ela foi assinada genericamente, sem tipificação exaustiva. E a vida mostrou que sem tipificação exaustiva ela poderia virar uma arma de arbítrio, de absoluta exceção” (Deutsche Welle, 2018, online).

⁵² Atualmente, Delgatti é investigado por invasão ao sistema do Conselho Nacional de Justiça a serviço da deputada recém cassada Carla Zambelli.

⁵³ Essa história é contada por Maria Augusta Ramos (2021), em seu filme “Amigo Secreto”, que posicionou suas câmeras na redação do Jornal El País. Esse filme faz um contraponto perfeito a “Polícia Federal: a lei é para todos”, filme que aproveita o auge da Lava Jato dirigido por Marcelo Antunes (2017).

colaboração informal externa se concretizem, uma vez que é possibilidade verossímil, ainda que o combate à corrupção transnacional tenha legislação definida.

As Causas do Impeachment

“Democracia...” frisa o apoio de parte das empreiteiras e parte do PMDB a Aécio Neves, que acaba sendo derrotado no pleito de 2014 por uma pequena margem. O PSDB aceita o resultado inicialmente, mas retrocede e contesta o resultado das eleições. Com a voz off: “Eu me pergunto se Aécio, ao questionar as regras do jogo democrático, imaginava as forças obscuras que ele estaria despertando” (Democracia em Vertigem, 2019, min, 33: 52). Simultaneamente se exhibe, na tela, várias imagens de Aécio. A referência é aos grupos de direita que exploraram o sentimento de repulsa à corrupção convocando manifestações por meio de redes sociais. Petra também observa a cobertura da mídia no decorrer de 2015: “[...] transmitindo cada detalhe das manifestações naturalizando seu caráter agressivo” (Democracia em Vertigem, 2019, min, 34: 48).

A questão econômica é descrita ao mesmo tempo em que se vê na tela as capas de revistas semanais, todas em tom crítico e negativo ao governo:

Depois de uma queda global no preço das commodities e uma série de erros econômicos, o país entra em recessão. Dilma quebra suas promessas de campanha, implementando um programa de austeridade. O desemprego chega a 8%, mais de 4 milhões de pessoas voltam à pobreza e a taxa de aprovação do governo cai para 9%. [com imagens de painéis] E é nesse clima que o Congresso aceita o pedido de impeachment contra Dilma (Democracia em Vertigem, 2019. min 34: 56 - 35: 20).

Em “Excelentíssimos” se faz um movimento de explicar a conjuntura do impeachment pelo passado. Esse passado é 2014. O foco do diretor é, de início, explicar o processo pela dinâmica do Congresso. Não conseguindo extrair das filmagens uma explicação para o que acontecia, a opção do diretor passa a ser o uso de materiais de arquivo e nesse sentido o impeachment passa a ter uma causa direta: Eduardo Cunha. Quando os movimentos de rua se aliam aos deputados da oposição a pressionar o presidente da Câmara, a voz off, com Duarte, diz o seguinte:

O destino de Dilma agora está nas mãos do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha do PMDB [...] Cunha e a metade oposicionista do PSDB sempre defenderam que o partido entregasse os cargos e abandonasse Dilma. [Em arquivo de entrevista de Cunha à imprensa:] o

governo não me engole, o governo tem uma oposição a mim e todos sabem disso. Eu vou pregar no Congresso do PMDB, em setembro, que o PMDB rompa com o governo, saia do governo, e eu, pessoalmente, a partir de hoje, me considero com um rompimento pessoal com o governo (Excelentíssimos, 2019, 12: 14 - 13: 14).

O rompimento de Cunha com o governo simplesmente o leva a aceitar o pedido de impeachment e declarar na imprensa que este será conduzido da forma mais isenta possível. Isso quando, já à época, todos observaram as circunstâncias em que Cunha aceitou o pedido, tendo se sentido desprotegido pelos deputados do Partido dos Trabalhadores diante da Comissão de Ética da Câmara.

Em “Impeachment...” a abordagem vai pelo caminho de desacreditar o sistema eleitoral de forma velada. As manifestações de rua, de 2014 e 2015, são caracterizadas como um despertar, possibilitado pelas novas organizações através da internet, em prejuízo da velha mídia. A defesa dos argumentos do pedido de impeachment é realizada de forma reiterada pelos entrevistados, com destaque para o jurista Ives Gandra:

Agora, no momento em que se mentiu [...] para o povo brasileiro, na eleição de 2014, em que a presidente Dilma disse que tudo estava bem, por que essas pedaladas fiscais, ...não, isso não é nada, é um empréstimo. Empréstimo proibido, não podiam fazer. A Lei de responsabilidade fiscal proibia, a Constituição proibia, não podia fazer mas fez... não, não foi nada, foram 40 bilhões de reais (Impeachment, 2017, min, 44: 49 - 45: 22)).

A edição do filme encaixa na sequência outro trecho de entrevista do jurista em que esse se refere ao editorial da Folha “Estelionato eleitoral”, de 17 de março de 2014, caracterizando o ajuste realizado pelo governo. Na sequência, a voz off descreve o cenário como que o país com uma grave crise econômica, uma presidente sem habilidade para governar e com baixíssima popularidade e as ruas cheias de manifestantes conduzidos por grupos de direita de diversos matizes, desde um liberalismo difuso até defensores de intervenção militar.

Em “O Processo”, Maria Augusta Ramos parece compor uma visão matizada dos problemas, mas, como todo seu material advém de suas filmagens do processo no Senado, sobressaem menos as questões econômicas. Os agentes envolvidos demonstram preocupações sempre com questões políticas e jurídicas. Demonstram ter consciência do quanto era ingrata a causa pela qual lutavam, sabendo que no resultado final encontrariam quase sempre a derrota, como de fato, agora, o sabemos que encontraram. Demonstram plena consciência das vicissitudes do governo Dilma e consciência também do que poderia vir a acontecer com

Lula. A ênfase é na política. Nesse sentido, nos traz as causas do impeachment pela compreensão da defesa e dos acusadores. Para José Eduardo Cardozo, Advogado Geral da União:

Este processo de impeachment não está sendo realizado em conformidade com a Constituição. Não há crime de responsabilidade, houve um pretexto, houve uma flagrante ilegalidade nesse processo, no período em que ele está sendo realizado na Câmara e é por isso que digo: em se realizando o impeachment nesses moldes, efetivamente haverá um golpe. É notório e fartamente documentado, por matérias da imprensa, e fatos notórios não precisam de provas, segundo o direito, que o senhor presidente Eduardo Cunha abriu esse processo no segundo imediato seguinte que a bancada do Partido dos Trabalhadores Não quis lhe dar os votos para que pudesse escapar do seu Conselho de Ética. Ou seja, ele tinha um processo a que estava submetido, perdeu apoio da oposição, que fez uma nota confessando que iria votar contra ele e, claramente, conforme vários dias antes, noticiado pela imprensa, ameaçou o governo: ou me dão os votos para me absolver do Conselho de Ética, ou então eu abro o impeachment. O PT soltou uma nota dizendo que não apoiaria e ele abriu imediatamente, imediatamente, esse processo de impeachment. Segundo lugar: não há dolo e não há ato. Quem gere este programa, o Plano Safra, não é a presidente da República, é Ministro da Fazenda. Como é que supera isso, senhor relator, o denunciante, ele [...] O primeiro é que ela fez conversas, que ela conversava sempre com o Arno. Conversas? [...] De onde se tira uma coisa dessa? Conversa se é ato jurídico? Conversa, e a prova da conversa é matéria de jornal, ela conversava sempre com o Arno, Secretário do Tesouro. E aí também diz o seguinte, que se não fosse isso [...], jogo duplo, se não foi esse ato é outro, é omissão. Omissão? Para que existe uma caracterização de característica omissiva, é necessário que eu tenha um dever específico descumprido. Qual é o dever específico descumprido? Nenhum! Invoca-se o Art. 84 da Constituição pra dizer que a Presidente da República gere todo o sistema. Então eu posso fazer um impeachment, porque alguém rouba um grampeador. Será isso (O Processo, 2019, min, 23: 58 - 26: 21)?

Já a defesa do impeachment, aparece nas palavras do senador Cássio Cunha Lima argumentando que:

Compete privativamente à presidente da República exercer a administração federal. E o que estamos discutindo aqui é exatamente a direção superior que foi dada ao Estado brasileiro, onde, dos últimos anos para cá, uma gestão tenebrosa, uma gestão irresponsável que empurrou o Brasil para a mais grave crise da sua história. Por que tudo isso fazia parte de um grande complô, ou de uma grande fraude fiscal, praticada pelo governo de forma proposital, para tentar ganhar as eleições de 2014. Ou seja, é o conjunto não de uma obra, mas é o coletivo de uma destruição. É coletivo de uma destruição que estamos discutindo nesse instante. Por que tudo foi feito, adredemente preparado, com o conhecimento, com a autorização da presidente da República que mentiu ao povo brasileiro (O Processo, 2018, min, 26: 23 - 27: 21).

Petra Costa, em “Democracia...”, faz uma breve menção às questões econômicas. Douglas Duarte, em *Excelentíssimos*, ressalta as questões políticas e o filme da *Brasil Paralelo* atribui as causas do impeachment ao estelionato praticado por Dilma e ao “despertar” do país, despertar esse que viria a resultar num “Brasil Paralelo”. A grande questão parece ser a de que um evento como o impeachment de Dilma Rousseff não parece passível de ocorrência com base em uma determinada causa específica, mas sim numa confluência de crises geradas por erros advindos de searas distintas.

Uma equação que os filmes parecem não ter montado suficientemente é a de Eduardo Cunha. É necessário lembrar que Eduardo Cunha despontou na política em um partido icônico da luta democrática contra a Ditadura, o PMDB e que adotou a sigla do partido artificial, o MDB, em que Castelo Branco despejou a oposição consentida a partir da dissolução do Congresso. Em “Democracia...”, Dilma qualificou Cunha, e não Temer, como o chefe da quadrilha. Porém se trata de uma quadrilha sem a qual Lula avaliou que sua sucessora não poderia governar a partir de 2010, afinal, o PMDB era o partido sem o qual não seria possível governar, devido ao tamanho de sua bancada, independentemente de qual partido chegasse ao poder. Eduardo Cunha chegou ao PMDB em 2003, tendo sido eleito pelo PP.

Cunha não se sentiu protegido e abriu o processo de Impeachment. A utilização do argumento de Cardoso é límpida em “O Processo”. Eduardo Cunha perdeu o apoio dos deputados do PT para se livrar da acusação na Comissão de ética. Cunha não podia aceitar o pedido de cassação da chapa Dilma/Temer, para sua própria sobrevivência.

No processo em que o psdb pedia a cassação da chapa Dilma/Temer, o financiamento da campanha de 2014 com dinheiro desviado pelas empreiteiras foi utilizado como argumento. Afinal, os juízes do tse não estavam implicados na Lava Jato. Eduardo Cunha não podia usar as delações no pedido de impeachment: ele mesmo era acusado pela operação, assim como um número enorme de parlamentares. Se o impedimento virasse uma votação sobre a validade das delações, o próprio Cunha votaria a favor de Dilma gritando: ‘Não! Vai! Ter golpe!’” (Barros, 2022, p. 480).

Cumprir observar que a defesa de Antonio Anastasia tivera que ser baseada em irregularidades menores. Assim, o coletivo de destruição era relativo a “[...] uma pedalada do Plano Safra de 2015 e a aprovação de créditos suplementares para o crédito rural sem a aprovação prévia do Congresso” (Barros, 2022, p. 480). Aquele que fora um antigo aliado,

Cunha, se tornara então um algoz.

O PT monta e desmonta sua base de sustentação

Principalmente em “Excelentíssimos”, o presidente da Câmara dos Deputados surge como que do nada em oposição à Dilma. Vamos recordar agora por outra pena como Eduardo Cunha ganhou relevância política. No primeiro governo Lula, a aliança oficial não pareceu necessária, mesmo com a crise do mensalão. Na visão de André Singer:

[...] é possível que o susto de 2005 — quando Aldo Rebelo (PCdoB-SP) venceu a escolha-chave para a Presidência da Câmara, em setembro, por apenas quinze votos (258 contra 243 para José Thomaz Nonô, do PFL de Alagoas) — tenha convencido o ex-presidente de que só uma coalizão integral com o PMDB permitiria estabilizar o seu segundo mandato (Singer, 2019, online).

Se essa visão for precisa, é a partir desse momento que Lula se convence da adoção de super maiorias parlamentares, prática criticada por Wanderley Guilherme dos Santos (2015), quando repetida no governo Dilma, que defendeu maiorias mais compactas.

Para o cientista político: “Uma coalizão menor, administrada de modo mais firme, pode ser tão eficaz quanto a atual, a custo político mais baixo. Para um Congresso de 513, se você tiver uma coalizão de 280, dá. Hoje, os que estão dentro foram chamados, paparicados, podendo sair para agradar outros interesses. Seria diferente numa coalizão sólida e compacta, cujos integrantes seriam bem premiados em troca de um apoio integral, franco (Santos, 2015, p. 176).

A relação entre PT e PMDB não teve apenas um desfecho complicado. Logo na montagem do primeiro governo José Dirceu fechou um acordo com Michel Temer para participação no governo. Entretanto, Lula desautorizou o acordo e escolheu para ministra das Minas e Energia Dilma Rousseff, em detrimento de um indicado de Temer, conforme fora antes negociado entre este e Dirceu. Uma segunda ruptura ocorreu quando o PT quis emplacar na presidência da Câmara um segundo mandato de João Paulo Cunha. A manobra seria possível com a aprovação de uma emenda com a qual o PMDB não concordou, já que apenas 15 de seus 78 deputados votaram favoravelmente ao governo. A aproximação veio a ocorrer com outra ala do PMDB, composta por José Sarney, Orestes Quécia, Maguito Vilela e Roberto Requião. A aliança mais duradoura foi com o ex-presidente José Sarney. Em 2002 a campanha de sua filha Roseana Sarney foi atacada por José Serra.

O cacique maranhense atraiu para a aliança com o nascente lulismo políticos como Renan Calheiros (AL), Amir Lando (RO), Romero Jucá (RR), que passou do PSDB para o PMDB em maio de 2003, e Sérgio Machado (CE), que havia deixado o tucanato em 2001 com o objetivo de se candidatar a governador do Ceará em 2002 pelo PMDB. Como fruto dessa aproximação, Machado foi nomeado, em 2003, presidente da Transpetro, importante subsidiária da Petrobras, encarregada dos dutos, terminais e transporte marítimo da estatal, onde permaneceria até o início de 2015 (Singer, 2019, online).

A crise do mensalão fizera que a ala do senado servisse de contenção para o PMDB da Câmara e o partido ficou com o as Minas e Energia. Ainda em 2004, Romero Jucá havia ganhado a Previdência e Eunício Oliveira as Comunicações. As Minas e Energia vieram em 2005. Até então, as pastas foram concedidas a nomes ligados a Sarney e Renan, que sustentavam a aliança com Lula, em prejuízo de Temer. Mas em 2007 Lula optou pelo acordo com o PMDB da Câmara, apoiando Arlindo Chinaglia (PT), e este sendo sucedido por Temer em 2009, também com apoio do PT. A respeito da presidência de Temer, parece não haver queixas do PT, conforme apurou Celso Rocha de Barros (Barros, 2022).

Como resultado da aliança:

É por meio desse acordo que o grupo de Temer finalmente passa a integrar a base do lulismo, indicando Geddel Vieira Lima (PMDB-BA) para o Ministério da Integração Nacional, Reinhold Stephanes para a Agricultura, Wellington Moreira Franco para uma vice-presidência da CEF e, pouco depois, Jorge Zelada para a Diretoria Internacional da Petrobras. Ao mesmo tempo, Lula acerta com o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, que comandava uma espécie de ala independente dentro do partido, a indicação de José Gomes Temporão para a Saúde (Singer, 2019, online).

Um detalhe digno de atenção é que Dilma Rousseff tentou vetar o nome indicado por Eduardo Cunha para a presidência para a Presidência da Furnas, estatal com receita bilionária que controlava 40% da energia produzida no país. Dilma não teve força o bastante e Lula nomeou para a empresa Luís Paulo Conde, nome do agrado de Cunha. O deputado era relator da prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), medida de interesse do governo. A escolha de Temer para a vice-presidência pode ter sido pavimentada pela renúncia à presidência do Senado de Renan Calheiros e do ocaso de José Sarney, também na presidência da Câmara Alta, em 2009, sofrendo uma onda de denúncias que o isolaram⁵⁴.

⁵⁴ As acusações contra Sarney envolviam quebra de decoro, por omitir bens da Justiça Eleitoral e utilização indevida de recursos públicos, por parlamentares do PSOL, do PSDB e do PDT. Em conjunto com Renan

A trajetória de Eduardo Cunha havia sido iniciada com a presidência da Telerj em 1992, conduzido pela mão de PC Farias, cargo em que já sofreu uma acusação de fraude em listas telefônicas. Fernando Henrique Cardoso o vetou na direção comercial da Petrobras por suspeita de grampo telefônico, conforme anotou em seu diário:

Hoje voltei a imaginar o Mendonça presidente da Petrobras. Fico irritado de não dar uma resposta à altura contra essa canalhice vigente no Brasil, e também porque já sei, quase em detalhe, o que foi aquele grampo [do BNDES]. Infelizmente o que eu sei não é transmissível, porque não há provas, mas há envolvimento até mesmo do serviço de informações [SSI e Abin] — o general Cardoso não sabe disso — com aquele Eduardo Cunha e venda desse material ao interessado, que depois o usou para fazer o estrago que fez.

Na verdade, na história do grampo, o “porão” está aí na ativa, ex-funcionários, ex-arapongas, e o que mais me preocupa é um araponga atual (Cardoso, 2016, online).

Em 2000, na presidência da Companhia Estadual de Habitação no Rio de Janeiro (Cehab), Cunha também foi acusado de fraude. Com a eleição de Dilma, a relação com o PMDB voltou a se complicar: a Saúde e as Comunicações voltaram para as mãos do PT, com Alexandre Padilha e Paulo Bernardo respectivamente. O PMDB ficou com a Previdência e o Turismo, com Garibaldi Alves e Pedro Novais, este indicação de Sarney. No cômputo geral houve perda de espaço.

O acordo com o PMDB, realizado por Dirceu e desautorizado por Lula, adiou a aliança com a ala de Temer: “Em 20 de dezembro de 2002, Lula anunciou que Dilma Rousseff seria a ministra de Minas e Energia e não um indicado de Temer, como Dirceu havia acertado. Mesmo sem acordo com o PMDB da Câmara, o PT conseguiu apoio para eleger o presidente da casa em 2003” (Singer, 2018, online).

A aproximação entre o PT e o PMDB da Câmara veio mais tarde depois do caso do mensalão. Para a manutenção do poder no Partido dos Trabalhadores a aliança com Temer foi enxergada como necessária por Lula. Lula, que havia escolhido Dilma para lhe suceder, e Temer, que apostava Cunha como garantia de que Dilma ficaria sob controle, principalmente depois que este ganhou as eleições da presidência da Câmara, concorrendo contra Arlindo Chinaglia, candidato do governo. Dilma, que havia desmanchado o pacto lulista, retirando da Petrobras os representantes da base que Lula havia montado, e que fora entusiasta da Lava Jato, no início de seu segundo mandato, não tinha o apoio da presidência da Câmara, que

Calheiros, Sarney também foi acusado da emissão de “atos secretos”, medidas administrativas realizadas para a contratação de parentes e correligionários, sonegação de impostos por compra de terras e manipulação do mercado de crédito consignado do Senado (Ceolin; Metais, 2009, online). Sarney não perdeu o cargo pelas denúncias.

sempre deu mostras de utilizar de métodos escusos para alcançar seus interesses.

O segundo mandato de Dilma parecia apresentar um dilema, não apenas a Dilma, mas também ao PT. Como enfrentar um presidente da Câmara dos deputados como Eduardo Cunha? Devemos lembrar que o mesmo Cunha também era perseguido pela a mesma Operação Lava Jato que havia devorado petistas que não receberam o braço amigo, ou sequer um abraço da presidente, lembrando da entrevista trazida por Petra Costa. A interpretação dada por José Eduardo Cardozo, transcrita acima, em “O Processo”, mostra a exata necessidade que Cunha tinha dos votos do PT para escapar do Conselho de Ética da Câmara.

Quando talvez todos pensassem que o PT ajudaria Cunha, quando Dilma já fora acusada de ter realizado estelionato eleitoral por fazer um programa econômico inverso ao qual servira de plataforma eleitoral para sua vitória de 2014 sobre Aécio Neves. Quando talvez boa parte dos deputados petistas pensassem que uma boia de resgate para Cunha fosse um mal necessário para manter a própria cabeça de Dilma sob seu pescoço, quando pensassem, inclusive que a faxina já havia expirado no primeiro mandato, Cunha foi entregue. Imediatamente aceitou o pedido de Impeachment confeccionado por Janáina Paschoal e Reale Jr.

Os cálculos do PT também devem ser equacionados para entender a situação. Como a percepção de Maria do Rosário que afirmou que a população não perdoaria o partido por uma transigência com Cunha e a atitude de Rui Falcão ao recomendar exatamente o contrário do que seus deputados acreditavam que fosse a orientação até implícita do Partido. Vejamos como Rosário e Falcão descrevem a situação:

“Dizem que sou o responsável pelo impeachment”, diz Rui Falcão. Em dezembro de 2015, Falcão era o presidente do Partido dos Trabalhadores. No dia 2, o Conselho de Ética da Câmara dos Deputados decidiria se iniciaria o processo de cassação de Eduardo Cunha. Quem conta é a deputada petista Maria do Rosário: “Eduardo Cunha tentou negociar conosco. No Conselho de Ética ele disse textualmente: se vocês fizerem isso [votar a favor do início do processo de cassação], eu vou encaminhar o impeachment”. A bancada do pt, entretanto, resolveu negar apoio a Cunha. O custo de imagem para o partido seria altíssimo: “Nós perderíamos a sociedade”, lembra Rosário. Além disso, ninguém confiava que Cunha desistiria de modo permanente do impeachment. Na véspera da votação, Rui Falcão estava almoçando quando viu uma entrevista com o deputado petista Zé Geraldo, do Pará, um dos membros do Conselho de Ética. A entrevista dava a entender que os membros do pt no órgão absolveriam Cunha. Falcão concluiu: “Não dá tempo para mais nada além de um tuíte”, e tuitou: “Confio que nossos deputados, no Conselho de Ética, votem pela admissibilidade”. Foi uma iniciativa ousada. “Se eu tivesse consultado todo mundo não ia dar tempo, eu teria sido derrotado.” Um dos deputados petistas no Conselho de Ética ligou para Falcão e perguntou: “Presidente, que merda é essa?”. A

perplexidade sugere que havia um acordo do governo Dilma com Cunha, um assunto sobre o qual há várias versões. Em uma entrevista de 2018, Michel Temer também deu a entender que havia um acordo com Cunha: “O deputado Eduardo Cunha, estando comigo na ocasião, me disse: olhe, eu não vou colocar em votação a questão do impedimento e vou arquivar todos estes pedidos de impedimento da sra. presidente. [...] Muito bem, no dia seguinte, o que aconteceu foi que o pt agrediu muito o presidente da Câmara e, em face desta agressão, ele não teve outra alternativa” (Barros, 2023, p. 472).

Era uma situação de cheque. Parecia não haver como confiar que Cunha honraria um acordo proposto por ele mesmo, talvez fosse questão de tempo até a próxima chantagem. O presidente da Câmara tornara marcante seu estilo de nunca retroceder no afã de atingir seus objetivos por meios escusos e chantagens. Por outro lado, em se dando o voto de confiança a Cunha era uma mensagem ruim a que a bancada do PT passaria, de maneira que a fumaça que havia em torno das denúncias faria o acordo ser explorado pela mídia.

Uma maneira de entender a situação é a perspectiva apontada por Fernando Limongi (2024) a de relativizar a personalidade. Ou as personalidades, na medida em que o autor adotou a mesma perspectiva para Dilma Rousseff. No caso do então presidente da Câmara tal perspectiva implicou na reconstituição da carreira de Eduardo Cunha, aqui sintetizada informalmente:

O Cunha, [...] ele só chorou duas vezes em público, aquele dia em que ele foi cassado e um dia em que ele assistiu um copião do Lula filho do Brasil. Ele sai em prantos da exibição. Ele era um lulista de carteirinha. Ele é o principal armador, ou articulador, da campanha de 2010 da Dilma. Sem ele o acordo com o PMDB não teria saído. Ele costurou o acordo com o PMDB aqui no Rio de Janeiro e costura em Minas Gerais, onde a inversão que foi necessária fazer foi animal, porque ali o PT era amiguinho do PSDB, via Aécio e o PMDB era à direita. Ele precisa trazer o PMDB pra cá e fazer o PT apoiar o candidato do PMDB ao governo, que é o, ministro das Comunicações, Hélio Garcia, e aqui apoiar o Sérgio Cabral. [...] Em que o Sérgio Cabral é eleito, o Cunha briga com o Sérgio e diz: Sérgio Cabral não sabe dividir governo, o Sérgio Cabral quer o governo só pra ele, ele não sabe fazer acordo, a mesma coisa que ele vai dizer sobre a Dilma depois de 2014. E tem gente que diz que a Dilma não sabe gerir a coalizão com base nessa declaração (Limongi, 2024, min 02: 01: 26 - 02: 03: 15).

Independente das vinculações anteriores de Cunha⁵⁵ com o PT o que sabemos é que este aceitou um pedido de Impeachment depois de ter sido um presidente da Câmara notoriamente truculento. Seu *modus operandi*, se valendo de aliados em cargos estratégicos,

⁵⁵ Parece ser tendência desde sua gestão na presidência da Câmara, um aumento da autonomia do parlamento em relação à presidência do Executivo, que se manteve com Rodrigo Maia, aumentou exponencialmente com Arthur Lira e parece, até o momento, seguir a mesma trajetória com Hugo Motta.

foi fustigar o governo quando viu seus prepostos atacados, fazer chantagem nas negociações e e utilizando de vitimismo perante a imprensa

CONCLUSÃO

O evento ao qual nos dedicamos, a destituição de Dilma Rousseff, talvez tenha tido a especificidade de ter sido ponto de confluência de várias dimensões que corriam em paralelo, tanto na história do nosso país quanto na história mundial. Atravessamos, em 2013 quando surgiram as manifestações, o terceiro mandato do Partido dos Trabalhadores capitaneado por uma presidente cuja eleição por si só talvez transmitisse a sensação de que o rumo do país rumava para um bom lugar. A chefe do poder Executivo era mulher, elemento que nos seduziu, a todos que anseavam por um país mais democrático, não apenas a Petra Costa, como mostrou no seu “Democracia...”, no sentido de que o país poderia caminhar a largos passos para romper com a dominação masculina e todos os tipos de desigualdades que afetam as mulheres.

Havia outro elemento ainda, Dilma Rousseff era uma mulher ex-guerrilheira da estirpe daqueles que em 1968, a partir da implantação do AI - 5, havia aderido à resistência armada contra o arbítrio da ditadura militar e com o horizonte à época de promover uma revolução socialista. A mensagem dada pelo STF em 2010, rejeitando o pedido da OAB em revisar a Lei de Anistia operou no sentido de proteger, com impunidade, os torturadores da ditadura, já era sinal claro de que no Brasil os passos em direção ao futuro são muito lentos. O governo usou de popularidade para instalar uma Comissão da Verdade tardia, porém, sem poder de punição, em relação às violações de direitos humanos. Foi um compromisso do Estado brasileiro com as vítimas da ditadura, firmado nos termos de alguma reparação, porém sem a justiça. Elemento necessário para sinalizar aos saudosistas da ditadura militar de que a sociedade não toleraria nenhuma regressão autoritária. Além disso, conseguir punir os responsáveis pela tortura da ditadura, aos olhos de hoje, era elemento imprescindível que indicava a conjunção de forças no período em que foi instituída a Comissão da Verdade.

Os defensores da tortura, e torturadores, protegidos pela legislação, iniciaram o serviço de levantar a bandeira de revanchismo, de reabertura das feridas do passado, reativando a memória positiva da ditadura, em lugares onde ela havia hibernado. De forma mascarada, um dos promotores dessa memória é a produtora Brasil Paralelo. Como foi mostrado em seu filme “Impeachment...”, petistas e tucanos são socialistas de linhagens diferentes que aparelharam as instituições, num simulacro de disputa pelo poder. Na visão desses, isso foi possível apenas pela leniência dos governos militares para com os comunistas que não aderiram à luta armada.

Desde o primeiro governo petista, nossas expectativas com relação ao futuro

talvez estivessem eivadas de passado. A formulação do discurso de Lula na posse de seu primeiro mandato se referindo ao “recontro do Brasil consigo mesmo”, trazido em “Democracia...” e em “Impeachment...”, pode ser indicativo disso. A considerar a quantidade de injustiças cometidas em toda nossa história, talvez um país justo não pudesse ser reencontrado, mas teria que ser inventado, considerando o significado que o momento carrega. Essa promessa de reencontro só pode ter sido feita depois de outra, na “Carta ao povo brasileiro” a que prometia aos mercados honrar os compromissos do liberalismo e deixar o futuro de lado, ou tentar caminhar em direção a ele com passos muito lentos. O que parece ter dado certo, uma vez que o arranjo do lulismo, que para Singer (2012) é uma invenção, enquanto combinação de aumento real de salários, acesso facilitado a crédito e criação de programas assistenciais, constituíram uma base social importante para o Partido dos Trabalhadores. Em que pese uma dose de sorte, considerando o cenário internacional favorável ao Brasil como país exportador de commodities.

Com Dilma, a nova matriz econômica era uma resposta a uma demanda do empresariado em que a presidente poderia ter visto a oportunidade de um pacto entre capital e trabalho onde o Estado daria suporte a uma política de viés industrialista ao estilo de um desenvolvimentismo, não mais suportado em moldes capitalistas. Diante das questões econômicas elencadas por Singer (2018), nos parece que a produção de trabalhadores com direitos, como os da CLT varguista, não estaria nos moldes da acumulação capitalista implementada com a reestruturação produtiva da década de 1990. O que pode explicar as declarações do então presidente da Fiesp, Paulo Skaf, e da campanha da instituição com os patos de borracha, mostrados no “Excelentíssimos” de Duarte (2019). Os empresários não obtiveram os resultados esperados e não quiseram pagar o pato, retirando o apoio ao governo.

Em “Democracia...” (2019), o então deputado federal Jean Wyllys afirmou que o motivo da queda de Dilma era cutucar onças com varas curtas, numa menção à guerra contra o alto spread bancário do período, pois esta havia forçado a diminuição do preço dos juros mediante a diminuição das taxas cobradas pelos bancos públicos. Diante desse cenário das questões econômicas, dificilmente teríamos uma interrupção de mandato. A vitória nas eleições de 2014, demarca este cenário. No entanto, Dilma em 2015, apresentou à população uma posição mais austera do cenário econômico e, por conseguinte, iniciou uma recessão. Podemos dizer que, talvez o PT tivesse que arcar com o preço do ajuste pretendido pelo governo, ou ainda, não fossem estes por alguns elementos exógenos à seara econômica, mas talvez movimentados por alguns fios movidos por esta mesma.

É também em “Democracia...” (2019) que se confere mais peso ao não

reconhecimento do PSDB à vitória do PT nas eleições de 2014 e se mostra uma predileção pouco republicana entre o então juiz da décima terceira vara de Curitiba e políticos tucanos. A Operação Lava Jato, por seu turno, tem seus desdobramentos tratados como elementos de grande peso nos filmes que constituem o corpus documental deste trabalho, com exceção de “O Processo”, Ramos (2019), centrado nos elementos políticos. É necessário reconhecer: a operação contou de início com apoio de Dilma. “Impeachment...” Brasil Paralelo (2017) e “Não vai ter golpe” MBL (2019), exploram em larga medida os resultados da Operação, com sede em Brasília e Curitiba, para reforçar o argumento do PT como responsável pelo maior escândalo de corrupção do país. Em “Democracia...”, Moro é descrito como tendo sido treinado nos EUA, elemento plausível dado o comprovado histórico de intervenção estadunidense na política brasileira nos anos que precederam o Golpe de 1964, mas não comprovado apenas pelos convênios internacionais de combate à corrupção dos quais o Brasil participa.

Os desdobramentos da Operação, condução coercitiva de Lula, vazamento de grampos ilegais da presidência da República, conversa entre Dilma e Lula, bem como grampos das conversas entre Sérgio Machado e Romero Jucá, Aécio Neves e Joesley Batista e Joesley Batista e Michel Temer são reproduzidos em “Democracia...” e “Excelentíssimos”, enfatizando a indústria de vazamentos seletivos que tornou a Operação Lava Jato num jogo de interesse mútuo entre Imprensa e Judiciário. Para além das preferências ideológicas dos dois setores, com integrantes provenientes da classe média, e do valor da notícia como mercadoria, estabelecia-se naquela conjuntura uma relação relação viciosa entre os dois setores que talvez, nos filmes, não tenham figurado tanto. A imprensa, utilizada como ferramenta política de um judiciário que não poupava expedientes para alcançar os escalões mais altos da política e das suas relações com empresários.

Ironicamente, foi a Lei n. 12.850/2013, sancionada por Dilma e apoiada pelo PT, que permitiu a razia que a Operação Lava Jato realizou na política. Evidentemente a operação utilizou o instrumento da delação premiada de maneira abusiva, aprisionando agentes financeiros e empresários para forçar delações e atingir alvos certos. Singer (2018), considerou o apoio inicial de Dilma à Lava Jato como “ensaio republicano”, o saneamento que a presidente tentava implementar, principalmente na Petrobrás, com objetivo de acelerar o seu “ensaio desenvolvimentista” da nova matriz econômica. No primeiro mandato, esse apoio à Operação custou apoio à presidente, inclusive, de alguns setores de seu próprio partido. Dilma também realizou demissões na Petrobras que abalaram o acordo montado por Lula na gestão anterior, o que fez uma ala do PT passar a agir sinergicamente com Eduardo Cunha,

pelo menos até que aquela situação ainda não tivesse se tornado insustentável, o que se deu no segundo mandato.

Na medida em que Cunha também era investigado da Lava Jato, necessitou de apoio do PT para se livrar da Comissão de Ética da Câmara dos Deputados. Apoio que foi negado no início de dezembro de 2015. Estas questões são mais tratadas em “Democracia...” e “Excelentíssimos...”, talvez enfatizando pouco que Dilma poderia ter sido salva se o PT tivesse dado os votos a Cunha. Até o julgamento da Comissão de ética, o presidente da Câmara manobrava com os pedidos de Impeachment que chegavam ao seu domínio tentando se utilizar de expediente que lhe era caro, a chantagem. Numa Comissão de Ética o PT, outrora conhecido como partido da ética, votou com ética, mas o presidente da Câmara aceitou um dos pedidos de impeachment, aquele que fora assinado por Janaína Paschoal, Miguel Reale Jr e, muito simbolicamente, Hélio Bicudo. Por outro lado, salvar a pele de Cunha seria para o PT um desgaste fartamente explorado pela imprensa e difícil de se dimensionar as consequências. Sem contar que, devido à personalidade do então presidente da Câmara, era difícil confiar que este não voltaria à carga contra o governo.

As manifestações de rua que, em “Não vai ter golpe” (2019), os integrantes do MBL superdimensionam o impacto político, conforme Limongi (2023), já não eram fortes o bastante, entre o final de 2015 e 2016, para interferir no processo. O determinante para o autor foi a Operação Lava Jato. Em “O Processo”, Maria Augusta Ramos (2019) mostra com suas câmeras como tramitou o impeachment no Senado transmitindo a impressão de que se tratava de jogo que já havia sido jogado. Perderam o PT e as esquerdas e Dilma Rousseff foi destituída da presidência da República.

Durante o processo de Impeachment e nos anos que se seguiram intelectuais, militantes e ativistas à esquerda denominaram o evento como “Golpe de 2016”. Especialmente, porque o governo de Michel Temer foi de desmonte de direitos, principalmente com uma Reforma Trabalhista. Os cineastas da esquerda democrática, ainda que não tenham adotado explicitamente nos filmes a ideia de golpe, são partidários de que ocorreu um golpe, não um golpe de Estado, clássico, mas um golpe parlamentar. Enquanto o termo impeachment, mecanismo previsto na Constituição, foi confortavelmente utilizado nas peças da direita ideológica. Mesmo em “Impeachment...”, da Brasil Paralelo (2019), havendo uma crítica aos motivos do Impeachment de Fernando Collor, aquele parece legitimar o impeachment de Dilma.

A nosso ver, a nomeação do evento da destituição de Dilma Rousseff como “golpe”, em textos e coletâneas providas da Universidade foi gesto de desagravo e luta política que

reverberou para o cinema. Essa interpretação também ganhou vitalidade na medida em que foi retroalimentada num período de reativação de uma memória positiva da ditadura militar cujo beneficiário maior foi Jair Bolsonaro, que reivindicou para si o espírito de 1964 em seu fatídico voto na Câmara dos Deputados pelo afastamento de Dilma Rousseff. Voto este que serviu de material em “Democracia...”, “O Processo” e “Excelentíssimos”.

A noção de “golpe parlamentar” que conseguiu transitar entre intelectualidade e ativismo, Santos (2017); Singer (2018), pode encontrar concorrência na interpretação, por exemplo, em Limongi (2023) para quem a queda de Dilma se deu principalmente pela ação da Operação Lava Jato, na medida em que esta pode ter sido responsável por ter feito o sistema político refazer suas alianças em busca de proteção.

A noção de impeachment, por seu turno, para o evento é muito problemática. Mesmo sendo um dispositivo constitucional, Dilma foi considerada inocente em relação aos motivos do Impeachment, no caso, crime de responsabilidade e pedaladas fiscais. Considerando que houve um processo formal em que a presidente foi destituída, podemos concluir com Mafei (2021) se tratar de Impeachment ilegítimo.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Allan. (2018. outubro 19) Pelo Porto de Santos, duas décadas de propinas. **Piauí**. Recuperado de: <https://piaui.folha.uol.com.br/pelo-porto-de-santos-duas-decadas-de-propinas/>.

AB'SÁBER, Tales. **Dilma Rousseff e o ódio político**. São Paulo: Editora Hedra, 2015.

AB'SÁBER, Tales. **Lulismo**, cultura pop e cultura anticrítica. São Paulo: Editora Hedra, 2011.

ADRIANO, Carlos. (2023. dezembro 12) Ozu filmou desespero humano com contenção sóbria de um haicai. **Folha de São Paulo**. Recuperado de: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2023/12/ozu-filmou-desespero-humano-com-contencao-sobria-de-um-haicai.shtml>.

AGÊNCIA SENADO. Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. **Agência Senado**. Recuperado de: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>.

ALESSI, Gil. (2016. dezembro 09) Foto de Moro e Aécio rindo juntos eletriza as redes em pleno caos no país. **El País**, Brasil. Recuperado de: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/07/politica/1481121036_884537.html.

ALVES, Giovanni. GONÇALVES, Mirian. TONELLI, Maria Luiza Quaresma. **Enciclopédia do Golpe**: Vol 1. Bauru: Canal 6 editora, 2017.

ALENCASTRO, (2016. agosto 16) Catarina; FERNANDES, Leticia; JUNGBLUT, Cristiane. Dilma lê carta aos brasileiros e defende plebiscito para novas eleições e reforma política. **O Globo**. Recuperado de: <https://oglobo.globo.com/politica/dilma-le-carta-aos-brasileiros-defende-plebiscito-para-nova-s-eleicoes-reforma-politica-19932010>.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (2009. outubro 25) Os riscos do vice-presidencialismo. **Folha de São Paulo**, tendências/debates. Recuperado de: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2510200908.htm>.

ALONSO, Angela. **Treze: A Política de Rua de Lula a Dilma**. São Paulo: cia das Letras, 2023.

ALVES JUNIOR, Antonio José; CAMPOS, Pedro Henrique Pereira; JORGE, Vladimir Lombardo. **O Golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil**: curso de extensão realizado na UFRRJ. Seropédica: Ed. da UFRRJ, 2021.

ANDRADE, Carlinhos. ANTUNES, Otávio. (2022. maio 18) **A Trama**. Lira Filmes/Pixys Produções.

ANTUNEZ, Marcelo. Polícia Federal: A Lei é Para Todos. **Downtown Filmes**.

ARAUJO, Inácio. (1999. dezembro 22) Robert Bresson (1901- 1999): O cineasta que odiava o cinema. **Folha de São Paulo**. Recuperado de: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2212199908.htm>.

ARQUIVO, Edgard Leuenroth. (2022. julho 18) Leon Hirszman. **Arquivo Edgard Leuenroth**. Verbete. Recuperado de: <https://ael.ifch.unicamp.br/index.php/node/145>.

AVELAR, Idelber. **Eles em nós**: retórica e antagonismo político no Brasil do século XXI. Rio De Janeiro: Record, 2021.

AZEVEDO, Reinaldo. (2006. dezembro 22) Lula, o torneiro-mecânico. **Veja**, Blog do jornalista Reinaldo Azevedo: política, governo, PT, imprensa e cultura. Recuperado de: <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/lula-o-torneiro-mecanico>.

BADARÓ, Marcelo. [et.al.] Lula. **Atlas Histórico do Brasil**, FGV CPDOC. Recuperado de: <https://atlas.fgv.br/verbete/3036>.

BARROS, Celso Rocha de. (2023. abril 10) Roda Viva | Celso Rocha de Barros. **Roda Viva**/Tv Cultura. Recuperado de: <https://www.youtube.com/live/TTU8EoQYK00?si=dOtNW40BLBcYnU3I>.

BARROS, Celso Rocha de. **PT**: uma história. São Paulo: Cias das Letras, 2022.

BAUER, Caroline Silveira. (2024. maio 06) 60 anos de 1964 e o fomento a uma política de esquecimento. **Revista Lua Nova**. Recuperado de: <https://boletimluanova.org/60-anos-de-1964-e-o-fomento-a-uma-politica-de-esquecimento/>.

BBC. (2021. junho 7) Exclusivo: Congressistas dos EUA pedem que governo Biden explique como foi cooperação entre americanos e Lava Jato. **BBC News/Brasil**. Recuperado de: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57392099>.

BBC. (2016. abril 16) Discurso de Bolsonaro deixa ativistas ‘estarecidos’ e leva OAB a pedir sua cassação. **BBC News Brasil**, nota. Recuperado de: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb.

BERNARDET, Jean-Claude; RAMOS, Alcides Freire. **Cinema e História do Brasil**. São Paulo: Verona, 2013.

BERNARDET, Jean-Claude. **O que é Cinema**. São Paulo: Nova Cultural, Brasiliense, 1985.

BELIC, Gabriel. (2025, fevereiro 13) É falso que USAID tenha financiado Smartmatic para atuar nas eleições de 2022. **O Estado de São Paulo/Estadão Verifica**. Recuperado de: <https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/usaaid-500-mil-smartmatic-urnas-eleicoes-2022-falso/?srsltid=AfmBOooLi04bqdO2SflrUS84eCRo8QSG1DiEXbuf3c5Us-xdbRFbFce>.

BOLETIM DA LIBERDADE. (2018. julho, 19) Brasil Paralelo: em entrevista exclusiva, conheça a origem dos documentários que fazem sucesso na Internet. **Boletim da Liberdade**. Recuperado de: <https://www.boletimdaliberdade.com.br/2018/07/19/brasil-paralelo-em-entrevista-exclusiva-conheca-a-origem-dos-documentarios-que-fazem-sucesso-na-internet/>.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Em busca do desenvolvimento perdido**: um projeto novo-desenvolvimentista para o Brasil. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

BRITO, Eduardo Manoel de. Leituras políticas de obras de Franz Kafka na imprensa brasileira. **Revista Histórica Online**, 23 jul. 2007. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao23/materia01/> Acesso em: 18 jun. 2024.

BRONZATTO, Thiago; COUTINHO, Filipe. (2015. abril 17) Documentos revelam que Palocci recebeu R\$12 mi de empresas quando coordenava a campanha de Dilma em 2010. **Revista Época**. Recuperado de: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/04/documentos-revelam-que-palocci-recebeu-r12-mi-de-empresas-quando-coordenava-campanha-de-dilma-em-2010.html>.

CAPELATO, Maria Helena; MORETTIN, Eduardo. NAPOLITANO, Marcos., SALIBA, Elias Thomé. **História e cinema: dimensões históricas do audiovisual**. São Paulo: Alameda, 2011.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Diários da Presidência**: volume 2 (1997-1998). São Paulo: Cia das Letras, 2016.

CARDOSO, Maurício; AIDAR, Rodrigo. (2006. outubro 29) Juntos, PT e PSB garantem vitória em oito estados. **Conjur**. Recuperado de: https://www.conjur.com.br/2006-out-29/juntos_pt_psb_garantem_vitoria_oito_estados#author.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **As armas e os varões**: a formação de Dilma Rousseff. In: WERNECK, Humberto. **Vultos da República: os melhores perfis políticos da revista piauí**. São Paulo: Cia das Letras, 2010a.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mares nunca dantes navegados**: Dilma Rousseff da prisão ao poder. In: WERNECK, Humberto. **Vultos da República: os melhores perfis políticos da revista piauí**. São Paulo: Cia das Letras, 2010b.

CARVALHO, Olavo de. (2013. junho 19) A Primeira Vítima. **Diário do Comércio**. Recuperado de: <https://olavodecarvalho.org/2013/06/>.

CASTRO NETTO, David A.; PEREIRA, Márcio J.. A Crise da democracia liberal e as jornadas de junho de 2013. **Faces da História. Assis**, v. 10, n. 2, p. 39-60, 2023.

CEOLIN, Adriano; MATAIS Andreza. (2009. julho 30) Conselho de Ética recebeu 11 acusações contra Sarney. **Folha de São Paulo**. Recuperado de: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc3007200908.htm>.

CHAUÍ, Marilena. (2013. junho 26) Marilena Chaui: As manifestações de junho de 2013 em São Paulo. **Teoria e Debate**. Recuperado de: <https://mst.org.br/2013/06/26/marilena-chaui-as-manifestacoes-de-junho-de-2013-em-sao-paulo/>.

CHAVES, L. G. Mendes. minorias e seu estudo no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**. v.2, n.1. p. 149-167.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.11, n. 5, jan/abr, 1991.

COELHO, Tiago. (2019. julho 30) Memória Desarmada: diretora de democracia em vertigem retira armas de foto histórica e abre discussão sobre alteração de imagens em documentários. **Revista Piauí**. Recuperado de: <https://piaui.folha.uol.com.br/memoria-desarmada/>.

COSTA, Carlos Augusto; TAPAJÓS, Renato Carvalho. Entrevista com Renato Carvalho Tapajós - apresentação. **Literatura e autoritarismo**. Recuperado de: http://w3.ufsm.br/literaturaeautoritarismo/revista/dossie02/art_11.php.

COSTA, Florência. (2005. fevereiro 09) Dissidências e reencontros. **Isto é**, matéria. Recuperado de: <https://tinyurl.com/5da3t79y>.

COSTA NETO, Pedro Leão da. Política e Ação Educativa no Pensamento de Karl Korsch (1912-1922): sobre a influência dos socialistas fabianos. **Revista Novos Rumos**. Marília, v. 51, n. 1, 2014.

COSTA, Petra. (2019) Democracia em Vertigem. **Netflix**. 2019.

CPDOC FGV. (2013. fevereiro 26) Memória do Cinema Documentário Brasileiro: histórias de vida. **FGV CPDOC/Entrevista**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/entrevistados/joao-batista-andrade>.

CPDOC FGV. Entrevista com Fernando Henrique Cardoso (2011. outubro 19). **Projeto Memória das Ciências Sociais no Brasil**, entrevista. Recuperado de: <https://youtu.be/Ud6b4FzOGck?si=js1C28xbatyXoDOP>.

CPDOC FGV. (2009. junho 08) Trajetória e Pensamento das Elites Empresariais de São Paulo. CPDOC FGV. Recuperado de: <https://cpdoc.fgv.br/entrevistados/paulo-skaf>.

CPDOC FGV. Caras Pintadas, verbete. Recuperado de: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/caras-pintadas>.

CPDOC FGV. Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). **Atlas FGV**, verbete. Recuperado de: <https://atlas.fgv.br/marcos/governo-fernando-henrique-1995-2003/mapas/o-governo-fernando-henrique-em-1995>.

CORDEIRO, Janaina Martins. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo: direitas participação política e golpe no Brasil, 1964. **Revista de História**. São Paulo, n. 180, 2021.

COSTAS, Ruth. (2014. outubro 5) Cinco razões que explicam a queda de Marina. **BBC Brasil**. Recuperado de: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/10/141003_marina_queda_ru.

COUTINHO, Eduardo. (2004) **Peões**. Video Filmes.

DIEGUEZ, Consuelo. (2010. Junho) A cara do PMDB: Quem é, de onde veio e o que quer o chefe do maior partido brasileiro e candidato a vice-presidente de Dilma Rousseff. **Piauí**, Vultos da República. Recuperado de: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-cara-do-pmdb/>.

DE BAETS, Uma teoria do abuso da História. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 33, n. 65, p. 17-60, 2013.

DOMINGUES, José Maurício. A Dialética da Modernização Conservadora e a Nova História do Brasil. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 459-482, 2002.

DOSSE, François. História do Presente e Historiografia. **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v.4, n.1, p. 5-22, 2012.

DUARTE, Douglas. Excelentíssimos. **Vitrine Filmes**. 2018.

ENDERS, Armelle Jeanne. (2016. agosto 7) "Va-t-en Temer !": les Brésiliens, les Jeux Olympiques et le coup d'État. **Le Nouvel Observateur**. Recuperado de: <http://leplus.nouvelobs.com/contribution/1547245-va-t-en-temer-les-bresiliens-les-jeuxolympiques-et-le-coup-d-etat.html>.

EL PAÍS. (2019. junho 19) Moro advertiu Lava Jato sobre risco de “melindrar” FHC com investigação, diz ‘The Intercept’. El País, Brasil. Recuperado de: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/19/politica/1560895434_267120.html.

EL PAÍS. (2015. março 22) “Pagamento de propina na Petrobras transcende o PT e o PSDB”. **El País**, Brasil. Recuperado de: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/18/politica/1426706268_112230.html.

SCOREL, Eduardo. (2025. abril 02) A Cultura do Documentário no Brasil. Revista Piauí. Recuperado de: <https://piaui.folha.uol.com.br/documentarios-30-festival-tudo-verdade/>.

SCOREL, Eduardo. (2019. maio) A Direita na Tela notas sobre um panfleto audiovisual. Revista Piauí. Recuperado de: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/direita-na-tela/>.

EVANS, Richard. **Terceiro Reich Na História e Na Memória**: Novas Perspectivas Sobre o Nazismo, Seu Poder Político, Sua Intrincada Economia e Seus Efeitos na Alemanha do Pós-guerra. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da Nova República**: da transição democrática à crise política de 2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FERREIRA, Rodrigo de Almeida. **Luz, Câmera e história**: práticas de ensino com cinema. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. Tradução: Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FGV. (2018. maio 10) Entrevista com Fernando Henrique Cardoso. **FGV**, YouTube. Recuperado de: https://youtu.be/Ud6b4FzOGck?si=fkEsg-5nJcC_IxRd.

FGV IBRE. (2017. maio 26) O Pac valeu a pena. **FGV IBRE**/Blog do IBRE. Recuperado de: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/o-pac-valeu-pena>.

FICO, Carlos. **Utopia autoritária brasileira**: como os militares ameaçam a democracia brasileira desde o nascimento da República até hoje. São Paulo: Crítica, 2015.

FIGUEIREDO, Luciano. **Rebeliões no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FILHO, João. (2019. outubro 06) Como Barroso, Fachin e Fux blindaram a Lava Jato no STF. Intercept Brasil. Recuperado de: <https://www.intercept.com.br/2019/10/06/barroso-fachin-fux-blindaram-lava-jato-no-stf/>.

FOLHA DE SÃO PAULO. (2015. agosto 15) Queda de Dilma é o que une grupos à frente de manifestações. **Folha de São Paulo**, matéria. Recuperado de: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1669199-queda-de-dilma-e-o-que-une-grupos-a-frente-das-manifestacoes.shtml>.

FOLHA DE SÃO PAULO. (2013. junho 13) Retomar a Paulista. **Folha de São Paulo**, editorial. Recuperado de: <https://m.folha.uol.com.br/opiniaio/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml>.

FOLHA DE SÃO PAULO. (2001. maio 26) Um acordo pela indústria brasileira. **Folha de São Paulo**, Tendências/Debates. Recuperado de: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/fz2605201107.htm>.

FOLHA DE SÃO PAULO. (2010. fevereiro 4) “vazio no PT fez Dilma candidata, diz Tarso. **Folha de São Paulo**, entrevista. Recuperado de: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0402201012.htm>.

FOLHA DE SÃO PAULO. (2004. abril 01) Lula afirma que golpe é fato encerrado”. **Folha de São Paulo**. Recuperado de: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0104200428.htm>.

FOLHA DE SÃO PAULO. (1996. outubro 13) 'Esqueçam o que escrevi' é polêmica até hoje. **Folha de São Paulo**, nota da redação. Recuperado de: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/10/13/mais!/7.html>.

FOLHA DE SÃO PAULO. (1995. fevereiro 14) FHC diz que lei é ‘fim da era Vargas’. **Folha de São Paulo**. Recuperado de: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/2/14/brasil/26.html>.

FOLHA DE SÃO PAULO. (1994. junho 09) Com real, PT e PMDB gritarão "estelionato". **Folha de São Paulo**, matéria. Recuperado de: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/6/09/brasil/7.html>.

FONSECA, Vitoria. Filmes Históricos e o Ensino de História: diálogos e controvérsias. **Locus: revista de história**. Juiz de Fora, vol. 22, n. 2, p. 415-434, jul/dez, 2016.

FOUCAULT, Michael. **Nascimento da Biopolítica**: Curso dado no College de France

(1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

G1 POLÍTICA. (2017, maio 19) Áudio: Aécio e Joesley Batista acertam pagamento de R\$ 2 milhões. Recuperado de: <https://g1.globo.com/politica/noticia/audio-aecio-e-joesley-batista-acertam-pagamento-de-r-2-milhoes.ghtml>.

G1 SÃO PAULO. (2013. Junho 14) Repórter da 'Folha' atingida por bala diz que óculos salvaram seu olho. G1, São Paulo. Recuperado de: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/reporter-da-folha-atingida-por-bala-diz-que-oculos-salvaram-seu-olho.html>.

G1. (2009. abril 02) Lula 'é o cara', diz Obama durante reunião do G20, em Londres. G1, Globo News. Recuperado de: https://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1070378-9356,00-LULA+E+O+CARA+DIZ+OBAMA+DURANTE+REUNIAO+DO+G+EM+LONDRES.html.

G1. (2008. abril 07) Ditadura é primeiro ponto de tensão em depoimento de Dilma. G1, São Paulo. Recuperado de: <https://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL456406-5601,00-JOSE+AGRIPINO+CITA+QUE+DILMA+MENTIU+DURANTE+A+DITADURA.html>.

GENTILI, Pablo. SANTA MARÍA, Víctor; TROTTA, Nicolás. **Golpe en Brasil**: genealogia de uma farsa. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fundación Octubre; UMET, Universidad Metropolitana para la Educación y el Trabajo, 2016.

GALVON, Felipe. **Encantado**: o Brasil em desencanto. LaClairière Ouest com Public Sénat e Vosges Télévisions/CNC e Procirep / Angoa. França, 2018.

GLOBO PLAY. (2011. março 01) Dilma toma café da manhã e justifica fama de durona. **Globoplay**, Mais você. Recuperado de: <https://globoplay.globo.com/v/1448220/>.

GLOBO.COM. (2021. novembro 30) Mensalão: cronologia do caso. Globo.com, memória globo. Recuperado de: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/mensalao/noticia/mensalao-cronologia-do-caso.ghtml>.

GLOBO.COM. (2012. fevereiro 02) Queda do 'spread' bancário é determinação de Dilma, diz Tombini. G1, Economia. Recuperado de: <https://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2012/02/queda-do-spread-bancario-e-determinacao-de-dilma-diz-tombini.html>.

GRAÇA, Eduardo; ALFANO, Bruno. (2022. agosto 11) 71% dos estudos sobre cotas raciais avaliam política positivamente, mostra análise inédita. **O Globo**. Recuperado de: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/enem-e-vestibular/noticia/2022/08/71percent-dos-estudos-sobre-cotas-raciais-avaliam-politica-positivamente-mostra-analise-inedita.ghtml>.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

HBO BRASIL. (2021. maio 28) Greg News/Brasil Paralelo. **HBO Brasil**/YouTube. Disponível em: <https://youtu.be/4vdZLkvpQv4?si=XvsRtj5pHdEiivXW>.

HOBSBAWM, Eric J. **Os trabalhadores**: estudos sobre história do operariado. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

IKEDA, Marcel. Festivais de cinema e curadoria: uma abordagem contemporânea. **Rebeca**. Rio de Janeiro. v. 11, n. 1, 2022.

INGLEHART, Ronald. A Revolução silenciosa na Europa: Mudança Intergeracional nas Sociedades Pós-industriais. **Rev. Sociol. Polit.** Curitiba, v. 20, n. 43, p. 159-191, 2012.

JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. **Por que gritamos golpe**: para entender o impeachment e a crise. São Paulo: Boitempo, 2016.

JORNAL NACIONAL. FHC recebe prêmio dos EUA por atuação nas ciências humanas, **Jornal Nacional**, Matéria. Recuperado de: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2012/07/fhc-recebe-premio-dos-eua-por-atuacao-nas-ciencias-humanas.html>.

KAFKA, Franz. **O Processo**. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

KALIL, Isabela. (2018. outubro) Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro. **Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo**. Recuperado de: <https://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2020/03/Relat%C3%B3rio-para-Site-FE-SPSP.pdf>.

KFOURI, Juca. (2019. julho 04) Entre Vistas com a cineasta Petra Costa. **Rede TVT/YouTube**. Recuperado de: <https://youtu.be/OKoUrICVyYg?si=enZP8zYx1XQAwrls>.

KOSELLECK, Reinhart. **Sentido y repetición en historia**: con prólogo de Reinhard Mehring. Buenos Aires: Hydra, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Puc- Rio, 2006.

LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: LE GOFF, Jacques et al. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LAGNY, Michèle. Imagens audiovisuais e história do tempo presente. **Tempo e Argumento**. Florianópolis. Vol. 4, n. 1, p. 23 - 44, jan/jun, 2012.

LAGNY, Michèle. Escrita Fílmica e Leitura da História. **Cadernos de Antropologia e Imagem**. Rio de Janeiro, vol. 10, n. 1, p. 19-37, Jan/Jun, 2000.

Lei n. 6683, 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. Recuperado de: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm.

LEÃO, Notas sobre o Roteiro de Documentário em Filmes Sobre a Queda de Dilma Rousseff. **Raído**. Dourados, v. 16, n. 41, 2022, p. 257- 282.

LIMONGI, Fernando. (2023. maio 29) Operação Impeachment: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato. **Ciclo de Palestras IESP-UERJ**: YouTube. Recuperado de: https://www.youtube.com/live/QkLA_ktto_A?si=Aq5haI9GVPI9uJ0

LIMONGI, Fernando. **Operação Impeachment**: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato. São Paulo: Todavia, 2023.

LIMONGI, Fernando. A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, s/v, n. 76, 2006, p. 17-41.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política. São Paulo, s/v, n. 44, p. 81-109.

LOPES, Christian Sahb Batista; ROCHA, Pedro Ernesto Gomes. Business Judgment Rule: Padrões e Atualidades. *Revista Brasileira de Direito Empresarial*. **São Paulo**, v. 2, n. 1, p. 130-153, Jul/Dez, 2015.

MAIA, (2019. setembro 03) Mateus. MBL lança documentário sobre o impeachment de Dilma. **Poder 360**. Recuperado de: <https://www.poder360.com.br/brasil/mb-lanca-documentario-com-sua-visao-sobre-impeachment-de-dilma/>.

MARTINS, José de Souza. **Do PT das Lutas Sociais ao PT do Poder**. São Paulo: Contexto, 2016.

MARKER, Chris. **O Fundo do Ar é Vermelho**. França, 1977.

MENDES, Gilmar. (2022. setembro 13) O que fazer com o Sistema de Justiça brasileiro. Entrevistado por Breno Altman. **Opera Mundi**, Programa 20 Minutos Entrevista. Recuperado de: https://youtu.be/UUqqEmkso_o.

MENDES, Vinícius. (2024. novembro 14) Proclamação da República: por que historiadores concordam que [a] monarquia sofreu um 'golpe'. **BBC/Brasil**. Recuperado de: <https://www.google.com/amp/s/www.bbc.com/portuguese/articles/cvg48zpzl7do.amp>.

MENEZES, Cynara. O mestre Florestan fala do aluno FHC. **Socialista Morena, blog**, entrevista. Recuperado de: <https://www.socialistamorena.com.br/o-mestre-florestan-fala-do-aluno-fhc/>.

MOISÉS, José Álvaro. (2023. junho 03) 'Junho de 2013 foi o início de um ciclo na política brasileira', diz José Álvaro Moisés. **O Estado de São Paulo**, Política. Recuperado de: https://www.estadao.com.br/politica/junho-de-2013-foi-o-inicio-de-um-ciclo-na-politica-brasileira-diz-jose-alvaro-moises/?srltid=AfmBOoo7JZLeqcScAIKF9bJEpeggsfags69YWm-y_43tffr5eUEniHZZX.

MORAIS, Fernando. **Lula**. São Paulo: Cia das Letras, 2021.

MORETTIN, et al. Documentário de Intervenção. In: ARAUJO, Denize Correa. MORETTIN, Eduardo Victorio. REIA-BAPTISTA, Vítor. **Ditaduras Revisitadas**: Cartografias, Memórias e Representações Audiovisuais. Faro, Portugal: CIAC/Universidade do Algarve, 2016.

MOTTA, Marly. A estabilização e a estabilidade: do Plano Real aos governos FHC (1993-2002). In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da Nova República**: da transição democrática à crise política de 2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**. Londrina, v. 8. n. 15, 2015.

NAPOLITANO, Marcos. A História depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao Documentário**. Campinas: Papirus, 2005.

NORA, Pierre. O acontecimento e o historiador do presente. LE GOFF, Jacques. **A Nova História**. Tradução: Ana Maria Bessa. Lisboa: Edições 70, 1984.

NOBRE, Marcos. **Limites da Democracia**: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2023.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em Movimento**: da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

NOBRE, Marcos. O Mensalão libertou Lula. (2006. Agosto 30) **Folha de São Paulo**. Recuperado de: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc3008200605.htm>.

NOLAN, Christopher. *Interstellar*. **Syncopy Films e Lynda Obst Productions**. 2014.

NOTARI, Marcio Bonini. As Convenções Internacionais Ratificadas Pelo Brasil no Combate a Corrupção. *Revista de Direito Internacional e Globalização Econômica*. **São Paulo**, v. 1, n. 1, p. 60-77, Jan-Jun 2017.

O ESTADO DE SÃO PAULO. (2022. outubro 21) O que se sabe sobre o caso Celso Daniel. **O Estado de São Paulo**/Projeto Comprova. Recuperado de: <https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/celso-daniel-assassinato-pt/?srsltid=AfmBOopIYbb2W51OmX1sM1NMdu5H-VpEKquZEBnOG7TEw6QMTfW61cub>.

O GLOBO. (2022. julho 12) Ex-diretor da Odebrecht diz em documentário que foi pressionado pela Lava-Jato para citar Lula. **O Globo**, Política. Recuperado de: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2022/06/ex-diretor-da-odebrecht-diz-em-documentario-que-foi-pressionado-pela-lava-jato-para-citar-lula.ghtml>.

O GLOBO. (2013. julho 16) Após protestos, Lula defende profunda renovação do PT. **O Globo**. Recuperado de: <https://oglobo.globo.com/politica/apos-protestos-lula-defende-profunda-renovacao-do-pt-9059410>.

O GLOBO. (2011. setembro 11) Buffett: ricos venceram a luta de classes. **Extra**/ Economia e Finanças. Recuperado de: <https://extra.globo.com/economia-e-financas/buffett-ricos-venceram-luta-de-classes-2678952>.

[html](#).

OLIVEIRA, Rodrigo Perez. (2018. maio 07) karl Marx, corrupção e foro privilegiado. **Revista Fórum**. Recuperado de: <https://revistaforum.com.br/colunistas/2018/5/7/karl-marx-corrupo-foro-privilegiado-30980.html>.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. (2016. maio 12) A crise no Brasil não se encerrará logo. Entrevistado por Teresa Perosa. **Revista Época**. Recuperado de: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/05/anibal-perez-linan-crise-no-brasil-nao-se-encerrara-logo.html>.

PIEPER, Oliver. (2023. janeiro 01) Lula, um comunista? **DW**, Política Brasil. Recuperado de: <https://www.dw.com/pt-002/brasil-lula-um-comunista/a-64257409>.

PODER360. (2021. abril 15) TCU inocenta Dilma por prejuízos da Petrobras com compra de Pasadena. **Poder360**. Recuperado de: <https://www.poder360.com.br/brasil/tcu-inocenta-dilma-por-prejuizos-da-petrobras-com-compra-de-pasadena/>.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. **Uma Breve História do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2010.

RAMOS, Maria Augusta. Amigo Secreto. **Vitrine filmes**. 2022.

RAMOS, Maria Augusta. O Processo. **Vitrine filmes**. 2016.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O governo Lula e a construção da memória do regime civil-militar. In: Rio de Janeiro: PINTO, Antônio Costa; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. **O Passado que não passa**: A sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América. Civilização Brasileira, 2014.

REVISTA FÓRUM. (2014. março 24) Cláusula Marlin: o erro central na compra da refinaria. **Revista Fórum**. Recuperado de: <https://revistaforum.com.br/brasil/2014/3/24/clausula-marlim-erro-central-na-compra-da-refinaria-8926.html>.

RICHTER, André. (2024. junho 11) Powerpoint leva STF a manter indenização de Deltan para Lula. Agência Brasil. Recuperado de: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2024-06/powerpoint-leva-stf-manter-indenizacao-de-deltan-lula>.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

RODA VIVA. (2022. fevereiro 3). **Roda Viva**, Fernando Henrique Cardoso, 1994, entrevista. Recuperado de: <https://youtu.be/a2o-ryTwSFw?si=ofMacef79FijMhOG>.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas Revolucionárias e a luta armada. In: **O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização Quarta República (1964-1985)**. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma História do Político**. São Paulo: Alameda, 2010.

ROSEMBERG. André Rosenberg. A questão social é um caso de polícia: da tragédia à farsa, uma ponte entre a Primeira República e o século XXI. **Revista Hydra**. Marília, v.1, n. 2, p. 4-19, 2016.

ROSENMAN, Marcos Roitman. Neoliberalismo. In: SADER, Emir. JINKINGS, Ivana. **Enciclopédia Latino Americana**. São Paulo: Boitempo, 2006.

RUAS, Rebeldes. (2017. Outubro, 23) Fernando Haddad - A catarse e a ressaca política. **Video** **Filmes/Youtube**. Recuperado de: <https://youtu.be/3qXnX2nglY0?si=7IkW7jY9bjW4OnxB>.

SÁ MOTTA, Rodrigo Pato. História, Memória e as disputas pela representação do passado recente. **Patrimônio e Memória**. São Paulo, v. 9, n. 1, p. 56-70, 2013.

SANTIAGO JR, Francisco das Chagas Fernandes. Cinema e historiografia: trajetória de um objeto historiográfico (1971-2010). **História da Historiografia**. Ouro Preto, v. 5, n. 8, p. 151-173, 2012.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

SANTOS, WANDERLEY GUILHERME DOS. **À Margem do Abismo: conflitos na política brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2015.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Conquista e Colonização da América Portuguesa. In: Linhares, Maria Yedda. **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

SCHMIDT, Benito Bisso. De quanta memória precisa uma democracia? Uma reflexão sobre as relações entre práticas memoriais e práticas democráticas no Brasil atual. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 22, n. 42, p. 153-177, jul/dez, 2015.

SCHMIDT, Benito Bisso. Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 14, n. 26, p. 127-156, jul/dez, 2007.

SECCO, Lincoln. História do PT com o professor Lincoln Secco. **Diretório Zonal de Pinheiros do Partido dos Trabalhadores**, debate. Recuperado de: <https://youtu.be/D3wlv-Y5tOw>.

SECCO, Lincoln. **História do PT 1978-2010**. Cotia: Ateliê Editorial, 2011.

SIMIS, Anita. **Estado e Cinema no Brasil**. São Paulo: Annablume; FAPESP; Itaú Cultural, 2008.

SINGER, André. **O lulismo em Crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. São Paulo: Cia das Letras, 2018.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 102, 2015.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. STARLING, Heloisa M.. **Brasil, uma biografia**. São Paulo: Cia das Letras, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SUPPIA, Alfredo; MILWARD, Julia. "Chris Marker: o discreto artesão do tempo e da memória foi também um gênio da humildade". **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 64, n. 4, out/dez, 2012.

TAVARES, Flávio. **1964: O Golpe**. Porto Alegre: L & M Books 2014.

TOLEDO, José Roberto de. (2006. outubro 6) PT perde 2,1 milhões de votos em quatro anos. **BBCBrasil**. Recuperado de: https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2006/10/061006_pttoledot.

TRINDADE, Teresa Noll. A construção de políticas públicas para a cultura no Brasil: um panorama da criação de órgãos e legislações específicas para o audiovisual. **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre, v. 48, n. 1, p. 1-18, jan.-dez. 2022.

UOL. (2010. junho 13) PT lança Dilma Rousseff reforçando imagem de mãe, mulher e escolhida de Lula. **UOL**, eleições. Recuperado de: <https://www.uol.com.br/eleicoes/2010/ultimas-noticias/2010/06/13/pt-lanca-dilma-reforcando-imagem-de-mae-mulher-e-escolhida-de-lula.jhtm>.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **A Verdade Sufocada: A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça**. São Paulo: Editora Ser, 2006.

VALIM, Alexandre Busko. **O Triunfo da Persuasão: Brasil, Estados Unidos e o Cinema da Política de Boa Vizinhança durante a II Guerra Mundial**. São Paulo: Alameda, 2017.

VANNUCHI, Camilo. (2021. novembro 18) Dez anos atrás, Dilma Rousseff criava a Comissão da Verdade. **Uol/opinião**. Recuperado de: <https://noticias.uol.com.br/colunas/camilo-vannuchi/2021/11/18/dez-anos-atras-dilma-rousseff-f-criava-a-comissao-da-verdade.htm>.

VEJA. (2017. março 20) Pré-estreia de Impeachment terá bate-papo com Felipe Moura Brasil. **Revista Veja**. Recuperado de: <https://veja.abril.com.br/coluna/felipe-moura-brasil/pre-estreia-de-impeachment-tera-bate-pap>

o-com-felipe-moura-brasil.

YOUTUBE. (2018. novembro 23) **Douglas Duarte fala sobre Excelentíssimos, que narra processo de impeachment de Dilma Rousseff**, entrevista. Recuperado de: https://youtu.be/Dfu_nbEJV_M?si=TIDIvOFaVAtIzyOh. 4